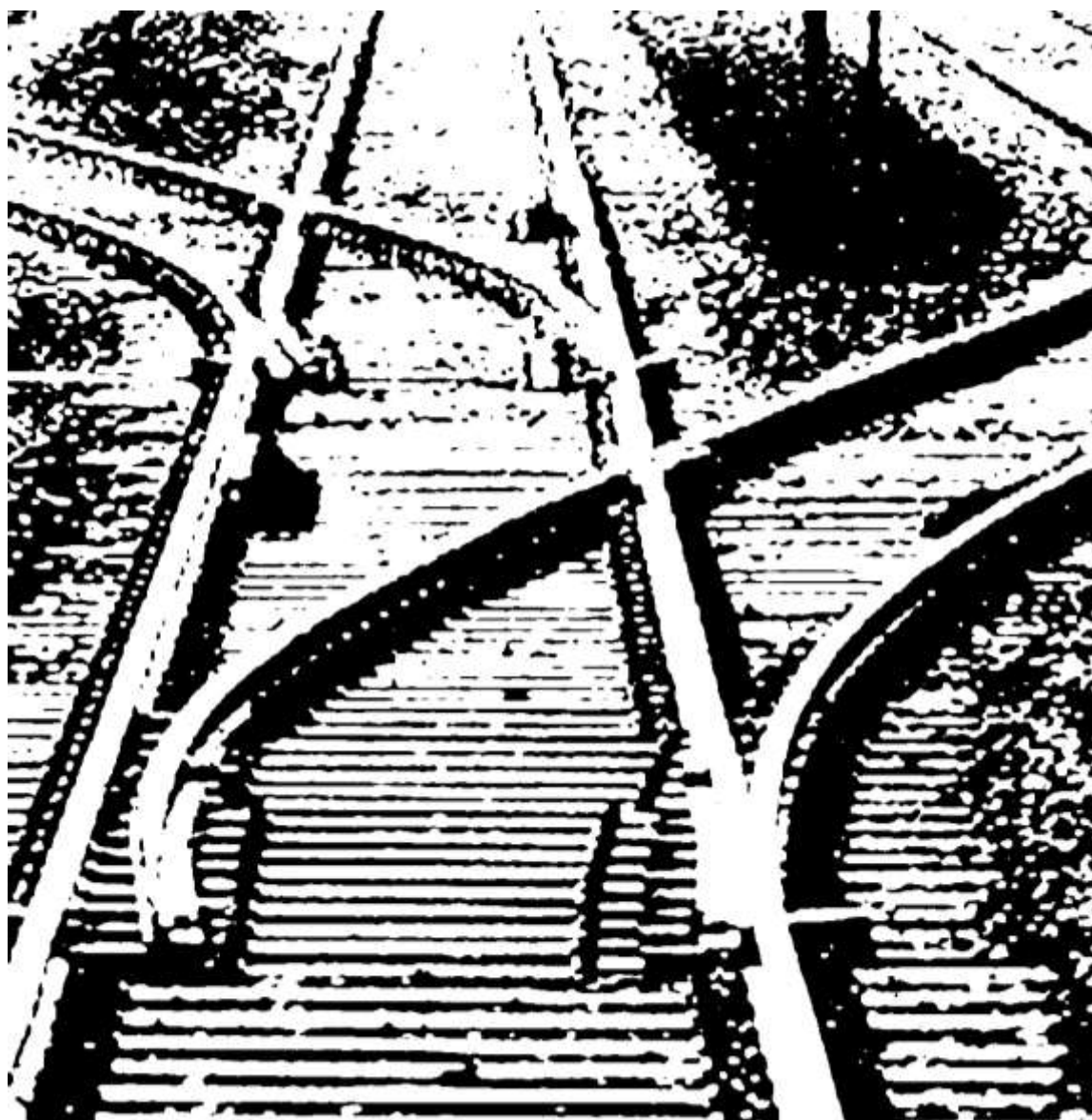


UNESP
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Campus de Marília

Cláudio Travassos Delicato

Sobre lugares e trilhos:
relações de sociabilidade durante a formação de uma
cidade do novo oeste paulista



Marília – 2011

Cláudio Travassos Delicato

**Sobre lugares e trilhos:
relações de sociabilidade durante a formação de uma
cidade do novo oeste paulista**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS – Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória, da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, como parte das exigências para obtenção do título de “Doutor em Ciências Sociais”

Orientadora: Dr^a Lúcia Maria Vianna Possas.

Ficha catalográfica
Serviço de Biblioteca e Documentação - UNESP - Campus de Marília

Delicato, Cláudio Travassos.
D353s Sobre lugares e trilhos : relações de sociabilidade
 durante a formação de uma cidade do novo oeste paulista /
 Cláudio Travassos Delicato. – Marília, 2011.
 311 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

Bibliografia: f. 273-284.

Orientador(a): Lúcia Maria Vianna Possas.

1. Sociabilidade urbana. 2. Alta Paulista. 3. Fronteiras. 4.
Distinções socioespaciais. 5. História oral. I. Autor. II. Título.

CDD 307.76

Cláudio Travassos Delicato

**Sobre lugares e trilhos:
relações de sociabilidade durante a formação de uma cidade do novo oeste paulista**

Banca examinadora

Dr^a Lídia Maria Vianna Possas (Orientadora)
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
FFC - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Dr Paulo César Garcez Marins
USP – Universidade de São Paulo
Museu Paulista da Universidade de São Paulo

Dr Célio Losnak
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Campus de Bauru

Dr Paulo Eduardo Teixeira
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
FFC - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Dr^a Heloísa Pait
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
FFC - Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Marília, 22 de setembro de 2011

Agradecimentos

Duas motivações mantiveram o prazer de frequentar a UNESP de Marília. A primeira, e mais importante, o apoio de minha esposa Vera, que me incentivou e participou desde o início. A segunda, o acolhimento na Universidade onde, pelo menos nos espaços que frequentei, uniu-se a informalidade e o alto desempenho acadêmico de alunos(as) e professores(as), além da cordialidade dos(as) funcionários(as) nos diversos setores que sustentam o cotidiano no campus.

Trabalhando durante o dia e estudando a noite fiz as graduações e o mestrado. No doutorado, foi fundamental a concessão da bolsa de estudos da CAPES, pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que me permitiu dedicação exclusiva para o desenvolvimento da pesquisa.

Fundamental também foi a orientação da professora Lídia, que me acompanha desde a graduação em Ciências Sociais. A participação no “Grupo de Pesquisa Cultura e Gênero”, que ela coordena, além das inúmeras amizades feitas, colaborou para a valorização do trabalho em equipe e o prazer das discussões sobre os mais diversos temas abordados em todo esse tempo.

Agradeço minha amiga Silvana, colega de trabalho durante anos, e também formada em Ciências Sociais, que acompanhou minha trajetória na UNESP e fez leituras atentas e observações muito importantes em quase tudo que redigi nesses anos.

Agradeço a meu pai e a minha mãe pela tranquilidade que sempre proporcionaram para que eu pudesse estudar e pelas histórias que me contaram. Igualmente, devo bastante às minhas irmãs Andréa e Fabiana, além de meu sobrinho João Pedro, que me ajudaram sempre, principalmente durante o mestrado e o doutorado.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas entrevistadas durante a pesquisa pela dedicação de algumas horas de suas vidas para expor parte de suas lembranças e escreverem comigo esse texto.

Resumo

Durante a formação e ocupação de uma cidade surgem fronteiras. Linhas físicas e sociais, visíveis e invisíveis, são construídas, desconstruídas, ultrapassadas, alteradas, diluídas durante o tempo, que também não é único, meramente cronológico, mas socialmente configurado. Tal perspectiva abre um leque de possibilidades de interpretação sobre o “fenômeno urbano”. Neste caso, a partir de relatos de antigos(as) moradores(as), o objetivo é identificar relações de sociabilidade, percepções espaciais e modos de apropriação de lugares da cidade, principalmente vinculados a formas de distinção socioespacial, durante o período em que uma linha férrea dividiu o núcleo urbano de Garça, município da “Alta Paulista”, entre o final da década de 1920 e meados da década de 1970.

Palavras-chave: história oral; “Alta Paulista”; sociabilidade urbana; distinções socioespaciais.

Abstract

During the formation and occupation of a city, boundaries arise. Physical and social lines, visible and invisible, are constructed, deconstructed, overcome, changed, watered down over time, which is not unique, merely chronological, but socially configured. This perspective opens up a range of possible interpretations of the “urban phenomenon”. In this case, from accounts of former residents, the goal is to identify relationships of social, spatial perceptions and ways of appropriation of places in the city, mostly linked to socio-spatial forms of distinction, during the period in which a railroad tracks divided the urban core of Garça, a city of “Alta Paulista”, between the late 1920s and mid-1970s.

Keywords: oral history; “Alta Paulista”; urban sociability; socio-spatial distinctions.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 - Oeste paulista adentro.....	21
1.1 “Frentes pioneiras” no oeste novo.....	21
1.2 A formação da cidade de Garça.....	29
1.3 Labieno da Costa Machado – “Dr Colonizador”.....	39
1.4 Dona Bertha.....	66
1.5 Carlos Ferrari – “Sr Colono”.....	72
1.6 “Labienópolis” & “Ferrarópolis”.....	80
Capítulo 2 - Vizinhanças.....	96
2.1 Deslocando rivalidades.....	96
2.2 Marília.....	105
2.3 Bordéis.....	107
2.4 Garça & Marília.....	112
Capítulo 3 - Catolicismos “acima” e “abaixo” da linha.....	134
3.1 “Um frade veio a Garça”.....	134
3.2 O Frei, a Igreja Matriz e os Redentoristas.....	143
3.3 Diferentes versões: vieses de classe e gênero.....	156
Capítulo 4 - Vivendo “acima” e “abaixo” da linha.....	164
4.1 A moradia.....	164
4.2 Casas comerciais.....	169
4.3 Os cinemas.....	173
4.4 Os bares e a rodoviária.....	183
4.5 Comerciantes japoneses.....	191
4.6 A “Corporação Musical” e a “Rádio”.....	198
4.7 “Footing” e distinção socioespacial.....	205
4.8 Os clubes.....	218
4.9 Avenida “acima” e Avenida “abaixo” da linha.....	224
4.10 Preconceitos e mobilidade social.....	229
4.11 Mudança da linha.....	250

Considerações finais.....	266
Referências.....	273
Relação de entrevistas.....	285
Relação de figuras.....	288

Introdução

“Tinha pouco mais de três anos quando mudamos de onde nasci para uma cidade vizinha da capital. Foi minha primeira „grande“ mudança de residência, mas já havia rabiscado ou lambuzado paredes de três moradas nos meus primeiros anos de vida. Depois de pouco mais de sete anos e quatro outros endereços, regressamos com a família um pouco maior - a segunda de minhas três irmãs nasceu na última moradia na cidade grande.

Durante o período em que estivemos fora, voltamos de visita diversas vezes para o interior. Os quatrocentos e tantos quilômetros pareciam uma eternidade para mim e minha irmã um ano e pouco mais nova. As viagens, que aconteciam pelo menos nas férias de final de ano, eram feitas em seis ou sete horas durante as quais dormíamos, comíamos, brincávamos e perguntávamos a todo o momento se faltava muito para chegar. A passagem por baixo de um pontilhão por onde o trem trafegava marcava o alívio do final da peregrinação anual de retorno às origens.

Naquele tempo, minha avó paterna morava na parte „acima“ da linha férrea e minha avó materna na parte „abaixo“. Era a primeira maneira de se indicar a localização de um endereço na cidade. Atravessei a linha inúmeras vezes transitando da casa de uma avó para a outra, mas sempre ficávamos na avó do lado „acima“ dos trilhos. A casa era grande, a poucos quarteirões da praça da fonte luminosa, da igreja matriz, do coreto, do Cine São Miguel, da Sorveteria Branca de Neve, do Mercado Municipal, da Rodoviária „velha“, do ponto de charrete, do Grêmio Teatral... As ruas em volta eram todas pavimentadas. As do centro com paralelepípedos que pouco antes de retornarmos definitivamente já estavam recobertos com asfalto - o que acabou com a graça de brincarem de soletrar pa - ra - le - le - pí - pe - do com as crianças. Além da pavimentação, as calçadas de pedra portuguesa, arborizadas com pés de jacarandá mimoso, e a iluminação das ruas favoreciam as brincadeiras de „salva“, „balança-caixão“, „esconde-esconde“, „jaracatiá“, „pula sela“ até bem tarde da noite por nunca menos de uma dúzia de meninos e meninas da vizinhança. Na casa da avó que morava „abaixo“ da linha gostava de brincar com o „Banzé“ - minha avó fazia até bolo de aniversário para o vira-lata pretinho que nascera caolho. Quase sempre chegávamos para o almoço - aprendi a comer e gostar de salada de alface com tomate na casa dessa avó - e voltávamos logo após o lanche da tarde, café com leite, pão com manteiga. O pão era tipo „filão“, entregue por um senhor, em cestos enormes que ficavam sobre as rodas de uma bicicleta. As visitas noturnas eram poucas, ninguém gostava de atravessar a linha depois que escurecia. As brincadeiras na rua eram quase as mesmas, mas com menos intensidade e crianças. Treinar a letra escrevendo com um graveto na calçada de terra era uma diversão que só tínhamos quando íamos à casa da avó da parte „abaixo“ da linha. Quando chovia muito, era mais difícil visitar minha avó materna, as ruas de terra ficavam intransitáveis. Era tudo muito diferente, mas nunca me explicaram por quê. A linha do trem ali, marcando a distinção entre morar de um lado ou de outro na cidade.

Mais ou menos próximos de nosso regresso, dois fatos alteraram muito a vidinha local. A mudança dos trilhos para a periferia sul do núcleo urbano, obra descomunal e única em uma

região de cidades cortadas ao meio pela linha férrea, e a geada de meados da década de 1970, que deu início à decadência da cafeicultura na região. Coincidentemente, fiz minha primeira viagem de trem embarcando na „nova“ estação junto com minha mãe e minha irmã, pouco após a inauguração. A „antiga“ estação conhecia de passeios de carro, junto com os primos e tios, depois de nos levarem para ouvir a banda no coreto da igreja matriz. A geada senti na pele em uma das férias de meio de ano que fiquei, com quase nenhuma roupa de frio, na casa de fazenda de outro casal de tios - a família era grande.

De lá para cá, ganhei mais uma irmã, a caçula, nascida após o retorno, mudamos de bairro outras vezes, minha avó materna morou com a gente, estudei fora, voltei, minhas avós morreram e saí da casa de meus pais, que já há uma década estão no mesmo endereço.

Atualmente moro em um local chamado „Faixa de Integração“ onde durante quase meio século passaram locomotivas, carregadas de gente, mercadorias e sonhos, apitando pontualmente e, dependendo do vento, avisando em bom som, para a parte „acima“ e para a parte „abaixo“ dos trilhos que o trem estava chegando.”

Em uma de suas crônicas, Nélson Rodrigues ¹ diz: “Mas como é antigo, senil ou mumificado, o passado recente!” (1993: 68). Pensei muito nessa frase durante o tempo em que estive às voltas com lembranças da cidade do meu “passado recente” e resolvi tratá-las à luz de “memórias” de pessoas que foram ou são moradoras “antigas” da cidade, procurando identificar “o modo como uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” ². O resultado foi um texto recheado com trechos de conversas com gente que assim como eu por alguns momentos refizeram trajetórias por

¹ Reunidas em *A menina sem estrela*. O prefácio da edição de 1993 informa que se trata da coleção de 80 textos, as “memórias” que Nelson Rodrigues (1912-1980) publicou, aos 54 anos, no jornal carioca “Correio da Manhã”, entre fevereiro a maio de 1967. O autor chamava os artigos de “reminiscências „do passado, do presente, do futuro e de várias alucinações”” e o título do livro refere-se à sua filha Daniela que nascera cega.

² Segundo Roger Chartier, “uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis, consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes pequenos esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.” (2002: 16-17)

entre lugares da cidade, considerando relações de sociabilidade ³, “práticas” (modos de fazer) e “representações” (modos de ver) do “cotidiano” local.

Se procurarmos definições de “cotidiano” no dicionário encontraremos, dentre outras: “o que sucede ou se pratica habitualmente”. “Hábito”, por sua vez, é definido como: “disposição duradoura adquirida pela repetição frequente de um ato, uso, costume” e “costume” pode significar “particularidade”. Algo “particular” seria pertencente ou relativo à determinada pessoa ou coisa, de forma peculiar. Ou seja, podemos associar o conceito de cotidiano àquilo que interessa particularmente a uma pessoa e também associá-lo, no aspecto relacional, a uma série de práticas sociais utilitárias.

Para Agnes Heller, vida cotidiana é a vida de toda pessoa “sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico”. A cotidianidade teria algumas características: é tendencialmente “heterogênea” (existem múltiplas atividades), “espontânea” (as atividades que exercemos rotineiramente são automáticas, sem reflexão), “ultrageneralizante” (agimos como se existisse um padrão único de comportamento), “imitativa” (seguimos modelos externos), “preconceituosa” (opinamos sem o contraditório) e “pragmática” (no sentido de que agimos em uma dimensão eminentemente prática, econômica). Tais características seriam, nessa perspectiva, necessárias para operações no dia-a-dia.

Seriam “partes orgânicas” da vida cotidiana: “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 2000: 17-18). Se a vida cotidiana é organizada a partir de preconceitos instituídos, reproduzidos e vividos diariamente pelas pessoas, constituindo um universo no qual participamos juntos com os outros, uma dificuldade primordial seria localizar nossa individualidade sem nos deslocarmos da cotidianidade que envolve a todos, pois tal deslocamento implicaria um viés de alteridade, de exclusão.

³ Relações de sociabilidade como “espécies de espaços comunicacionais, onde, através da interação entre grupos, redes e indivíduos, se definem e redefinem simbolicamente certas diferenças socioculturais” (FRÚGOLI, 2007: 25).

Vivemos interagindo, e é no cotidiano que nos relacionamos, portanto não há como excluirmos a cotidianidade de qualquer reflexão que façamos da sociedade. Mas não podemos nos restringir ao dia-a-dia. A compreensão do cotidiano, em uma perspectiva analítica, permite, dentre outras, a identificação de preconceitos. Como todos possuem preconceitos, segundo Heller, podemos primeiramente considerar até que ponto um indivíduo está motivado por particularidades, qual a intensidade de seus preconceitos, considerando a influência maior ou menor em sua totalidade, em sua autonomia e relações sociais. A carga maior ou menor de preconceitos amplia ou reduz as alternativas individuais. Conhecer os preconceitos implica em conhecer a humanidade e se autoconhecer.

Situações, lugares e preconceitos que vivenciamos cotidianamente em nossa infância, e que a “memória” faz parecer que aconteceram quase agora, podem representar algo muitíssimo remoto aos olhos de gente mais nova, ainda que de uma mesma geração. Já há um bom tempo, seguramente pelo menos meio século, que o ritmo de inovações, principalmente tecnológicas, colabora muito para que o “passado recente” fique rapidamente “antigo” e alteremos padrões de sociabilidade e as formas como enxergamos o mundo.

Transformar lembranças desse “passado recente” em palavras escritas pode permitir que minimamente se construam histórias a partir de narrativas do cotidiano que se não forem contadas podem passar de “antigas” a “esquecidas”, ou virarem “múmias”. O texto transforma a realidade retratada e passa a ser mais uma representação do real, mas em um tempo e lugar no qual o passado recente torna-se quase que imediatamente antigo, o registro de memórias permite que vivências sejam transmitidas. A experiência de alteridade ⁴ e identidade ⁵ que o registro e interpretação geram, implica na partilha de

⁴ “Alteridade” como “o outro”, conceito fundamental para o estudo da “socialização”, por meio do qual nos orientamos em relação aos “outros significativos” (sobre quem temos algum grau de conhecimento específico e expectativas particulares) e aos “outros generalizados” (conhecidos por expectativas gerais). A interação com o “outro” é parte da formação de nossas identidades (JOHNSON, 1997:164).

A dualidade presente em minha lembrança de infância acerca da linha férrea pode ser vista como uma representação antagônica, que é a do “Mesmo e do Outro”, estabelecida sempre a partir de uma divisão. A “alteridade”, caráter do que é o “outro” (lat. *alter*) e se opõe ao “mesmo”, “é uma categoria fundamental do pensamento humano” como afirmação da diferença (BEAUVOIR, 2009:17).

⁵ “Identidade” no sentido das percepções que uma pessoa faz de si mesma em relação a ela, aos outros e aos sistemas sociais. Um termo correlato seria *self*, “organizado em torno de um *autoconceito*, ou seja, as idéias e sentimentos que temos sobre nós mesmos (...). Em um nível mais estrutural, o *self* baseia-se

vivências únicas que não necessariamente se esvaecem a cada instante passado como se o futuro fosse algo a que só importa o presente e o porvir.

Em relação à alteridade e identidade, a cidade não é um espaço homogêneo, sobre o qual compartilhamos os mesmos ideais, interesses e experiências ⁶. Construimos representações múltiplas sobre os lugares que habitamos, considerando percursos, relacionamentos, histórias de vida. A partir dessas múltiplas representações, podemos elaborar imagens sobre evocações e sentimentos relacionados aos lugares ⁷ da cidade, que como espaços vivenciados, possibilitam diferentes formas de apropriação, no sentido de incorporação cultural, tornando “próprios” práticas e valores socialmente estabelecidos que norteiem modos de agir, pensar e se relacionar com os “outros”. Cada sujeito pode assumir sua identidade e ter visibilidades diversas do espaço urbano ⁸.

Podemos tentar compreender o que as pessoas sentem sobre o espaço e o lugar considerando os diversos modos de experiências sensoriomotoras, táteis, visuais, conceituais, e interpretando espaço e lugar como “imagens de sentimentos complexos”, até mesmo “ambivalentes”. O lugar possui materialidade e define o espaço que apreendemos mediante a identificação de “locais significantes”, que fazemos por meio dos sentidos e de nossas experiências (TUAN, 1983:20). A partir da multiplicidade de

também em idéias culturais sobre os status sociais que ocupamos (...). Este componente do *autoconceito*, que se baseia nos status sociais ocupados pelo indivíduo, é conhecido como identidade social” (JOHNSON, 1997:204). Ver também: GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1985.

⁶ Lembranças e significados impregnam as imagens que cada habitante tem da cidade e, geralmente, a percepção dela não é abrangente, mas “parcial, fragmentária, misturada com considerações de outra natureza”, e as imagens formadas resultam da complexa combinação dos sentidos em operação (LYNCH, 1997:1). Fisicamente as imagens da cidade podem ser enquadradas em elementos como “vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos”, mas a “imaginabilidade” também se constitui de outros aspectos como “significado social de uma área, sua função, sua história, ou mesmo seu nome” (IDEM: 51).

⁷ Segundo Yi-Fu Tuan, “na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. „Espaço” é mais abstrato que „lugar”. O que começa com espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (...) As idéias de „espaço” e „lugar” não podem ser definidas uma sem a outra.” (1983:6) O lugar se constitui de elementos “identitários, relacionais e históricos” correspondentes a um “conjunto de possibilidades” de materialização espacial (AUGÉ, 1994:52).

⁸ As cidades são usadas por todos e, portanto, é muito importante compreender como diferentes pessoas e grupos tendem a imaginá-la em seu todo e suas partes. Os lugares podem possuir uma demarcação imaginária baseada muitas vezes em reconhecimentos que os associem como de “homens” ou de “mulheres”, de “jovens” ou “idosos”, de “pobres” ou “ricos”, enfim, referindo-se sempre a um provável “conjunto de práticas” com várias estratégias de representação (SILVA, 2001: 33).

modos de apropriação da cidade, podemos analisar formas de sociabilidade vinculando “lugares” e “memórias”, dando voz a pessoas anônimas, com lembranças diversas e histórias vividas em temporalidades distintas ⁹.

A relação entre lugares e tempo evidentemente passa pelas lembranças ¹⁰ de cada um de nós. E o que significa o passado para uma pessoa relacionado a algum lugar? Em parte, segundo Tuan, “a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade” e “para fortalecer o nosso sentido do eu, o passado precisa ser resgatado e tornado acessível” (1983: 206).

Para Ecléa Bosi, as lembranças “têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar” e na “disposição espacial” existe “algo que torna inteligível nossa posição no mundo”, que mesmo após a remoção das pedras mantém os vínculos que nos ligavam a elas (1979: 362-370). Existem diversas maneiras de relembrar, inclusive pela evidenciação de “memórias subterrâneas” ¹¹ (POLLAK, 1989) por meio, por exemplo, do instrumento da história oral.

Evidenciando permanências, silêncios, mudanças e ambiguidades no uso, ocupação e na qualificação dos lugares, considerando que a ocupação e o desenvolvimento de um núcleo urbano têm dimensões espaciais e sociais diferenciadas

⁹ Em “A Voz do passado”, Paul Thompson diz que a “realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (...). No sentido mais geral, uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo o tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão” (1992: 25).

¹⁰ Se “viver muitos anos em um lugar pode deixar na memória poucas marcas que podemos ou desejaríamos lembrar” e “por outro lado, uma experiência intensa de curta duração pode modificar nossas vidas”, podemos considerar que ao relacionar a passagem do tempo com a vivência dos lugares devemos considerar também as diferenças, por exemplo, entre as impressões de uma criança e de um adulto e que a “sensação de tempo” afeta a de “lugar” a “medida em que o tempo de uma criança pequena não é igual ao de um adulto” e “tampouco é igual sua experiência de lugar. Um adulto não pode conhecer um lugar como uma criança o conhece, e isto não é apenas porque são diferentes suas respectivas capacidades mentais e sensoriais, mas também porque seus sentimentos pelo tempo pouco tem em comum.” (TUAN, 1983:204-206).

¹¹ “Memórias subterrâneas” é o termo que Michael Pollak formulou para evidenciar que a memória coletiva como “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado” pode ser uma “memória enquadrada” e, portanto, excludente de “memórias individuais” silenciadas pela “imagem oficial do passado” construída sob o “esquecimento” de outras vivências pela história tradicional (1989: 9).

dispostas ao longo do tempo, procuramos identificar relações de sociabilidade, práticas e representações principalmente acerca da distinção socioespacial na cidade ¹², por meio de análise e interpretação de relatos orais de moradores e moradoras ¹³, que vivenciaram o período em que a linha férrea dividiu o núcleo urbano do município de Garça - SP, até meados de 1970 ¹⁴.

A linha férrea, muito presente em minhas lembranças de infância, cortou a cidade ao meio e orientou em grande medida a ocupação urbana. Durante os quase cinquenta anos em que a ferrovia dividiu a cidade, os trilhos serviram como uma referência que identificava moradores da parte “acima” ou da parte “abaixo” da linha, até a excepcional mudança para o limite sul do núcleo urbano e a criação de um loteamento denominado “Faixa de Integração” no antigo leito da ferrovia, com a significativa intenção de conciliação entre as duas metades da cidade.

A série de relatos recolhidos durante a pesquisa foi cotejada com documentação escrita e registros iconográficos existentes em arquivos municipais relativos ao período da transferência da ferrovia, revelando sociabilidades, práticas e representações construídas pelos sujeitos, captadas a partir das memórias ¹⁵ referentes ao período. O

¹²Em *Os estabelecidos e os „outsiders“*, escrito por Norbert Elias e John Scotson, publicado originalmente em 1965, trata-se das relações entre os bairros de uma pequena cidade do interior da Inglaterra. Basicamente, os autores identificam um tema quase universal nas ciências sociais: como um grupo estabelecido se distingue e qualifica pejorativamente um outro grupo tratado como „outsider“. Para os autores “as desigualdades entre grupos e indivíduos estão entre as marcas recorrentes das sociedades humanas” e “por que isso acontece é algo que ainda precisamos esclarecer” (2000: 199).

¹³ São vinte oito depoimentos utilizados.

¹⁴Quatro anos após a formação do primeiro núcleo urbano do município, foi implantada a linha férrea pela “Cia. Paulista”, inaugurada “no dia 1 de janeiro de 1928”. “Em 10 de dezembro de 1968” foi iniciada a retificação do trecho da ferrovia “visando a redução do percurso entre Garça e Bauru, em 28 quilômetros.” A inauguração do trecho retificado e da nova estação ocorreu em “05 de maio de 1974”. Nas palavras de Caroly Gonçalves Silva, um memorialista da cidade, a “retificação deslocou a passagem dos trilhos para fora da cidade, resolvendo o velho problema de dividir Garça em duas partes, prejudicando, não somente, a locomoção normal, como a própria aparência urbana”. Em 1971 foi criada a FEPASA – Ferrovia Paulista S.A., “com a unificação de cinco das seis ferrovias existentes no Estado de São Paulo (...) Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Araraquarense, Estrada de Ferro São Paulo - Minas e Estrada de Ferro Sorocabana. A sexta ferrovia, Estrada de Ferro Campos de Jordão, pelas suas peculiaridades exclusivamente turísticas, foi posta sob a administração da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo” (1977: 266).

¹⁵Percebem-se muitas imagens contrastantes, considerando que a “gramática de espaços e temporalidades”, que cada sociedade possui “para poder existir enquanto um todo articulado”, depende basicamente “de atividades que se ordenem também em oposições diferenciadas” e que permitem “lembranças ou memórias diferentes em qualidade, sensibilidade e forma de organização” (DAMATTA, 1991: 41).

conjunto de depoimentos atrelados aos lugares da cidade pode servir para constituir outras histórias do município, afinal, “os trilhos que dirigem as formas de contar estão intimamente ligados à memória e à identidade que se constituem em cenários mais amplos” (MEIHY, 2005:59).

Conhecer a história do local em que atuamos, dar valor ao “patrimônio material e imaterial e especialmente de suas gentes, traz a possibilidade do delineamento de políticas públicas mais adequadas à realidade, aos costumes e valores do lugar” (SETUBAL, 2004: 11). No caso de estudar uma cidade do porte de Garça – SP ¹⁶, com pouco mais de quarenta mil habitantes, ainda vale dizer, como afirma Paul Thompson, em “A Voz do Passado”, que embora as grandes cidades “têm atraído mais atenção”, geralmente “porque seus problemas têm sido mais agudos, (...) a maioria das pessoas continua a morar nas cidades menores” ¹⁷ (1978: 129).

A coletânea de memórias, das lembranças sobre os lugares, poderá ajudar a mostrar como as narrativas das pessoas ouvidas se conformam às alterações formais e sociais do lugar em que vivem e inserir suas trajetórias na história do lugar ¹⁸. Ouvindo moradores(as) de forma atenta às suas lembranças, recuperamos momentos únicos da

¹⁶ A “história local” ou “história regional”, subdivisões pertinentes ao “campo de observação”, implicam no interesse de se estudar diretamente uma região específica. Em relação à região conhecida como “Alta Paulista”, da qual o município de Garça faz parte, ainda há muito que se pesquisar. A maior parte das publicações são as poucas dissertações e teses produzidas nas unidades da UNESP em Assis, Presidente Prudente e Marília, (citadas na bibliografia) nas áreas da história, geografia e ciências sociais. Em geral a abordagem é essencialmente política e ou econômica, sem espaço para recortes mais antropológicos caracteristicamente presentes em publicações como os volumes do projeto “Terra Paulista”, desenvolvido pelo CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, em que grande parte do interior paulista (ainda falta o “novo” oeste) é revelado sob o viés da formação cultural.

¹⁷ Segundo dados divulgados no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dos 5561 municípios do Brasil, 5037 (~90%) tinham menos de 50 mil habitantes no ano de 2000. Pelos critérios do IBGE, municípios até 100 mil hab. são considerados pequenos e nesse caso temos 5336 municípios desse porte (~96%) e metade da população total vivem nesses municípios (~85 milhões de pessoas).

¹⁸ A construção de uma “genealogia” dos acontecimentos por meio de entrecruzamentos que circunscrevam as condições de sua aparição sem aprisioná-los em esquemas rígidos, considerando sempre uma racionalidade posicionada, é uma tarefa que se aproxima da noção de História como “ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa” de forma a manter uma interação com o presente que pode ser chamada de “função social do passado”; o passado seria organizado em função do presente (LE GOFF, 2003: 26). Se a História tem como papel fundamental a contínua reconstrução do passado interagindo com o presente, a memória é um elemento básico dessa relação. Le Goff conclui que a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (IDEM: 469-471).

cidade em suas múltiplas temporalidades e recobramos a característica humana do lugar, do espaço vivenciado ¹⁹.

Categorias de análise se entrecruzam em tal abordagem, como as de geração e gênero, lembrando, por exemplo, que “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história” (BOSI, 1979: 339) e que tais “pontos de demarcação” podem ser muito distintos considerando, entre outros aspectos, as diferenças entre memórias masculinas e femininas ²⁰.

A “memória individual” pode e deve ser considerada uma fonte de pesquisa, ressaltando que ela é interior, inata, subjetiva, pessoal, mas por estar ligada à trama coletiva da existência social pode ser organizada e sistematizada a partir da interpretação metódica, reconstruindo e problematizando algo que materialmente não existe mais ²¹. Das imagens e dos sentimentos evocados por meio das rememorações e

¹⁹ Nesse sentido há enorme potencial na coleta e análise de evidências orais, considerando que a história oral “possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores”, “é uma história construída em torno de pessoas” e, dessa forma, ela “lança a vida para dentro da própria história e alarga seu campo de ação” e “pode dar um sentimento de pertencer a um determinado lugar e a determinada época” (THOMPSON, 1978: 44).

²⁰ Em “Los Trabajos de La Memoria”, no capítulo “El Género e Las Memorias”, Elizabeth Jelin afirma que : “Las voces de las mujeres cuentan historias diferentes a las de los hombres, y de esta manera se introduce una pluralidad de puntos de vista. Esta perspectiva también implica el reconocimiento y legitimación de „otras” experiencias además de las dominantes (em primer lugar masculinas y desde lugares de poder). (...) Existen algunas evidencias cualitativas que indican que las mujeres tienden a recordar eventos con más detalles, mientras que los varones tienden a ser más sintéticos em sus narrativas, o que las mujeres expresan sentimientos mientras que los hombres relatan más a menudo em uma lógica racional e política, que las mujeres hacen más referencias a lo íntimo y a las relaciones personalizadas – sean ellas em la familia o em el activismo político -. Las mujeres tienden a recordar la vida cotidiana, la situación económica de la familia, lo que suponía que debían hacer em cada momento del día, lo que ocurría em sus barrios y comunidades, sus miedos y sentimientos de inseguridad. Recuerdan em el marco de relaciones familiares, porque el tiempo subjetivo de las mujeres está organizado y ligado a los hechos reproductivos y a los vínculos afectivos” (108-111). Em a “A Voz do Passado”, no capítulo “A Memória e o Eu”, Thompson mostra que a distinção entre masculino e feminino, por exemplo, é construída culturalmente. Diz que a partir do início do “desenvolvimento da consciência social, a menina pequena aprende que é uma fêmea que ingressa numa cultura que privilegia a masculinidade e, por isso, privilegia os homens” e, portanto, para “assumir um lugar positivo no mundo da cultura, ela tem que lutar desde o início, mas é uma luta desigual”. De certa forma, estamos condicionados dentro dos limites de nossa linguagem, cultura e experiência. Uma série de atitudes é internalizada e uma maneira de percebê-las é, por exemplo, “nas diferentes maneiras pelas quais homens e mulheres mais idosos utilizam a linguagem” (1978: 204).

²¹ A memória é um elemento básico da contínua reconstrução do passado interagindo com o presente e como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” é construída em bases orais e ou escritas, e não necessariamente tem alguma preocupação com exatidão e sim com a possibilidade de diálogo entre o passado e o presente vinculado ao estudo de identidades (LE GOFF, 2003: 427).

esquecimentos, combinações entre vivências e espaços podem configurar representações da cidade de maneira a possibilitar a compreensão das diferentes práticas sociais e comportamentos relacionados aos lugares ²².

Analisando representações e práticas, a partir dos relatos coletados por meio das entrevistas temáticas, construindo um contexto objetivo de significado a partir de contextos subjetivos recolhidos de impressões, opiniões, sentimentos e crenças do universo pesquisado, podemos compreender como vivenciamos a cidade, como a compartilhamos e a construímos de forma interativa ²³.

Como da implantação e mudança da linha férrea, em Garça - SP, até hoje, percorremos três gerações, a perspectiva histórica e contextualização foram fundamentais à pesquisa para desvelar lembranças sobre a ligação entre a ferrovia e a cidade e as implicações sociais decorrentes ²⁴. Refazendo percursos, as diversas formas como as pessoas trilharam a cidade, podemos historiar os lugares e analisar as maneiras de se apropriar dos espaços, assim como verificar como se processa a organização socioespacial da cidade e identificar relações de sociabilidade nesses espaços que no

²² As entrevistas feitas no sentido de evidenciar como as “histórias de vida” se relacionam com as alterações dos lugares da cidade podem proporcionar uma oportunidade de as pessoas recuperarem a história “em suas próprias palavras” (THOMPSON, 2002: 337). Podemos construir, a partir de relatos individuais, uma história dos lugares de forma a fornecer narrativas expressivas a gerações mais jovens, trazendo a história “para dentro da comunidade”, extraindo a história “de dentro da comunidade” de maneira a proporcionar um “sentimento de pertencer” a um lugar (IDEM: 44). Considerando que “todo passado é presente”, é importante “saber como ele se insere nas práticas cotidianas e, por extensão, como influi na maneira de pensar, sentir e agir no presente” (MONTENEGRO, 2006: 97).

²³ As pessoas, desde muito cedo, “aprendem a contar histórias de acontecimentos relacionados à sua própria vida ou mesmo daqueles eventos que as alcançam pela importância ou significado que lhes atribuem”. Dessa maneira, “o ato de narrar o passado a partir do olhar do presente, incorporando experiências, traz diferentes perspectivas que vão sendo estabelecidas a partir dos embates da vida diária, resultando do próprio operar cotidiano” (MONTENEGRO, 2006: 96).

²⁴ O passado se reflete no presente que, portanto, é um “produto histórico” ainda que “escondido ou camuflado” (PAIS, 2003: 83). Se entendermos o passado como algo baseado na memória, que é construída e não é unívoca, concluímos que podem existir múltiplas possibilidades de construir a história e interpretar o presente. A utilização de fontes orais permitiu a realização de uma pesquisa interpretativa a partir de uma matéria prima aparentemente imprecisa, sujeita a variações de ordem emotiva, mas que, para o objetivo de verificar como habitantes de um lugar qualificam os espaços urbanos e codificam distinções sociais, suplantou, mas não necessariamente excluiu, a consulta a fontes tradicionalmente utilizadas como documentos oficiais, periódicos, material iconográfico, etc.

tempo assumem formas específicas, desvelando prováveis deslocamentos sociais dos espaços urbanos ²⁵.

Recuperar os trilhos possíveis por entre as várias atividades cotidianas significa recuperar vivências repletas de emoções que uma contemplação de aspectos meramente formais da cidade deixaria escapar. Durante a pesquisa ficou evidente que determinadas percepções da cidade se contrastam, algumas se institucionalizam, outras não, mas um foco central é a perspectiva do espaço físico como suporte material de relações sociais. A questão não é a experiência urbana “per si”, mas as sociabilidades, práticas e representações relacionadas às percepções do espaço urbano por meio, fundamentalmente, dos relatos de antigos(as) moradores(as) sobre o cotidiano da cidade.

No âmbito das representações um vetor é ressaltado na pesquisa, as estratégias de distinção, considerando práticas e arranjos sociais relacionados à materialização do espaço urbano. A distinção está associada à noção de “limite”, ilustrada inicialmente pela questão da divisão do núcleo urbano pela linha férrea, mas presente em outras situações. Considerando-se que boa parte do imaginário sobre a sociedade brasileira ²⁶, em geral, não expõe “limites” sociais de forma visível, a visibilidade da linha férrea é materialmente e simbolicamente um indicativo para se desvelar as linhas invisíveis que delinearam parte da sociabilidade local durante a formação e ocupação da cidade no período enfocado.

²⁵ Considerando a imagem inicial da divisão da cidade entre as partes “acima” e “abaixo” pelos trilhos da ferrovia podemos imaginar outras “fronteiras entre os espaços e lugares” que “podem ser esquinas, pontes, praças, ruas, avenidas (...)”, mas não há nada evidente por si, pois às marcas físicas se interpolam as marcas imaginárias”. A “forma externa” da cidade, fisicamente delineada pode ser melhor compreendida mediante a leitura e interpretação dos “códigos” de diferenciação que socialmente configuram a “forma interna” em suas “múltiplas sutilezas que devem ser percebidas para além das meras concretizações físicas” (BARROS, 2007: 75-76).

²⁶ Existe certo tabu em relação a abordagens que expõe a “sociedade brasileira” como altamente hierárquica e que o(a) brasileiro(a), em geral, lida mal com a igualdade. Aspectos como a “cordialidade”, “democracia racial” e o “jeitinho brasileiro”, camuflam e minimizam práticas e representações preconceituosas que operam contraditoriamente junto a “ideais democráticos” e “valorização da igualdade” entre o “povo brasileiro”. Duas obras específicas, formalmente distintas, mas com abordagem semelhante tratam sobre essa questão: *A Cabeça do Brasileiro*, de Alberto Carlos Almeida, e *A Sociedade Contra o Social*, de Renato Janine Ribeiro. O economista Alberto Carlos de Almeida procura explorar quantitativamente um campo aberto por Roberto Damatta com as publicações *Carnavais, malandros e heróis* e *A casa & a rua*, enquanto o filósofo Renato Janine Ribeiro, na série de ensaios que constitui a obra citada, aborda a fundamentação ética da sociedade brasileira.

Práticas e representações, evidenciadas nos relatos, especificamente as diretamente vinculadas à distinção socioespacial na cidade, foram fontes para compreensão de aspectos da realidade social, lembrando que são as pessoas que atribuem significados aos objetos materiais e imateriais que fazem parte de suas vidas.

Simultaneamente, as fontes utilizadas e o tratamento dado produziram uma narrativa informativa sobre a “história” da cidade, orientando-a com a intenção de evidenciar as hierarquizações sociais e espaciais materializadas inicialmente pela distinção entre o “acima” e “abaixo” da linha, mas enfatizando que a “linha férrea” é somente um dos elementos que ajudam a atribuir diferentes espacialidades e sociabilidades na cidade. Há uma reescrita da história da cidade, com viés etnográfico²⁷, a partir das percepções recolhidas.

A abordagem opera no sentido de reconstruir parte da vida urbana local em vários aspectos, mostrando como a cidade se constituía tendo como eixo a linha férrea no período em que dividia o núcleo urbano, considerando aspectos relativos aos limites físicos e sociais e estratégias de distinção na sociedade local.

O resultado dessa conversa toda foi um texto dividido em quatro partes, que organizam os assuntos, e certa cronologia relativa ao tema básico da pesquisa, as práticas e representações sociais na formação de Garça, no “novo” oeste paulista, considerando as percepções de alguns(mas) antigos(as) moradores(as) sobre o espaço urbano e formas de distinção socioespacial, durante o período em que a linha férrea dividiu a cidade. Representações duais marcam praticamente todo o texto, mas a simetria é constantemente alterada. Há diversos matizes nas dualidades imaginadas, mas a(s) linha(s) estão presentes, dividindo, organizando espaços, sociabilidades e memórias.

No primeiro capítulo, “Oeste paulista adentro”, o início da ocupação da chamada “Alta Paulista”, a partir das “frentes pioneiras”, contextualiza a formação do município de Garça, a importância do “café” e da “ferrovia” na configuração urbana das cidades

²⁷ Considerando que, em geral, “toda etnografia é, em última análise, a revelação de uma posição social específica diante de um objeto social ou cultural”. Caracteristicamente o discurso etnográfico permite transformar o “exótico em familiar e o familiar em exótico”, sempre de forma “relativizada”, implicando em “múltiplas leituras da realidade” (DAMATTA, 1997: 307-308).

que se formam e a ação dos “colonizadores” e “colonos” durante o início dos “patrimônios” que originam a cidade, trata-se da questão do “negócio da terra”, “empreendedores” locais e a relação entre os chamados patrimônios “acima” e “abaixo” da linha.

No segundo capítulo, “Vizinhanças”, sempre considerando elementos destacados nas entrevistas realizadas, verifica-se o deslocamento da rivalidade interna, entre os patrimônios, para uma rivalidade externa com o município vizinho de Marília. A comparação e certa disputa, manifesta em vários depoimentos, atua como forma de entender elementos de identidade que minimizam os conflitos entre as partes “acima” e “abaixo” da linha, transpondo a oposição para a relação entre Garça e Marília. Simultaneamente, revelam-se as semelhanças na formação e ocupação da cidade vizinha, mostrando-se, a partir do contraponto, como os municípios originados com a mesma dinâmica se interligam em uma rede de hierarquias que se formam e se consolidam.

Em “Catolicismos „acima“ e „abaixo“ da linha”, o terceiro capítulo, retoma-se a questão da dualidade entre os dois núcleos urbanos, a partir das paróquias, explorando-se o vínculo entre religiosidade e práticas urbanas. A “disputa” entre as paróquias “acima” e “abaixo” da linha é exposta em representações diversas. A partir dos relatos utilizados expõem-se vieses de “classe” e “gênero” que originam versões diferenciadas sobre a questão relacionando o catolicismo local, formas de sociabilidade e intervenções espaciais.

Finalmente, no quarto capítulo, “Vivendo „acima“ e „abaixo“ da linha”, a abordagem é mais específica quanto às práticas e sociabilidades urbanas, destacando relatos sobre moradia, comércio, lazer, transporte, educação, enfatizando aspectos relativos à distinção socioespacial, envolvendo preconceitos de ordens diversas (relacionados à cor da pele; local de moradia e estudo; formas de lazer; origem familiar; rendimentos) constituindo limites sociais, fisicamente invisíveis, mas que materialmente podem eventualmente ser representados no espaço urbano local com alterações no decorrer do tempo.

Capítulo 1 – Oeste Paulista adentro

1.1 “Frentes pioneiras” no oeste novo

A conquista de novas fronteiras no “oeste novo” paulista a partir do final do século XIX e início do século XX foi marcada pela rudimentar abertura de trilhas em meio às densas florestas virgens em “caravanas” ou “comitivas” formadas por geralmente grandes grupos de homens com a incumbência de abrir o caminho para a ocupação das terras. A tecnologia dessas empreitadas, principalmente em relação aos meios de locomoção, pouco mudara desde as primeiras “bandeiras” e “entradas”, as expedições armadas que partiam de São Vicente e depois de São Paulo no século XVI para desbravar o sertão aprisionando índios e procurando metais e pedras preciosas.

Ainda dependendo do transporte por animais como mulas e bois, os “pioneiros” que adentram o “oeste paulista” chegam às novas terras montados em “lombo de burro”, entram em contato com os povos nativos (em geral de forma conflituosa), derrubam as matas e exploram o “ouro verde”, as plantações de café. Muito rapidamente o transporte ferroviário e rodoviário substitui o secular instrumento e imprime uma das marcas da modernização tecnológica, nem sempre em compasso com outros sinais da modernidade²⁸.

É um traço comum a convivência entre o “rústico” e o “moderno” a partir da observação de práticas e representações durante o povoamento e surgimento de cidades do chamado “Novo Oeste” paulista²⁹.

²⁸ Historicamente a modernidade é fruto das revoluções burguesas que colocaram em xeque quase todas as instituições convencionais. Rompendo e reinventando tradições, vinculadas a um passado “pré-moderno”, a modernidade expressaria descontinuidade, a ruptura entre o que se apresenta como o “novo” e o que persiste como herança do “velho”. Haveria uma quebra de referências sociais e substituição de instituições “tradicionais” orientadas por linhagem familiar, por exemplo, por organizações muito maiores e impessoais, acompanhadas pela “modernização” no sentido de transformações instrumentais que facilitariam a vida dos seres humanos (GIDDENS, 1991).

²⁹ O cotidiano dos “pioneiros” e suas famílias, relatado sob diversas formas, mostra as dificuldades em função da falta de recursos e a distância de centros urbanos. O “desbravamento” de novas regiões até o final do século XIX e início do século XX realizou-se aos poucos, a partir de “itinerários de penetração” que se transformavam em caminhos para o transporte, em mulas e carros de boi, de mercadorias necessárias à subsistência dos(as) primeiros(as) habitantes (POSSAS, 2008).

O avanço sobre as “terras virgens” da região oeste do Estado de São Paulo é parte da chamada “marcha do café”, que promoveu a contínua expansão iniciada no Vale do Paraíba em torno de 1830 ³⁰, passando pela área central por volta de 1870 e chegando ao oeste, na fronteira com o Estado do Paraná, no início do século XX.

Após o início no Vale do Paraíba, são basicamente dois períodos da “marcha do café” no Estado de São Paulo, as fazendas do “Velho Oeste” servido pelas ferrovias “Paulista” e “Mogiana” e compreendendo a região de Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Moji - Mirim, São Carlos, Rio Claro e Ribeirão Preto; e as do “Novo Oeste” atendido pelas ferrovias “Sorocabana”, “Noroeste” e “Paulista” e constituído pela região que inclui, dentre outras, as cidades de Botucatu, Bauru, Lins, Araçatuba, São José do Rio Preto, Marília, Assis, Tupã, Presidente Prudente. O avanço das frentes pioneiras para o oeste está intimamente ligado às ferrovias, seguindo o avanço das plantações de café, como foi o caso do Velho Oeste, ou abrindo caminho para em seguida se formarem as fazendas, como no Novo Oeste (TOLEDO e GANCHO, 1992: 34) (**Figura 1**).

³⁰ Até o início do século XIX o café era uma planta quase ornamental cultivada em hortas e jardins botânicos no Brasil, mas em pouco tempo assume a posição de maior item exportado. De 500 quilos carregados no porto do Rio de Janeiro em 1800, são embarcadas mais de 6000 toneladas em 1820 (GOMES, 2010: 60). De 1821 para frente, a venda de café brasileiro é registrada rotineiramente como um dos maiores itens de exportação do país. A produção cresce ininterruptamente até o final do século XIX, quando são exportadas mais de 150 000 ton., correspondendo a 56,9% da pauta de exportações nacionais (LAPA, 1993: 14).



Figura 1 - Expansão do café em SP de 1836 a 1935 e principais linhas das companhias ferroviárias em meados do Século XX.

(Fontes: LEITE, Marcelo (organizador). *Nos caminhos da biodiversidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Página 193. CAMARGO, Maria Daniela B. de. São Paulo moderno: açúcar e café, escravos e imigrantes. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: história, arte e costumes*. Volume 1: A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra. São Paulo, CENPEC/Imprensa Oficial, 2004. Página 142).

As novas frentes de plantio de café, no “Novo Oeste Paulista”, correspondem às chamadas “frentes pioneiras”³¹ e são abertas por antigos cafeicultores das regiões mais antigas que partiam de cidades como Campinas e Ribeirão Preto, denominadas “frentes de expansão”³². São esses cafeicultores que, em geral, financiam a expansão ferroviária³³ e estimulam a vinda de imigrantes para o trabalho nas lavouras (Figura 2).

³¹ José de Souza Martins trata especificamente desse tipo de expansão no artigo: Frente Pioneira - contribuição para uma caracterização sociológica. *Estudos Históricos*, Marília, nº 10, PP. 33-41, 1971.

³² Grosso modo, as “frentes de expansão” relacionam-se à ocupação feita, em geral, por posseiros e de modo disperso e descontínuo, entre os anos de 1850 a 1870. As “frentes pioneiras” tem outra dinâmica, bem distinta da primeira em relação à intensidade, organização e interesses de seus atores, pois nesse momento, entre 1880 e primeiras décadas do século XX, há necessidade urgente de terras para o cultivo do café (POSSAS, 2008).

³³ A Companhia Paulista de Estradas de Ferro é um exemplo. Foi fundada em 1868, a partir do desinteresse do prolongamento da primeira estrada de ferro paulista a “Santos-Jundiaí”, da “São Paulo Railway”, iniciada em 1860 e financiada com capital inglês (MATOS, 1990: 74). Os fundadores da empresa eram “ricos fazendeiros, que viram na organização da estrada de ferro um meio de assegurarem-se melhor quanto ao funcionamento dos seus próprios cafezais” (MONBEIG, 1998: 238).

No final do século XIX, italianos, espanhóis e japoneses, além de migrantes nordestinos, já trabalhavam em cafezais de Ribeirão Preto, mas o fluxo aumenta proporcionalmente ao avanço da ferrovia que garantia o transporte dos trabalhadores estrangeiros que vinham para morar nas colônias ³⁴ construídas nas fazendas (CAMARGO, 2004: 146).



Figura 2 – “Imigrantes suíços na „Fazenda Suíça“, no atual município de Guaimbê, na região de Lins SP, década de 1920. „Acervo Memorial do Imigrante”.

(Fonte: LEITE, Marcelo (organizador). *Nos caminhos da biodiversidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Página 192)

Muitos ex-colonos, principalmente italianos, trabalhavam nas estradas de ferro, assim como imigrantes urbanos, que juntamente com as ferrovias e suas estações foram fundamentais à “modernização” da produção de café. A extensão das áreas de cultivo, cada vez mais distantes dos portos, implicou no desenvolvimento de “novas” formas de transporte em substituição ao “lombo de burro”.

³⁴ “As colônias eram os agrupamentos de casas construídas (por vezes pelos futuros moradores) para abrigar os trabalhadores. Inicialmente próximas da sede da propriedade, o que permitia um controle pelo fazendeiro e causava descontentamento aos moradores, elas foram sendo distanciadas, isoladas à medida que as reclamações e as plantações aumentavam. Os colonos podiam ter escolas, frequentar as capelas das fazendas e realizar suas festas em espaços cedidos pelo proprietário, geralmente as tulhas e os terreiros de café. Nas fazendas, por vezes, juntavam-se três culturas diferentes: a do colono, geralmente europeu e italiano, a do caipira, que realizava trabalhos avulsos, e a do escravo. Nesse sentido, os terreiros das fazendas miscigenaram e dinamizaram a cultura do universo rural interiorano paulista” (CAMARGO, 2004: 139). Muitas fazendas de café ainda se utilizam de colônias, fisicamente muito semelhantes às do início de formação dos cafezais na Alta Paulista.

No final do século XIX, a consolidação de um modelo de desenvolvimento recente no Brasil, baseado na mão-de-obra livre, composta em grande parte por imigrantes, alavancou o surgimento de núcleos urbanos durante a expansão das áreas de cultivo de café no início do século XX no “Novo Oeste” paulista:

“A característica predominantemente rural de organização dos núcleos populacionais do Estado de São Paulo modificou-se após a chegada da ferrovia; sua construção e manutenção exigiam profissionais, oficinas de manutenção, armazéns e escritórios. (...) A presença dos trilhos e das estações marcou a paisagem construída dos núcleos urbanos, virando pontos de referências, nomes de avenidas e parâmetro de crescimento de bairros, atraindo casas comerciais e indústrias. As ferrovias deram um sentido de regionalidade ao Estado de São Paulo, emprestando nomes às áreas pelas quais passavam” (CAMARGO, 2004: 145).

As regiões desbravadas eram associadas e nominadas a partir das ferrovias que as serviam ³⁵, mas um aspecto que distingue o início da maioria das cidades da “Alta

³⁵ A partir de uma divisão estabelecida por Sérgio Milliet, na obra “Roteiro do café e outros ensaios”, José Francisco Camargo, em “Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos”, publicada originalmente em 1952, considera dez regiões agrupando os “369 municípios” de São Paulo: “1ª zona: CAPITAL”, formada pela capital e municípios vizinhos e para onde convergiam “todas as estradas que ligam as diversas zonas do interior do Estado de São Paulo”; “2ª zona: VALE DO PARAÍBA e LITORAL NORTE”, “a mais antiga zona de colonização do Estado”, constituída por municípios servidos pela “Central do Brasil”; “3ª zona: CENTRAL”, “formada por municípios das Estradas de Ferro Paulista, Sorocabana (compreendendo a antiga Ituana) e Bragantina”, “segunda zona do Estado procurada pela cultura do café (...) ocupando Campinas o seu centro”; “4ª zona: MOGIANA”, “constituída por todos os municípios tributários da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro no Estado de São Paulo, formou-se esta zona como prolongamento da região de Campinas, a primeira ‘boca de sertão’ do Estado”; “5ª zona: BAIXA PAULISTA”, composta por “municípios servidos pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro e da São Paulo-Goiás”, tem a indústria fabril como base econômica principal em cidades como “São Carlos, Limeira, Rio Claro e Araraquara”; “6ª zona: ARARAQUARENSE, DOURADENSE e PAULISTA”, “formada por municípios tributários de três estradas de ferro: Paulista, Douradense e Araraquarense”, considerando a Douradense como um prolongamento da Paulista, “confundindo-se com a Araraquarense à medida que avança para o Norte”, alcançando os municípios de Matão, Catanduva e Rio Preto”; “7ª zona: NOROESTE e ALTA PAULISTA”, “pode esta zona ser chamada de pioneira por excelência. Todos os seus municípios, exceto Bauru, foram criados a partir de 1913. (...) A ‘Noroeste’ assenta os primeiros trilhos em Bauru em 1905 e ‘nove anos depois’ já alcançam Araçatuba. Marília em 1928 recebe uma estação da Companhia Paulista e em 1934 já tem ‘mais de 70 mil habitantes’. ‘Em 1945 contém toda a zona 13% da população total do Estado e no início do século era um sertão unicamente habitado pelos índios. (...) Esta zona pioneira caracteriza-se, pois, pelo seu rápido povoamento, concomitante com a expansão das estradas de ferro, e pela valorização do solo com a cultura cafeeira, notando-se uma redução na área média das propriedades agrícolas assim como o alto grau de colaboração do estrangeiro na economia da região”; “8ª zona: ALTA SOROCABANA”, composta por “municípios servidos pela Estrada de Ferro Sorocabana, em sua parte mais recente. É no final do século XIX e, principalmente entre 1900 e 1910, que se prolonga a Sorocabana além de Botucatu até Ourinhos, na direção do rio Paranapanema e do Paraná. Entre 1911 e 1920 os trilhos atingem Santo Anastácio, alcançando, no decênio seguinte Presidente Epitácio, no rio Paraná, a 891 quilômetros da capital paulista”; “9ª zona: BAIXA SOROCABANA”, em área “pouco servida pela estrada de ferro. Apenas Buri, Itapeva e Itararé são servidos pela Estrada de Ferro Sorocabana, sendo todos os outros municípios cortados por estradas de rodagem do Estado”; “10ª zona: SANTOS e LITORAL SUL”, “compreende esta zona os municípios do litoral sul, alguns dos quais tributários da Estrada de Ferro Sorocabana, no seu ramal Santos-Juquiá” (CAMARGO, 1981: 27-47).

Sorocabana” e da “Alta Paulista”, no “Novo Oeste”, é o surgimento de povoados antes da chegada da ferrovia ³⁶.

Enquanto nas frentes de expansão da “Noroeste” os trilhos e as estações ferroviárias praticamente determinavam o surgimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos que se formavam ³⁷, na “Alta Paulista” os pioneiros abriam as fazendas, e os agrupamentos iniciais surgiam, em geral, onde havia a expectativa da passagem de uma ferrovia. Dessa maneira, muitos povoados urbanos, chamados “patrimônios” ³⁸, acabaram ficando fora dos traçados implantados na região pela “Companhia Paulista de Estradas de Ferro” (**Figura 3**).

³⁶ “Enquanto na Noroeste os trilhos haviam precedido o pioneiro, o que em outras áreas não havia acontecido, na Alta Sorocabana, além de Assis, o que houve foi o sincronismo entre a marcha do povoamento e o avanço da estrada de ferro” (MONBEIG, 1998: 11).

³⁷ Ver: GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

³⁸ Patrimônio era um princípio de núcleo urbano, com caráter religioso, ou não, em uma parte do território que geralmente era doado para formação de uma nova paróquia (MONBEIG, 1998: 236).

Em geral, um proprietário de terras doava lotes e ou uma quadra para a construção de uma igreja católica em devoção a um santo. Em torno da igreja, e praça em volta, os habitantes se fixavam e davam origem a um bairro, vila ou povoado. Muitas cidades surgiram dessa forma no Estado de São Paulo e, em muitos casos, havia mais de um “patrimônio” e respectiva igreja, como foi em Marília-SP, onde os pioneiros Antonio Pereira e Bento Sampaio doaram e ajudaram a construir respectivamente as igrejas de Santo Antonio, no patrimônio “Alto Cafezal”, e de São Bento no patrimônio “Cincinatina”. No caso havia uma rivalidade entre os dois fundadores e a igreja de São Bento foi construída de costas para o patrimônio vizinho. Falaremos mais sobre essa questão no próximo capítulo.

É importante salientar que na acepção de “povoação”, patrimônio é um termo regional paulista (MICHAELIS, 2000).

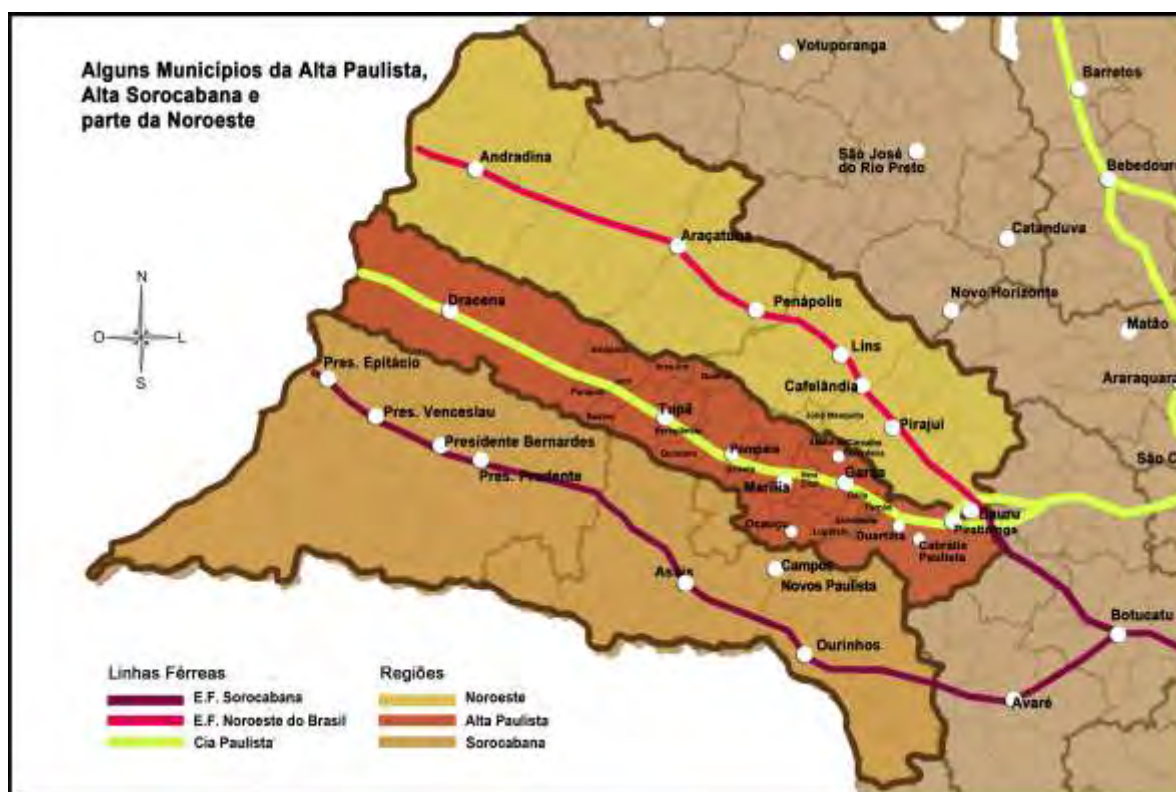


Figura 3 – Oeste do Estado de São Paulo indicando Garça, na “Alta Paulista”, e alguns municípios das regiões vizinhas, “Sorocabana” e “Noroeste”.

(Elaborado a partir de informações em: CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE – IPE/USP, 1981)

Não eram tantas as alternativas para o início de novos “patrimônios”, pois a Cia Paulista optava pelos espigões das regiões desbravadas, mas a diferença de alguns quilômetros implicou no “fracasso” ou “sucesso” de muitos povoados. Em geral, “aproximadamente de 15 em 15 quilômetros implantava-se uma estação na orla de uma zona desbastada com um quilômetro quadrado que se destinava a tornar-se uma cidade” e a povoação acontecia no decorrer do tempo (LÉVI-STRAUSS, 1986: 113).

Basicamente, para a implantação de uma ferrovia dever-se-ia evitar aclives e declives acentuados minimizando a necessidade de cortes e aterros durante a construção do leito. Portanto, a melhor opção era obedecer às curvas de nível conforme a topografia das áreas. Em geral, a várzea dos rios e os espigões das encostas favorecem a execução de longos trechos sem grandes obras de terraplanagem. A escolha dos espigões tem a vantagem de evitar o risco de inundações comuns em vales e de apresentar quase sempre solos mais resistentes. Mas em relação à criação de cidades existe um problema para captar água em espigões, pois o lençol freático quase sempre é mais aprofundado dificultando a construção de poços ou captações superficiais em mananciais nos vales.

A opção pelos poços implicava em grandes e perigosas escavações para atingir os veios d'água mesmo para uma baixa vazão. A escolha pela captação em rios e ou minas nos vales dependia de grandes linhas de tubulação e a necessidade de construir estações elevatórias de água com instalação de bombas movidas a energia elétrica para a adução. Ou seja, inicialmente era muito mais vantajosa a ocupação dos fundos de vale para o surgimento de núcleos urbanos, pela facilidade de acesso à água, mas hoje em dia sabe-se dos riscos que tal escolha provocou após anos de adensamento populacional nas margens de córregos, ribeirões e rios. São praticamente inevitáveis as inundações nas cidades que seguiram o padrão de urbanização de vales. A ocupação a partir dos espigões, adotada como estratégia da Companhia Paulista de Estradas de Ferro dificultou muito o abastecimento de água dos incipientes núcleos urbanos na Alta Paulista, mas facilitou a questão da drenagem no decorrer do crescimento da população e da área urbana dos municípios na região.

Embora não significasse que o povoamento fosse se desenvolver, a ferrovia à margem e a estação eram um grande diferencial em relação aos núcleos urbanos que ficavam fora do trajeto. Em 1917, um dos primeiros fazendeiros da região das nascentes da bacia hidrográfica do Aguapeí (Feio) fundou o “Patrimônio de Santa Cecília”, atual município de Álvaro de Carvalho ³⁹. Loteou e vendeu terrenos supondo que por ali passaria o traçado da estrada de ferro, que seria construída partindo da “estação de Jacutinga, da Estrada de ferro Noroeste do Brasil, passando pelas cabeceiras dos rios Feio e Tibiriçá e terminando no Salto Carlos Botelho” ⁴⁰, mas o projeto nunca saiu do papel.

³⁹ O município de “Álvaro de Carvalho” teria surgido a partir da instalação de um “boliche” (bodega, pequena mercearia) por “Mamede Barreto”, em “princípios de 1930”, “no qual vendia alguma coisa, inclusive água para beber, ao preço de duzentos réis o copo”. No mesmo ano, outro “desbravador”, “João Cajuciro de Souza” teria construído na proximidade uma habitação de tijolos e em pouco tempo mais pessoas se instalaram “formando-se a povoação” denominada “Patrimônio de Santa Cecília”. Em 1936 é elevada a “distrito de paz com o nome de Vila de Santa Cecília, do município de Garça”. Em 1937, em homenagem a um senador da república, passa a se chamar “Álvaro de Carvalho”, e em 1948 é elevado a município (IBGE, 1957:42-43). Há outra versão, baseada no depoimento do filho do fazendeiro Joaquim Álvaro Pereira Leite (SILVA, 1977: 28), que difere do histórico do IBGE, de autoria de “Bonaparte Giaferri”. Em geral, o IBGE utilizava informações de moradores da cidade para descrever a origem do município.

⁴⁰ A construção havia sido planejada em 1912, quando o município de Bauru “outorgou aos srs. Dr. Joaquim Álvaro Pereira Leite e Cel. Salvador de Toledo Piza e Almeida, concessão para construírem um via férrea”, conforme a “Lei nº 36, de 22 de maio de 1912”. A concessionária chamava-se “COMPANHIA DE ESTRADA DE FERRO DO RIO FEIO”, mas “devido à crise financeira provocada pela guerra de 1914, essa Companhia, embora realizados os levantamentos e estudos preliminares, não chegou a concretizar seus projetos, tendo sido dissolvida em 31 de outubro de 1914”. Em 1923, os “srs.

É curioso como o “fracasso” dessa iniciativa é registrado por um memorialista local, considerando a eventualidade que envolveria os desígnios de dois municípios vizinhos: “Somente o acaso interferiu, para que hoje não estivéssemos vivendo em outra localização, numa cidade que não se chamaria Garça, mas Santa Cecília ⁴¹. O seu fundador seria o dr. Joaquim Álvaro Pereira Leite, um dos pioneiros da nossa colonização” (SILVA, 1977: 21-22).

1.2 A formação da cidade de Garça

O município de Garça, do qual a “Vila de Santa Cecília” foi distrito até 1948, teve um enredo diverso e os nomes de dois pioneiros do núcleo urbano do município de Garça, “Dr Labieno” ⁴² e “Senhor Carlos Ferrari” ⁴³, fazem parte de lembranças de uma

Dr. João Sampaio, Henrique de Souza Queiroz, José Vasconcellos de Almeida Prado Junior e Rodrigo Cláudio da Silva” obtém uma concessão federal e fundam outra companhia com o mesmo nome da anterior. O projeto era de um traçado “partindo da estação de Lauro Müller, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, seguindo pelo espigão divisor Feio-Tibiriçá, até a confluência dos dois rios”, mas a construção também não foi realizada. (SILVA, 1977: 33).

⁴¹ No “Censo de 1950”, o ex-patrimônio de “Santa Cecília”, atual município de “Álvaro de Carvalho” tinha “6.446 habitantes” sendo “744” na parte urbana (IBGE, 1957: 43).

⁴² “Labieno da Costa Machado e Sousa, filho de José da Costa Machado e Sousa e de Maria Izabel Machado e Sousa, nasceu em 27 de setembro de 1879, na fazenda Vila Costina, propriedade de seu pai, no município de São José do Rio Pardo”. Passou boa parte da infância na Europa. Aos 21 anos estudava Engenharia na Alemanha. De volta ao Brasil, formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1909. Publicou vários textos, principalmente sobre política cafeeira, dentre eles “Valorização do café brasileiro”, em 1906, ano marcante pelo primeiro plano nacional de valorização com o intuito de “salvar a economia cafeeira” que apresentava sinais de “saturação e queda de preços já há alguns anos”. Em 1908 lança “Liga Agrária Brasileira”, obra destinada a “encorajar a prosperidade das classes agrícolas e comerciais do país pela defesa de seus direitos e interesses”. Encaminhou o texto para cafeicultores, Câmaras Municipais e autoridades governamentais. Em 1910 lança o programa do “Partido Nacional Brasileiro” e em seu manifesto explicita vários projetos que seriam essenciais ao desenvolvimento do Brasil. Segundo o Dr Labieno, uma das razões para que o país não progredisse o necessário “tem sido a falta de homens, de cidadãos verdadeiramente aptos, produzida pela falta de justiça no reconhecimento do mérito individual”. Defendia um plano de colonização agrária que estimulasse a pequena propriedade e a imigração espontânea, por meio da implantação de núcleos próximos às cidades, facilitando a “aclimação dos novos colonos, integrando-os econômica e socialmente” (MARTINI, 2000). O “Dr Labieno” faleceu em São Paulo no dia “20 de fevereiro de 1963”, segundo uma pequena nota no jornal “Correio de Garça” de “22 de fevereiro de 1963 nº1068”. O pouco destaque em relação a um dos fundadores e certo esquecimento são significativos. O memorialista organizador do “Livro de Garça”, em 1977, menciona o falecimento do Dr Labieno “no final da década de 60” utilizando dados “dos arquivos do Jornal „Comarca de Garça” que contém uma pequena biografia do pioneiro (SILVA, 1977: 80).

⁴³ “Carlos Ferrari” nasceu em Brescia na Itália em 6 de janeiro de 1875, filho de Pedro Ferrari e Regina Molardi Ferrari. Com 15 anos de idade, entusiasmado com histórias de emigrantes que foram para os EUA e Brasil, parte para terras brasileiras onde aporta em 1890. Desembarca em Santos e vai morar em São Simão, cidade próxima a Ribeirão Preto, para trabalhar em plantações de café. Reside em vários outros municípios e antes de mudar-se para a região da futura cidade de Garça trabalhava como colono no patrimônio de “Cincinato Braga” (um dos povoados de origem da cidade de Marília-SP) em 1915. Em

época e de um lugar muito específicos na memória de vários(as) antigos(as) moradores(as) da cidade, que os mencionam ao falar do início da ocupação. Mas quem são esses personagens que povoam parte das lembranças dessas pessoas? E por que outros atores do início da cidade ficam submersos?

Em 1950, após duas décadas sem recenseamentos nacionais ⁴⁴, o “IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” realiza um grande levantamento. O país havia mudado bastante e dentre as muitas diferenças há a forte interiorização da ocupação e o surgimento e crescimento de cidades, com a conseqüente urbanização. Em 1957 o IBGE publica os dados censitários de forma enciclopédica. Os municípios são apresentados como verbetes e, além de números e estatísticas, apresenta-se um “histórico” do surgimento. Em geral, as informações históricas são relatos de informantes locais ⁴⁵. O documento, talvez pela origem, uma instituição governamental, e seu caráter público, impresso com larga tiragem e distribuído em todo o país, assume papel de versão “oficial”.

Talvez, em parte, a força dessa história escrita e registrada do alto da autoridade de um documento oficial impregnou muito da memória das pessoas que leram ou ouviram sobre o início da cidade de Garça vinculada às figuras de “Labieno da Costa Machado” e “Carlos Ferrari”. Partiremos dessa versão para confrontarmos com relatos orais, de pessoas diversas, dando outros tons e acrescentando mais personagens a essa história do início do núcleo urbano do município de Garça, que assim é contada na “Enciclopédia do IBGE”:

“Há 40 anos, em julho de 1916, partia de Campos Novos, localidade situada a meio caminho, entre o rio do Peixe e o rio Paranapanema, na altura de Salto Grande, a primeira Bandeira, que iria atravessar a mata virgem e estabelecer-se nestas paragens, dando origem à atual cidade de Garça. A caravana era constituída pelo engenheiro Hengel, Senhores Odilon Ferraz, José Caetano de Oliveira, Adolpho Campanhã, Pedro Alcântara, José Mendes, 10 camaradas e 6

1918 adquire um lote de terras e em meados da década de 1920 faz um loteamento urbano que dá origem a um dos patrimônios iniciais da cidade de Garça, onde faleceu em 1944. (SILVA, 1977: 72)

⁴⁴ Não houve censo nacional em 1930 quando ocorre a “revolução” que põe Getúlio Vargas no poder e marca o final da chamada “República Velha” e em 1940 durante a “Segunda Grande Guerra”.

⁴⁵ No caso do município de Garça-SP, no final do texto da “Enciclopédia”, citam-se como autores do histórico os “Professores M. Lourdes Miralla Santos e Michel Haber”. Trabalhavam e moravam em Garça na época, segundo um dos nossos entrevistados, Sr. João Miguel Chaves.

cargueiros, chefiados pelo Dr. Labieno da Costa Machado. Atingindo as margens do Rio do Peixe, depois de percorrer uma região relativamente fácil de ser transposta em virtude de ali dominarem os campos, a comitiva segue-lhe o curso, rumo às nascentes ⁴⁶. Marchavam lentamente curso acima, abrindo a primeira picada quando descobriram um afluente pela margem direita; mudaram então o rumo, seguindo o curso do novo rio, ao qual denominaram mais tarde Ribeirão da Garça. Durante o percurso marginal a comitiva acampou diversas vezes para pousar e para fazer inspeção dos arredores. Esses estacionamentos efetuaram-se nos lugares seguintes: Barra Cascata, Água do Norte, Água do I.D.C.B.A., Água do Castelo, Olaria Velha, Confluência do Ribeirão de Santo Antônio e Ribeirão da Garça e, finalmente, na nascente deste último, onde acamparam definitivamente, abrindo a primeira picada na floresta construindo os primeiros ranchos. A terra era fértil e a floresta densa. As primeiras derrubadas foram feitas pelo Dr. Navarro J. Cintra nas terras que se situam à direita de cabeceira do Ribeirão da Garça. Ali se formou uma fazenda, que em 1920, já estava consideravelmente desenvolvida. Não tardou, portanto, a surgir um povoado em torno da sede da fazenda. Em 4 de outubro de 1924, com a presença de pessoas locais, o Dr. Labieno da Costa Machado fundava a cidade de Garça ⁴⁷ então Distrito de Campos Novos.” (IBGE, 1957:331).

Completando a informação na “enciclopédia” do IBGE, surge o nome e o papel do “Sr” Carlos Ferrari:

“Mas não se deve tão-somente ao Dr Labieno a fundação da cidade, ela originou-se de dois núcleos distintos: o primeiro do Dr Labieno, e o segundo do Sr. Carlos Ferrari. Esses dois núcleos não tiveram igual desenvolvimento, pois o primeiro embora mais antigo cresceu menos que o segundo devido a dois fatores: melhor localização e menor preço dos lotes. Os núcleos eram chamados Labienópolis e Ferrasópolis (sic), e foram as duas colunas fundadoras da cidade. Assim nasceu Garça que teve a princípio o nome de Incas e depois Italina ⁴⁸” (Idem).

⁴⁶ A região onde o município se localiza, nas cabeceiras dos rios do Peixe e Aguapeí, foi uma das últimas ocupadas no Estado de São Paulo (MONBEIG, 1998), o mapeamento foi realizado por expedições da “Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo” durante a primeira década do século XX.

⁴⁷ A grande quantidade de “garças” no ribeirão onde se iniciou a implantação da fazenda do “Dr Labieno” originou o nome do córrego, da propriedade e posteriormente da cidade. A espécie comum na região é “garça-branca-grande”, que se alimenta nas beiras de rios e lagoas, típica da América temperada e tropical. Ave esbelta, que chega a 1m de altura, tem coloração branca, pés pretos e longo bico amarelo.

⁴⁸ “Incas” e “Italina” seriam nomes propostos pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro seguindo uma sequência alfabética para as denominações das estações ferroviárias que a Companhia planejou. “A Partir de Piratininga, a Paulista vinha dando nomes das estações em ordem alfabética, na seguinte ordem: América, Brasília, Cabralia, Duartina, Esmeralda, Fernão Dias, Gália, Hespéria, Jafa, Kentukia e Lácio. A letra „M” caberia à nova estação. A ferrovia propôs vários nomes: Maratona, Macau e Mogúncia. Entretanto o Sr Bento de Abreu Sampaio Vidal, viajando para a Europa, a bordo do navio italiano „Giulio Cesare”, encontrou na biblioteca do mencionado barco o livro „Marília de Dirceu”, famoso poema de Thomaz Gonzaga. Nenhum nome pareceu-lhe mais oportuno. De bordo mesmo, despachou correspondência para a direção da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sugerindo o nome de batismo da nova estação” (IBGE, 1957: 113-114). O informante do histórico sobre Marília, na enciclopédia do IBGE, publicada em 1957, “Fernando Roberto Humaytá”, não relaciona a estação de

Nessa versão, o surgimento de Garça ocorre a partir de dois “núcleos” urbanos. O “núcleo” fundado pelo Dr. Labieno, parte de um grande projeto de colonização, que será mencionado mais a frente, embora “mais antigo”, não se desenvolveu como o loteamento realizado posteriormente pelo Sr Carlos Ferrari em função de “melhor localização e menor preço de lotes”, segundo o “histórico” do IBGE.

Os loteamentos eram conhecidos como patrimônios “Labienópolis” e “Ferrarópolis”. Surgem com princípios urbanísticos similares, mas estratégias de implantação e vendas diferenciadas (Figura 4).

“Italina” ou “Incas”, mas menciona “Jafa”, atualmente um distrito de Garça distante sete quilômetros da cidade, na direção oeste, que praticamente mantém as mesmas características iniciais dos patrimônios que surgiram margeando a ferrovia. Não houve desenvolvimento, nem movimentação política suficiente para a emancipação do distrito de Jafa em relação a Garça, assim como alguns outros patrimônios vizinhos a Marília mantêm-se como distritos desse município, como “Lácio”, “Avencas”, “Dirceu”, “Padre Nóbrega”, “Amadeu Amaral” e “Rosália”. Se a omissão do informante em relação a Garça foi proposital ou não, o fato é que os nomes sugeridos pela “Paulista” passavam pelo crivo de algum mandatário do poder local, como “Bento Sampaio”, também “deputado” na década de 1920, que “batizou”, além de Marília, Lácio, onde a estação foi construída em área doada por ele (PEREIRA, 2005:31).

O “Dr Labieno” não deve ter concordado com as sugestões da Cia Paulista e a cidade teve o mesmo nome da fazenda aberta por ele no final da década de 1910, quebrando a nomenclatura alfabética proposta pela ferrovia. A próxima estação, depois de Garça, Jafa, manteve o nome, mas a denominação seguinte “Kentuchia” também não se manteve sendo alterada para “Vera Cruz”, como município.

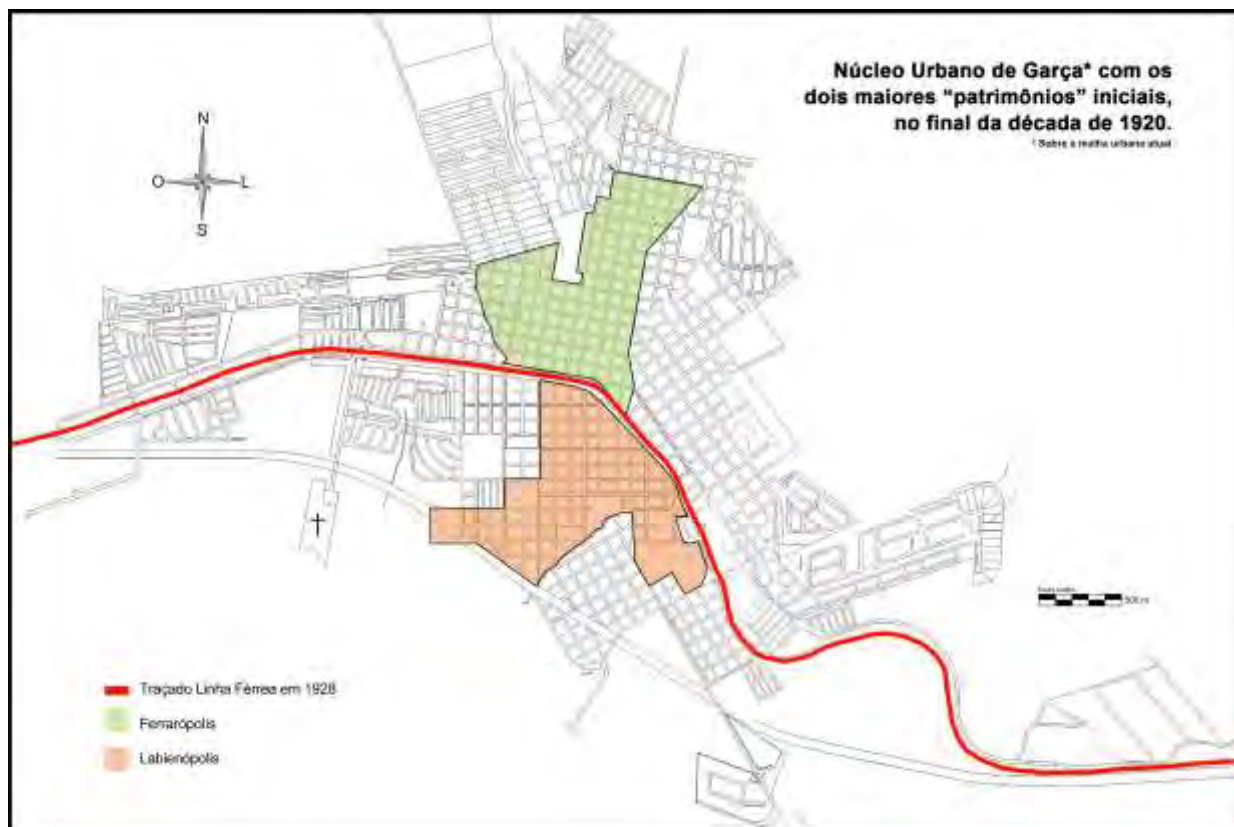


Figura 4 – Mapa da cidade de Garça indicando os patrimônios de Labienópolis e Ferrarópolis, no final da década de 1920.

(Elaborado a partir de informações sobre aprovação de loteamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Prefeitura de Garça)

O “Dr Labieno” chega à região com a intenção de promover a cafeicultura a partir de um modelo de exploração que envolve a fixação de grandes contingentes de imigrantes em pólos de desenvolvimento baseados em núcleos urbanos e pequenas propriedades ao redor. Trabalha com várias escalas e objetivos de curto, médio e longo prazos. Embora construa uma residência logo que abre a primeira “avenida” em seu loteamento, o “Dr Colonizador” não se fixa no local. A residência é uma das várias que construiu em suas inúmeras propriedades e empreendimentos e, estrategicamente, também serve de hospedagem aos prováveis compradores de terras durante as visitas para conhecerem a região. Dr Labieno tem uma visão planejada, no sentido de basear sua iniciativa colonizadora em um modelo rígido, mas que se mostrou inadequado em geral e especificamente falho na experiência da fundação do “Patrimônio Labienópolis”.

O “Sr Carlos Ferrari”, imigrante italiano que chega para trabalhar nas lavouras de café, consegue comprar uma propriedade na região em meados da década de 1920 e de maneira oportuna faz um loteamento logo após a iniciativa de seu poderoso vizinho,

“Dr Labieno”. O “Sr Colono” se fixa como sitiante e plantador de café inicialmente, como outros tantos pequenos proprietários na região. Suas terras não foram adquiridas de “Labieno” e, portanto, logo de início não há nenhuma vinculação entre eles. Muito provavelmente o “Dr Colonizador” não via o “Sr Colono” como rival.

Aproveitando-se de um desentendimento entre “Labieno” e um de seus corretores o Sr Carlos Ferrari acata a sugestão de lotear parte de suas terras e rapidamente marca e vende a preços menores terrenos a partir de um quarteirão que doa para a igreja. Embora a divisão em quadras e lotes seja similar ao projeto do “Dr Labieno”, o “Sr Carlos Ferrari” pensa em escala reduzida ao tirar vantagem de uma situação e moldar sua iniciativa às condições locais mediante um contato mais informal com os compradores que em geral eram pessoas com condições socioeconômicas muito parecidas com as do ex-colono.

Veremos a partir de vários relatos que a oposição entre as figuras do “Dr Labieno” e do “Sr Carlos Ferrari” são construídas em grande parte em função de um imaginário que põe confiança na aparente informalidade e cordialidade do “Sr Colono” e temeridade na também aparente formalidade e rispidez do “Dr Colonizador” que certamente quase não fazia negócios pessoalmente, diferentemente do Sr Carlos Ferrari que realmente morava no núcleo urbano que iniciara.

A dualidade também é uma representação que pode ser enganosa quanto à imagem dos pioneiros “oficiais”. Existem outros protagonistas. No jornal “Comarca de Garça”, de 12 de outubro de 1935, em sua edição nº 18, comemorativa da elevação do município à “cathegoria (sic) de Comarca”, uma circunscrição judiciária sob a jurisdição de um ou mais juízes de direito, são citados alguns dos “fundadores” de “patrimônios”, além dos mais mencionados “Dr Labieno da Costa Machado” e “Sr Carlos Ferrari”. Conforme o texto que discorre sobre o “Histórico de Garça”, em 1924 “dão-se as primeiras foiçadas para a fundação do patrimônio Labienópolis”, abrindo-se a “avenida que hoje traz o nome de Dona Faustina” e “já se falla em povoado” inclusive com a criação de um “districto policial”. Em “29 de dezembro de 1925” a localidade é elevada à “cathegoria de Villa” e em “1926”, Carlos Ferrari “já então contado como garcense” abria seu “patrimônio de Ferrarópolis que teve o desenvolvimento dum cyclone”.

Em seguida surge o “patrimônio Barrópolis” do “Cel Barros”. Segundo o articulista, o povoado formado fica conhecido por “Labienópolis, Ferrarópolis, Garça e Três Unidos”, sinalizando a origem distinta dos patrimônios iniciais. Pouco depois, no ano em que a ferrovia chega ao local, em “1928”, “o sr. Lara Campos abria o „Larópolis”. No entanto, “Ferrarópolis que era a força vital, veio a ser município sem ter sido ao menos districto policial”. Ou seja, a parte “acima” da linha férrea já se distinguia como mais “desenvolvida”, sob a ótica do editorial jornalístico. A matéria menciona que nesse final da década de 1920 “uma luta desenfreada impedia Garça na sua avançada para a senda do progresso”, em alusão à rivalidade principal entre “Dr Labieno” e “Cel Barros”, representantes respectivamente do “Partido Democrático de São Paulo” e do “Partido Republicano Paulista” ⁴⁹. Em “27 de Dezembro de 1928”, durante o governo de Julio Prestes é decretada a “emancipação” do município que é “instalado” em “5 de maio de 1929”, em meio ao clima de disputas políticas que envolveram a própria denominação:

“A parte compreendida por Ferrarópolis, atendendo a ordem abecedária da Estrada de Ferro pedia o nome de Incas. Labienopolis ou o patrimônio debaixo sustentava o nome de Garça. E assim ficou, porque o dr. Ataliba Leonel ⁵⁰, na hora da assignatura do decreto, já agastado com o accordo homologado a sua revelia, impoz o nome de Garça.” (COMARCA DE GARÇA, 1935: 5).

⁴⁹ Comentário feito durante a entrevista com o Sr João Miguel Chaves, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 - Duração 01:02:20. O “Cel Barros” seria mais ligado ao PRP – Partido Republicano Paulista, enquanto o “Dr Labieno” era um líder regional do recém formado PD – Partido Democrático de São Paulo, fundado em 1926 por dissidentes do PRP descontentes, grosso modo, com a política financeira do governo federal. O PD tinha programa político mais liberal, embora também ligado à oligarquia rural (VIZENTINI, 1983:30). Vale lembrar que um aspecto importante no campo político no Brasil em geral é a crise das oligarquias rurais, em parte pela pressão das classes trabalhadoras assalariadas que se organizam e desencadeiam reações em várias esferas. Um movimento fundamental foi o “tenentismo”, uma revolta oriunda da jovem oficialidade do exército descontente por questões de ordem interna, mas que se solidariza com setores sociais marginalizados que vêem nesse movimento uma alternativa para mudanças. Por exemplo, correm rebeliões na caserna no Rio de Janeiro e Mato Grosso, em 1922, e a reação oligarca é a repressão às agitações dos estratos médios civis e militares que estouram em vários lugares, dentre eles no Rio Grande do Sul, que ganha destaque nacional e transforma-se em um contraponto de forças políticas que culminarão na “Aliança Liberal” liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas em 1930. A força dos gaúchos cresce na mesma proporção do enfraquecimento das oligarquias paulistas. Ao final do governo estadual por Washington Luís, em 1924, o PRP paulista divide-se. A cisão ocorre por um somatório de fatores, mas mostra que sem coesão a estrutura de poder centralizada em representantes da oligarquia rural também começa a ruir por dentro, com a identificação de alas mais conservadoras e liberais que se aglutinam agora em dois partidos em São Paulo, o tradicional PRP e o “novo” PD, mencionados acima.

⁵⁰ Ataliba Leonel (1875-1934) foi um líder do PRP na região. Advogado e proprietário de terras em Piraju – SP, era deputado estadual à época da emancipação e possivelmente respondendo pelo governador na questão da criação de alguns dos novos municípios que surgiam em SP. Teve ativa participação na organização do movimento revolucionário paulista em 1932 (ABREU, 2001: 3096).

Nessa fase inicial de conformação da cidade no final da década de 1920 e início de 1930, portanto, divergências entre os “pioneiros” são latentes. A rivalidade entre o mencionado “Coronel Barros” ⁵¹, um dos os maiores proprietários de terras nas proximidades dos núcleos urbanos em formação, e o “Dr Labieno” ilustra bem o ambiente tenso da época. Dentre as desavenças entre os dois rivais inimigos políticos, uma teria ocorrido em função da localização da estação e traçado da ferrovia. A posição em que foi construída a estação, aparentemente, denota um “acordo” para acomodar interesses dos dois mandatários, pois ela não fica próxima aos núcleos de nenhum dos dois “patrimônios”, do “Sr Carlos Ferrari” e do “Dr Labieno”, já configurados no final da década de 1920, embora esteja no limite nordeste de “Labienópolis” quase ao lado da residência dos “Barros” na divisa. Vale salientar que o primeiro prédio escolar da “cidade” (**Figura 5**) é construído na área do “Coronel Barros” no início de 1929, assim como o da “prefeitura”, o que também pode indicar a rivalidade com o “Dr Labieno”.

⁵¹ Antonio Carvalho de Barros foi um português, nascido em 1870, ao norte da Província do Porto, na aldeia de Pinhão, que “aos 13 anos de idade” veio sozinho para o Brasil. “O jovem imigrante radicou-se na cidade de Jaú, onde conseguiu emprego na „Casa da Onça“, para o atendimento de balcão”. Casou-se com a sobrinha do proprietário e acabou se tornando sócio da firma. Em 1889, recebeu o título de Coronel, “por intermédio do senador Rodolpho Miranda, um dos 40 Convencionais da República”. “Nos idos de 1904, partindo de Agudos, em lombo de burro, com uma caravana de carregadores, buscou as picadas do município de Presidente Alves, nos rumos da barranca do Rio Feio, para demarcar os limites da sua nova propriedade adquirida do Governo do Estado, nas mesmas coordenadas de onde haveria de surgir a cidade de Garça.” Adquiriu muito poder nas primeiras décadas do século XX. Em 1927, “fundou na cidade de Santos, em sociedade com seus oito filhos, a Comissária de Café Barros & Filhos, trazendo indiretamente, um sensível incremento para os produtores da região”. Pouco depois, “em 1930, inaugurou a Companhia Agrícola Carvalho de Barros que controlava um milhão e meio de cafeeiros, formados em Itatinga, Agudos e Garça”. (SILVA, 1977: 37-39)



Figura 5 – Primeiro grupo escolar, construído em 1929, em terreno doado pelo “Coronel Barros”. No início da década de 1940 o prédio passa a ser utilizado como sede do “Tiro de Guerra” recém implantado no município. Atualmente funciona no local o “Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP”. A homenagem a “Júlio Prestes”, que seria candidato paulista à presidência nas eleições de 1930, denota a provável vinculação partidária de um dos grandes proprietários de terras no município, o Coronel Barros, ao grupo de situação em SP, ligado ao PRP – Partido Republicano Paulista. O Dr Labieno, outro grande proprietário, dono das terras do outro lado da “linha” tinha ligações com o recém criado PD – Partido Democrático Paulista, em tese, ligado à oposição e vinculado à burguesia industrial de SP e aos produtores rurais com visão “modernizante”.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

Portanto, na parte norte, além do “Sr Carlos Ferrari” havia mais proprietários de terras onde loteamentos urbanos foram implantados. Embora não tenha formado um patrimônio, a família do “Coronel Barros”, após a morte deste em 1933, loteia parte de sua área e a concorrência inicial estimulou menores preços comparativamente aos praticados em “Labienópolis”. O “Dr Colonizador” talvez não imaginasse que os loteamentos ao norte do leito da ferrovia poderiam ameaçar a importância de seu núcleo. Seu loteamento foi baseado em um planejamento que considerava principalmente a posição da rodovia e ferrovia da Cia Paulista que aparentemente favoreciam seu sítio, lembrando que a área para implantação dos trilhos foi doada por Labieno. A configuração da larga “Avenida Faustina”, feita em um eixo que ligava a futura estação ferroviária ao centro de Labienópolis, foi realizada paralelamente e quase equidistante entre a linha férrea e a estrada rodoviária no sentido leste-oeste.

Há desenvolvimento desigual dos dois loteamentos iniciais na década de 1930, por motivos alegados de modos diversos ou similares em várias entrevistas, e essa assimetria acabará denotando certo desprestígio do "patrimônio" do "Dr Labieno", em relação ao "patrimônio" do "Sr Carlos Ferrari" e seus vizinhos. A distinção marca o início da urbanização do município. Os patrimônios, fisicamente separados pela ferrovia implantada no espigão divisor entre os loteamentos, são informalmente tratados como o "acima", "Ferrarópolis", e o "abaixo", "Labienópolis", da linha.

Morar "acima" ou "abaixo" da linha poderia ser visto como reflexo de uma disposição física determinada pelos trilhos da ferrovia. Mas a indicação, muito comum entre os brasileiros, em geral, do "em cima" e do "embaixo" tem pouco a ver com a topografia dos lugares, servindo mais como expressão de representações sociais convencionais e locais. Podem indicar, às vezes, antiguidade, sendo a parte mais velha da cidade aquela que fica mais "em cima", em outras situações sugerem segmentação social e econômica, quem mora ou trabalha "embaixo" é mais pobre e tem "menos prestígio social e recursos econômicos" (DAMATTA, 1991: 34). Em Bauru-SP, por exemplo:

"a partir da segunda década [do século XX], com a presença das ferrovias, o espaço urbano foi definido: „acima da linha“ era a área preservada para atividades comerciais e moradia das elites locais; „abaixo da linha“ ficavam os bairros operários e a zona do meretrício (...). Os espaços das cidades, que se vão estruturando à beira da linha dos trens e trilhos, confirmam uma sociedade hierarquizada e excludente, e se constituem também em territorialidades distintas" (POSSAS, 2008: 31-42).

A qualificação feita entre os dois núcleos representaria o fracasso do "Dr. Colonizador" e o sucesso do "Sr Colono". A diferença serve de pista para tentarmos compreender as distinções entre os dois patrimônios fundadores da cidade e a influência na sociabilidade entre seus habitantes no decorrer de décadas de uso e ocupação do espaço urbano. Por meio das entrevistas e registros documentais que mencionam os dois pioneiros abordamos as qualificações que envolvem os dois patrimônios fisicamente divididos pela linha férrea que cortou a cidade do final da década de 1920 até o início da década de 1970.

É importante conhecermos um pouco mais da trajetória do “Dr Labieno da Costa Machado” e do “Sr Carlos Ferrari”, para mensurarmos as impressões sobre ambos que ocupam parte dos relatos coletados.

1.3 Labieno da Costa Machado - “Dr Colonizador”

Em 1916, quando chega à região com sua comitiva, o Dr. Labieno tinha 37 anos e um projeto de colonização que amadureceu durante pelo menos dez anos, desde seu envolvimento com a política do café. O pai de Labieno, “José da Costa Machado e Sousa” fora “Presidente da Província de Minas Gerais de 1867 a 1868” e participa do final do período monárquico aproximando-se dos republicanos. Pouco antes da “Proclamação da República” veio com a família, após afastar-se da política mineira, para investir em terras paulistas na região nordeste do estado. Filiou-se ao Partido Republicano Paulista PRP e elegeu-se deputado federal constituinte em 1890, para elaboração da primeira constituição republicana (MARTINI, 2000: 52).

Um partido político está sempre vinculado a determinados meios sociais, formas de sustentação política e relações entre classes sociais. O Partido Republicano surge em 1870 a partir da insatisfação de parte da classe dirigente quanto à monarquia brasileira. Em 1873 é fundado o Partido Republicano Paulista – PRP, por cafeicultores de São Paulo. Em geral, os novos fazendeiros paulistas, que adotavam a mão de obra livre, representavam o movimento republicano, sem, no entanto, abordar a questão da abolição da escravatura. A ideia era a mudança do regime sem grandes manifestações, mas o programa partidário vislumbrava autonomia política, mediante descentralização administrativa e de receitas públicas. Os republicanos aproximam-se do exército, muito fortalecido após a Guerra do Paraguai, e seus ideais se disseminam na caserna. A crise do sistema escravocrata e o envolvimento dos militares culminam no golpe que instaura a república em 1889. O “federalismo” republicano dá força às agremiações políticas estaduais e em função da importância econômica do café e das oligarquias rurais, os Partidos Republicanos paulista e mineiro são muito influentes na chamada República Velha (FERREIRA NETO, 1988).

O caso do pai do Dr Labieno é emblemático quanto à situação do país no final do século XIX, que marca a passagem do regime monárquico para o republicano

decorrente de mudanças socioeconômicas e o crescente domínio dos cafeicultores paulistas em relação aos desígnios do Brasil. Um exemplo do poderio econômico e político da família Costa Machado é a construção do “Ramal Férreo do Rio Pardo, um prolongamento que ligou São José do Rio Pardo à linha férrea da Mogiana que passava pela cidade de Casa Branca, distante cerca de 30 quilômetros”, com a finalidade de estender a linha para regiões do sudeste mineiro, onde também os cafezais assumiam relevância (MARTINI, 2000: 51).

Um dos entrevistados, Sr Gilberto Mônico ⁵², falando como seus pais vieram para Garça, todos de ascendência italiana, conta que eram contratados da família do Dr Labieno, em uma propriedade agrícola denominada Fazenda Costina ⁵³ localizada em São José do Rio Pardo – SP, e diz :

“Você sabe que o Dr Labieno tinha formação europeia, era uma família muito abastada e eles selecionaram os imigrantes para virem para uma fazenda fantástica que eles fundaram na região da mogiana, que é a região ali próxima entre Campinas e Ribeirão Preto”.

Os pais de Labieno o mandaram para a Europa com seis anos de idade. Estudou em colégios na Inglaterra até o início da adolescência e continuou os estudos em escolas da Alemanha, França e Suíça até meados da década de 1910 (SILVA, 1977: 79). Mandar os filhos estudarem na Europa era um costume comum às elites brasileiras desde a fase imperial do Brasil e tal hábito se mantém durante a “República Velha”. A cultura europeia ainda era modelo de modernidade a ser implantada no país. O “Dr Labieno” tem sua atuação de fazendeiro e colonizador impregnada por ideais de

⁵² Entrevista “Gilberto Mônico”, 78 anos, em 09 de novembro de 2009 (Duração 00:37:40).

⁵³ A Fazenda Costina, produtora de café, em São José do Rio Pardo, é significativa de todo o patrimônio obtido pela família Costa Machado, aqui em São Paulo. Como grande produtor de café, Labieno da Costa Machado chegou à condição de comissário de café, através da Empresa Machado de Sousa e Cia, com escritório em Santos junto com o irmão Jordano da Costa Machado. Nesse período, montou escritório de comercialização na Itália, em Milão, mas acabou voltando para o Brasil (MARTINI, 2000) A figura do “comissário de café” era a responsável pela viabilização das exportações partindo das fazendas isoladas do interior paulista aos mercados consumidores no mundo inteiro. O “comissário” poderia participar de várias etapas do processo, dentre elas receber as remessas de café, selecionar os grãos, ensacar, vender e receber o produto no exterior. O “comissário” também podia operar como um banqueiro financiando os cafeicultores.

modernidade e modernização que se disseminam lentamente nos anos das décadas de 1920 e 1930, principalmente no Estado de São Paulo ⁵⁴.

Dentre as práticas “modernas” está a produção agrícola por meio de mão-de-obra assalariada, que os produtores da região do “Velho Oeste” paulista já praticavam no final do século XIX. Na “Fazenda Costina”, que segundo o entrevistado, Sr Gilberto Mônico, tinha o nome de uma das avós do Dr Labieno, vários dos trabalhadores eram imigrantes que chegaram dentre as primeiras turmas encaminhadas para o interior de São Paulo. Alguns deles e seus descendentes foram os primeiros moradores do Patrimônio Labienópolis em meados da década de 1920, participando da empreitada colonizadora na “Alta Paulista”. Um tio avô do Sr Gilberto era encarregado da contratação de pessoal e além de italianos trouxe muitos japoneses para a fazenda Ribeirão da Garça.

Mas o pai do Sr Gilberto não veio diretamente da Fazenda Costina para a colônia iniciada:

“Meu avô Carlos, de Vila Costina, morou em Mococa. Ele era empreendedor. Não era, vamos dizer, adequado para as lides rurais. Ele montou fábrica de macarrão em Ribeirão Preto, Cravinhos, ele andou por isto tudo e a família junto. Em Ribeirão Preto, em 1905, se não me falha a memória, montou uma cervejaria com um sócio, depois desmanchou a sociedade. No fim, veio para Bauru aí na década de 1910. Em 1915 ele deve ter chegado. Em Bauru trabalhou no ramo dele, com pastificio. E os filhos foram nascendo. Em 1921, um dos fiscais do Dr Labieno, que estava começando Garça, falava que ia fundar uma cidade, encontrou meu pai em Bauru, jovem, acho que ele estava com 19 anos. Trabalhava numa casa de móveis. Bauru era principio, Bauru ainda era só o inicio da noroeste do Brasil e outras ferrovias não chegavam, a Paulista chegou muito tempo depois, décadas depois...”

O empreendedorismo do avô, relatado pelo Sr Gilberto, condiz com a situação de São Paulo no início do século. Boa parte dos lucros com o café era reinvestida na industrialização. A mão-de-obra assalariada representou um incremento no consumo e a

⁵⁴ Embora sob influência europeia, os ideais “modernistas” que a elite cultural paulista concebe sinalizam a busca por uma identidade que distinga São Paulo do Brasil arcaico e coloque o Estado na “vanguarda” nacional. As tendências modernistas implicam em repensar a cultura brasileira de forma a romper com “arcaísmos” de diversas ordens.

expansão de atividades econômicas variadas foi muito estimulada em praticamente todos os setores, industrial, comercial e financeiro. As fábricas de cerveja e massas que o avô do Sr Gilberto monta em Ribeirão Preto e Bauru, respectivamente, são exemplos de atividades que surgiram com muita força a partir do conhecimento técnico dos imigrantes e o aumento da demanda.

Entre os avanços e recuos das lembranças, o Sr Gilberto mais uma vez comenta sobre a Fazenda Costina e o padrão de vida da família Costa Machado, antes de falar sobre a contratação de seu pai e a chegada à região da futura cidade de Garça:

“Meu pai foi contratado, vamos dizer, recrutado, entre aspas, por um dos fiscais do Dr. Labieno e por meu tio José Escarabel, este que eu citei para você, que lá exercia uma função específica, como meu avô, Mathias. Também tomava conta sabe do que? Da estrada de ferro. Tinha 27 quilômetros. Vagões de passageiros e vagões de carga. O Vô Mathias controlava o pessoal que entrava, geralmente da própria fazenda, mas que pagava, tinha suas passagens. Ligava vários setores da fazenda. A fazenda é monumental, coisa maravilhosa, é digna de ser conhecida, não vejo nada em jornais, não se fala nada. E eu conheço a fazenda bem no âmago dela, por dentro, né. Tive a oportunidade de ir junto com meu pai, minha mãe e meus irmãos Nei, Valter e Antonio. Nós conhecemos exatamente o terreno onde eles nasceram, meu pai onde nasceu em Itubi, na fazenda São Miguel, que era vizinha da fazenda da Vila Costina. Vi a casa monumental que eles tinham lá e que ainda existe. Uma casa com varanda de mármore e escadaria em mármore. O casarão da fazenda era uma coisa monumental. A incumbência da minha vó era manter principalmente os objetos de arte que tinham, de uso. Eles eram super ricos. Era um pessoal que viajava. Quando eles viajavam levavam sacas de cafês, os avós, os pais, do Dr. Labieno. Eles viajavam, embarcavam em navios, em Santos ou no Rio de Janeiro. Não levavam dinheiro, levavam sacas de café. As sacas de café ficavam armazenadas nos porões dos navios e eram trocadas, vendidas, usadas como moeda. Não existia esse controle alfandegário que existe hoje, trocavam por dólares, dólar americano, moedas de outros países. Em viagens de navios estiveram em todo o canto do mundo. Todos eles estudavam na Europa. O pai do Dr. Labieno foi presidente da província de Minas Gerais, naquele tempo...”

A opulência da família do Dr Labieno, típica representante das oligarquias rurais que dirigiram o país no final do império e começo da primeira república, marcou muito

o relato de nosso entrevistado. A construção com recursos próprios de um ramal ferroviário com quase trinta quilômetros, as constantes viagens à Europa e a mansão construída na sede da fazenda Costina, são exemplos do poderio econômico da oligarquia cafeeicultora paulista. Embora literalmente a família Costa Machado não viajasse fazendo escambo com sacas de café, o produto era exportado para várias regiões do mundo. O Brasil monopolizava o mercado no início do século XX produzindo 2/3 da produção global e São Paulo respondia por quase 70% desse montante (LAPA, 1993).

Com muito dinheiro e poder, o “Dr Labieno”, em meados da década de 1910, parte para as regiões da “Alta Paulista” e “Alta Sorocabana” para tomar posse das terras adquiridas pela família no final do século XIX. A perspectiva de boa parte de gente como o Dr Labieno nas novas fronteiras agrícolas denota a transição de “formas tradicionais” de ocupação e uso da terra para “formas capitalistas” com mentalidade empresarial, dentre elas o desenvolvimentos urbano em conjunto com as unidades de produção rural. Nesses moldes, a “fazenda auto-suficiente” é superada pela ampliação de relações socioeconômicas que dão força a estratos médios da população que se forma nas novas regiões, dentre eles pequenos comerciantes e industriais que se instalam nos núcleos urbanos iniciais.

Nesse padrão de ocupação das “frentes pioneiras”, a abertura e exploração das terras dependiam de muitos trabalhadores especializados que os “colonizadores” como o “Dr Labieno” traziam muitas vezes de outras propriedades, mais antigas, além da mão-de-obra menos qualificada que vinha a seguir para a lida nas lavouras. Dentre os especialistas, estava o pai do nosso entrevistado Sr Gilberto. Em um depoimento feito há mais de trinta anos a um memorialista local, o Sr Miguel Mônico diz que chegou à região cinco anos após os primeiros levantamentos topográficos feitos em 1916 na cabeceira do Rio do Peixe. Ao passar pela cidade de Presidente Alves, encontrou um amigo da Fazenda Costina, que também se aventurara na região, o Sr Zinzaburo Yamato⁵⁵, conhecido por “Bernardo”, que estava em Presidente Alves para fazer

⁵⁵ O italiano Miguel Mônico e o japonês Zinzaburo Yamato representam parte do enorme número de imigrantes que vieram para a “Nordeste” e “Alta Paulista” na década de 1920. Na região de Marília, Garça inclusive, o percentual de japoneses entre o contingente de imigrantes era acima de 60% e o número de estrangeiros correspondia a quase ¼ da população (CAMARGO, 1981: 138-139).

compras em uma “bodega de estrada”. Ao saber do destino do Sr Miguel seguiram juntos em “lombo de burro”, pela picada em rumo à fazenda do Dr Labieno. O Sr Zinzaburo trabalhava para família do “Coronel Barros”, o grande proprietário de terras, vizinho e rival de Labieno da Costa Machado. Viajaram durante a noite. Após separar-se do Sr Yamato, já nas proximidades da Fazenda Ribeirão da Garça, do Dr Labieno, o Sr Miguel avistou os “três ranchos” que serviam como sede e moradia dos “dois únicos empregados”. O administrador, Sr Odilon Ferraz ⁵⁶, estava em “São José das Antas”, antiga denominação do atual município de Gália, mas foi recebido por um dos empregados que providenciou um local para o recém chegado. O Sr Miguel Mônico deitou-se sobre um “monte de palha de arroz e algumas peles de boi”, na companhia de diversos ratos que “pareciam gambás de grandes”. Descreve que ao acordar no dia seguinte, contemplou a “mata virgem, em toda sua exuberância”, com os pássaros e macacos no alto dos galhos, e que “nada mais se avistava fora da área limpa, a não ser a mata, com suas árvores seculares” (SILVA, 1977:63).

A vasta cobertura vegetal começava a ser devastada e uma das primeiras providências dos, em geral, grandes proprietários era a derrubada da mata e montagem de serrarias. O Sr Miguel Mônico é contratado para essa incumbência (Figura 6):

“Foi contratado por um dos fiscais ou gerentes do Dr. Labieno, em Bauru. Estavam abrindo as fazendas e ele já era conhecido em Vila Costina. Quando ele tinha 14 anos, ele trabalhava na serraria e o Dr. Labieno elogiava os serviços que ele fazia. Quando grassou a epidemia da gripe espanhola ⁵⁷, deve ter sido entre 1914, 1916, por aí, morreram milhares de pessoas. Então na serraria, existente na fazenda Vila Costina, o

⁵⁶ Odilon Ferraz foi um dos administradores de Labieno da Costa Machado e participou da comitiva que iniciou a ocupação da região de Garça em 1916. Foi homem de confiança na exploração da “fazenda Vale do Parapanema”, até o início da década de 1940, quando o empreendimento já mostrava-se fadado ao insucesso depois de inúmeros problemas e desânimo de Labieno. Odilon Ferraz foi denunciado por meio de cartas anônimas “em especial sobre atuação desonesta e autoritária”. Uma dessas cartas endereçada ao Dr Labieno, diz: “Ele não presta. Não vale nada. É um embusteiro de marca maior. Verdadeiro espírito de porco, só tem garganta e valentia... Na administração é uma nulidade. Só se limita a criticar os outros e andar com o automóvel cheio de mulheres... Se o senhor continuar com esse homem na fazenda, será a completa derrota de Costa Machado”. A partir das denúncias, Labieno investiga as ações de seu administrador de maior poder na “Fazenda Vale do Parapanema” e demite-o no começo de 1946. (MARTINI, 2000: 187).

⁵⁷ A “gripe espanhola” foi uma pandemia com alta taxa de mortalidade ocorrida em 1918. Há estimativas que calculam que afetou 50% da população mundial e teria matado de 20 a 40 milhões de pessoas. No Brasil a doença teria chegado em setembro de 1918 a partir do desembarque de membros de uma missão médica brasileira que atuara no África em auxílio aos franceses em guerra no Senegal. Calcula-se que houve em torno de 300 mil mortes relacionadas à epidemia no país (BERTUCCI, 2004: 90-99). O Presidente da República, Rodrigues Alves, morreu em função da doença em 1919.

Dr. Labieno baixou ordem que construísem caixões de defunto para enterrar o povo. Não só para a Vila Costina, para Casa Branca, para São José do Rio Pardo, por ali por perto, Mococa, Itubi, que é município, São Sebastião da Gramma, Vargem Grande do Sul, São João da Boa Vista, para tudo ali por perto. Meu pai, mocinho, e um companheiro começaram a fazer caixões em quantidade. Meu pai filosofou: - Estamos fazendo caixão para todo mundo, quem vai fazer os nossos? Vamos fazer o nosso e deixar guardado. E fizeram, na medida de um e de outro, e, penduraram atrás da porta principal da serraria, de sorte que, quando se abria, os caixões ficavam escondidos, ninguém via. Os caixãozinhos estavam ali, de um e de outro. Graças a deus não foram usados, nem pra um nem pra outro, e meu pai deu essa saga toda da vinda dele. Tem muita coisa para falar, isso vai chão, vai chão...”



Figura 6 – Serraria na Fazenda Ribeirão da Garça, em foto de meados da década de 1920. O primeiro a esquerda é o Sr Miguel Mônico.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

A epidemia de “gripe espanhola” que assolou o mundo em 1918 foi uma das mais letais doenças que vitimaram a população brasileira em todo o século XX. Mas havia ainda as doenças endêmicas como a malária, a febre amarela, a “leishmaniose”, a doença de Chagas, a ancilostomose ⁵⁸ e o tracoma, que mantiveram as taxas de

⁵⁸ Uma notícia de um jornal local em 1970 demonstra que a “situação sanitária” na região continuava inadequada, pois um levantamento sobre a contaminação de “verminoses” na população local, majoritariamente moradora na parte rural do município, informa que “de 582 amostras recolhidas” de exames de fezes, “apenas 63 deram negativos” sendo que somente “30% dos casos recebiam algum

mortalidade nas “frentes pioneiras” em níveis elevados até meados do século ⁵⁹. A falta de higiene e saneamento básico como tratamento e distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgotos, aliada a dificuldade de tratamento médico desde o início da povoação das frentes, obrigou ao convívio com doenças e o espectro da morte de pelo menos três gerações até o começo da implantação das benfeitorias necessárias:

“O pioneiro está tão despreparado diante da doença como o caboclo que ficou para trás. Ambos têm a mesma ignorância de higiene e estão frequentemente diante da mesma impossibilidade pecuniária de se tratarem. Chamar um médico a um sítio para um parto, consome os ganhos de um longo semestre. Causa espanto e admiração a energia dos pioneiros paulistas, quando, como inúmeros outros homens do campo no Brasil, eles convivem com a doença.” (MONBEIG, 1998: 335).

A figura do “Jeca Tatu”, um estereótipo do caipira paulista com saúde precária e pouca disposição para o trabalho, é uma leitura feita por Monteiro Lobato ⁶⁰ sobre os problemas que a falta de saneamento provocava entre a população do interior. Pouco restava ao trabalhador rural e aos pobres moradores das cidades, completamente desprovidas de equipamentos públicos de saneamento, além da sorte de não precisar de um caixão doado e um terreno nos cemitérios que começavam a ser implantados nas incipientes cidades das frentes pioneiras.

tratamento”. Portanto, 89% da população tinham verminose. Do total das amostras “332” indicavam “ancilostomose” (*Correio de Garça*, 15 de novembro de 1970, nº1823).

⁵⁹ Em *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, no capítulo “A situação sanitária no mundo pioneiro”, o geógrafo Pierre Monbeig traça um quadro que nos dá a dimensão das principais doenças que afetavam os habitantes das frentes pioneiras.

⁶⁰ Monteiro Lobato (1882-1948), foi proprietário da “Revista do Brasil”, onde em 1919 publica, com o subtítulo “Contos e Impressões”, “Cidades Mortas”. Essa coletânea de artigos representa a imagem que Lobato formou das cidades paulistas que prosperaram no final do império por meio da cultura do café. Em 1907, ele foi nomeado promotor público em Areias, onde viveu até 1911, uma cidade decadente na divisa entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma próspera região de cafezais que depois da abolição da escravidão, com as terras já esgotadas e a população mudando para outros lugares, apresenta as mazelas de um tempo em que a política brasileira girava em torno do café e dos “fazendeiros coronéis” e que os “problemas sociais” eram “casos de polícia”. O retrato seria de um Estado de São Paulo dependente da monocultura do café de forma arcaica, sob uma mentalidade igualmente arcaica que só é rompida a partir das mudanças que precedem a crise econômica de 1929 e as transformações políticas no país que culminam na “República Nova” (LOBATO, 1957).

Em 1924, Monteiro Lobato edita “Cidades Vivas” do jornalista Breno Ferraz. Enquanto “Cidades Mortas” de Lobato retratava “um universo rural e decadente” do interior de São Paulo no final do século XIX, o conjunto de reportagens de Breno Ferraz, feitas em meados da década de 1920, é uma descrição do “Novo Oeste Paulista” que “reforça uma interpretação da época que naturalizava a homogeneização do território por meio da expansão cafeeira, que entendia a ferrovia e a urbanização como estratégias necessárias para a implantação da modernidade e da civilização” (LOSNAK, 2008: 235-254).

O Sr Gilberto, pouco depois de citar a precariedade das condições iniciais dos colonos, lembra da figura dos topógrafos que antecederiam quase sempre a ocupação das terras pelos grandes colonizadores como Dr Labieno:

“Estamos falando dos agrimensores, eles levantaram isso aqui com aparelhos toscos que possuíam. O que eles tinham? A bússola, que era milenar quase, e que mais? Não tinham mais nada, os cálculos que eram feitos no papel e no crânio, porque não tinham calculadora.”

Uma pequena história, registrada no “Livro de Garça”, ilustra bem a impressão do Sr Gilberto e o choque entre os costumes tradicionais, arcaicos, e a chegada das novidades tecnológicas atreladas à “modernidade”:

“O espigão que domina o traçado da Avenida Brasil de Garça, até o ano de 1917, era denominado pelos geógrafos „Espigão Desconhecido“. Somente nos meados de 1917, a Comissão Geográfica do Estado, fez-se presente naquele local de difícil acesso, a fim de explorar a região e determinar sua conformação e importância. Uma equipe formada de conceituados técnicos e cientistas de projeção nacional acabaram por levantar a referida área, descobrindo e determinando os rumos das quatro vertentes que cursam pelo espigão. (...) Os homens da Comissão Geográfica, havendo completado um dia de exaustivas atividades, acabaram por localizar, numa clareira do matagal, pequenino sítio de café. Puderam divisar um casebre de pau-a-pique e um paiol rústico, contornado por algumas centenas de cafeeiros. Para lá se dirigiram e foram atendidos por um caboclo baixinho que era dono do imóvel. O sitiante recebeu-os com alegria, surpreendendo-se com os estranhos e misteriosos equipamentos conduzidos até aquele local abandonado. – Será que nós podemos dormir aqui no seu sítio? – perguntou-lhe o chefe da equipe. – Infelizmente só disponho desse pequeno paiol. É o que posso oferecer a „vosmecês“- respondeu-lhe o sitiante. Os homens aceitaram de bom grado a oferta, pois, assim, não precisariam dormir no mato a céu aberto. – Bem, disse o sitiante olhando para as nuvens do leste, vou recolher o café em coco do terreiro, pois pode vir chuva. – Espere – sugeriu um dos técnicos – talvez possamos abreviar esforços inúteis para remover seu café em coco. Temos meios de determinar as condições do tempo. Espere e verá! Reuniram-se, consultaram barômetros, higrômetros e termômetros. Estudaram a umidade relativa, os ventos, a temperatura e a pressão atmosférica. Finalmente transmitiram a boa notícia ao caboclo: - Pode dormir descansado, seu Firmino, que não teremos chuva nesta noite. Todos se recolheram. Os homens da Comissão, cansados como estavam, arrumaram-se da melhor forma no paiol e dormiram pesadamente. O sono os envolveu de tal forma, que não puderam ouvir os trovões e o violento toró que desabara pela madrugada adentro. Quando pela manhã deram conta das chuvas daquela noite, sentiram-se profundamente perturbados: - Barbaridade! Veja o que fizemos. Choveu muito enquanto dormíamos e o café do Firmino ficou no terreiro. Pobre homem! No entanto, pasmaram-se quando saíram do paiol. Nada de



Figura 8 – Turma Expedição do Rio do Peixe, meados da década de 1900.

(Fonte: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio do Peixe. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913)

A forma de ocupação planejada das “frentes pioneiras”, antecedida por expedições de reconhecimento organizadas, das quais faziam parte engenheiros, botânicos, geógrafos, marca a introdução de novas tecnologias e aparatos. Também representa certa oposição entre o saber popular e o saber erudito, entre o tradicional e o moderno. As novidades geravam desconfianças, em parte fundamentadas na resistência às rápidas mudanças que a “modernização” trazia, nem sempre em benefício de todos. A questão da marcação de terras, por exemplo, podia legitimar a expulsão de gente que já habitava as regiões indicadas como “terrenos despovoados”, principalmente os “indígenas feroses (sic)”.

Um modo de resistência são as histórias que dão vantagens ao conhecimento popular, do matuto, que representam o convívio de práticas “arcaicas” em meio ao rápido desenvolvimento tecnológico que permeou o avanço das frentes pioneiras. Aparentemente, esse dualismo impregna as lembranças e denota identidades que são qualificadas a partir da maior ou menor proximidade com as “novas” práticas, dentre elas o afluxo de “agrimensores” para medição mais exata das propriedades e demarcação de limites que não se atém somente aos marcos físicos tais como cursos

d'água, por exemplo, que não possuem a exatidão que o “novo” padrão de exploração agrária e urbanização dos povoados exigem.

Há uma demanda por profissionais e junto aos anúncios de jornal e panfletos de venda de terras há inúmeras ofertas de serviços do tipo:

“Annuncios - Terras na Noroeste - Vendem-se mil e quatrocentos alqueires de terras, boas na zona da Noroeste proxima a estação de Presidente Penna, com agua, atravessada pela linha férrea, dividida e livre de qualquer ônus. - Preços e informações na Casa Vermelha - CaixaPostal 7 - Rua Batista de Carvalho 65 - Bauru” (Gazeta de Bauru, 14 de junho de 1914, nº 14, p.1)

“Engenheiros Drs. José Joaquim Cardoso Gomes - Jahú - e Heitor de Andrade Campos – Bauru. - Encarregam-se de divisões, demarcações e medições de terras: levantamentos, plantas, projectos e orçamentos; construções em geral. – Escriptório Rua: Constituição nº 7 – Bauru” (O Commercio de Bauru, 23/05/1915, nº 15, p.4)

O modelo de colonização baseado em técnicas de ocupação de terras e transporte “modernos”, além da formação acadêmica do “Dr Labieno” e o padrão socioeconômico da família Costa Machado, é muito enfatizado no depoimento do Sr Gilberto. O Dr. Labieno promove a abertura de terras na região da “Alta Paulista” e “Alta Sorocabana” após oficialmente mapeadas por expedições feitas menos de uma década antes da chegada de sua “comitiva”, assim como de outras encabeçadas por empreendedores rurais que atuam e concorrem de forma semelhante.

Fica evidente no relato uma aura em torno da riqueza e da capacidade de iniciativa da família Costa Machado ao assumirem a empreitada de colonizar a inóspita região, que diferenciaria o “Dr Labieno” em relação ao “Sr Carlos Ferrari”, reforçando estereótipos em torno desses dois personagens, colocando-os em oposição, assim como na história do sitiante e dos agrimensores. O “Dr Labieno” corresponderia à figura do “bem nascido e educado”, de família rica, poderosa e influente, enquanto o “Sr Carlos Ferrari” teria sua imagem associada ao colono imigrante pobre que por suas próprias forças vence, prospera e serve de exemplo a outros tantos que chegam à região na esperança de enriquecer. Existe uma identificação entre as pessoas a partir da origem social e étnica, que pode significar a construção da figura do outro, representada pela oligarquia rural que comanda o processo de abertura e desenvolvimento das novas regiões.

Italianos, como o Sr Carlos Ferrari, assim como japoneses, vem para trabalharem nas fazendas onde moravam em colônias. A colonização e o início da cafeicultura nas “frentes pioneiras” surgem em contexto de consolidação do trabalho livre do imigrante de forma regulamentada e os imigrantes, de nacionalidades diversas, coabitam as “colônias” e formam laços sociais (Figuras 9 e 10).



Figura 9 – “Japonês e brasileiro peneirando café no interior do Estado de São Paulo, década de 1930. „Acervo Memorial do Imigrante”

(Fonte: LEITE, Marcelo (organizador). *Nos caminhos da biodiversidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Página 146)



Figura 10 – A convivência entre os imigrantes criou muitos laços entre os colonos. Família de italianos batizando afilhado nipo-brasileiro, na década de 1950.
(Fonte: Álbum Jair Delicato)

O Sr Gilberto Mônico fala de uma festa na colônia da Fazenda Costina em que italianos e japoneses estão juntos, e ilustra bem a identificação entre novos atores sociais representados pelos imigrantes em geral:

“Nós temos uma fotografia de uma festa japonesa, que é uma festa de confraternização dos povos. Tem os dísticos em japonês. (...) Deve ter, seguramente, mais de 100 pessoas entre adultos e crianças. E nesta fotografia estão meus avôs maternos, meu avô Matias, minha avó Ida, está minha avó paterna, Vó Páscoa...”

No entanto, mesmo considerando o clima de “confraternização dos povos” em festas como a lembrada por nosso entrevistado, os imigrantes japoneses têm, por exemplo, um diferencial muito grande em relação aos italianos quanto à sociabilidade no Brasil. Embora num primeiro momento a condição de emigrado aparentemente una as duas colônias, a identidade cultural entre os japoneses é mais evidente, dificulta a aceitação entre os brasileiros e favorece a manutenção de grupos de colonos quase fechados às mudanças culturais que o contato com hábitos diferentes no novo país estimularia.

Entre os italianos, cuja unificação do país ocorreu em meados do século XIX, não havia tanta ênfase em uma nacionalidade comum. Muitos “italianos” se apresentavam a partir de suas regiões de origem, dizendo-se “romanos”, ou “napolitanos” ou “calabreses”, trazendo para o Brasil as muitas vezes fortes rivalidades que ainda permaneciam entre os indivíduos de regiões distintas. Além dessa menor coesão identitária entre os italianos, a questão da língua de mesmo tronco que o português, favorecia a assimilação na sociedade brasileira e a acomodação de tradições e costumes das terras de origem. Enquanto entre italianos e brasileiros a aproximação é mais rápida, para os japoneses ainda é dirigido um olhar de estranhamento frente à inicial e evidente diferença quanto à aparência, assim como às diferenças culturais.

Contraditoriamente, junto à introdução estrangeira na sociedade das frentes pioneiras, a partir das experiências anteriores nas fazendas do “oeste velho paulista”, há também o extermínio de populações locais. Os resultados verificados na Fazenda Costina, certamente estimularam a família Costa Machado, parte da oligarquia de cafeicultores paulistas, formada e fortalecida após a Proclamação da República, a expandir seus negócios. A posse da terra nesse período é feita mediante a aquisição de títulos de propriedade em parte transmitidos entre as famílias por meio de herança.

Nesse processo, populações nativas e roceiros sem documentação de propriedade vão sendo expulsos. O novo “ritmo” introduzido pela “modernidade” no processo de ocupação das novas áreas significa a devastação das florestas, a criação de cidades, a implantação de ferrovias, o aumento populacional de origem estrangeira e novos hábitos. Uma série de violentas mudanças às quais a gente nativa, vivendo outro tempo, muito diverso da marcação cronometrada da vida, resiste, perece ou se “integra”, de forma avassaladora. O extermínio e ou integração das populações indígenas nas “frentes pioneiras” foi muito rápido e “eficiente” (TIDEI, 1978).

Dentre as várias etnias, os “índios Coroados” deveriam ser uma das maiores populações da região oeste do Estado de São Paulo. No relatório de “Exploração do Rio do Peixe”, iniciada em 1905, um capítulo trata dos “índios” e uma descrição detalhada é feita sobre seus hábitos e artefatos. Um histórico de conflitos e violência norteia a expedição, que aparentemente não tem objetivo de criar laços com essas populações e é feita em clima de apreensão quanto a prováveis encontros:

“Relatando o que vimos em algumas aldeias abandonadas, fornecemos aos que se dedicam à ethnographia alguns elementos para o estudo dessa tribo tão pouco conhecida. Menos felizes nesse rio que no Feio, tivemos necessidade de enfrentar por duas vezes com esses ferozes inimigos dos sertanejos” (COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913: 7).

Um relato sobre encontros entre “civilizados” e “selvagens” no início do século XX na região da “Alta Paulista”, citado no “Livro de Garça” com o título “Selvagens atacam e matam”, dá o tom da imagem feita sobre os nativos por boa parte dos primeiros pioneiros na região:

“No ano de 1915, na grande extensão florestal que dominava todo o distrito de Corredeira e Campos Novos, a presença de indígenas tornava-se escassa. A civilização, mesmo distanciada de muitos quilômetros, parecia ocasionar a retirada dos silvícolas, numa demonstração de sua incompatibilidade com o homem branco.

Sobravam, no entanto, alguns remanescentes, internados nas distâncias escuras do jângal. Uma ou outra vez, surpreendiam os colonos nas regiões mais periféricas da mata, demonstrando, sempre, disposições hostis, contra aqueles que consideravam invasores dos seus domínios.

No início de 1906, um grupo de seis homens distanciouse um pouco da pequena povoação de Corredeira, para dar prosseguimento a uma derrubada de árvores, cumprindo ordens de algum pequeno proprietário daquelas glebas.

O barulho das machadadas reboava ao longe, enquanto as árvores eram derrubadas pelos trabalhadores. Eles não supunham, naquela hora, que um grupo de selvagens estava sendo atraído para aquele local, acompanhando a cadência ruidosa dos machados.

Caminhando silenciosamente pelos caminhos da mata, os índios alcançaram o local de trabalho daqueles homens, que permaneceram estáticos pela surpresa. O chefe indígena deu ordens para matar.

O brutal acontecimento, que comoveu todos os moradores daquela pequena povoação, foi presenciado ao longe por um menino, que, naquele exato momento, aproximava-se do local, levando o almoço para os desventurados trabalhadores.

O assustado pretinho marmiteiro, conhecido por Sebastião da dona Candinha, pôde presenciar grande parte daquele barbarismo e ouvir as ordens do chefe índio, incitando seus comandados a matar.

Sebastião da dona Candinha voltou em disparada para Corredeira, em busca de socorro. Homens alarmados, apressaram-se para alcançar a área do ataque, porém, inutilmente. Todos os trabalhadores estavam mortos. Dois deles, que eram negros, tiveram suas cabeças cortadas pelos selvagens, que as levaram ao interior da mata. Supõe-se que aqueles silvícolas desconheciam homens negros e, em vista disso, levaram consigo as cabeças dos dois trabalhadores, para a apreciação da tribo.

O ataque dos índios não ficou só nisso. Pouco tempo depois do massacre, um novo grupo de selvagens, talvez, vindo das cabeceiras do Rio do Peixe, onde haveria de surgir a cidade de Garça, reapareceu nas proximidades da povoação, agora atacando os empregados do Sr. Joaquim José dos Santos, que chegara àquele sertão no ano de 1902. Fora ele, o principal fundador do distrito de Corredeira.

O triste acontecimento teve lugar em 31 de julho de 1906, culminando com a morte de cinco colonos e de diversos indígenas incluindo seu belicoso cacique.

O matador do chefe da tribo foi Pedro Alexandre de Paula, conhecido por Pedrinho Sapateiro, que era uma espécie de herói da época, pela sua coragem e honestidade. Como estava armado de rifle, abateu o líder do grupo e mais alguns selvagens, em defesa da própria vida.

Mesmo assim, Pedrinho recebeu enérgica advertência dos poderes governamentais, no sentido de não voltar a molestar ou ferir os indígenas da região. Respondeu laconicamente à advertência com uma carta, assegurando que não os molestaria se, por eles, não fosse atacado.

Como consequência da sua resposta intempestiva, foi perseguido por uma guarda armada, vendo-se obrigado a fugir para locais ignorados.

Exatamente no local onde morreu o cacique, foi construída a igreja de São Benedito, da Corredeira, cuja área foi doada pelo Sr. Joaquim José dos Santos ao bispado da região.

O distrito de Corredeira, hoje município, guarda um marco de recordação desses acontecimentos. O túmulo do chefe indígena permanece, ainda, naquela povoação.” (SILVA, 1977:55-56).

É emblemático e corrobora a história citada acima, que em um mapa de São Paulo em 1886, uma ampla área que corresponde ao “Planalto Ocidental” paulista, com cerca de 30% do tamanho do Estado, esteja indicada como “Terrenos Ocupados por Indígenas Feroses (sic)”. As populações nativas assim eram vistas durante a penetração dos pioneiros brancos no extremo oeste de São Paulo. As pequenas povoações, que se formaram nos limites das frentes de expansão do “Oeste Velho”, conviveram no início do século XX com os últimos nativos sobreviventes nas matas que começavam a ser exploradas por expedições de reconhecimento e ocupadas por fazendeiros que iniciavam o plantio de café na segunda etapa de expansão das áreas de cultivo. Figuras como o “belicoso cacique”, o selvagem, e o “herói matador de índios”, o civilizado, fazem parte do processo de ocupação que de forma metódica elimina e expulsa a população indígena das áreas conforme avança a abertura das clareiras em meio às vastas florestas da região.

A resistência de parte das populações indígenas indica que sabiam o destino que os civilizados lhes preparava, assim como os “brancos” somente consideravam os

empecilhos que os “selvagens” representavam frente a seus interesses, que já não eram o antigo apresamento, mas de qualquer forma significavam o fim da liberdade dos nativos. Embora no relato transpareça a preocupação do “governo” quanto a não “molestar ou ferir os indígenas”, na prática tal princípio foi quase desconsiderado.

Os levantamentos realizados pela “Comissão Geografia e Geológica do Estado de São Paulo”, não se limitavam ao mapeamento físico, mas também à identificação dos nativos. O medo e o desprezo são evidentes nos relatos dos encontros entre os “civilizados” e os “selvagens”. Gentil Moura, chefe da expedição da CGG de exploração do rio do Peixe em 1906, escreve um tópico específico sobre “Os índios”, onde assume a “falta” de “competência” para “estudar a vida e condições do Coroados”. A forma como enxerga o “outro” é significativa do quanto foi duro o contato e violentas as mudanças que a marcha civilizatória trouxe às regiões desconhecidas:

“No relatório que apresentamos o anno passado sobre a exploração do Feio fizemos rapidas referencias sobre os índios Coroados, habitantes do sertão a oeste do Estado. Nossa descrição, todavia, não poude ser muito ampliada, visto não termos tido grande copia de objectos do seu uso e havermos feito o estudo em uma pequena parte da região.

Na presente excursão pouca coisa podemos addicionar áquella exposição; entretanto, daremos conta de alguns apontamentos que tomamos.

Para uniformidade da exposição, reproduziremos a descrição de alguns dos objectos de uso indígena eguaes aos que encontramos no Feio e que de novo fomos encontrar na descida do Peixe. Isto sem pretender estudar a vida e condições do Coroados, para o que nos falta competência.

Relatando o que vimos em algumas aldeias abandonadas, fornecemos aos que se dedicam á ethnographia alguns elementos para o estudo dessa tribu tão pouco conhecida.

Menos felizes nesse rio que no Feio, tivemos necessidade de enfrentar por duas vezes com esses ferozes inimigos dos sertanejos.

Da primeira vez conseguimos sahir illeso do rápido ataque que nos deram, o que infelizmente não succedeu no segundo em que foram feridos por flechas quatro dos nossos camaradas.

Desde que encontramos o primeiro vestígio de índios, tratamos de viajar rodeados das maiores cautelas, ora precedendo a turma na entrada do matto por um grupo de sertanejos affeitos ás emboscadas dos Coroados, ora guardando o pessoal operário, quando em trabalho, por carabineiros que em sentinellas perdidas defendiam a picada de uma possível aggressão.

Na descida do rio redobramos de cautela e demos maior protecção à turma. O serviço de vigia era feito por carabineiros que seguiam a pé pelas margens, acompanhando a marcha das embarcações e também por uma canoa que ia na frente com vigias ou prácticos do matto e soldados.

Em alguns trechos de carrascal, bem como nos lugares alagadiços, o pessoal de protecção embarcava em uma canoa que seguia para a frente onde continuava com a observação.

Antes de passarmos a barra do ribeirão dos Coroados e em ocasião que o pessoal de terra tinha embarcado, da canoa dos *vigias* conseguiram lobrigar uma aldeia onde uma porção de índios esperavam a nossa aproximação. Dispersos a tiros disparados contra o matto, desembarcamos em seguida para arrecadar os objectos que na fuga pudessem ter deixado.” (COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913: 7).

A expedição de “exploração do rio do Peixe”, conforme o relatório publicado em 1913, em nenhum momento tentou qualquer contato amistoso com os nativos. Conforme desciam o rio afugentavam a tiros os nativos que porventura avistavam nas margens, para em seguida inventariar o que encontravam nos “ranchos” abandonados. Gentil Moura descreve fisicamente os “Coroados” a partir da observação que faz de “três índios mansos, um homem e duas mulheres (**Figura 11**), presos em uma *dada* há annos, e residentes hoje em Campos Novos, na fazenda do Coronel Sanches de Figueiredo”. Faz comparações e qualificações entre membros de etnias distintas e define uma hierarquia:

“Dos representantes das quatro tribus indigenas vistos pela turma nesta excursão – Guaranys, Coroados de S. Paulo e Paraná – (este último empregado da turma em toda a campanha) de cayuás (que também tivemos três empregados) e os chavantes de que estamos tratando, estes certamente são os typos mais bellos, mais intelligentes e mais trabalhadores de todos elles.

O Chavante é de estatura alta, muito proporcionada, hombros largos, pernas compridas, tronco curto, dentes ruins, olhar muito intelligente. Com a maior facilidade reproduzem, com a fidelidade de phonographo, as palavras portuguezas que ouvem. São alegres, prazenteiros e por demais timidos” (COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913: 10).

A “simpatia” pelo “Chavante” (**Figura 12**) submisso, nessa descrição, incorre pela possível semelhança com o tipo físico padrão dos homens da expedição, inclusive pelo detalhe dos “dentes ruins”, decorrente dos hábitos alimentares e pouca higiene bucal da população “branca” em geral. O “botânico” da expedição, Gustavo Edwall, que finaliza o relatório, resume bem a imagem do choque entre duas sociedades que expressam temporalidades distintas e incompatíveis pela perspectiva “modernizante” impregnada no avanço das frentes pioneiras:

“O caminho do progresso da cultura d’esta zona está claramente indicado. Os Campos Novos do Parapanema é o sertão mais fácil de povoar que o do Rio Feio e Aguapehy. Cruzado já por uma estrada de rodagem que se acha construída até a foz do Rio Santo Anastácio e sendo

em via de prolongamento uma importante estrada de ferro que penetrará na sua parte central, não pode continuar por muito tempo a estagnação do seu povoamento. O inimigo perfidioso, sanguinário e vingatorio, o coroados selvagem, finalmente terá que aceitar a civilização emigrar ou sucumbir e o sertão, o admirável sertão, abrir-se-há, sem condições, aos inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade.” (COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1913: 14).



Figura 11 – Índios Coroados, “civilizados”, retratados durante a Expedição do Rio do Peixe.

(Fonte: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio do Peixe. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913)



Figura 12 - Índio Chavante, fotografado durante expedição de Exploração do Rio do Peixe, em 1906.

(Fonte: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio do Peixe. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913)

As denominações dadas às tribos mapeadas representam muito do desprezo em relação aos nativos conhecidos, por exemplo, como “Coroados” em razão do corte de cabelo, ou simplesmente, de forma muito pejorativa, “bugres” ⁶¹, sugerindo uma posição abaixo do humano. O “herói” local, “Pedrinho Sapateiro”, se aproxima da figura do “bugreiro”, o exterminador de índios muito comum na abertura de fronteiras agrícolas durante as fases de derrubada de matas e limpeza de áreas.

Os “bugreiros” enquadram-se no objetivo civilizatório, muito bem resumido pelo “botânico” da comitiva de “Exploração do Rio do Peixe”, de que caberia aos nativos “aceitar”, “emigrar” ou “sucumbir”, frente aos “inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade”. Ou ainda, nas palavras de um articulista do jornal “Comarca de Garça”, em 1935, comentando o início do povoamento da região no final da década de 1910:

“E destarte era um sertão se afastando para dar entrada a uma cidade. Era a selvageria que se extinguiu e a implantação da civilização (sic) que traz o automóvel, o livro, a moda, o ether inebriante dos dias carnavalescos, o perfume electrisante das „toilettes“ nas noites de baile.”
(COMARCA DE GARÇA, 1935: 4)

É justamente nessa vasta área mapeada, em grande parte pela “Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo”, praticamente livre dos “indigenas feroses (sic)” e preparada para a expansão da cafeicultura que imediatamente “colonizadores” como o “Dr Labieno” vão estabelecer as suas “empresas agrícolas”. No caso do Dr. Labieno, ele recebera como herança paterna, a Fazenda Vale do Paranapanema ⁶², com “200 000 alqueires” na denominada “Alta Sorocabana”, entre os

⁶¹ “Bugre” é uma palavra que vem do francês “bougre” que significa “sodomita”. No caso, o uso do termo para designar os nativos, tem a clara intenção de vinculá-los a uma prática considerada promíscua pelos “civilizados” e dessa forma aproximá-los mais a animais do que a humanos.

⁶² A área da “Fazenda Vale do Paranapanema” originariamente, por volta de 1840, foi empossada por migrantes de Minas Gerais. No Relatório de “Exploração do Rio do Peixe”, assim é descrita o que seria a primeira apropriação feita: “Há cerca de cincoenta annos, José Theodoro de Souza subiu o Rio Novo, desde a sua barra no Paranapanema até o local em que está hoje situada a villa de Campos Novos. Nesse local fundou uma fazenda e demarcou nas proximidades della o patrimônio da actual Villa. Algum tempo depois, vieram para a sua companhia os seus genros João da Silva e Francisco de Paula Moraes, qua ahi também trataram de se estabelecer. José Theodoro apossou-se da região de campo, habitada pelos Chavantes, e que se estende desde a encosta da serra dos Agudos às proximidades do Paranapanema e até frontear o ribeirão das Anhumas. João da Silva apossou-se das Anhumas para baixo e Francisco de Paula Moraes da região de matta, no valle do rio do Peixe. Desta última posse é que se pretendem originar todas as propriedades territoriaes da zona desse rio. Nella, porém, não há um só morador; todo o valle do Peixe está inteiramente virgem” (COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO -1913: 10).

municípios paulistas de Presidente Prudente e Santo Anastácio e ali monta a “Empresa de Terras e Colonização Labieno da Costa Machado” (Figura 13) (MARTINI, 2000).



Figura 13 – Folheto de promoção da colonizadora de Labieno da Costa Machado.

(Fonte: MARTINI, Marcos De. A Empresa de Terras e Colonização Labieno da Costa Machado: do Velho para o Novo Oeste Paulista. Franca, 2000. Página 102)

O processo de ocupação, iniciado conforme documentação registrada em “1856 junto ao Vigário de Botucatu” inicialmente pelo Sr José Theodoro, é muito confuso, pois a “Lei de Terras” de 1850 cria condições para registro de áreas que em muitos casos não era feita por quem de fato tinha a posse. O Sr João da Silva, não procedeu da mesma forma e havia “omissões” nos limites de suas terras. O pai do Dr Labieno registrou a área em 1917, indicando direitos sobre escritura feita em 1853. Questionamentos sobre a posse geraram disputas jurídicas que conviveram com a colonização da empresa de Labieno. (MARTINI, 2000).

A atuação da “Empresa de Terras e Colonização Labieno da Costa Machado”, portanto, corresponde ao período das “frentes pioneiras” de ocupação do Estado:

“Na frente pioneira, o fazendeiro recrutava mão-de-obra de sua região de origem e procedia à derrubada, geralmente na estação da seca; depois, o terreno era roçado, isto é, eram retirados os cipós e os arbustos; a seguir era feita a coivara; e, finalmente, os pés de café eram plantados nas cinzas, entre troncos e tocos. Tal processo era acompanhado por vários agentes econômicos: o agrimensor e o tabelião, que cuidavam da parte legal; as empresas de loteamentos, encarregadas da comercialização das propriedades; e também os pioneiros pobres, ex-colonos que vieram a se tornar sitiantes. Aí se instalava, então, um povoamento precário, constituído por algum comércio, locais públicos e poucas casas, geralmente de madeira; não havia hospital, médicos nem condições higiênicas adequadas. O marco inicial da prosperidade era a linha férrea, que, trazendo gente, propiciava os negócios.” (TOLEDO e GANCHO, 1992: 42-43)

Antes de iniciar a colonização da Fazenda Vale do Paranapanema, no entanto, o Dr Labieno havia aberto terras para o plantio de café e colonização na atual região de Garça - SP. Construiu uma casa e passava temporadas com a família (**Figuras 14 e 15**). Um dos filhos, o enteado Hilmar Machado, foi prefeito municipal na década de 1940, e anteriormente chefe de polícia na cidade ⁶³.

⁶³ Seguem alguns dados biográficos, conforme o texto do “Livro de Garça”, a fim de evidenciar o peso político da família de Labieno e o respeito do memorialista que registra sua passagem de forma exaltada: “Hilmar Machado de Oliveira nasceu em São Paulo, a 4 de agosto de 1898. Era filho do dr. Carlos Machado de Oliveira e da sra. Faustina da Costa Oliveira. Depois de terminar o curso de Humanidades, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, de onde saiu antes de bacharelar-se, indo para o Rio de Janeiro, cursando a Faculdade de Direito do Brasil, onde colou grau em 1923. Logo depois de formado, veio para Garça, onde residiam sua mãe e seu padastro (...) ... entrou imediatamente a atuar no diretório do Partido Republicano Paulista. Foi nomeado sub-delegado de Polícia, cargo que exerceu de 1924 a 1926, quando foi promovido a delegado. Mais tarde, deixando a carreira policial, foi eleito Juiz de Paz. Em 1935, restabelecido o regime democrático, após os primeiros anos de governo provisório, conseqüente ao movimento revolucionário de 1930, foi eleito pelo seu partido em oposição ao governo estadual, para o cargo de prefeito, que exerceu até 1940, tendo servido ao chamado Estado Novo, cerca de três anos. Depois da Prefeitura, dedicou-se aos seus negócios particulares, até que, com o restabelecimento, pela segunda vez, do regime representativo, voltou à atividade política, agora como membro do Partido Social Democrático, a 9 de novembro de 1947, em memorável pleito eleitoral, mereceu a maioria dos sufrágios, sendo, pela segunda vez, empossado no cargo de prefeito da cidade, a 1º de janeiro de 1948. Pouco ficou, todavia, nesta sua função, pois um fulminante derrame cerebral roubou-o do convívio dos garcenses, na madrugada do dia 11 de março de 1949. E assim, com apenas 51 anos de idade, desapareceu Hilmar Machado de Oliveira, deixando atrás de si, uma longa folha de serviços prestados à nossa coletividade. Foi um grande conciliador e um dos primeiros líderes políticos que a cidade conheceu, pois, além de ocupar a chefia do Executivo em duas oportunidades, também candidatou-se a uma cadeira na Assembléia Legislativa Estadual, embora sem êxito, pois a base eleitoral garcense, naquela época, ainda não garantia isoladamente a eleição de um representante para o parlamento estadual. Homem calmo e tranquilo, a todos atendia com muita calma e paciência, virtudes inatas daqueles que se devota à causa pública.” (SILVA, 1977: 175-176).



Figura 14 – Casa construída pelo Dr Labieno para acomodar a família, meados da década de 1920. O automóvel, recém chegado à região, é um ícone da “modernidade”, indicativo das transformações nos hábitos e costumes ainda impregnados por instrumentos arcaicos como o transporte em “lombo de burro”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



Figura 15 – A partir da esquerda, Dr Labieno e esposa D. Mimi (Faustina) ao lado de parte da família, em 1927. O automóvel ao fundo é sinônimo de *status*, como indicativo de poder econômico, entre uma maioria populacional que em geral andava descalça durante boa parte de suas vidas.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

Embora homem estudado no exterior, rico, autor de textos contundentes relacionados à economia nacional ⁶⁴ e politicamente bem relacionado, o Dr Labieno é lembrado por algumas particularidades que podem explicar o relativo insucesso de seus empreendimentos.

Dentre algumas particularidades, a moradora no patrimônio de Labienópolis há quase sessenta anos, Sr^a Elza Marra ⁶⁵ diz que o Dr Labieno era um homem muito “*destemido*” e destaca uma de suas lembranças de infância:

“A gente ia no cemitério ⁶⁶ (Figura 16), ia aí por baixo, tinha uma pontinha lá. Tinha uma água, que até acabou agora,. E a gente passava lá na casa dele e ele tava

⁶⁴ Dentre eles um pequeno texto que antecipa muito do ideário contido na formação de grupos como o “MERCOSUL”: “SUL AMERICA – O SEU FUTURO COMO GRANDE POTÊNCIA PELA UNIÃO DAS ACTUAES NAÇÕES SUL AMERICANAS EM UM ÚNICO ESTADO FORTE E PODEROSO”, São Paulo: Duprat & Cia, 1915.

⁶⁵Entrevista “Elza Marra”, 81 anos, em 19 de novembro de 2009 (Duração 00:59:53).

⁶⁶ Em geral, os primeiros cemitérios nos moldes atuais, surgem conforme o aumento populacional nas cidades impulsiona medidas sanitárias que envolvem inclusive a mudança no costume cristão de sepultamento em igrejas, ou em torno delas, ou nas proximidades da última moradia do defunto quando moravam em propriedades rurais. Os cemitérios “públicos” resolvem a questão da disposição mais adequada dos cadáveres e são laicizados. A inauguração de um cemitério municipal representava um dos aspectos da urbanização “moderna” dos primeiros povoados na região. Quase sempre o cemitério ficava a certa distância da cidade, mas o costume de velar o defunto em casa e transportá-lo dentro de um caixão carregado em um cortejo fúnebre até o local de sepultamento mantém-se em grande parte até hoje. A “ocupação” do cemitério garcense correspondeu ao padrão de segregação urbana. Os grandes túmulos e capelas de famílias ricas da cidade localizam-se no eixo da entrada principal, enquanto os defuntos de origem mais pobre eram sepultados em “covas rasas” nas partes periféricas do cemitério.

Outro costume, relativo ao cemitério municipal, é contado sobre a forma de uma pequena história:

“Numa noite de sexta-feira, talvez dia treze, um grupo de rapazes resolveu fazer algo diferente: uma aposta para testar quem eram os mais corajosos da turma. Teriam que ir até o cemitério à meia-noite e bater fortemente no portão, porém um de cada vez, caminhando sozinho por uns duzentos metros. Os colegas, a certa distância, teriam de ouvir as batidas no portão. Depois o corajoso deveria retornar andando calmamente até os amigos. Não poderia correr. Feita a aposta, os rapazes partiram para o cemitério, a pé, porque ninguém tinha carro, caminhando alegres pelo caminho de terra na escuridão da lua nova. Chegaram ao ponto combinado, onde hoje fica o pontilhão, acomodaram-se e sortearam o primeiro a fazer o trajeto da coragem. E lá se foi o primeiro. Sem correr, o rapaz chegou até no portão do cemitério e bateu com toda força para os amigos escutarem. Mas, nesse momento, houve uma grande explosão. O céu clareou-se todo! Parecia dia! Surgiram labaredas bem altas do fundo do cemitério! Mais estrondos e mais labaredas clarearam a noite! Aterrorizados, os corajosos rapazes saíram em louca e desabalada corrida até a cidade, culpando-se e concordando que aquilo foi um castigo pela ousadia de profanar o Campo Santo. No dia seguinte um dos rapazes foi ao conhecido Bar Sudan, de dona Aurora, tomar um cafezinho. Ali era ponto de encontro de senhores que falavam sobre gado, lavoura, etc. Ouviu então a conversa de seu Ari Rosário, dono da fábrica de farinha de mandioca, indústria perto dos muros do fundo do cemitério:- Gente, ontem à meia-noite quase pegou fogo na fábrica. Ia ser o maior prejuízo. Não sei por que, mas o transformador explodiu e ficou queimando até acabar todo o óleo dele. Foi explosão e fogueira pra todo lado, que até clareou o céu! Quem viu aquilo deve ter ficado morrendo de medo! Inocentemente o rapaz perguntou:- Será, seu Ari?” (Contada por minha mãe, Maria Helena Travassos Delicato).

lá sentadão. Ele era meio gordo. A mulher dele era dessas mulher meia chique que veio pra cá.(...) Tinha, o Dudu, o Clóvis, aquele que foi prefeito, como é que chamava? O Hilmar! Todos filhos dele. Todos eles tinham capangas. No tempo dele, falavam que eles enforcavam gente (...)



Figura 16 – Início do cemitério local, em meados da década de 1920, marca uma prática condizente com a preocupação das condições sanitárias das cidades, conforme preceitos modernos de urbanização.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

Dentre os conflitos, são realçados em alguns depoimentos os decorrentes de disputa de terras com posseiros que ocupavam áreas sem documentação comprobatória. Em geral, tais ocupantes recebiam visitas de empregados do Dr Labieno que davam prazos para a desocupação. Muitos resistiam e os conflitos podiam ser violentos. Os “capangas”, gente em grande parte contratada vindo de outras regiões, em geral de origem nordestina ⁶⁷, entravam em ação e promoviam a “retomada” das áreas. No caso de mortes, os cadáveres eram enterrados nas imediações do atual cemitério municipal ⁶⁸, em uma área que ficava nos limites de uma mata que cercava o patrimônio

⁶⁷ O geógrafo Pierre Monbeig, em um capítulo da obra “Pioneiros e fazendeiros de São Paulo” diz que além dos imigrantes, um grande contingente de brasileiros especialmente nordestinos vem para São Paulo, “desde 1920, mas principalmente depois de 1930” quando a “imigração” diminui: “encontrava-se em toda parte o „nortista“, habitante do Nordeste. Mais precisamente dizia-se „baiano“, porque a Bahia foi o principal centro de emigração para as zonas pioneiras de São Paulo e do norte do Paraná.” (MONBEIG, 1998: 150).

⁶⁸ Sobre a ação de capangas do Dr Labieno há muita especulação. Dentre elas a de que o terreno do cemitério já seria utilizado clandestinamente para o sumiço de corpos de desafetos assassinados. Meu pai conta que acompanhou a construção do muro do cemitério em meados da década de 1940. Meu avô era pedreiro e durante a abertura das valas para os alicerces do muro encontravam-se ossadas não identificadas, deduzindo que o “Dr Labieno” tivesse usado o local como cemitério há muito tempo (Entrevista Jair Delicato, 73 anos em 14 de novembro de 2009 - Duração 00:44:24).

Labienópolis. Com o passar dos anos, os conflitos praticamente desaparecem, são resolvidos de forma menos violenta e o cemitério perde o uso clandestino inicial.

A menção à truculência do Dr Labieno é veladamente mencionada em outra entrevista, com o Sr José Vieira ⁶⁹, cujo pai, nordestino da Bahia, veio para a região para trabalhar como capataz de fazendeiros, dentre eles o Dr Labieno. Sua principal atividade, durante um bom tempo, foi a “remoção de posseiros” e “derrubada de matas”⁷⁰. Além dos “capangas” e “capatazes”, existiam os “capturas”, um tipo de destacamento policial militar do Estado que fazia incursões na região mediante solicitação de proprietários, principalmente nas muito comuns situações de conflito pela posse de terras (Figura 17).



Figura 17 – Escolta armada Expedição Rio do Peixe. Um exemplo de organização de grupos armados com finalidade de “proteção” às ações de reconhecimento e posse das novas fronteiras agrícolas no Estado de São Paulo.

(Fonte: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio do Peixe. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913)

A posse efetiva e o desmatamento das terras demarcadas pela “comitiva” do Dr. Labieno na região se iniciou em 1923, quando passa a vender algumas áreas. Uma das primeiras providências, além da organização da “capangagem” e da administração das propriedades, era a montagem de serraria para aproveitamento de madeira. A maioria

⁶⁹ Entrevista “José Vieira”, 84 anos, em 18 de setembro de 2009 (Duração 01:26:12).

⁷⁰ Os nordestinos, em geral eram empregados para a derrubada de matas. Apresentavam-se como mão de obra itinerante, trabalhando no meio das florestas e dormindo em cabanas erguidas por eles e “camas improvisadas sobre quatro esteios de madeira tosca”. Por isso, os “baianos” eram chamados pejorativamente de “camas-de-vara” (PEREIRA, 2005: 26).

dos imóveis dos núcleos coloniais iniciais era feita desse farto material (**Figura 18**). Além disso, a venda de dormentes para a ferrovia era comercialmente muito favorável, bem como o fornecimento de lenha ⁷¹ para as caldeiras das locomotivas (MARTINI, 2000: 24).



Figura 18 – Primeiras construções, de madeira, no patrimônio Labienópolis, início década de 1920.
(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

Logo após a posse, abertura da mata, construção da serraria e das primeiras casas de funcionários da fazenda “Ribeirão da Garça”, o Dr Labieno faz as primeiras vendas de glebas rurais e lotes “urbanos” e inicia-se a formação do patrimônio Labienópolis, o primeiro dos núcleos urbanos que surgem na década de 1920.

1.4 Dona Bertha

No início do capítulo falamos que muitos personagens da formação e início da ocupação urbana do território que seria chamado de “Garça” estão submersos em versões “oficiais”. Também falamos que “caravanas” ou “comitivas” “desbravaram” o “Novo Oeste Paulista”, formadas por grandes grupos de homens. Um personagem,

⁷¹ Uma propaganda de “Fogões a gaz” (sic) feita na primeira página do jornal “Correio de Garça”, em 26 de maior de 1955, demonstra como o uso de “lenha” foi corriqueiro na região até pelo menos o início da década de 1960: “Atenção Sras. Donas de casa de Garça, Gália, Fernão Dias, Gralha, Ocaçu, Alvinlândia, Santa Terezinha, Jafá, Júlio Mesquita e Álvaro de Carvalho: Aguardem para fazer suas compras de fogão. A AGÊNCIA JEEP receberá dentro de sessenta dias os afamados FOGÕES A GAZ, garantindo o fornecimento permanente de gaz. Dentro de mais alguns dias, faça uma visita sem compromisso à AGÊNCIA JEEP e certifique-se da verdade”

mencionado em alguns depoimentos e em uma edição jornalística de 1935 chama a atenção pelo relativo esquecimento “oficial” e pela presença “feminina” na “comitiva” do “Dr Labieno” durante a abertura de suas terras na região. Trata-se da “Srª Bertha Polster”.

Em uma edição comemorativa sobre a elevação do município à “categoria de comarca”, o recém inaugurado jornal “Comarca de Garça”, de 12 de outubro de 1935, em sua edição nº 18, página 4/30, faz um “Histórico de Garça” e a figura de “Hilbertia Polster” é citada juntamente com outros nomes de “novos aventureiros” que chegam à região entre os anos de 1918 e 1919. No texto, descreve-se o “escritório” do “Dr Labieno Machado”, “uma casinha, cercada de palmito rachado”, e menciona-se que em frente ficava a “venda da „alemôa“, a mesma Hilbertia ou dona Bertha (?) (sic) de hoje”.

Em depoimento feito no final da década de 1970, por um dos primeiros moradores da região, Sr José Sanches, que chegou à região em 1915, “radicando-se no distrito de Corredeira”, ficamos sabendo que “o Dr. Labieno vendeu sua primeira área à Srª Bertha Polster, conhecida por „Alema Retratista“, próxima ao principal trevo de acesso à cidade (SILVA, 1977: 52-53).

Ela é citada em vários depoimentos e de forma marginal serve para identificarmos uma situação limite, em que além da questão da construção de representações sobre pioneiros locais, como no caso dos reconhecidos fundadores “Dr Labieno” e “Sr Carlos Ferrari”, a questão de gênero é posta de forma exemplar quanto à necessidade de se estabelecer o “lugar social” entre os primeiros habitantes da cidade e como a imagem das personagens é construída pela memória.

O Sr Jaci Fernandes ⁷², em uma entrevista, assim a descreve:

“D. Bertha era fotógrafa e morava em Garça. Isso já em 1926, 27. Ela morava aqui em Garça. E morava na fazenda do Dr. Labieno, na Fazenda Ribeirão da Garça, mas vinha aqui na vila tirar fotografia e revelava para vender. Principalmente de

⁷² Jaci Fernandes, 84 anos na data da entrevista em 19/09/1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 17.

casamento. Quando havia casamentos aqui na cidade, o que, aliás, era muito raro, ela vinha tirar fotografias. E tirava fotografias da noiva, do noivo, da comemoração, dos padrinhos. E, fora casamento, ela tirava fotografia de tudo! Vivia tirando fotografias da cidade, de todo mundo. Parava um cidadão na rua e ela batia uma fotografia. (...) Até ser descoberto o segredo dela, ela era muito querida. E o segredo dela era exatamente... Eu posso falar, né? Ela se vestia de mulher, principalmente para tirar fotografias de noivas. Então ela aproveitava a situação de “ser mulher” e entrava no quarto para ver as noivas trocarem de roupa. (risos)(...) Eu, particularmente, tenho a impressão que o único elemento de bom que ela trouxe para cá foi a máquina de fotografia. Ela tirava as fotografias. Porque eu não me lembro de ela ter contribuído pra alguma coisa, não, a não ser em termos de fotografia, em termos de fotógrafa. Eu nunca vi D. Berta, por exemplo, tomar parte numa festa sem ser como fotógrafa. Não! Eu acho que não! Ela se chamava Hilbertia Polster, „mulher“. Depois que se descobriu o verdadeiro sexo dela, então ela se chamava Hilbertio Polster. Ela era louca pra tirar fotografia de casamento. Mas ela era „mulher“. Ela se vestia de mulher, cabelo de mulher, brinco de mulher, tudo de mulher. E entrava no quarto das noivas que se trocavam e, ali, aproveitava e via as noivas peladas (risos).(...) A voz dela não era muito feminina, não! Ela tinha uma voz meio rouca. E como descobriram que ela era homem, eu não tenho muita certeza, mas me parece que alguém foi no quarto dela enquanto ela estava trocando roupa e viu que ela era homem.(...) Ela engravidou uma moça. Eu acho que daí é que surgiu a idéia de entrarem no quarto dela pra verificar alguma coisa, pra constatar se ela poderia mesmo ter engravidado a moça, porque ela era uma „mulher“. Até aquela hora, ela era uma „mulher“. Eu não tenho certeza. (...) Dentro da casa da minha mãe mesmo ela tinha livre acesso. (...) Os maridos viajavam e ela servia de Dama de Companhia. (...) O que eu sei é que deram parte dela e ela foi presa. Agora, o que aconteceu com ela, eu não sei. Matar não mataram porque a gente saberia. Me parece que, depois que descobriram que ela era homem, ela se arrancou daqui. Foi embora daqui.”

Na versão do Sr Jaci sobre “Dona Bertha”, a lembrança da voz rouca, da atividade de “fotógrafa” e do livre trânsito nas residências dos(as) primeiros(as) habitantes, marcam o “estranhamento” inicial mesmo desconsiderando-se a “revelação” final de que Dona Bertha seria de fato um travesti. A mobilidade e desenvoltura técnica sobre a “fotografia” já seriam sinais de que haveria algo errado com essa “mulher”. A

descoberta do “segredo” seria o desfecho de uma situação que já se mostrava “anormal”. Ignorar os indícios de “comportamentos” desviantes acabou permitindo o logro que teria redundado em uma possível gravidez de uma das acompanhantes de Dona Bertha. No relato do Sr Jaci não há dúvida de que o “disfarce” seria premeditado, com o claro objetivo de se aproximar intimamente das mulheres do local.

Em depoimento da Sr^a Mony ⁷³ temos outra versão:

“Tinha uma Bertha também... uma mulher que morreu sem sabermos se era homem ou mulher. Chamava Dona Berhta. (...) Morava em Garça e tinha uma terrinha, uma chácara. Uns diziam que ela era homem vestido de mulher e a minha mãe que fazia injeção nela via que ela era mulher né?”

O pai da Sr^a Mony foi um dos primeiros farmacêuticos da cidade e a esposa ajudava na farmácia no caso de atendimento a mulheres, em situações de curativos e injeções.

“Minha mãe sabia, mas todo mundo dizia que era homem porque ela era muito feia, tipo de alemã, chatola. Gorda assim não era. Era musculosa, não era gorda. Então era um homem vestido de mulher mesmo. Parecia um homem vestido de mulher.”

Lembra de Dona Bertha como fotógrafa:

“Ela tirava retrato um atrás do outro. Eu não sei o que ela fazia deles, mas ela estava sempre com um aparelho fotográfico pendurado. Ela andava só de culote ⁷⁴. Era mulher mesmo, mas era o tipo de mulher com cara de homem. Você olhava assim e via o tipo de homem. Não tinha quase seio, tinha ombro muito largo, quadril estreito, todos sinais mais característicos da mulher ela não tinha.”

A Sr^a Mony não tem dúvidas em relação ao sexo de Dona Bertha. Era uma mulher, mas tinha traços físicos “masculinos” que geraram a “desconfiança”. Tanto os relatos do Sr Jaci, quanto o da Sr^a Mony, sintetizam a situação de Dona Bertha de forma simétrica invertida, ou seja, a mesma argumentação sobre o convívio com as mulheres

⁷³ Entrevista “Mônica Ribas Silva”, 86 anos, em 05 de agosto de 2010 (Duração 01:06:27).

⁷⁴ “1.Culote [Do fr. *culotte*.] : Calça larga na parte superior e justa a partir do joelho, usada por militares e para montaria, em geral com botas de cano alto ou com perneiras.” (FERREIRA, 1986: 508)

locais é utilizada como prova em relação ao sexo da “alemoa retratista” e não há menção a uma provável opção homossexual de qualquer sentido. Dona Bertha poderia ser uma mulher com traços masculinos, habilidosamente utilizados para transitar entre a comitiva masculina do Dr Labieno, assim como poderia ser um homem travestido de mulher que usando da falsa aparência teria acesso aos recantos mais íntimos das residências locais, mas a dúvida não cabe em nenhum dos dois depoimentos.

No “Livro de Garça”, outro relato sobre a “Alemoa Retrartista”, que teria adquirido terras do Dr Labieno em 1924, descreve-a assim:

“Era um tipo interessante de mulher. Longos cabelos atiravam-se para trás, cobrindo-lhes os ombros. Os olhos azuis, sem muito contraste com as sobrancelhas claras, evidenciavam mais as sardas, que lhe marcavam o corpo avermelhado. Com estatura mediana, Berta era dona de um corpo despretenso, sustentado por um par de pernas levemente arqueadas e bronzeadas pelo sol ardente. Estava muito longe de ser bonita. Pelo contrário, Berta era feia. Em contraposição, a alemã era profundamente simpática e prestativa, conquistando, com facilidade, a amizade de todos os moradores locais, que lhe ofereciam as considerações mais carinhosas. Berta não tinha família e vivia sozinha no seu sítio, onde se dedicava, nas horas vagas, a tratar de sua pequena lavoura de café, inteiramente formada por ela. A maior parte do tempo, ausentava-se de sua casa no exercício de suas funções de fotógrafa, visitando distantes lugares e os mais humildes casebres. Todos a recebiam com alegria e disputavam o direito de hospedá-la. A fotógrafa, nascida num país muito adiantado, tinha condições de transmitir ensinamentos àquela gente simples, de baixo nível cultural. Ensinava as elementares noções de higiene, arte culinária e cuidados com a saúde. Conhecia e aplicava massagens preventivas contra a celulite, transmitindo às jovens mulheres, um dos segredos de beleza, que, somente nos dias atuais, estão sendo aplicados nos institutos especializados brasileiros. É o que poderíamos chamar de „bertaterapia“, pois, talvez, tivesse sido ela uma das criadoras desse tratamento para a manutenção epidérmica. A maioria das casinhas dos agricultores era de pau-a-pique e sem acomodações para hóspedes. Mas, para Berta, eram oferecidos os melhores lugares. Na maioria das vezes, o proprietário do imóvel dormia num amontoado de palhas de arroz e milho, forradas com sacos de estopa, para permitir que Berta e sua mulher tivessem um sono mais repousante no macio colchão da única cama existente. A alemã realizava todas as reportagens fotográficas dos alegres casamentos do sertão. Orientava as noivas, iniciando-se pelo banho com essências perfumadas, até a colocação do véu e grinalda para as poses fotográficas. Fotografava-as, conferindo preços módicos aos trabalhos revelados e ampliados. Infelizmente, a história de dona Berta apresentou um final dramático. Certo dia, um empregado do dr. Labieno da Costa Machado, não se sabe como, descobriu que a bondosa Berta era homem. Homem autêntico, com H maiúsculo...” (SILVA, 1977: 92-93)

A misteriosa Dona Bertha, que teria acompanhado o grupo do Dr Labieno, em sua chegada à região, exemplifica a confluência de pessoas com origens e identidades muito diversas que passam a conviver em um mesmo lugar e a construir novas identidades que se mesclam.

Se “Hilbertia” era um travesti, de forma a disfarçar sua identidade masculina, procurando se desligar de uma vida passada, ou se era realmente uma mulher que assumia papéis em geral masculinos na sociedade local do final da década de 1920, é algo que não foi possível determinar, e talvez pouco importe. Mas as descrições de sua figura demonstram como um estereótipo é construído e se incorpora ao imaginário das pessoas, a partir de “sinais” que são decodificados qualitativamente dependendo da situação.

Como a mulher alemã feia, “chatola”, mas conhecedora de técnicas de embelezamento, o tratamento dado a “Dona Bertha” é de admiração e respeito, considerando-se os relatos. Como “fotógrafa” ou “topógrafa”, independentemente da possível confusão entre os aparelhos ou mesmo a coincidência de domínio técnico sobre fotografia e topografia, ela estaria desempenhando funções em geral masculinas para a época, causando certo estranhamento. Ser proprietária de um sítio, que cuidava sozinha, ou como dona de uma bodega, também eram posições muito fora do que se esperaria de uma mulher. O desempenho de “Bertha” em atividades consideradas masculinas poderia ser visto como algo “hostil”.

As qualificações quanto aos traços físicos seriam modos de amenizar a provocação aos homens, pois “uma mulher que se realiza” tanto ou “melhor” que um homem de certa forma transgride um padrão e na medida em que “ela tem uma beleza ou um charme qualquer, sua conduta é ainda mais destruidora”, enquanto “a mulher masculinizada, a mulher feia, poderia ser tratada como um homem dissimulado” e ter “seu sucesso perdoado” (MEAD, 1971: 245). No entanto, no caso de “Bertha”, aparentemente os limites da “mulher masculinizada” foram ultrapassados.

É curioso não existir menção sobre a “alemoa” ser, por exemplo, uma cafetina, algo comum nos núcleos pioneiros em que os homens chegavam quase sempre

desacompanhados, pois em geral aqueles que eram casados traziam a família após conhecerem o local e se acomodarem.

As inusitadas imagens sobre Dona Bertha, deslocadas de padrões de comportamento da época, a transformaram em uma figura de anedota, demonstrando como as lembranças podem ser construídas sob modelos que se ajustam ao que se espera que seja lembrado. Ou seja, os “desajustes” tendem a ser exagerados, transformados em caricaturas, e ligados de forma deslocada nas memórias.

1.5 Carlos Ferrari - “Sr Colono”

O Sr José Sanches, no mesmo depoimento em que menciona a “Dona Bertha”, feito no final da década de 1970, conta alguns detalhes sobre o Sr. Carlos Ferrari, que em 1918, como ex-colono de Bento de Abreu Sampaio Vidal ⁷⁵, comprou “100 alqueires de terras” em área anexa ao divisor de águas com a propriedade do Dr. Labieno:

“Carlos Ferrari solicitou os trabalhos do Sr Salvador Sanches, carroceiro, para transportar seus pertences, da fazenda „São Bento” para sua casinha de pau-a-pique, construída no imóvel adquirido. Para vencer a distância e as dificuldades impostas pelos caminhos e picadas sombrias, Salvador Sanches fez uso de um carroção de 4 rodas, puxado por seis burros” (SILVA, 1977: 53).

A chegada do Sr Carlos Ferrari, conforme relato, demarca certa admiração ao colono que “vence” as “dificuldades” quase de forma solitária e tendo a disposição meios “arcaicos” de transporte e moradia. O sucesso do colono, na forma afigurada nos relatos, está diretamente relacionado à maneira como em relativamente pouco tempo o Sr Carlos Ferrari atua na formação de seu patrimônio em contraponto ao empreendimento do Dr Colonizador e de pelo menos dois outros grandes proprietários, todos típicos representantes das oligarquias rurais paulistas e ligados a partidos políticos.

⁷⁵ Bento de Abreu Sampaio Vidal é um dos pioneiros da cidade de Marília-SP. Sua família está muito ligada com a história de Araraquara e São Carlos. Foi “sócio-fundador e presidente da Sociedade Rural Brasileira, membro do Conselho da Sociedade Paulista de Agricultura e, mais tarde, faria parte da Comissão de Agricultura, Colonização e Imigração, Minas e Terras Devolutas. Exponente do PRP – Partido Republicano Paulista, em 1924 foi eleito deputado estadual”. (PEREIRA, 2005: 29-30).

Em 1924, no ano em que “oficialmente” o Dr Labieno “fundava a cidade de Garça” ⁷⁶, o Sr Carlos Ferrari inicia o loteamento urbano de parte de suas terras e forma o “Patrimônio de Ferrarópolis” (Idem: 54). Um dos netos, também chamado Carlos Ferrari ⁷⁷, lembra-se assim de seu avô:

“Ele era um homem de visão. Apesar de ser uma pessoa humilde, uma pessoa que viveu de trabalho, talvez por herança cultural, ele era um homem de visão, essa é a realidade, ele era criativo. Ele percebeu logo que poderia desenvolver uma cidade. A parte pertencente ao Labieno da Costa Machado já estava sendo loteada e havia inúmeros problemas, problemas assim de respaldo. Respaldo financeiro, respaldo de cumprimentos às obrigações legais quanto às aquisições desses terrenos. Sempre havia problemas jurídicos, havia pessoas que compravam e não adquiriam a sua escritura e ficavam por muito tempo sem saber se eram donos ou não eram donos. E também pela exigência da própria formação daquela parte, de se transformar aquela área em uma área de cidade elitizada. Ele então na sua simplicidade, Carlos Ferrari, viu que esse não era o caminho e que o caminho era popularizar, pulverizar, facilitar a aquisição de lotes para todos aqueles que tivessem oportunidade. Oportunidade para todos. Como ele teve essa oportunidade de vir para cá, ele também quis dar essa oportunidade para todos que viessem para cá. Eram comerciantes, aqueles que tinham outros interesses, em outros setores, seja na parte de educação, de cinema, de indústria, de comercio, de lazer. Então ele dava todas as oportunidades e todas as facilidades possíveis. Basta, eu sou testemunha de que ele faleceu em 1944 e são centenas de escrituras que ainda não tinham sido nem sequer passadas em definitivo. Carlos Ferrari que foi o meu pai, Julio Ferrari e o Paulo juntamente com o advogado do inventário do Carlos Ferrari, o finado Delfim Faria, fizeram todas as escrituras de um por um sem cobrar um tostão. Todos foram regularizados, todos .”

A visão do neto do Sr Colono está carregada de valores que se contrapõe às representações feitas sobre o Dr Colonizador. O Sr Carlos Ferrari, na figura do colono humilde, mas honrado, oferece por meio de seu loteamento oportunidades para

⁷⁶ A data cívica comemorada no município, atualmente, é a de “emancipação política”; 5 de maio de 1929, um ano após a chegada da ferrovia.

⁷⁷ Carlos Ferrari Neto, 65 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça - SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 35, Terceira entrevista.

aquisição de lotes a “todos”, que assim como ele, quisessem se estabelecer na região. Haveria uma relação quase informal, de igual para igual entre o loteador Carlos Ferrari e sua clientela, baseada na confiança a partir da identificação de origem e objetivos comuns.

Em oposição, o loteamento do Dr Labieno seria uma proposta “elitizada” e que trataria seus prováveis compradores de lotes de maneira mais formal, mas contraditoriamente menos confiável. A assimetria de origem e interesses criaria um ambiente pouco favorável aos negócios contratados na base da confiança mútua e feitos diretamente com o “dono da porcada”. Faz parte do conjunto de características atribuídas ao caipira, o confiar desconfiando. Ou seja, ao mesmo tempo em que a generosidade e a solidariedade são altamente valorizadas como forma de facilitar a superação de dificuldades entre os habitantes de uma mesma localidade, também é muito valorizada a relação direta, sem intermediários entre as pessoas, como forma de garantir pactos de solidariedade. Se há como conversar diretamente com quem de certa forma irá nos ajudar, esse é o caminho escolhido. A opção pela intermediação, quando ocorre, significa o reconhecimento de hierarquia e ou distância social que inibe a aproximação e a construção de vínculos que permitam um negócio baseado na palavra. De certa maneira, é o que podemos perceber no caso das vendas de lotes nos patrimônios do Dr Labieno e do Sr Carlos Ferrari. A relação comercial “moderna” no empreendimento do Dr Colonizador não significou mais agilidade na negociação, não houve uma desvinculação em relação ao “dono” das terras e sua “ausência” teria gerado alto grau de desconfiança. Enquanto isso, a presença do Sr Colono e a possibilidade de trato com o “dono da porcada” na hora de fechar o negócio, teria facilitado as vendas e consequentemente a ocupação mais rápida do patrimônio “Ferrarópolis”.

Ou seja, grande parte dos negócios em “Ferrarópolis” eram feitos diretamente com o Sr Carlos Ferrari, que de fato residia em seu núcleo. Em “Labienópolis”, dificilmente se adquiriria um lote negociando diretamente com o “Dr Labieno”, mas quase sempre tratando com um preposto. Sob essa perspectiva, o neto do Sr Colono acrescenta que haveria má fé nas vendas de lotes em “Labienópolis” como um aspecto que culminou no fracasso do patrimônio do Dr Colonizador:

“Tem inúmeros depoimentos, inúmeros depoimentos, não só de lotes como de propriedades agrícolas. Pagaram duas, três vezes, isso aí era comum. É só entrevistar

os antigos proprietários daqueles sítios remanescentes, daquelas áreas, que podem testemunhar isso. Isso não é mentira, isso é uma verdade. Quer dizer, não existia naquela época por parte deles uma boa fé nas transações comerciais. Então esse efeito dessa responsabilidade, de fazer com que todos adquirissem os seus lotes realmente estavam adquirindo uma propriedade para os seus filhos, fez com que o patrimônio (Ferrarópolis) crescesse independente de qualquer pressão econômica política que houve.”

O Sr Carlos Ferrari completa o relato, falando sobre a questão de seu avô ser um imigrante italiano e comenta a perseguição sofrida durante a Segunda Grande Guerra:

“Ele veio para Garça em 1918. Era uma pessoa humilde, um imigrante italiano. Chegou aqui em Garça com 43 anos e desenvolveu uma atividade que passou por períodos muito sérios, que passou por uma segunda guerra mundial e isso veio prejudicar bastante. Todo mundo sabe da história, o quanto os descendentes de italianos, japoneses, passaram nesse período de guerra. Um dos fatos que eu relato, sinto e devo dizer que ocorreu por pressão política e por pressão econômica. Existia em Garça, já em 38 (1938), a rua principal que hoje se chama Carlos Ferrari e se chamava Carlos Ferrari naquela época, mesmo com ele vivo. Em 1938 vem vindo a guerra e como ele era um italiano, sofreu pressões de todos os lados, como todos os outros italianos sofreram. E nessa altura quando foi afundado um navio brasileiro de nome Olinda, eles então acharam por bem arrancar a placa do nome do Carlos Ferrari e determinadas figuras daquela época da nossa sociedade tiveram o grande prazer de saírem chutando essa placa ate a porta da casa dele. Isso em 1943. Conseguiram a aprovação para que se transformasse aquela rua que se chamava Carlos Ferrari, com ele ainda vivo, para rua Olinda, isso foi feito. Então trocaram a placa de Carlos Ferrari, puseram rua Olinda e saíram chutando a placa do Carlos até a porta de sua casa, que ele morava do lado da rodoviária. Aconteceu esse fato em 43, em 44 ele faleceu. Com a morte dele e o término da guerra em 45, logo em seguida então houve por bem voltar o nome de Carlos Ferrari privilegiando o seu fundador.”

Nessa parte do depoimento, percebe-se como, para o entrevistado, a posição de imigrante do Sr Carlos Ferrari o coloca como “estranho” no próprio local que iniciou e a perda da identidade com o lugar, a partir do clima de hostilidade gerado durante a 2ª Grande Guerra em relação a alemães, italianos e japoneses. O Sr Carlos Ferrari já não é

mais o colono pobre que veio para a região, venceu por conta de seu trabalho e honradez nos negócios e foi importante como fomentador do principal “patrimônio” que originou a cidade. Em pouco mais de uma década também pode ser retratado como um italiano, inimigo, que enriqueceu em solo brasileiro e que não merece a denominação de uma rua em um lugar que se conhece por “Ferrarópolis”. O comentário final do neto é no sentido de justificar, em sua perspectiva, o motivo das pessoas da cidade em geral conhecerem e falarem mais sobre a vida do Dr Labieno:

“Primeiro fato é que o Carlos Ferrari era um italiano imigrante que não viveu muito tempo. Viveu em Garça de 1918 ate 1944. Carlos Ferrari, até os 43 anos de idade, quando veio para Garça, era um simples colono, como todos os colonos que existem nessa região. Com seu trabalho ele conseguiu os recursos para adquirir essa área. Ele não quis nenhum alqueire a mais do que adquiriu realmente, ele não precisou, e foi oferecido a ele, se quisesse, outras áreas sem necessidade de pagamento, mas ele nunca aceitou esse fato e realmente ficou somente com a parte que ele adquiriu com seus recursos próprios. Então Carlos Ferrari entrou em Garça com 43 anos de idade e morreu com 69 anos de idade, no ano de 1944, num período de guerra. O Brasil, o mundo, viveram uma guerra no período de 1938 até 1945. Então foi um período turbulento. Logicamente a outra família que se diz, e logicamente porque aportou na cidade dois anos antes, tinham muito maior poder econômico e poder político e com isso adquiriram todas as suas vantagens, como no momento atual, que eram o poder político e o poder econômico que dominam tudo, dominam a imprensa, dominam a imprensa escrita e a falada. Era a mesma coisa, na época era pior ainda do que hoje, o mesmo nível, daí para pior, que era mais violento. Os interesses eram mais exacerbados. Existia clima de coronelismo, totalmente. A imagem de Carlos Ferrari feita era trabalhada para que ele não aparecesse, por que não havia interesse da classe dominante para que isso aparecesse com maior ênfase. Era interesse da classe dominante que a família de Labieno da Costa Machado continuasse o domínio. Como teve um filho que foi prefeito de Garça.”

Ou seja, nesse viés, se inicialmente o sucesso do empreendimento do Sr Carlos Ferrari, em comparação com o do Dr Labieno, ocorreu em grande parte pela relativa igualdade entre as pessoas que vinham para a região e a condição de ex-colono do loteador do patrimônio “Ferrarópolis”, após a consolidação do núcleo, o clima hostil no período da guerra, a morte em 1944, a permanência do Dr Labieno e família na cidade,

favoreceriam a exaltação das iniciativas do Dr Colonizador. A importância da iniciativa do Sr Carlos Ferrari teria sido esvaziada paulatinamente, a partir do que o neto do pioneiro vê como domínio coronelista da família de Labieno da Costa Machado, que por meio da política local e influência sobre, por exemplo, a imprensa, enalteceria mais a figura do “Dr Colonizador”.

Um importante depoimento feito pelo Sr Miguel Mônico, que montou o primeiro cinema em Garça em 1929 e cuja família trabalhara para os Costa Machado na Fazenda Costina, é base de uma versão da iniciativa de Carlos Ferrari lotear suas terras e dá indícios da diferença de postura em relação aos empreendimentos do Dr Colonizador e do Sr Colono no início da cidade:

“Naquela época, o Dr. Labieno da Costa Machado havia tomado conhecimento de suas divisas, lá pelas cabeceiras do Rio do Peixe, estavam sendo invadidas pelos posseiros, que chegavam a estas paragens. Imediatamente, tomou providências, no sentido de proteger sua área contra os invasores. Trouxe com ele 60 soldados armados (...) com ordens de policiar toda a região. Ao realizarem batidas ao longo do Rio do Peixe, comprovou-se a invasão de terras da Fazenda „Ribeirão da Garça“. Os infratores receberam ordem de prisão e foram, inicialmente, conduzidos à sede da propriedade do Dr. Labieno da Costa Machado. Alguns prisioneiros ficaram alojados, provisoriamente na serraria onde trabalhava o Sr Mônico e, outros, na cocheira da fazenda. Entre os prisioneiros, na serraria, encontrava-se Sebastião Cardoso, um mulato conhecido do Sr Mônico, que admirou-se ao reconhecê-lo: - Que faz você aqui, Sebastião? – perguntou-lhe.- Pois é, o Dr. Labieno mandou que me prendessem! Eu não sabia de nada, sobre a invasão das suas terras! O engenheiro pagou-me para levar comida aos balizeiros, e era isso que eu estava fazendo, na cabeceira do Rio do Peixe. Nada tenho a ver com a invasão. Não demorou muito, a mulher de Sebastião Cardoso apareceu aos prantos na fazenda, pedindo ao proprietário para mandar soltar seu marido, que era inocente. O Dr. Labieno acedeu ao pedido, mas estipulou o prazo de 24 horas para deixarem aquela área, que compreendia toda a fazenda, até a superfície que alcançava o botequim do espanhol José Amador.” (SILVA, 1977: 65-66)

Questões relacionadas à posse de áreas e remoção de “invasores” foram muito comuns ao empreendimento do Dr. Labieno ⁷⁸. Gastava-se muito na vigilância, no

⁷⁸ Um exemplo de situação similar à acontecida na “Fazenda Ribeirão da Garça”: “Numa visita de inspeção pela propriedade, o funcionário da Empresa de Terras e Colonização, Antonio Ramos, escreveu (em 1937) ao Dr Labieno da Costa Machado, pormenorizando a situação encontrada nas terras da Fazenda vale do Paranapanema. Diz que em Pirapozinho (...) encontrou um patrimônio de mais ou menos 150 casas, 2 pensões e boas casas de comércio, até identificando os fundadores como sendo Francisco Marques e Benedito Carrera. Já no núcleo de Boa Vista as terras estavam sendo vendidas por um tal de Bueno e Jorge Neves, sendo que já existia uma linha de jardineira ligando os núcleos até Presidente

acompanhamento de processos judiciais, no pagamento de gerentes e advogados. Tais despesas aliadas à enorme quantidade de frentes abertas, além da concorrência com outras colonizadoras criaram muitas dificuldades que redundaram no fracasso da Empresa de Terras (MARTINI, 2000: 80-81).

A complexidade no gerenciamento de projetos de colonização e venda de terras em larga escala, como no caso do Dr Labieno, envolvia muitos conflitos e no caso do início do núcleo urbano garcense abriu uma brecha para empreendimentos concorrentes, de envergadura local, como o do Sr Carlos Ferrari. É o que podemos inferir a partir do que conta o Sr Miguel Mônico, quando fala sobre o que aconteceu com o desafeto do Dr Labieno após sua expulsão:

“Sebastião Cardoso obedeceu, incontinenti, às ordens do proprietário da Fazenda „Ribeirão da Garça“. Ele, sua mulher, sua netinha e uma cunhada, montaram de uma só vez, numa eguinha e partiram para outro lado da área assinalada pelo Dr. Labieno. Tomaram o caminho da divisa de Campos Novos, onde, até bem pouco tempo, passavam os trilhos colocados pela Cia. Paulista de Estrada de Ferro. Naquele ponto, existia um marco divisório de Corredeira, uma vez que lá se iniciava a área pertencente àquela povoação. Finalmente, a família Cardoso tomou o rumo do sítio de Carlos Ferrari. Sebastião Cardoso explicou a Ferrari sua situação, contando-lhe que havia sido expulso pelo Dr. Labieno e que estava em dificuldade para seguir viagem com sua família. Pediu abrigo por alguns dias, até que pudessem seguir para outras paragens. O Sr. Carlos Ferrari, penalizado com a situação daquela família, permitiu que ela se alojasse numa pequena tulha lá existente. Naqueles dias, Cardoso, que era inclinado ao comércio, sugeriu ao Sr. Carlos Ferrari que loteasse suas terras para venda. Ofereceu-se como corretor, mediante o recebimento de pequena comissão pelas vendas realizadas. Ferrari, que talvez já tivesse a idéia de formar um patrimônio naqueles 100 alqueires de terra, não acedeu, entretanto de imediato, à proposição de Cardoso. Considerando que aquele homem havia sido acusado de invasão das terras da fazenda „Ribeirão da Garça“, receava indispor-se contra o Dr. Labieno da Costa Machado, cafeicultor muito rico e influente nas cúpulas políticas.” (SILVA, 1977: 66)

Pelo relato, o encontro com o ex-corretor do Dr Labieno, dá a motivação que faltava ao Sr Carlos Ferrari para lotear parte de sua área. Mas embora enxergue a oportunidade, o ex-colono teme o poder do Dr Colonizador e procura garantir que não haveria retaliação em caso de iniciar seu “patrimônio”. A preocupação do Sr Carlos

Prudente. Para piorar, o grileiro Bento Trusty estava fazendo uma „... propaganda formidável contra“, levando a desconfiança aos colonos e incentivando-os a não pagar as prestações para a administração da fazenda” (MARTINI, 2000: 79).

Ferrari seria muito compreensível, frente às constantes desocupações promovidas pelo Dr. Labieno em suas terras, mas:

“No dizer do Sr Miguel Mônico, que conhecia bem o Dr Labieno, os receios do Sr. Carlos Ferrari eram injustificados, pois esse desbravador não tinha por índole promover represálias, embora muitos acreditem na versão de que ele fosse excessivamente autoritário e inflexível. A crença de que o proprietário da Fazenda „Ribeirão da Garça” fosse pessoa de decisões severas e inflexíveis, deve-se principalmente ao comportamento dos vigias do perímetro, que se desentendiam com moradores locais. Nasciam rixas pessoais, que, muitas vezes, resultavam até em morte. Carlos Ferrari, certo dia, como fazia frequentemente, foi ao moinho da Fazenda „Ribeirão da Garça”, para trocar milho por fubá. Em conversa com o Sr. Miguel Mônico, expôs-lhe seus planos de loteamento e dos receios de indispor-se com o Dr Labieno, pela participação de Sebastião Cardoso nas vendas. Mônico assegurou que o Dr. Labieno não levaria isso em consideração, já que ele mesmo havia ordenado a libertação de Cardoso, atendendo os pedidos da sua mulher. Ferrari, entusiasmando-se, contratou um agrimensor da cidade de Lins, para efetuar o levantamento topográfico da área a ser loteada, mapeando as datas com as amarrações necessárias. A seguir, começaram a vender os lotes que variavam de 150 a 500 mil réis (...) As vendas eram efetuadas com o mato em pé, pois as ruas não haviam sido abertas. Picadas de foice indicavam os rumos do loteamento. Os lotes mais caros localizavam-se onde, hoje, está formado o Largo Municipal. (...) Assim, teve início a cidade de Garça, graças aos loteamentos efetuados por ambos os fundadores, Carlos Ferrari e Labieno da Costa Machado, estimulando e atraindo novos habitantes para os patrimônios Ferrarópolis e Labienópolis. Com a fusão desses dois núcleos, nasceu a bela cidade de Garça, que, hoje, se projeta como um dos principais municípios produtores de café de todo o Brasil.” (SILVA, 1977:67-68)

Nesse texto citado, publicado no final da década de 1970 por um memorialista local, existe um tom de conciliação entre Labieno da Costa Machado e Carlos Ferrari construído quase como uma forma de enaltecer os dois pioneiros como “fundadores” da “bela cidade de Garça”, como se nascida de um projeto comum. O relato de nosso entrevistado Gilberto Mônico ⁷⁹ reproduz muito do que seu pai contou ao memorialista há mais de trinta anos, e está estruturado a partir do que seriam lembranças de terceiros, reelaboradas de forma pessoal, mas com a preocupação de mostrar coerência com o que já está registrado em “documentos”. O discurso apresenta uma linearidade que esteriliza aspectos que em tese contradiriam o que seria uma versão oficial sobre a fundação da cidade.

⁷⁹ Entrevista “Gilberto Mônico”, 78 anos, em 09 de novembro de 2009 (Duração 00:37:40).

1.6 “Labienópolis” & “Ferrarópolis”

Vários depoimentos, marcados pela informalidade da experiência vivida, mostram que um “projeto” de cidade, com união dos dois “patrimônios” fundantes, está um pouco distante do ideal da versão histórica da publicação do IBGE de 1957. Em um depoimento que exemplifica uma impressão sobre o ambiente local na época o Sr Delphino Alves diz:

“... naquele tempo a cidade era dividida em duas regiões, designadas pelos garcenses „Patrimônio de Cima“ e „Patrimônio de Baixo“. Muitos preferiam as denominações de „Ferrarópolis“ (...) e „Labienópolis“. (...)... havia muita rivalidade entre os moradores de ambos os bairros. Para um „ferrapolense“ penetrar nos redutos de „Labienópolis“, era preciso estar munido de muita coragem, principalmente, à noite.” (SILVA, 1977: 97)

O Sr Delphino Alves, juntamente com seu irmão Alberto Alves, são alguns dos primeiros comerciantes da cidade, estabelecendo-se no final da década de 1920 em “Ferrarópolis”. É marcante, em sua lembrança do início de Garça, a “rivalidade” que poderia se manifestar de forma violenta entre moradores dos dois núcleos urbanos principais, divididos pela ferrovia.

Um dos primeiros moradores da cidade, Sr Jaci Fernandes ⁸⁰, conta suas primeiras lembranças do início de sua vida em Garça e dos “patrimônios” iniciais da cidade, e dá uma imagem que pode exemplificar a “violência” aludida pelo Sr Delphino: *“Eu me lembro de uma coisa que ficou marcada pro resto da vida. Nunca mais eu esqueci. Nós chegamos aqui em Garça e a primeira coisa que eu vi em Garça, no início da Avenida Faustina havia um cidadão morto. Ele tinha sido morto pelo delegado de polícia de Garça, que se chamava João Fernandes. Não era parente meu. Não era nada meu. É uma coincidência. Esse quadro desse homem morto na avenida, no chão, ficou gravado pro resto da minha vida. Eu era um menino, um garotão, e aquilo me impressionou muito.”*

O relato do Sr Jaci pode ser completado por uma pequena nota no jornal “Comarca de Garça”, de 12 de outubro de 1935, que menciona o assassinato e a

⁸⁰ Jaci Fernandes, 84 anos na data da entrevista em 19/09/1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 17.

inauguração do cemitério municipal: “Quem inaugurou o cemitério foi o célebre Osório de Tal, typo valentão daquelles tempos, assassinado pelo Sub-delegado João Fernandes, que segundo dizem assim o fez para não ser morto por aquelle” (COMARCA DE GARÇA, 1935: 8).

Aparentemente, pouco importa o assassinato em si. A alcunha “Osório de Tal” já significa que o morto só tinha nome e a fama de “valentão”. Poderia ser um “capanga” ou “bate-pau”, uma das denominações que popularmente se atribuía aos indivíduos que serviam de guarda-costas e escolta de “coronéis” e “doutores” de uma localidade, e que também podiam executar tarefas como expulsão de posseiros, emboscadas, cobranças e intimidação de rivais (POSSAS, 2001: 248).

Em geral, como talvez no caso de “Osório de Tal”, os “bate-paus” eram pessoas com passado desconhecido, jovens, sem família constituída, que da mesma forma como apareciam na região podiam desaparecer se fosse necessário. A morte de um sujeito assim não causava comoção e pelo tom da informação do jornal seria algo como “acidente de trabalho”. Por sua vez, o “assassino”, “Sub-delegado João Fernandes”, estaria um degrau acima de “Osório de Tal”, como “autoridade” policial, mas considerando-se que em 1926, o “districto policial” era comandado pelo “Dr Hilmar Machado de Oliveira”, enteado do “Dr Labieno”, podemos deduzir que o fato reflete alguma ultrapassagem de limites muito claros em relação aos domínios dos mandatários locais.

Em seguida, o Sr Jaci Fernandes fala da primeira residência da família:

“Na Avenida Faustina (Figura 19). No comecinho da Avenida Faustina, a primeira casa da Avenida Faustina do lado esquerdo de quem vem de Bauru pra cá. E, antes de nós morarmos nesta casa, nós ficamos hospedados no hotel do Dr. Labieno (Figura 20) que hoje é o Clube da 3ª Idade. Ali nós ficamos hospedados uns dias até que se montasse a casa onde nós íamos morar. Aí, na primeira noite de Garça (risos), estava muito frio e o hotel era iluminado por lampiões a gás, desses lampiões de camisinha. E com o frio que eu estava sentindo, não sabia que aquilo era tão quente e pus a mão em cima do lampião de gás, do lampião de camisinha. Aí queimei toda a minha mão. Essas duas coisas me ficaram na memória, no começo de Garça.”

Os primeiros “hotéis” ou “casas de pensão” eram conhecidos por “vendas de feijão cozido” e, em geral, eram ocupados pelos forasteiros, homens, que vinham conhecer o lugar e as oportunidades, para em seguida procurarem se estabelecer e trazer ou constituir família na localidade. O “hotel do Dr Labieno” era um pouco mais sofisticado. Atendia pessoas em geral convidadas pelo “Dr Colonizador” que procurava o mais rapidamente possível preencher as funções que considerava elementares para a constituição de seu núcleo urbano. O pai do Sr Jaci Fernandes, por exemplo, era “tabelião”, uma figura necessária para organizar o registro das propriedades negociadas, assim como nascimentos, casamentos e óbitos na “Vila”, criada por decreto em 1926, estágio intermediário entre o povoado inicial e a constituição formal de uma “cidade”.



Figura 19 – “Avenida Faustina”, patrimônio Labienópolis, no final da década de 1920, em segundo plano a Estação Ferroviária.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



Figura 20 – Hotel montado pelo Dr Labieno, para receber convidados, em foto feita em meados da década de 1920.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

Três anos depois, em 1929, a “Vila” é elevada à condição de “Município” e o Sr Jaci lembra-se da divisão entre os patrimônios de cima e de baixo:

“Neste tempo nós já morávamos aqui. Já morávamos aqui na parte de cima. Porque aqui (Garça) era dividido em duas partes: o Patrimônio de Baixo que era do Dr. Labieno e o Patrimônio de Cima que era do Carlos Ferrari, e as laterais que eram do Barros (Antônio de Carvalho Barros) que era onde é a Vila Williams hoje. Aqui pro lado da Vila Rebelo era do Ernesto Dias de Castro que era o dono da Fazenda Cachoeira. Ainda hoje acho que existe isso. Então Garça se dividia em quatro partes: parte de baixo se chamava Patrimônio de Baixo, de Labieno da Costa Machado, parte de cima (Patrimônio de cima) de Carlos Ferrari; lateral direita (Carvalho de Barros) e lateral esquerda (Ernesto de Castro). E nós ficamos morando na parte de Carlos Ferrari, exatamente na Rua Carlos Ferrari. (...) O Carlos Ferrari resolveu então vender os terrenos daqui de cima por um preço mais barato que os do Dr. Labieno. Evidentemente que aqui progrediu e a parte de baixo continuou estagnada como ainda é hoje. Muito pouca melhora, muito pouco progresso se vê naquela parte de baixo. E a parte de cima progrediu bastante porque o Carlos Ferrari vendia barato, o Barros vendia barato e o Ernesto de Castro vendia barato.”

A divisão entre os “patrimônios” de “baixo” e de “cima” estabeleceria limites bem claros entre as áreas dos grandes proprietários de terras na parte urbana, basicamente constituída ao sul por “Labienópolis” e ao norte pelos loteamentos do “Dr Ernesto de Castro”, “Sr Carlos Ferrari” e “Coronel Barros” formando o núcleo urbano que a população reconhece como “Ferrarópolis” e que terá maior taxa de ocupação e desenvolvimento nessa fase inicial de estruturação urbana do município.

Outro dos primeiros moradores, Sr Ângelo Manchini ⁸¹, tem opinião similar sobre o pouco desenvolvimento inicial do “patrimônio de baixo”:

“Isso, segundo muitos, é culpa do próprio Dr. Labieno. Porque chegavam aqui para comprar sítios, fazendas ou lotes para construir casas e ele pedia um preço. Quando ia fechar o negócio, o preço dobrava. De maneira que o pessoal ou ia lá para a parte de cima do Carlos Ferrari, ou então ia para Marília. E com isso, perdeu muitos fregueses que apareciam aqui.”

Cita também um clima de rivalidade entre o Dr Labieno e o Sr Carlos Ferrari, expresso em hostilidades entre os moradores dos respectivos patrimônios, em determinadas situações:

“Essas coisas existiam porque é quase comum de um bairro com o outro, né? Então, a parte de cima não se dava muito bem com a parte de baixo. A linha fazia a divisão aqui, sabe? Até, nós tínhamos dois quadros de futebol, que de vez em quando, precisava até vir polícia de fora quando vinha os dois quadros de futebol. (...)Tinha o Bandeirantes e tinha o Garça Futebol Clube ⁸² que existe até hoje, né? O Bandeirantes pertencia ao Labieno. O Labieno custeava todo esse clube. Tinha uma banda de música também feita pelo Labieno. Tinha a do município e tinha do Labieno uma banda de música formada. Até, por sinal, numa ocasião, encontraram as duas bandas fazendo um desfile ali na rua e quase se brigaram as duas (risos). Prestaram a brigar e pararam até de tocar porque não conseguia tocar mais nem uma, nem a outra.”

⁸¹ Ângelo Manchini, 82 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 31.

⁸² Os dois times coexistiram até o final da década de 1960, mas o “Garça Futebol Clube” se profissionalizou e o “Bandeirantes” manteve-se como “amador” até seus últimos jogos. Não há nenhum time profissional de futebol em atividade desde o final da década de 1990.

O Sr Ângelo, é um imigrante italiano, assim como o Sr Carlos Ferrari e notadamente simpático ao conterrâneo expõe sua versão da diferença entre os “patrimônios”, a partir da rivalidade por conta do sucesso do “Sr Colono” e fracasso do “Dr Colonizador”.

Sobre o Dr Labieno, muitas histórias denunciam certa antipatia, talvez em grande parte pela relação muito impessoal com a cidade ao mesmo tempo em que era politicamente muito influente. Um exemplo disso é a trajetória de seu enteado Hilmar Machado que foi “delegado de polícia em 1925” e prefeito municipal por duas vezes, eleito em 1936 e novamente em 1948. Mas o poder de Dr Labieno tinha uma oposição muito grande refletida na divisão física da cidade. A comparação seria uma forma de atenuar a importância do “Dr Colonizador”, diminuindo-o frente à iniciativa do “Sr Colono” do outro lado da linha. Outra forma de desqualificação seriam os comentários sobre sua vida pessoal que corroboravam os traços de pessoa pouco honrada nos negócios comparado à facilidade de trato que aparentemente o Sr Carlos Ferrari demonstrava. A comparação entre os dois patrimônios seria muito calcada na construção das representações da diferença de personalidade dos dois fundadores.

Uma história sobre a segunda esposa de Labieno é emblemática. Citada em dois depoimentos, ilustra a maledicência sobre a vida pessoal do doutor. Em um deles, do Sr Ângelo Manchini, o assunto surge ao falar sobre a “Avenida Faustina”, que segundo o depoente era o nome de “Dona Mimi”, a segunda esposa de Labieno:

“Ele deixou a senhora dele, a primeira, e tirou uma senhora de outra pessoa e fugiram para a Itália, segundo eu ouvi dizer isso aí. (...) (Depois) retornou para o Brasil e continuou o filme.”

O Sr Ângelo repete o que “ouviu dizer” e em poucas palavras o perfil que temos do “Doutor Labieno” é o de uma pessoa que abandonou a esposa, roubou a mulher de outro e fugiu. Para os padrões morais do início do século XX, a atitude é abominável e dificilmente seria socialmente relevada.

No depoimento da Sr^a Mony Ribas ⁸³, ao contar como sua família veio para Garça a partir da amizade de infância de seu pai com o Dr Labieno, na cidade de Casa Branca, ela inicialmente vincula a vinda do “Dr Labieno” para “abrir o sertão” com a violência das práticas utilizadas, dentre delas a “capangagem”:

“Eram amigos desde crianças, desde meninos. Ele que trouxe papai pra cá. Papai ia pra Agudos. Papai tinha que escolher entre Agudos, do Chico do Biotônico Fontoura, ser sócio dele, e trabalhar aqui com o Dr Labieno. Chegou aqui não tinha serviço para ele. Era farmacêutico. Ele (Dr Labieno) mandava os empregados todos comprar em casa, mas não tinha uma coisa certa. Agora lá em Bauru era um sócio e a mamãe não gosta de sociedade sabe. Mamãe queria que ele viesse para Bauru, mas com um negócio dele né. Então ele pegou e veio em Garça que tinha o Dr Labieno que era amigo da mesma cidade. Eles brincaram juntos. O Labieno veio pra cá antes, pra abrir sertão mesmo. Trouxe aqueles homens mais fortes, chamavam de „capturas“, que vinham de vez em quando. Eles vinham por ordem na cidade, mas eles davam medo porque qualquer coisinha, eles eram muito ignorantes, soldados muito ignorantes. Se você fizesse uma coisinha que ele não gostava ele já se achava com direito a bater, prender, dar paulada.”

Logo em seguida, Sr^a Mony comenta sobre a esposa do “Dr Labieno”:

“O Labieno estava com a família aqui. Com a Dona Mimi. Eu acho que ele era casado com uma e depois ele comprou a Dona Mimi (...). Acho que era do lado de Itapetininga (...). É, acho que é daquele lado que ela veio porque ela era casada com um fazendeiro. O Dr Labieno se apaixonou por ela e trocaram. Ele deu uma fazenda boa pro homem, o homem abandonou a mulher e ele casou com ela. Todo mundo sabia. Sabe como é que é, vai passando essa notícia assim.”

Fala que não se chamava “Faustina” ⁸⁴:

⁸³ Mônica Ribas Silva, 86 anos, em 05 de agosto de 2010 (Duração 01:06:27).

⁸⁴ De acordo com um quadro no “Museu Histórico e Pedagógico de Garça”, de ascendentes e descendentes de Labieno da Costa Machado, a “Dona Mimi” é a “Sra Faustina”. A primeira esposa de Labieno chamava-se “Maria de Barros” e tiveram dois filhos: “Labieno” e “Eglantina”. Com “Dona Mimi”, a “Sra Faustina”, Labieno teve mais dois filhos: “Otávio” e “Eumene”. Dona Mimi já tinha cinco filhos do primeiro casamento com “Carlos Machado de Oliveira”: “Hilmar”, “José Carlos”, “Caio”, “Clóvis” e “Marino”. Viraram nomes de ruas garcenses o próprio “Labieno”, sua mãe “Maria Izabel”, a primeira esposa “Maria de Barros”, a irmã “Gabriela” (que talvez seja a que a Sra Mony confundiu com Faustina), e os filhos “Otávio” e “Eumene”. O enteado “Hilmar Machado” virou nome da praça em frente ao atual prédio da prefeitura que inicialmente foi o Fórum.

“Dona Mimi era a mulher dele. A Faustina era irmã do Dr Labieno (faz uma confusão com os nomes, na realidade a irmã falecida de Labieno chamava-se Gabriela). Ela tinha morrido. Tinha nome de santa, sabe. Porque dizem que ela uma pessoa boa, boníssima. O Labieno também era. Ele não era mau não. Pelo menos a gente tinha muita amizade com ele e não achava. Mas ele era muito rico né?...”

Na versão da Sr^a Mony, o Dr Labieno se “apaixona” e “compra” a mulher do outro. Assim com o Sr Ângelo afirma, é algo que “todo mundo sabia”, mas ela não menciona abandono da primeira mulher, nem fuga para outro país, considerando que a união foi consensual entre as partes, a Dona Faustina foi trocada por uma fazenda, não houve “roubo”. E afinal, “ele era muito rico”, ou seja, podia fazer o que bem entendia.

No depoimento da Sr^a Elza ⁸⁵, antiga moradora do “Patrimônio de Baixo”, acrescenta-se a intervenção do poder público constituído, na figura do prefeito municipal, à questão da rivalidade entre os fundadores, falando da diferença entre os dois lados, já com a linha férrea implantada em 1928 representando materialmente a divisão e a distinção entre os “patrimônios” ⁸⁶:

“Tinha a linha que atravessava. Antigamente pra passar pra lá só tinha uma porteira lá perto do lar (Lar da Criança) e aquela porteira onde ficava o pontilhão. Descendo da Cel Joaquim Piza (rua), ali era uma porteira, pra se comunicar. (...) Aí naquela época acho que era o Nougues ⁸⁷ que era prefeito. Ele resolveu fazer o pontilhão. Mas quando

⁸⁵ Elza Marra, 81 anos, em 19 de novembro de 2009 (Duração 00:59:53).

⁸⁶ Durante os quase cinquenta anos em que a ferrovia dividiu a cidade, os trilhos serviram como uma referência que identificava moradores da parte “acima” ou da parte “abaixo” da linha, até a excepcional mudança para o limite sul do núcleo urbano e a criação de um loteamento denominado “Faixa de Integração” no antigo leito da ferrovia, com a significativa intenção de conciliação entre as duas metades da cidade. A ferrovia implantada pela “Cia. Paulista” foi inaugurada “no dia 1 de janeiro de 1928”. “Em 10 de dezembro de 1968” foi iniciada a retificação do trecho da ferrovia “visando a redução do percurso entre Garça e Bauru, em 28 quilômetros.” A inauguração do trecho retificado e da nova estação ocorreu em “05 de maio de 1974”. É quase consensual entre moradores que conviveram com a linha férrea que a “retificação” da linha, com o afastamento dos trilhos para fora da cidade, resolveu o “velho problema de dividir Garça em duas partes,” o que prejudicava “não somente, a locomoção normal, como a própria aparência urbana” (SILVA, 1977: 266).

⁸⁷ Trata-se de João Carlos Nougues, o sexto prefeito municipal a partir de 1929, nomeado em 1932. Antecedeu o enteado de Labieno da Costa Machado, Hilmar Machado de Oliveira, eleito em 1936 e em 1948. (SILVA, 1977: 170) A situação política no Brasil no início da década de 1930 marca o final da chamada república velha que em Garça seria, grosso modo, mais alinhada ao grupo da parte “acima” da linha. O Dr Labieno representaria o grupo mais propício a apoiar o governo intervencionista de Getúlio. O resultado é o fortalecimento político do “Dr Labieno” representado pela eleição de seu enteado após a

ele foi fazer, eles não queriam que fizesse. Ficava preso, um lugar pra cá, um outro pra lá. Ele disse: - Vamos abrir sim senhor. Aí ele pôs o revólver na cinta e falou, quero ver quem que vem aqui. O Labieno e o outro lá (Carlos Ferrari) não achavam que tinha que unir né. Não queriam dar passagem. Mas os moradores queriam, porque tava dividido né? Tinha a linha que passava de fora a fora.”

Na perspectiva da Sr^a Elza, os moradores já pouco tempo após a implantação dos trilhos sentiram a dificuldade da separação dos dois patrimônios, principalmente por aqueles que habitavam o “Labienópolis” e dependiam de muitas das atividades como as de comércio e serviços que majoritariamente se instalavam no “Ferrarópolis”. O prefeito citado não fazia parte do grupo político do “Dr Labieno” e a abertura da passagem não interessava ao “Dr Colonizador”, pois a dificuldade no trânsito para a parte “acima” da linha poderia estimular o desenvolvimento de seu núcleo. O “revólver na cinta” indica que a iniciativa do prefeito tinha respaldo dos mandatários de “Ferrarópolis”.

Outra lembrança da Sr^a Elza denota a rivalidade entre os dois patrimônios. Ela conta que seu pai, uma liderança “kardecista” local e morador em “Labienópolis” foi pedir um terreno ao “Dr Labieno” para a implantação do primeiro hospital público da cidade, que foi inicialmente denominado “Hospital dos Pobres” e posteriormente chamado “Hospital Samaritano”:

“(...) o terreno onde está o Samaritano aí (antigo hospital desativado) ele deu porque meu pai foi lá pedir pra construir. Os espíritas quiseram construir e aí foi lá falar com o Labieno. Olha Dr Labieno, nós queremos, mas não temos dinheiro pra comprar o terreno.”

A construção do primeiro hospital público (**Figura 21**) da cidade é curiosa pela iniciativa ter se originado de um grupo de “espíritas”, minoria em meio a uma população quase toda católica que geralmente se organizava em torno da construção das chamadas “Santas Casas” que erguiam assim que podiam com a finalidade de proporcionar atendimento hospitalar nas localidades.

série de interventores no município. Mas durante o período da 2ª Grande Guerra, novamente interventores são nomeados e não há clara hegemonia de um grupo político local.

Até o final da década de 1930, havia pelo menos quatro médicos na cidade, atendendo em consultórios particulares e em uma pequena clínica, também particular, todos localizados no “Patrimônio Ferrarópolis”. A iniciativa da comunidade espírita local, com a maioria de seus participantes morando no “Patrimônio Labienópolis”, da construção de um “Hospital dos Pobres”, em terreno doado pelo “Dr Labieno”, é muito indicativa quanto à distinção entre as partes “acima” e “abaixo” da linha

A denominação inicial do hospital, claramente indicava o objetivo de atender a população que não tinha condição de se tratar nas clínicas particulares no “Patrimônio Ferrarópolis”. Mas a nomenclatura original durou pouco tempo. Aparentemente, muita gente, principalmente moradores da parte “acima” da linha, sentia-se constrangida em relação ao hospital, em primeiro lugar pela associação com a “pobreza” e em segundo, de forma mais velada, por ser uma entidade mantida pela comunidade espírita e construída no patrimônio “de baixo”. Entre os próprios médicos havia resistências quanto ao atendimento no local. Durante quase duas décadas, o “Hospital dos Pobres” foi a única opção para atendimento em situações mais complexas e a denominação foi alterada para “Hospital Samaritano” talvez como forma de atenuar o desagrado de alguns. No entanto, mesmo sem uma necessidade quantitativa que justificasse, por iniciativa de lideranças católicas da cidade, outro hospital foi construído a partir de meados da década de 1950 e inaugurado dez anos depois, o “Hospital São Lucas” (Figura 22). A história do surgimento dos hospitais ilustra a disputa entre mandatários das partes “acima” e “abaixo” da linha nas décadas de 1940 e 1950.

Em contraponto ao “concorrente” do “patrimônio de baixo”, o “Hospital São Lucas” seria conhecido como o “hospital dos ricos”. O terreno foi dado por um genro do “Coronel Barros” e uma das doações iniciais, de grande montante, foi feita pelo “Dr Ernesto de Castro”, outro grande proprietário de terras e loteador urbano na parte “acima” da linha. O prédio com três pavimentos, servido por elevador, com área pelo menos quatro vezes o tamanho do hospital dos “pobres”, significou o fim do embaraço de parte da elite moradora na parte “acima” da linha, que finalmente podia se orgulhar de ter um hospital à sua altura, mantido pela comunidade católica com a chancela de “Santa Casa de Misericórdia”. Essa divisão marcou muito da política de saúde no município até bem pouco tempo, quando a “Associação Espírita de Garça” fechou o “Hospital Samaritano” e alugou o prédio para outros fins.



Figura 21 – “Hospital dos Pobres”, foto de 1942, ano da inauguração do primeiro hospital público da cidade, instalado no Patrimônio Labienópolis, construído pelo “Centro Espírita Caminho de Damasco” de Garça.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 386)



Figura 22 – “Hospital São Lucas”, foto do início da década de 1970, inaugurado em meados da década de 1960, mantido pela “Santa Casa de Misericórdia de Garça”, sob iniciativa de parte dos católicos da cidade.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça)

O Sr João Chaves ⁸⁸, ex-vereador do final da década de 1950 ⁸⁹ e início de 1960, resume bem a questão da divisão dos dois patrimônios cortados pela linha férrea ao falar da discussão sobre a mudança do traçado (**Figura 23**) que acabou acontecendo no final da década de 1960:

“A mudança da linha férrea aqui na cidade já era cogitada há muitos anos, porque a cidade era dividida. Parte de baixo e parte de cima. Ou seja, Ferrarópolis (parte de cima) e Labienópolis (parte de baixo). Como continua hoje como bairros. Mas estagnava o progresso da cidade. E vinha sendo um trabalho desde o tempo do Dr Rafael ⁹⁰ no sentido de mudar a linha, tirar a linha do centro da cidade já. E esse trabalho foi proliferando e tivemos a felicidade em certas ocasiões da vida pública de conseguirmos junto com a Cia Paulista de Estrada de Ferro. Eles mandaram um engenheiro e fizeram um traçado. E, em tese, esse traçado não ficar satisfatoriamente

⁸⁸ Entrevista “João Miguel Chaves”, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 (Duração 01:02:20).

⁸⁹ Em 1945, a ditadura de Getúlio Vargas cai, mas a estrutura intervencionista em estados e municípios, a centralização do poder federal, o grande número de funcionários públicos plenamente adequado à estrutura ditatorial, o sindicalismo pelego controlador dos movimentos sociais e de trabalhadores, são fatores que se mantêm mesmo ao final do “Estado Novo”. Os “novos” dispositivos eleitorais que surgem a partir de 1945 ainda estão impregnados por “princípios nacionais do Estado Novo” dentre eles a organização dos partidos políticos com programas obrigatoriamente voltados para a defesa dos fundamentos democráticos (FERREIRA NETO, 1988:54). Nesse contexto inicial, grosso modo, definem-se tendências políticas mais alinhadas ou não com a situação. Na política local garçense, considerando a formação da câmara dos vereadores, da qual o nosso entrevistado Sr João Chaves fez parte, teríamos uma representação partidária análoga à situação nacional, quanto aos maiores partidos. O PSD – Partido Social Democrático, criado em julho de 1945, formado sob a tutela de Getúlio Vargas, era a maior agremiação e considerado como “moderado de direita”. Em geral, seus filiados eram pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais. O PSD era o maior partido. Outra força partidária era a UDN – União Democrática Nacional, criada em abril de 1945 como partido de oposição a Vargas. A UDN tinha viés conservador e, em geral, representava interesses dos grandes proprietários rurais e setores da indústria vinculados a grupos internacionais. Outro importante partido era o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, em tese composto em grande parte por estratos das classes médias e empregados, e também alinhado com Getúlio Vargas que se elegerá por ele na eleição presidencial de 1950. Portanto, em linhas gerais, teríamos PSD e PTB como partidos atrelados a Getúlio Vargas, no início da década de 1950, e a UDN como oposição. Dentre outros partidos menores, havia em Garça o PSP – Partido Social Progressista, vinculado a Ademar de Barros, importante político paulista, foi inclusive governador, que também apoiou Getúlio nas eleições de 1950, e, finalmente o PDC – Partido Democrático Cristão, pelo qual o Sr João Chaves foi eleito, que se apresentava como uma “terceira via” quando foi criado por, entre outros, o político paulista André Franco Montoro. Em Garça, os filiados ao PDC apoiavam os políticos do PSD.

⁹⁰ Rafael Paes de Barros nasceu em Leme-SP no dia 19 de dezembro de 1903. Filho de Aníbal Paes de Barros e Hortência Paes de Barros. Formou-se em na “Faculdade de Direito de São Paulo”, em 11 de agosto de 1927, e passa a trabalhar com Francisco Morato, um “eminente jurista” da época. Casa-se com a “Senhorita Brasília” em 27 de outubro de 1927. Mudam-se para Garça em 1931, morando no distrito de “Vila Santa Cecília” (atual Álvaro de Carvalho) onde forma uma fazenda de gado e café. Em 1936 é eleito vereador. Em 1952 e 1960 é eleito prefeito pelo PSD. Era membro da Diretoria do Bradesco. Faleceu em 17 de setembro de 1971, após um acidente automobilístico nas proximidades de Avaré, onde tinha uma fazenda. Foi enterrado no “Cemitério da Consolação”, em São Paulo (SILVA, 1977: 170) (Correio de Garça, nº 1907, Domingo - 19/Setembro/1971).

pra nós, veio a atender os nossos anseios. Aí se passou a linha pra baixo, onde hoje está funcionando. A estação infelizmente foi programada num lugar muito ruim, uma baixada muito ruim. Mas aceitamos, de qualquer jeito, porque afinal de contas nós tirávamos esse obstáculo da cidade. E isso foi feito. Saindo a linha daqui, este trecho da linha férrea tornou-se este canteiro de obras que nós temos aqui, esse jardim aqui da cidade, e, enfim, acabou esse negócio de patrimônio de baixo e patrimônio de cima. (...) E a cidade passou a integrar sem discriminação de bairros e centro. E foi isso que aconteceu e nós estamos vivendo essa situação na atualidade.”

Esclarece melhor falando sobre a distinção entre parte dos moradores dos patrimônios de baixo e de cima:

“Em que pese a gente não falar em preconceito, mas havia um diferenciamento de comportamento entre o pessoal residente do lado de cima e o do lado de baixo. Havia uma certa hostilidade e havia aquela diferença. Quer dizer, as pessoas que moravam do lado de baixo eram tratados com certa indiferença pelo pessoal residente na parte de cima. E essa indiferença causava um mal-estar na sociedade a ponto de terem dois times de futebol. Um do lado de baixo, um do lado de cima, brigaiada por causa do futebol, e aquela rivalidade que existia. E isso veio a ser sanado após a saída da linha. Hoje, nós não conhecemos as partes de baixo e de cima como sendo diferenciadas. Nós conhecemos como um todo da cidade. Isso veio a beneficiar bastante na parte social da cidade de Garça.”



Figura 23 – Mapa da cidade de Garça, no início da década de 1970, mostrando os traçados inicial e alterado da linha férrea no núcleo urbano de ~4,9 Km² (Atualmente a área urbana é de ~10,4 Km²)
(Elaborado a partir de informações sobre aprovação de loteamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Prefeitura de Garça)

O Sr João Chaves claramente associa a divisão física com a social, materializada pela linha férrea que cortava o núcleo urbano. Definia uma fronteira entre “Labienópolis” e “Ferrarópolis” e marcava rivalidades entre boa parte da população dos “patrimônios”. Finalmente, em relação ao assunto da distinção entre moradores de um e outro lado, lembra-se de brincadeiras que eram feitas com os vereadores do patrimônio de baixo:

“Nós tínhamos vereadores do lado de baixo e do lado de cima. Do lado de baixo nós tínhamos o vereador João Tarora, que, aliás, foi um grande vereador. E considerado lado de baixo também, Valdomiro Santos, que não era de baixo, mas era de Jafa”⁹¹, também considerado lado de baixo. E nós fazíamos aquela brincadeira com eles naquele plenário da câmara. Nós fazíamos uma simples brincadeira: vocês são de baixo, nós somos de cima. Fazíamos aquela brincadeira sem espírito de ofensa. Havia

⁹¹ Distrito de Garça, onde ficava uma pequena estação da Cia Paulista de Estradas de Ferro. A área onde Jafa se localiza pertencia ao “Dr Labieno” que a loteou para sitiantes (SILVA, 1977:134-135). Surge um pequeno aglomerado urbano no final da década de 1920, nos mesmos moldes dos patrimônios garcenses, mas não se desenvolveu da mesma forma sendo qualificado da mesma maneira que o “patrimônio de baixo” em Garça.

essa brincadeira. Isso depois foi parando. E quando havia as indicações para serviços, para algum trabalho lá no patrimônio de baixo, nós nos incorporávamos a eles. Nós queríamos era justamente essa integração da cidade. (...) Politicamente não tinha separação. Tinha socialmente. Politicamente não. Tanto assim que o Dr Hilmar Machado de Oliveira, parente do Labieno, que é fundador daquela parte, foi prefeito da cidade, e era do patrimônio de baixo. Era filho do Labieno Costa Machado, e era do patrimônio de baixo. Administrou duas vezes, né?

O Sr João Chaves, em nenhum momento da entrevista menciona partidarismos políticos como influentes na questão da distinção entre os “patrimônios”, considerando inclusive que a “separação” não era “política”, mas “social”. Mas conferindo nomes de vereadores e prefeitos a partir do final da década de 1940, quando há abertura política para eleições com menor interferência de práticas “coronelísticas” e ou “intervencionistas” em geral, percebe-se que quase todos os eleitos eram moradores da parte “acima” da linha. Mesmo com a força política do “Dr Labieno”, representada pela trajetória de seu enteado “Dr Hilmar” e de seu filho “Dr Eumene” que foi deputado estadual, não há reflexo na distinção qualitativa construída sobre os dois patrimônios, no sentido de aproximá-los. São moradores da parte “acima” da linha física e socioeconômica que decidem os desígnios das duas reconhecidas metades da cidade. Esses vereadores e prefeitos são profissionais liberais, comerciantes, fazendeiros e industriais, membros de clubes de serviço, em grande parte católicos, que dedicam parte de seu tempo ao desempenho não remunerado de seus cargos eletivos. O Sr João Chaves, bacharel em Direito, vereador por quatro mandatos consecutivos entre 1950 e 1970, pela “situação” e “oposição” alternadamente, dá sua opinião sobre o maior desenvolvimento do patrimônio de cima considerando elementares contingências geográficas:

“Tem uma coisa que, aliás, é perigoso a gente fazer uma comparação, mas eu vou dizer: O Labieno tinha visão maior como cidade, ele era advogado também. Se você notar, no patrimônio de baixo as ruas são mais largas, são maiores. E as avenidas são umas avenidas mais largas. Então ele imaginava uma cidade grande já naquela época. Uma cidade grande. Ele então estava fazendo uma cidade, uma cidade grande. Ao passo que a parte de cima, que foi do Carlos Ferrari, já é mais estreita. Ele não tinha aquela visão que tinha o Labieno. O Labieno tinha uma visão maior. Se você analisar, a parte de baixo é uma cidade que hoje cabem quatro ou cinco carros em fila indiana,

né (quis dizer enfileirado lado a lado). Do lado de cima você não pode fazer isso. Mas aqui (a parte de cima) cresceu mais, por uma razão muito simples. A parte do Labieno só pegou o Rio do Peixe, essa região do Rio do Peixe, e Jafa. E a parte de cima já pegou diferente. Já pegou o pessoal aqui do Rio Feio, Álvaro de Carvalho, Júlio de Mesquita e tal. E a somatória da população que vinha à cidade era maior do lado aqui da noroeste de que do lado da sorocabana. Então é uma das razões de aqui progredir, aumentar. O progresso daqui veio mais rápido que lá exatamente por isso. E depois a função da igreja também, né? Porque a igreja também traz movimentação.”

Independentemente da rivalidade inicial entre os dois patrimônios, sob a ótica da representação feita sobre os dois fundadores, percebe-se que principalmente a partir da década de 1940 a cidade assume uma configuração urbana definida e as diferenças entre “Ferrarópolis” e “Labienópolis” são muito evidenciadas. Uma série de depoimentos corrobora as distinções entre os dois lugares e os reflexos na sociabilidade entre os habitantes das partes “acima” e “abaixo” da linha, que serão abordadas adiante.

Capítulo 2 - Vizinhanças

2.1 Deslocando rivalidades

No capítulo anterior, tratamos sobre a ocupação do “novo oeste” paulista e especificamente da cidade de Garça e alguns de seus personagens por meio de relatos de antigos(as) moradores(as). A construção da dualidade e “rivalidade” entre os dois “patrimônios” iniciais, muito relacionadas às figuras dos loteadores “Dr Labieno” e “Sr Carlos Ferrari” evidencia que os antagonismos locais estiveram presentes em muitas práticas e representações dos habitantes no início da ocupação urbana.

Vários outros núcleos urbanos surgem na região quase que invariavelmente em torno da linha férrea, um marco físico que coincidentemente significava um limite social, distinguindo o “patrimônio de baixo” do “patrimônio de cima”, no caso garcense. Além da rivalidade entre os dois patrimônios iniciais de Garça, havia também certa competição entre os municípios que surgiam praticamente ao mesmo tempo na região. A cidade vizinha, Marília, formada no mesmo período e com um padrão de urbanização semelhante, é um assunto recorrente nas entrevistas. É muito utilizada como parâmetro para “explicar” o “menor desenvolvimento” de Garça e nessa comparação o antagonismo entre os patrimônios garcenses se dilui e a oposição é transferida para a relação com Marília. Falaremos sobre essa rivalidade e algumas semelhanças e diferenças no processo de uso e ocupação dos dois municípios vizinhos, a partir das memórias levantadas na série de depoimentos recolhidos.

O Sr Adib Mures Saker⁹² compara a diferença entre o desenvolvimento das duas cidades vizinhas a partir de sua impressão relativa aos dois fundadores dos patrimônios do início de Garça:

“Com todo respeito que eu tenho pelas duas famílias, pelo que eu ouvi quando fazia o científico no Hilmar Machado de Oliveira (escola garcense), nas nossas andanças pelos estabelecimentos de ensino como professor, houve certo prejuízo para o

⁹² Adib Mures Saker, 54 anos na data da entrevista em 27/09/1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 29.

desenvolvimento (...), porque a ferrovia, ela vinha até a cidade de Garça, mas em função de uma política errônea de preços de terrenos, (...) parou no tempo e no espaço. Então isso é atribuído a esses propulsores e pioneiros de Garça. Isso é o que eu sempre ouvi nos colégios por onde andei. Olha, lecionei em todos colégios de Garça, Alvinlandia, Lutécia, Marília, e sempre, mesmo em Marília, destacava-se, por exemplo, essa, digamos, falta de visibilidade, previsibilidade desses pioneiros. Aquele foi um momento importantíssimo para que Garça pudesse desenvolver-se. Mas em função de uma política alta de preço o progresso foi trocado.(...) Marília desenvolveu-se em função dessa política de preços altos e dos perrengues localizados aqui na nossa comunidade.”

É importante salientar que a impressão do Sr Adib, que se mudou para Garça em 1966 e foi, como Sargento do Exército, instrutor do Tiro de Guerra na cidade até 1983, além de professor em várias escolas na região, é de alguém que “ouviu falar que...”. Constrói sua versão por aquilo que lhe contaram sobre o “Dr Labieno” e o “Sr Carlos Ferrari”, aproximando-os quanto à forma como implantaram seus loteamentos, pela falta de “visibilidade”, “preços altos” dos lotes e “perrengues” (no sentido de conflitos entre os pioneiros), que, nessa ótica, acabaram favorecendo o maior desenvolvimento de Marília, dando a entender que ali não houve tais contratempos.

Ou seja, se para moradores mais antigos de Garça os dois “fundadores” do município tinham perspectivas diversas e explicam a diferença entre o “progresso” dos dois patrimônios iniciais, também há quem nivele a situação local e faça a comparação ao município vizinho sobre o qual se constrói uma rivalidade. De qualquer forma é evidente que as distinções podem ser remetidas à origem da cidade, personificada nas figuras de seus fundadores “oficiais”.

O Sr Jaci Fernandes ⁹³ também dá sua opinião sobre a diferença quanto ao desenvolvimento entre Garça e Marília. A rivalidade seria muito forte e explicações alegando motivos de toda ordem estão presentes. Dentre eles a dificuldade de negociar com o “Dr Labieno”:

⁹³ Jaci Fernandes, 84 anos na data da entrevista em 19/09/1995. Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 17.

“Bom, ele já faleceu e me desculpe estar longe dele (risos), mas o culpado disso tudo foi o Dr. Labieno porque muita gente vinha pra Garça pra comprar terreno, porque isso aqui era um „Eldorado“. Mas chegavam aqui e encontravam dificuldades para adquirir terrenos quando queriam se instalar aqui. E descambavam pra Marília, pra Tupã e, daí o progresso de Marília. Gente que vinha para Garça pra se fixar aqui, porque Garça já tinha uma “meia dúzia” de casas e Marília não tinha nada. Encontravam dificuldades pra comprar o terreno porque o Labieno exigia muito caro. E eles iam pra Marília, iam pra Tupã. Daí a razão porque Marília é Marília hoje e Tupã é Tupã hoje. Porque se tivessem ficado todos aqui, evidentemente que Garça teria muito maior tamanho, muito maior população, coisas necessárias, né? Me desculpe o Dr. Labieno que já faleceu e a família dele que ainda tem alguns vivos, mas o culpado do progresso de Marília foi o Dr. Labieno. Não foi o Sr. Bento de Abreu⁹⁴. Foi o Sr. Bento de Abreu porque vendeu mais barato que o Dr. Labieno. A Avenida Alto Cafezal, que hoje é a Avenida Sampaio Vidal começou a progredir ali. Expandiu, expandiu, expandiu Marília e Garça foi ficando, ficando...”

A explicação é bem simplista. Considera que apenas a intransigência do Dr Labieno seria o suficiente para estimular prováveis compradores de terras a investir em outras localidades e consequentemente justificar a diferença do desenvolvimento de cidades que inicialmente apresentavam as mesmas condições.

Outro depoente, Sr Clóvis Fernandes⁹⁵, irmão do Sr Jaci, nos dá uma versão que aproxima muito a situação dos incipientes núcleos urbanos de Garça e Marília no início da década de 1920:

“... quando chegamos em Garça, nós fomos para o Hotel do Dr. Labieno. Depois, a família alugou uma casa de tábuas na Avenida Faustina. E não tinha nada. Era uma rua só. Podia ter, mais ou menos, umas quarenta, cinquenta casas aqui no Patrimônio do Labieno. E no Carlos Ferrari, que era outro Patrimônio aqui de cima, que hoje é a atual cidade, também teria umas quarenta, cinquenta casas. Estava tudo em construção, as ruas todas ainda para se abrir, era tudo mato. Sítios em volta da cidade.

⁹⁴ Bento de Abreu Sampaio Vidal um dos pioneiros da cidade de Marília-SP (já citado anteriormente, p.72, nota 75)

⁹⁵ Clóvis Fernandes, 80 anos na data da entrevista em 1995. Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 26.

(...)O povo alegre, abriam-se fazendas, sítios, comércio. (...) O povo que vinha era gente de primeira classe e mais os trabalhadores abrindo e derrubando matas. A mata era fechada, aqueles troncos imensos e tudo no machado.(...) Cada dia chegando mais gente. Ah, a estrada de ferro veio! Mais progresso, mais alegria! Veio a luz!, que não tinha luz. A luz foi um sucesso para Garça, era uma alegria! A gente podia ter o rádio em casa, ter notícia na hora. Era uma beleza! O progresso foi colosso! Garça era uma grande cidade. Pequena, mas era grande no amor (risos). O povo a amava como ama até hoje! (...) Eu, menino, ajudava meu pai a fazer casamento em Alto Cafezal, que era Marília (o pai era dono de um cartório) . Era uma beleza! Não havia as indústrias que tanto falam hoje. A agricultura era uma fartura! Café, uma beleza! As árvores eram imensas. Na época da florada era uma neve! Era uma beleza! Os fazendeiros amavam isso aqui.”

O Sr Clóvis, já toca em um diferencial que foi muito incisivo no maior crescimento de alguns municípios. A posição das cidades em relação à ferrovia era uma questão essencial ao desenvolvimento e ao *status* dos municípios. Ser “ponta de trilhos” ou um entroncamento ferroviário e ou rodo-ferroviário era um grande atrativo para a venda de terras e lotes urbanos. O “Dr Labieno”, em folheto promocional de venda de lotes em Garça, em 1928, afirma que:

“Servida pela Estrada de Ferro Paulista, o seu futuro ficou para sempre garantido. Constitue um dos melhores pontos do Estado para negócio, para industrias ou quaesquer empreendimentos. Vae ser centro ferroviário porquanto é de Garça que vae partir a E.F. do Rio Feio, que servirá a riquíssima zona na direcção de Penápolis, ligando a Paulista com a Noroeste. É de Garça que vae partir a Estrada de Ferro que ligará a Paulista à Sorocabana. Nenhum outro lugar, pois, da grandiosa zona acha-se em posição tão privilegiada, nenhum outro tem o futuro e as possibilidades de Garça.” **(Figura 1)**

GARÇA

Os melhores terrenos para construcção

O melhor emprego de capital

A cidade de Garça é muito nova; foi fundada na matta virgem ha cerca de tres annos. Foi a districto policial em onze mezes, logo depois a districto de paz, e vae ser elevada a Município, achando-se o projecto no Senado. Como se vê Garça vae caminhando rapidamente graças as suas assombrosas possibilidades, á sua situação magnifica e privilegiada. Servida pela Estrada de Ferro Paulista, o seu futuro ficou para sempre garantido. Constitue um dos melhores pontos do Estado para negocio, para industrias ou quaesquer empreendimentos.

Vae ser centro ferroviario, porquanto é de Garça, que vae partir a E. F. do Rio Feio, que servirá a riquissima zona na direcção de Penapolis, ligando a Paulista com a Noroeste. E' de Garça que vae partir a Estrada de Ferro que ligará a Paulista á Sorocabana. Nenhum outro lugar, pois, da grandiosa zona acha-se em posição tão privilegiada, nenhum outro tem o futuro e as possibilidades de Garça. Constitue seguro e esplendido emprego de capital.

Comprae, pois, terrenos em Garça; construi alli vossas casas, empregae alli a vossa actividade e tereis grandes lucros, grandes alegrias. Garça acha-se em pleno desenvolvimento.

Datas ao preço de 700\$000 para cima

Para a compra de terrenos procura o escriptorio do

Dr. LABIENO DA COSTA MACHADO

Avenida Faustina - GARÇA

ESTADO DE S. PAULO

Figura 1 – Folheto promocional de venda de lotes em Garça, pelo Dr Labieno da Costa Machado, em 1928.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

A ligação ferroviária pela “Estrada de Ferro Rio Feio” nunca saiu do papel, selando o destino do desenvolvimento do município de “Álvaro de Carvalho” ⁹⁶, assim como não se concretizou a construção de um ramal entre a “Paulista” e a “Sorocabana” conforme previsto pelo “Dr Labieno”. A Companhia Paulista, em 1933, planejou um ramal de Garça a Getulina, “mas acabou construindo apenas uma rodovia, posteriormente entregue aos municípios” (SILVA, 1977: 33). O atual município de Getulina teria surgido e se desenvolvido basicamente “em torno da construção da estrada para Garça” (IBGE, 1957: 338), em meio à rivalidade entre as empresas ferroviárias “Noroeste”, “Sorocabana” e “Paulista” que disputavam o transporte na região:

“As estradas novas procuravam especialmente as pequenas lavouras que se ensaiavam nas florestas afastadas das estradas de ferro. As administrações municipais, sustentadas pelas companhias de estradas de ferro e pelas empresas de colonização, esforçavam-se em desenvolver uma política rodoviária, procurando incorporar a suas circunscrições, através das estradas, as zonas capazes de progredir. Rivalidades podiam nascer entre dois municípios, como também entre duas redes de estradas de ferro, cada um procurando garantir as melhores relações com os distritos distantes. (...) A concorrência rodoviária era mais vigorosa ainda entre as cidades da Alta Sorocabana e as da Noroeste, que visavam o controle das plantações de Gália, Garça e Marília. (...) Os municípios de Presidente Alves, Lins, Pirajuí e, principalmente, Cafelândia foram como que cabeças de ponte para a penetração nas zonas de Duartina, Getulina, Garça, Gália e Marília. O povoamento do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí levou, portanto, à Noroeste e à Sorocabana como que um alargamento de seus raios de ação, graças às estradas e aos caminhões. As duas companhias disputavam o controle de um sertão onde a invasão apenas começava. Entre os domínios de uma e da outra, os limites eram incertos e não pareciam identificar-se com as grandes linhas da topografia. Um terceiro rival entra no jogo, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e ela iria, como na fábula, resolver a questão a seu favor. Os trilhos da Paulista chegaram a Piratininga, às vésperas da Primeira Guerra Mundial” (MONBEIG, 1998: 199-200).

A estratégia da Companhia Paulista, para garantir o movimento em sua linha entre as da “Noroeste” e da “Sorocabana”, consistia em geral na abertura de rodovias que antecederiam a provável construção da ferrovia. Os primeiros automóveis e caminhões (**Figuras 2 e 3**), aos poucos, chegavam à região:

“a estrada e o caminhão faziam sua aparição nas zonas pioneiras e, prolongando os trilhos, ajudariam a penetração. São Paulo descobriu o automóvel a partir de 1920. Até então não era utilizado a não ser nas grandes cidades, ou para viagens individuais como entre São Paulo e

⁹⁶ Assunto mencionado no Capítulo I, página 28.

Rio de Janeiro ou São Paulo e Santos, fatos de preferência esportivos. Nas regiões da cafeicultura, o transporte entre as fazendas e as estações era feito pelos mesmos processos de há cinquenta anos, isto é, por meio de tropas de muares ou de lentos e pesados carros de boi. (...) O Ford desses tempos heróicos revolucionou a circulação. Nos mesmos anos generalizou-se o uso do caminhão. Informantes indicam que em todas as zonas pioneiras apareceu o primeiro caminhão em 1924. (...) A vantagem de poder transportar em caminhão cargas variadas como sacas de café, de arroz, de milho e feijão eram anuladas pela ausência de estradas capazes de suportar o peso. Os fazendeiros, que haviam compreendido muito bem o que aproveitar da estrada de ferro, adotariam rapidamente o Ford e o caminhão e convenceram-se da necessidade imperiosa de construir estradas. A iniciativa de criar a rede rodoviária ficou a cargo do governo do Estado, que lançou o *slogan* „boas estradas para todo o ano” (MONBEIG, 1998: 197-198)



Figura 2 – Foto de 1927, em frente a uma das primeiras oficinas mecânicas em Garça, mostrando os primeiros automóveis e duas “jardineiras”, à esquerda, que faziam a linha Garça- Marília como alternativa ao transporte ferroviário.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 273)



Figura 3 – Foto de 1928, um grupo de amigos na praça central onde seria construída a igreja matriz. O automóvel é uma novidade que além de alternativa ao transporte ferroviário é sinal de *status* de seus proprietários.

(SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 274)

Garça e Marília, distantes em trinta quilômetros, foram elevadas a município no final de 1928, coincidentemente no mesmo ano em que o trecho da ferrovia da “Cia. Paulista de Estradas de Ferro” é inaugurado (**Figura 4**). A expectativa do Dr Labieno, pelo que podemos deduzir pelo folheto promocional de vendas, era a de que Garça fosse um “entroncamento” rodo-ferroviário. A linha férrea estava parada em Piratininga desde 1922, mas uma ligação rodoviária já existia:

“Durante mais de dez anos, Piratininga, cidade fundada pela companhia, permaneceu como ponta de trilho provisórias; mas quando os pioneiros vindos da Noroeste tornaram-se numerosos na zona de Marília e no momento em que o caminhão demonstrava do que era capaz, a Paulista achou que chegara o momento para levar os trilhos para frente. Habilmente, ela começou abrindo uma estrada de tão excepcional qualidade entre Piratininga e Marília, que poucas rodovias conheceram tráfego tão intenso. Basta consultar as cifras dos imigrantes que passaram por Piratininga, para julgar a sua eficiência. Foi, provavelmente, o primeiro exemplo, mas de qualquer forma o mais significativo, de uma rodovia pioneira precedendo os trilhos e construída por uma empresa de estrada de ferro.” (MONBEIG, 1998: 200-201)



Figura 4 – Inauguração da estação ferroviária da Cia Paulista em Garça, no dia 1º de janeiro de 1928. No centro da foto, de terno branco e chapéu, o “Dr Labieno” assiste ao corte da fita inaugural. A expectativa era a de que a cidade seria um entroncamento ferroviário, alavancando o desenvolvimento do município recém criado.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

Mas além do entroncamento em Garça não sair do papel, o prolongamento da ferrovia segue até Marília que passa a ser “ponta dos trilhos da Companhia Paulista”:

“Parada em Piratininga, decidiu-se a Cia Paulista de Estradas de Ferro, em 1922, retomar seus projetos, suspensos desde a guerra. O patrimônio de Marília foi aberto em 1924 e atingido pelos trilhos em 1928. Naquele ano, o número de construções da cidade passa de 14, em janeiro, chega a 686, em dezembro, para atingir 1.084 um ano mais tarde. A cidade era ponta de trilhos: por sua estação, suas hospedarias e suas lojas passavam cerca de cinco mil lenhadores baianos que, segundo os velhos habitantes, invadiram o antigo sertão da Alta Paulista. Ponta de trilhos, aproveita-se ela da política rodoviária da Paulista, para encabeçar a penetração.” (MONBEIG, 1998: 350)

Ser “ponta de trilhos” é um diferencial importante que se junta a uma série de fatores que geram o maior desenvolvimento de Marília nessa região da “Alta Paulista”. O café e a ferrovia, na década de 1920, proporcionaram oportunidades que permitiram o rápido crescimento inicial dos núcleos urbanos que se formavam de modo muito semelhante, mas a maneira como Marília se torna “capital regional pioneira” exemplifica como as rivalidades locais e regionais eram muito salientes.

2.2 Marília

Marília surge com o avanço da cultura do café no oeste paulista, a partir de 1915, quando as primeiras plantações são feitas na “Fazenda Cincinatina”, em uma área que atualmente corresponde a uma parte central da cidade. A “Companhia Paulista de Estradas de Ferro” finca, em 1916, o marco no futuro local da estação ferroviária do município. Pouco depois, em 1922 é formado o “Patrimônio do Alto Cafezal”. Em 1926 forma-se o “Patrimônio da Vila Barbosa” e em 1927 o “Patrimônio de Marília”. Em 1928 o município de Marília é criado a partir da fusão dos três patrimônios. Em 1933 Marília é designada uma “Comarca”, sede do judiciário regional, com aproximadamente 13 mil habitantes (GUIDUGLI, 1980).

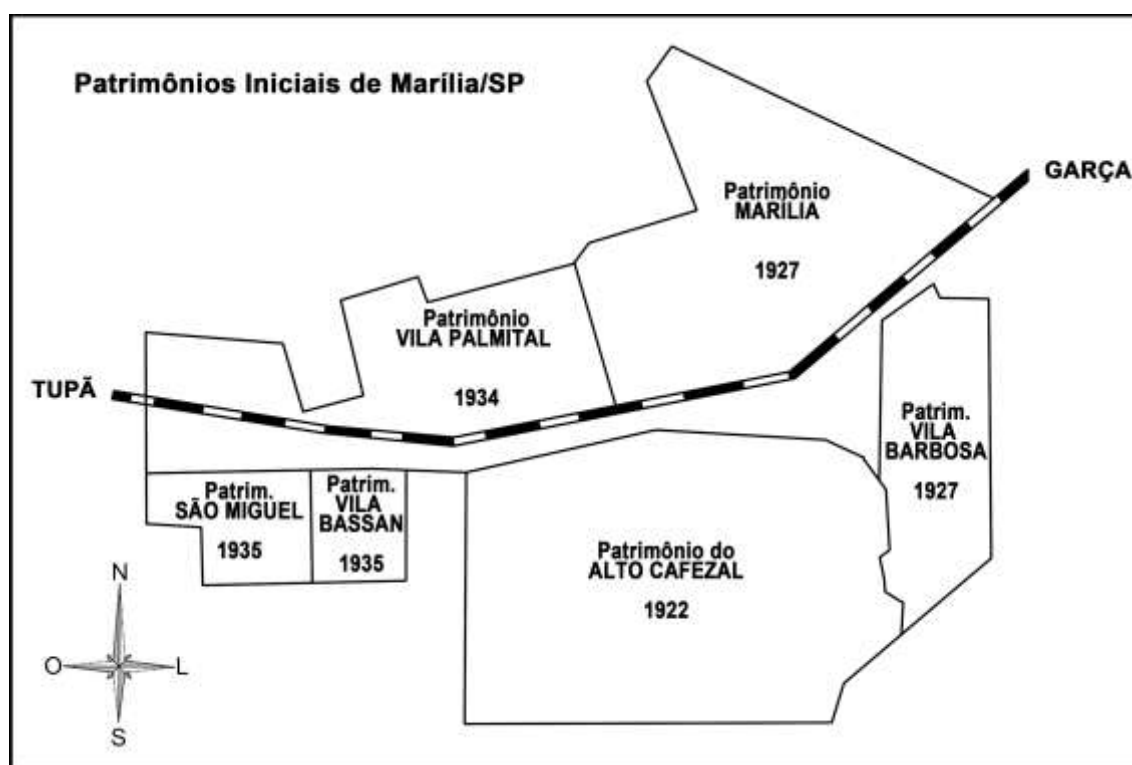


Figura 5 – Croqui demonstrando esquematicamente a divisão dos “patrimônios” iniciais de Marília-SP, em meados da década de 1930.

(Elaborado com poucas alterações a partir da “Fig.39. Patrimônios que formaram Marília” em: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1998, página 345)

Os três núcleos urbanos pioneiros surgem de forma competitiva, ou seja, não havia um projeto de cidade e a rivalidade entre os patrimônios era grande, assim como já vimos sobre Garça. Mas em Marília, até mesmo a escolha dos padroeiros evidenciava a animosidade entre os pioneiros: a “Igreja de Santo Antônio” homenageava o fundador

do “Patrimônio Alto Cafezal”, Antonio Pereira, o Pereirinha, e a de “São Bento” o pioneiro Bento de Abreu Sampaio Vidal, instituidor do “Patrimônio de Marília”.

Vale destacar que dos três patrimônios iniciais o de “Vila Barbosa” foi o menos significativo, nem mesmo uma igreja foi edificada, mas em torno da antiga sede da fazenda, atualmente uma cantina italiana, várias mansões foram construídas pelas famílias mais abastadas nos primórdios da ocupação urbana. Atualmente o bairro chama-se “Salgado Filho” (MENDONÇA, 1999).

Houve uma polaridade de forças entre “Pereirinha” e “Bento de Abreu” refletida na implantação dos respectivos patrimônios. A “Igreja de Santo Antônio”, no “Alto Cafezal”, foi construída no alto de uma colina, de frente para o centro comercial onde moravam os mais ricos e de costas para a população pobre. Na região mais pobre localizava-se a zona do meretrício. Nos anos de 1924 a 1928, em que os patrimônios iniciais de Marília se formam, dos “653 edifícios, somente três eram casas exclusivamente de moradia; 650, locais de comércio, dos quais 87 casas de tolerância. Lembram-se os velhos fazendeiros das „francesas“ de Ribeirão Preto” (MONBEIG, 1998: 359).

Claude Lévi-Strauss, que andou pela região no final da década de 1930, ao falar sobre a “zona pioneira”, salienta que as novas cidades são traçadas no solo, tem contornos delimitados assim como “as diferentes zonas internas: zona residencial, zona administrativa, zona comercial, zona industrial e outra consagrada às distrações” que “têm sempre muita importância numa cidade pioneira”. Cita que “Marília, nascida dum empreendimento semelhante”, tinha por volta do ano de 1925, de um total de “600 casas construídas”, “pelo menos 100 casas de passe”⁹⁷, destinadas na maioria a essas francesinhas” (LÉVI-STRAUSS, 1986: 119).

Em relação aos “bordéis”, podemos dizer que o patrimônio do “*Alto Cafezal*” era mais completo, pois o “Patrimônio de Marília”, surgido pouco após, nas terras da

⁹⁷ Os termos “casa de tolerância” ou “casa de passe”, utilizados por Monbeig e Lévi-Strauss, como sinônimos de “prostíbulo”, tem a ver com a origem francesa da palavra “bordel” significando “casinha”, “cabana”, lembrando que “a princípio os bordéis se localizavam em cabanas isoladas” (FERREIRA, 1986:276). Também, em francês, “bordel” significa “zona, confusão” (MICHAELIS, 2002: 38).

“Fazenda Cincinatina” adquiridas por Bento de Abreu, rivalizou somente em relação a “Igreja de São Bento” que, para marcar oposição, foi postada de costas à população de “Alto Cafezal” e à “Igreja de Santo Antonio”.

Se não teve bordéis influentes, na região do “Patrimônio Marília” instalaram-se instituições beneficentes como o “Asilo São Vicente” e o “Albergue Noturno”. Alguns bairros surgiram no local, caracterizados como moradia dos pobres. Houve então, inicialmente, uma clara demarcação entre a parte mais rica e a mais pobre de Marília e o divisor era o traçado da linha férrea que também definia os limites entre os patrimônios de “Alto Cafezal” e de “Marília”. A polaridade, a partir de representações construídas pelos moradores distinguindo a parte mais “mais rica” da “mais pobre”, muito comum nas cidades surgidas ao longo da linha férrea, repetia-se em Marília. Em geral, identificava-se o lado “abaixo da linha” como a região dos pobres, como em Garça.

Como evidência dessa fase inicial de rivalidade entre os dois patrimônios principais, do início de Marília, restou a caótica conexão de trânsito entre as duas regiões, cortada atualmente pela “Av. Bento de Abreu Sampaio Vidal”. Os eixos dos arruamentos não são coincidentes, demonstrando que certamente não houve um mínimo vislumbre da possibilidade de um dia ocorrer uma fusão entre os loteamentos de Antonio Pereira e Bento de Abreu.

2.3 Bordéis

As “casas de tolerância”, “consagradas às distrações”, mencionadas por Monbeig e Levi-Strauss, eram, assim como as igrejas, instituições correlatas como indicadores de prestígio social nas sociedades locais da época. Nos bordéis funcionavam verdadeiras centrais de negócios em face da frequência praticamente obrigatória dos pioneiros, homens, e ali, certamente, muito dos desígnios das incipientes cidades da “alta paulista” foram traçados. As “casas de passe”, no início, se localizavam preferencialmente próximas das estações ferroviárias, dos primeiros hotéis, pensões e “bodegas”.

As “zonas de meretrício”, em geral, eram proporcionais à importância da cidade onde se localizavam, assim como algumas cidades tornavam-se referências, ou pólos

regionais, havia casas de prostituição com fama em todo o Estado de São Paulo. Próximos à estação ferroviária, os “bordéis” pouco incomodam na fase em que o movimento nos incipientes núcleos urbanos era majoritariamente de forasteiros homens desacompanhados a procura de oportunidades de negócios. Com a fixação das pessoas e estruturação social condizente com padrões “familiares”, as zonas de meretrício se mantêm, mas são afastadas do núcleo formal da cidade. Nessa segunda fase dos bordéis, sua presença se justifica como forma de manutenção de valores familiares conservadores protegendo a “mulher recatada”, a “filha virgem e a esposa fiel e prendada” (POSSAS, 2001:169).

Em Bauru, por exemplo, um desses “*rendez-vous*” do interior”, a “Casa da Eny”, é emblemático quanto às mudanças nos costumes e na migração urbana das zonas de meretrício nas cidades. Eny Cezarino, ou a “prostituta” Emy Sarino, conforme ficha policial, chega em Bauru vinda de São Paulo em meados da década de 1940, e trabalha como meretriz em um dos bordéis próximos à estação ferroviária. Entre 1950 e 1960, ainda na região central de Bauru, torna-se uma cafetina de destaque em uma cidade que se desenvolve. A especulação imobiliária e a incompatibilidade com as “novas” funções da área central, a rodoviária e o setor bancário financeiro, deslocam a zona do meretrício decadente para uma área periférica da cidade, mas Eny tem trajetória diferente. Em 1963, monta sua casa em uma área afastada do centro e da zona de baixo e médio meretrício e transforma-a em um dos mais famosos e prestigiados bordéis do país: a Casa de Eny, uma propriedade com mais de 12 mil metros quadrados para prostituição de “luxo” mantida até o início da década de 1980 (POSSAS, 2001: 134-135).

Em Garça os primeiros bordéis localizavam-se no patrimônio “Labienópolis”, já configurado como a “parte mais pobre” da cidade, até meados da década de 1940. O Sr João Chaves⁹⁸ fala um pouco sobre o que lembra:

“A zona do meretrício era exatamente aqui em baixo, ficava aqui em frente à Caixa Econômica Estadual (prédio construído sobre a faixa onde ficavam os trilhos da ferrovia, junto ao pontilhão que fazia a ligação entre os dois patrimônios) e o Bradesco (idem). Aquela esquina em frente era a zona do meretrício (ao lado do “marco zero”

⁹⁸ Entrevista “João Miguel Chaves”, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 (Duração 01:02:20).

da cidade). E o Labieno, na ocasião, o Dudu que era o filho dele e o Eumene (outro filho do Labieno) que veio a ser deputado, resolveram que esse movimento da zona tava atrapalhando. (...) Eles tinham aquela área lá onde tá o Big Mart (supermercado no lado leste da cidade, na periferia da chamada Vila Rebelo) e resolveram transferir esse pessoal pra lá. O Dudu, e o pessoal do Labieno, puseram esse pessoal todo lá pra baixo. Mas demorou pra ficar livre dessa parte aqui. Ficou aquela mancha, né. Demorou muito tempo. Só depois e tal, por causa da delegacia que construíram no local perdeu a marca.”

Fizeram o prédio da Delegacia nas proximidades da antiga zona. A primeira funcionou originalmente na parte “acima” da linha, na Rua Carlos Ferrari, na Vila Rebelo, ou seja, houve um movimento contrário: levaram a zona para perto de onde funcionou a delegacia e a delegacia foi parar próxima à antiga zona.

O Sr João Chaves calculou que deveriam ser mais ou menos de trinta a quarenta casas entre onde hoje estão a Av. Labieno da Costa Machado, um dos acessos principais da cidade atualmente, e a Rua América, paralela à avenida. Não tem muita certeza, mas acha que a mudança da zona aconteceu por volta de 1940 ⁹⁹:

“Porque naquele tempo existia essa coisa, era preconceito mesmo. Era zona de meretrício, era isolado, ninguém queria saber. Se passasse por lá, era encrenca na família, era um inferno, né.”

As casas foram demolidas e o “Dr Labieno” loteou o local. Em sua narrativa, evidencia que a localização inicial da zona depreciava muito o local que era passagem do patrimônio de “baixo” para o de “cima”. Acrescenta ainda que inicialmente, no patrimônio de “baixo”, existia o Hotel Garça, que funcionava perto da estação ferroviária antiga e nas proximidades da zona do meretrício antiga existiam várias pousadas. Pouco depois, surgiram vários hotéis ¹⁰⁰ na parte de “cima”.

⁹⁹ O prefeito era Hilmar Machado de Oliveira, enteado do Dr Labieno.

¹⁰⁰ Nas “cidades da franja pioneira”, “começava a vida urbana pela função hoteleira” e nos hotéis, pousadas ou pensões ficavam os viajantes “que vinham visitar e talvez comprar um sítio”. Por “toda a parte, em todos os novos patrimônios prosperam os hotéis e as pensões. Frequentemente são muito animados. Se são boas as circunstâncias econômicas, o patrimônio retoma a tradição ruidosa de todas as cidades pioneiras” (MONBEIG, 1998: 359)

Portanto, os limites sociais da zona de meretrício em Garça deveriam coincidir com os limites físicos da área urbana na perspectiva do “Dr Labieno” e família, segundo a percepção do Sr João Chaves. A manutenção da localização inicial ficava fora dos limites físicos do patrimônio iniciado pelo “Sr Carlos Ferrari”, que na década de 1940, quando Labieno e filhos mudam a zona de lugar, correspondia ao limite da parte urbana que assumira a posição de núcleo mais importante, “acima” da linha. Não deve ter sido à toa que Labieno localiza a “nova” zona do meretrício para cima dos trilhos, embora em área periférica ao patrimônio “Ferrarópolis”, assim como não deve ter sido também à toa que a “nova” delegacia de polícia (**Figura 6**) tenha sido feita no patrimônio “Labienópolis” em área vizinha aos antigos prostíbulos. A tentativa feita pela família de Labieno de elevar o prestígio de seu loteamento, não prejudicou o desenvolvimento da parte “acima” da linha, onde certamente moravam muitos dos frequentadores da zona que não devem ter reclamado do novo “endereço”, mais isolado, mas dentro da parte da cidade onde moravam. Não precisavam mais atravessar a linha para visitar a zona.



Figura 6 – Foto do final da década de 1960. À direita, no alto a localização da delegacia construída na década de 1940, nas proximidades da passagem de ligação, sob a ferrovia, entre “Labienópolis” e “Ferrarópolis”. A localização é estratégica no sentido de sinalizar uma forma de controle da animosidade entre os dois lados da cidade. Em cada lado da passagem funcionam atualmente duas grandes agências bancárias que ganharam os terrenos da prefeitura alguns anos após a remoção dos trilhos e urbanização do trecho que foi denominado “Faixa de Integração”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

Como pontos de encontro quase que habituais para boa parte dos homens da cidade, os “bordéis” na zona de meretrício eram locais perfeitos para demonstrações de poder e valentia, mediante a escolha das companheiras, pagamento de noitadas festivas exclusivas com os amigos, em ocasiões que uma ou várias casas ficavam “fechadas” para os que não eram convidados. Na zona de meretrício media-se a posição social e graus de masculinidade de seus frequentadores.

O Sr Hélio de Oliveira ¹⁰¹ fala da zona de meretrício de Garça:

“A zona de Garça foi uma das famosas aqui da região. (...) Tinha mulheres muito bonitas e mulheres até preparadas na zona. Não era como hoje que você vai numa zona e só pega essas coitadas que estão passando fome. Nessa época não. Tinha mulher, vamos supor assim, mulheres que estavam ali porque era instinto de boemia mesmo, mas eram mulheres de linha. Muitas delas até se casaram com gente muito famosa. (...) A gente precisa guardar meio sigilo, porque hoje são pessoas do meio da gente assim e não vai citar. Mas tivemos muitas mulheres famosas aqui. (...) Nós tivemos aqui um delegado, o Sr. Benedito Veras ¹⁰². Ele casou-se com uma mulher daquela. Não se casou aqui. Ele foi para São Paulo. Ele foi transferido. Ele foi Secretário de Segurança em São Paulo, né? É o que cogitavam aqui. Essa famosa chamava-se Nena. Não sei se vivem até hoje, porque já devem ter bastante idade. Acho que já faleceram. Mas era muito bonita. A Nena era muito bonita. E ele foi um dos maiores delegados que surgiu aqui na região. (...). Nós tivemos o Assis da Zona. O famoso Assis da Zona. Quem não conheceu o Assis? (risos). Ele e seu violão, sua boemia ali. Ele vivia com a D. Helena lá, também antiga da zona. Tinha a Quitéria. Dona Quitéria que faleceu agora recentemente, né? Tivemos a Leonor, a Nena, a Sula. (...) Tivemos a famosa D. Ercília. (...) O apelido dela era Maria Cipó (risos). Falar Maria Cipó todo mundo sabe. Mas D. Ercília ninguém conhece. (...) Ela se tornou conhecida e popular por causa das pingaiada que ela tomava no bar. Era dessas pessoas assim que, sabe como é que é, né? Ela era, na época era o batedor de roupa da turma, né? (risos) Dá para entender, né?”

¹⁰¹ Hélio de Oliveira, 68 anos na data da entrevista em 30/10/ 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 28.

¹⁰² A “Delegacia de Polícia de Garça” foi instalada em 1944 e o primeiro delegado designado foi Benedito de Carvalho Veras (SILVA, 1977: 237). No decorrer de sua carreira foi “Secretário de Segurança Pública” entre 23 de julho de 1958 a 31 de janeiro de 1959, durante o governo de Jânio Quadros e “Delegado Geral de Polícia do Estado de São Paulo” de fevereiro de 1959 a janeiro de 1963.

A imagem que temos a partir do relato do Sr Hélio ilustra a relevância das zonas de meretrício na época e o convívio marginal, mas ao mesmo tempo integrado ao cotidiano de homens e mulheres que frequentavam a zona. É claro também a atribuição de *status* diferenciado às prostitutas, em situação parecida com o caso de Bauru quando a zona do meretrício é afastada do centro da cidade e a prostituição de baixo e alto nível fica evidente na distribuição dos bordéis na periferia. Mas no caso garçense, entre a “Nena”, que casou com o delegado, e “Maria Cipó”, “batedor de roupa da turma”, existia uma hierarquia que operava em um mesmo espaço, as casas da zona, mas em esferas socialmente distintas em relação aos frequentadores e suas companheiras favoritas escolhidas por critérios de beleza e refinamento envolvendo inclusive a origem das moças, que podiam ser ou não, por exemplo, anteriormente “preparadas”, como se mais profissionalmente capacitadas ¹⁰³.

2.4 Garça & Marília

A semelhança entre o início dos núcleos urbanos de Garça e Marília, portanto, é muito evidente. A heterogeneidade entre os “patrimônios” fundadores de uma mesma cidade, que não se complementam nem mesmo em relação aos simples arruamentos em xadrez (**Figura 7**), a influência da rivalidade entre os loteadores iniciais nos desígnios urbanos, as fronteiras entre os patrimônios, a importância dos bordéis e das igrejas, são características de vários municípios que surgem nesse período na região:

“... tem-se a impressão de que essas aglomerações são constituídas de diversas células. Não derivam tais células de uma compartimentação do relevo: a origem delas resultou da rivalidade, às vezes áspera, de vários patrimônios. (...)... acabaram essas diferentes células por constituir um conjunto urbano, mas no qual ainda se percebem traços da heterogeneidade original: uma rua mais larga serve de fronteira; mais ou menos adiantada está a urbanização; e, sobretudo, os bairros operários procedem das fundações mais recentes e distantes do centro comercial, fiel ao primeiro patrimônio. Nada disso se afasta do contorno muito simples da planta em forma de tabuleiro de xadrez. Nem são jamais muito aventureiras as tentativas de quebrar a monotonia

¹⁰³ A zona do meretrício em Garça, em sua segunda localização, é formalmente questionada pela poder judiciário local, mediante iniciativa de um Juiz de Direito que notifica o delegado de polícia para “fechar a zona do meretrício até o dia 27” de junho de 1969. Sob o título “Zona confinada”, o jornal *Correio de Garça*, de 12 de junho de 1969, edição nº 1680, informa que a “SAGA”, Sociedade Amigos de Garça, fez uma reunião para discutir a iniciativa do juiz. A zona continuou funcionando no local até pelo menos meados da década de 1970 e várias ocorrências policiais eram noticiadas pela imprensa local referindo-se à “zona de baixo meretrício” como lugar de confusão. Seu “fechamento” ocorreu pela mudança de práticas em relação à prostituição que não mais se concentrava em um local específico, além da maior liberdade decorrente dos movimentos na França e EUA, principalmente, a partir do início da década de 1960 que romperam limites comportamentais em grande parte envolvendo a sexualidade.

das ruas, que se cortam em ângulos retos e não passam de variações sobre um tema, que por toda a parte permanece extremamente perceptível. (...) Cada cidade é, portanto, uma réplica da sua vizinha. As condições geográficas não geram paisagens urbanas diferentes, nem são, na sua perfeita igualdade, a fonte dos diferentes êxitos dos patrimônios. São os homens, os únicos responsáveis pelos destinos desiguais de suas obras urbanas.” (MONBEIG, 1998: 344-346)



Figura 7 - Foto aérea de Garça em 1940, mostrando o arruamento em xadrez e a divisão da cidade, em ângulo privilegiado da parte “acima” da linha. No centro da foto, no alto, a praça e a igreja matriz em “Ferrarópolis”. À esquerda, no canto superior, a linha férrea, fronteira entre os dois patrimônios, parte do arruamento de “Labienópolis” e uma grande mata que permanecia intacta na propriedade do “Dr Labieno”.

(Fonte: Álbum Lúcia Helena Alves)

Um relato que denota bem os primeiros anos do início dos núcleos urbanos nessa parte da Alta Paulista é o da Sr^a Edith Nogueira Santos ¹⁰⁴, quando fala da primeira vez que veio para a região e suas impressões sobre Garça e Marília:

“Eu vim para Garça em 1929, eu estava em férias. Eu estudava em uma escola normal em Ouro Fino (Minas Gerais) (...). E a cidade era um movimento tremendo. Caminhões carregando madeira e café, era uma maravilha o movimento aqui sabe. Era uma cidade nova, parece que havia vida, entoava de vida. E eu gostei demais do lugar. Era aquele areião, apesar do calor muito forte era agradável, uma cidade muito clara e muito

¹⁰⁴ Edith Nogueira Santos ,82 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 27 –

plana. Eu achei uma maravilha. (...) E papai foi o primeiro prefeito ¹⁰⁵ aqui e abriu as estradas do Rio do Peixe para trazer o movimento para a cidade. Era muito movimento aqui, havia aquele afã de trabalhar, e fazendeiros, cafeicultores enfim, era muito movimento aqui em Garça. Quando eu vinha para Garça assim nas minhas férias, eu costumava visitar as lojas que havia aqui. Havia já umas muito boas, que tinham artigos muito bons, inclusive porcelanas. As lojas tinham porcelana inglesa, (...) havia até porcelana alemã muito boa. Eram casas que tinham enfim em matéria de louça, sempre muito boas, louça japonesa também. Agora quanto às fazendas, para a gente fazer vestidos, essas coisas, já era mais difícil. Então a gente geralmente mandava fazer em São Paulo. Roupas eram feitas em São Paulo ou então a gente encomendava. Íamos muito a Marília, mas levava duas horas (...). Marília tinha a rua São Luís, era toda quase tudo de madeira, mas lá se encontrava até perfumes franceses para se comprar. No tempo que eu vim para Garça, as toaletes eram geralmente leves por causa do calor aqui de Garça. E a gente, eu que vinha lá de Minas, eu trazia já meus vestidos de lá. As moças que compravam em São Paulo as fazendas, faziam e havia também vendedoras de Bauru que traziam coisas bonitas para serem vendidas. As senhoras todas compravam aqui sabe, as toaletes bonitas.” ¹⁰⁶

A Sr^a Edith fazia parte da elite local que introduz os “vícios chiques” (POSSAS, 2001), conformados grosso modo na década de 1920, pelas elites urbanas de São Paulo e Rio de Janeiro que alteram padrões culturais a partir do contato com o “modernismo” europeu e norte-americano. Diz em seu depoimento que embora Garça tivesse algumas “lojas já muito boas”, costumava-se ir a Marília mesmo com a desgastante viagem de “duas horas” para compras na “Rua São Luís” (**Figuras 8 e 9**), uma das principais ruas de comércio na década de 1930, onde se encontrava até “perfumes franceses”:

As vias principais, Avenida Sampaio Vidal, Rua São Luís, Rua Nove de Julho, são pavimentadas e orladas de casas de alvenaria, a maior parte de andares. Começa a funcionar o

¹⁰⁵ A Sr^a Edith é filha de Antonio Augusto de Andrade Nogueira (Campinas/SP 1888- Garça/SP 1965) foi o primeiro prefeito de Garça, indicado pela “Câmara Municipal” da cidade em 1929. A família tinha propriedade agrícola em Jacutinga /MG. Em Ouro Fino /MG ocupou cargos políticos. Em 1926 veio a Garça trabalhando para Antônio Carvalho de Barros como comprador de café. O primeiro prédio ocupado pela prefeitura e a primeira escola na cidade foram construídos durante sua gestão, que durou um ano (SILVA, 1977: 171).

¹⁰⁶ Mulheres como a Sr^a Edith chegam à região e passam a “integrar um processo de urbanização intenso e surpreendentemente rápido” e são, em parte, “responsáveis pela interiorização dos novos valores, hábitos e atitudes” já incorporados aos “padrões culturais das elites urbanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos agitados anos 20” (POSSAS, 2001: 33).

ginásio municipal. Nessa época, conservava a cidade pouca coisa da vida ruidosa que tivera, antes da crise do café, em seus anos de juventude. Era ciosa de ordem e prosperidade (MONBEIG, 1998: 363). Todas as tardes, a população de Marília vem deambular na avenida: é o tradicional paseo dos portugueses e dos espanhóis. Uma rua mais estreita, a São Luís, paralela à artéria principal, reúne os vendedores de tecidos, os alfaiates, os seleiros, alguns magazines onde se vendem instrumentos agrícolas e inseticidas, comércio mais modesto, porém não menos ativo que o da Avenida Sampaio Vidal (IDEM: 369).



Figura 8 – Rua São Luís, em Marília, na década de 1950. A imagem escolhida para publicação do IBGE enfatiza a importância regional do comércio mariliense.

(Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Página 115)



Figura 9 – Parte da Rua São Luís, em Marília, na década de 1950. Nessa perspectiva o registro evidencia a ocupação por edifícios de dois ou três pavimentos na pavimentada e movimentada rua do centro comercial. A “Enciclopédia” do IBGE, onde a foto foi publicada, poderia funcionar como um catálogo dos municípios que poderiam ser hierarquizados pelas informações ali contidas. As fotografias são elementos importantes para a construção de um discurso promocional da “capital regional” por meio do IBGE.

(Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Página 110)

No final da década de 1930, Marília já assumia ares de “capital regional”, com o processo de urbanização desenvolvido em relação à infraestrutura mínima como pavimentação de ruas centrais, abastecimento público de água e coleta de esgoto, por exemplo. Já em 1934, era a “18ª cidade mais populosa do Estado, e em 1939 a população total do município atingia “71.464” habitantes sendo “18.098” na parte urbana. Em contrapartida, Garça mantinha a maioria dos aspectos originais dos patrimônios iniciais e uma população total, em 1939, de “24.499” habitantes, dentre os quais “4.247” moradores na parte urbana. O município de Bauru tinha população total de “45.852” habitantes, menor que Marília, mas com mais moradores na parte urbana, “23.616”, sendo o município com o maior “índice de urbanização” da região (PEREIRA, 2005: 70-71).

No início da década de 1940, Garça tinha ainda as características de um incipiente núcleo urbano, formado por dois “patrimônios” socialmente distintos, mas com os mesmos problemas referentes à precária urbanização, enquanto Marília já solidificara a configuração urbana de “capital regional”:

Grande é a distância entre as raras casinhas e o cruzeiro de fundação do jovem patrimônio, de um lado, e, de outro lado, a cidade de ruas pavimentadas, orladas de lojas, bancos e cinemas. É uma completa metamorfose, cujo mero espetáculo denota um alargamento das funções urbanas. (MONBEIG, 1998: 358)

Segundo alguns relatos, grande parte das famílias que vieram para Garça, nas duas primeiras décadas após a criação do município vinham para trabalhar nas fazendas de café, morando nas “colônias”, ou quando se mudavam para a cidade para trabalho em máquinas de beneficiamento, comércio varejista (bares, mercearias, oficinas, postos de combustível, farmácias, padarias), como motorista, e nos pequenos hotéis e pensões. Havia também os funcionários públicos da “prefeitura” e os trabalhadores ligados a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

O caso da família da Sr^a Elza ¹⁰⁷ serve de exemplo das possíveis atividades a se desenvolver na nova cidade. O pai foi funcionário da Cia Paulista, era aposentado, e veio para Garça por indicação de um amigo, José Rosário, proprietário de uma barbearia. Não sabia ainda o que iria fazer e montou uma pensão. Tempo depois, comprou uma “máquina de benefício” que mantinha junto com o filho, Anacleto. Montou uma segunda máquina e os negócios ficavam nas proximidades da antiga estação ferroviária. Assim ela conta o motivo de escolherem o destino, a questão da divisão da cidade e a opção de atividade inicial:

“Vamos pra lá. Tá começando. Mas já tinha essa divisão do Labieno, do Barros, do Willians, do Carlos Ferrari.(...) Montou a pensão. Nós ficamos lá. Depois vendeu a pensão. Aí que ele foi comprar a máquina. Porque ele veio com dinheiro de lá. Ele tinha açougue, tinha bar. Naquele tempo a coisa era mais fácil, né. Aí ele comprou a máquina.”

Moram inicialmente no “patrimônio de cima”, na pensão e em casa alugada, mas quando montam a primeira “máquina de beneficiamento” mudam-se para o “patrimônio de baixo” adquirindo uma casa. A Sr^a Elza descreve assim as condições do local:

“Ihhh, era uma buraqueira... Depois é que veio o „Fulano” (prefeito na década de 1950), que „paraldepipedou” a cidade (risos). Era terra no duro mesmo. (...) Ele falava, eu “paralelepipedei” a cidade inteira! (risos). Eu não ouvi não, falam né.”

¹⁰⁷ Entrevista “Elza Marra”, 81 anos, em 19 de novembro de 2009 (Duração 00:59:53).

A mudança de um patrimônio para outro, significou para a família da Sr^a Elza a opção pela moradia própria, no local onde os imóveis eram mais baratos. A desvalorização imobiliária de “Labienópolis” é ampliada, pois até a década de 1950 investimentos públicos em infraestrutura urbana eram quase totalmente realizados na parte “acima” da linha, em “Ferrarópolis”. A pavimentação das ruas centrais, com o assentamento de paralelepípedos ocorre no final da década de 1950, após a implantação de rede coletora de esgotos e galerias de águas pluviais.

Embora somente na década de 1950 a infraestrutura da área “central” da cidade estivesse concluída, em meados da década de 1930 a parte da cidade “acima” da linha já adquirira as marcas urbanísticas que denotavam a centralidade de “Ferrarópolis” e a periferia de “Labienópolis”. As representações fotográficas, encontradas em arquivos pessoais e públicos, sobre os dois “patrimônios” evidenciam as diferenças e a hierarquia “acima” e “abaixo” expressa nos depoimentos ¹⁰⁸.

A “Praça Rui Barbosa” e a “Rua Carlos Ferrari” são abundantemente registradas pelos fotógrafos locais desde praticamente o início da abertura e primeiras edificações (**Figuras 10 e 11**) até a consolidação nos padrões praticamente mantidos até hoje (**Figuras 12 e 13**). Vale salientar a mudança de ângulo das imagens. Os dois primeiros registros são feitos ao nível dos olhos e a linha do horizonte é dominada pela mata fechada. As duas fotografias seguintes são feitas de varandas de prédios com dois pavimentos construídos na Rua Carlos Ferrari no intervalo entre os registros.

¹⁰⁸ Registros fotográficos, como os reproduzidos no texto, originalmente tinham intencionalidades, como o propósito de documentar os diferentes aspectos da cidade, e de forma autônoma ou encomendada o fotógrafo opera como um filtro que seleciona fragmentos temporais e espaciais, passagens interrompidas e isoladas da realidade. Os “caminhos percorridos” pelas fotografias, guardadas, emolduradas, arquivadas, transformadas em cartões postais, indicam trajetórias que junto ao artefato em si constituem fontes residuais do passado. É uma “fonte plástica” que serve como instrumento de “conhecimento visual” de cenas passadas e abre “possibilidades de descoberta” (KOSSOY, 2001).



Figura 10 – “Praça Rui Barbosa”, centro de Garça, em 1931. No local seria construída a igreja matriz de São Pedro. À esquerda um palanque utilizado em cerimônias públicas. Ao fundo, a floresta que ainda cercava grande parte da cidade.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 103)



Figura 11 – “Rua Carlos Ferrari”, no início da década de 1930. Ao fundo a mata que cederia espaço ao desenvolvimento da parte urbana em loteamentos da família do “Cel Barros”, anexos ao “Ferrarópolis”.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 103)



Figura 12 – “Rua Carlos Ferrari”, em meados da década de 1930, já com a construção de calçadas para pedestres. Em segundo plano, à direita, um reservatório elevado, construído pelo comerciante “Alberto Alves”, abastecia a vizinhança da parte central da cidade e o início da construção da igreja matriz na praça Rui Barbosa. O registro é feito de uma sacada de um edifício onde funcionou uma das primeiras agências bancárias da cidade. É um dos poucos prédios com dois pavimentos edificadas até então.

(Fonte: Álbum Lúcia Helena Alves)



Figura 13 – “Praça Rui Barbosa”, em meados da década de 1930. A igreja matriz estava em fase final de construção. No centro da foto o pedestal onde o busto de Rui Barbosa seria “oficialmente” inaugurado em “12 de outubro de 1938”. Essa fotografia foi muito utilizada com “cartão postal”, enfatizando o dinamismo da cidade em construção. O fotógrafo estava na sacada do edifício onde inicialmente funcionou o escritório da companhia de força e luz da época.

(Fonte: Álbum Lúcia Helena Alves)

A “Avenida Faustina”, um dos marcos referenciais do “patrimônio de baixo”, fotografada no mesmo período (**Figuras 14 e 15**) é emblemática quanto à estagnação do lugar em comparação com o “centro” do “patrimônio de cima”. As duas fotografias destacam a passagem de “Labienópolis” para “Ferrarópolis”. Na primeira figura evidencia-se a residência de um dos pioneiros da parte “acima” da linha, em posição de destaque na linha do horizonte. A segunda imagem, a partir de “Ferrarópolis” não mostra a “Avenida Faustina”, apenas indicando a ocupação do “patrimônio de baixo” por atividades de menor prestígio social, como as “máquinas” de beneficiamento de café e cereais, em segundo plano à ferrovia e a locomotiva sobre o “pontilhão” de passagem para a parte “acima” da linha.



Figura 14 – “Avenida Faustina”, no “Patrimônio Labienópolis”, na década de 1930. No final desse trecho, no alto à esquerda localizava-se o pontilhão (Figura 15). O sobrado, na linha do horizonte era do “Cel Antônio Carvalho de Barros”, proprietário vizinho do loteamento do “Sr Carlos Ferrari” na “parte de cima” da cidade.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



Figura 15 – Em primeiro plano, uma locomotiva da Cia Paulista passando sobre um dos pontilhões sobre as passagens entre as partes de “baixo” e de “cima” da cidade. A foto é de “12 de junho de 1935”, e ao fundo ficava uma beneficiadora de café, no “Patrimônio Labienópolis”, no final da “Av Faustina”, onde já se localizavam a maior parte das incipientes indústrias da cidade e atacadistas de cereais.

(Fonte: Álbum Odete Oliveira Santos)

As benfeitorias urbanas, como a pavimentação, executada inicialmente em algumas ruas de “Ferrarópolis”, envolvem alteração de práticas seculares como o transporte com tração animal. Se o “lombo de burro” foi fundamental na vinda dos pioneiros que fundam a cidade, a carroça era um dos principais meios de transporte de pessoas e mercadorias. Entregadores de pão, leite, verduras, jornais e compras feitas nas casas de comércio da cidade usavam carroças e charretes com rodas de madeira ou metal, apropriadas para o trânsito nas ruas de terra.

A pavimentação do centro não eliminou o transporte por carroças, que, aliás, existe até hoje, mas veio junto com a obrigatoriedade do uso de rodas com pneus. O Sr Dorival Baraldi ¹⁰⁹, que foi vidraceiro, fala sobre um desses carroceiros e o resultado de sua resistência à mudança:

“Quando eu vim pra Garça, tinha um carroceiro aqui que se chamava Marco João. Ele tinha uma égua chamada Faceira. Ela obedecia aos comandos de sinais, esquerda, direita, um passo a frente, dois passos atrás. Vai pro lado direito agora, para descarregar na esquerda e assim por diante. Naquele tempo não tinha muito problema de trânsito. O Marco João era o único carroceiro na cidade que trazia pra mim uma

¹⁰⁹ Entrevista Dorival Baraldi, 82 anos, em 09 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:44).

caixa de vidro, que naquela ocasião pesava quatrocentos quilos. Antigamente os vidros vinham encaixotados. Hoje não. Hoje vem um caminhão, descarrega e vai embora. Antes vinha tudo encaixotado. Ele punha naquela carroça duas rodas de ferro e transportava isso com a maior facilidade. Aliás, ele transportava a caixa de vidro e transportava farinha para a padaria Santo Antônio. Era especialista. Não sei quantas viagens por dia ele fazia. Essa caixa de vidro ele recolhia onde hoje é a Incubadora (antigo depósito da Cia Paulista ao lado dos trilhos, onde descarregavam mercadorias transportadas pelos trens) e trazia até a vidraçaria aqui no centro. Mas criou-se em Garça a lei que carroceiro tinha que ter roda de pneu. Não podia ser mais roda de ferro, porque tava começando o calçamento em Garça, né. Então ele não podia passar pela Avenida Brasil, que hoje é Rafael Paes de Barros. O que o carroceiro fez? Ele abriu uma picada ali por onde tem aquele ginásio do Tênis (clubes). Por ali ele abriu a picada e depois foi criada a Rua Mato Grosso, hoje Ubirajara Guimarães, paralela à linha do trem. Ele abriu uma picada, porque por ali ele podia vir com a carroça até aqui no pontilhão. No pontilhão ele subia, deixava a minha mercadoria na vidraçaria que funcionava ali na Rua Paulista (atual Manoel Joaquim Fernandes), que não era calçada. Depois calçaram, mas ele continuou com a carroça dele. Cansaram de encher a paciência dele.”

As melhorias em “Ferrarópolis” ampliam a distinção com o patrimônio de “baixo”. As diferenças físicas e sociais entre os dois patrimônios dificultam a integração do que politicamente deveria ser uma só cidade. Aspectos relacionados à urbanização da cidade ganham força entre a população e a remoção dos trilhos que dividiam o núcleo urbano surge como ideia para a efetiva união entre “Ferrarópolis” e “Labienópolis”. Embora a ideia tenha se efetivado no final da década de 1960 de forma muito contingencial, como veremos no último capítulo, é emblemática das ações políticas desenvolvidas na década de 1950 procurando aproximar-se às condições de desenvolvimento que a vizinha Marília já atingira.

O Sr João Chaves ¹¹⁰ fala que a questão da mudança da linha férrea, do centro da cidade para o contorno sul, surge durante o primeiro mandato do prefeito Rafael Paes de

¹¹⁰ Entrevista João Miguel Chaves, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 (Duração 01:02:20).

Barros ¹¹¹, no início da década de 1950 e em seu depoimento enfatiza que esse foi o momento em que, finalmente, Garça, de dois simples patrimônios pode passar a ser chamada de cidade:

“Isso, a divisão, que fazia um mal-estar, foi descoberto pelo Dr Rafael Paes de Barros, que foi um dos grandes prefeitos que Garça já teve, né. Aliás, diga-se de passagem, sem subestimar os valores dos demais, Rafael Paes de Barros foi um cidadão que entrou em Garça e fez de uma vila uma cidade. Porque quando ele assumiu a prefeitura na ocasião, Garça não tinha calçamento, esgoto e água; a iluminação precária, era um patrimoniozinho, né. Ele assumiu a prefeitura e foi muito inteligente. Pena que foram quatro anos de governo só. Se fosse mais, nós estaríamos em uma situação diferente. Nesses quatro anos fez a estrutura que Garça hoje tem, água, esgoto e outras coisas.”

Exemplifica lembrando que o Serviço de Água e Esgoto da cidade, que o prefeito Rafael Paes de Barros implantou, foi um dos mais modernos do interior na época ¹¹², inclusive com uma estação de tratamento de esgotos (**Figuras 16 a 22**). Segundo o senhor Chaves, embora o “*Dr Rafael*” fosse advogado, era uma pessoa que conseguia envolver as pessoas e teve muita orientação de um engenheiro, o “*Dr Garcês, que foi governador*” ¹¹³, que coordenou todos os levantamentos necessários para a execução das benfeitorias pretendidas. Embora o município não tivesse condições financeiras, as obras foram executadas com recursos que o prefeito pleiteava junto ao governo estadual com muita insistência.

Segundo o Sr João Chaves, como Garça era um grande exportador de café na época, muita gente vinha para cá. “*Corria muito dinheiro*” e a cidade poderia ter se desenvolvido mais que Marília. Segundo nosso entrevistado, Marília ficou “estagnada” durante a gestão do prefeito “*Argolo Ferrão*”. Enquanto isso, o prefeito de Garça, Rafael Paes de Barros, tinha muito trânsito no governo estadual de Ademar de Barros e

¹¹¹ Sobre Rafael Paes de Barros ver página 91, nota 90.

¹¹² No jornal “Correio de Garça”, em sua edição nº 803, de 19 de junho de 1960, diz a manchete: “Iniciados os trabalhos preliminares de captação de água do Ribeirão Barreiro”. Era início do segundo mandato do prefeito Rafael Paes de Barros. A nova captação, linha de adução e estação de tratamento foram executadas mediante empréstimo de “56 milhões de cruzeiros”. Nessa mesma edição informa-se que um dólar correspondia a aproximadamente dezoito cruzeiros naquele momento.

¹¹³ Lucas Nogueira Garcez (1913 - 1982) era engenheiro hidráulico e foi governador do estado de São Paulo entre 1951-1955 (ABREU, 2001: 2484)

Dr Garcês. No entanto, ainda segundo o Sr João Chaves, os políticos que assumiram a administração municipal, na sequência, não conseguiram manter o mesmo ritmo de desenvolvimento e Garça continuou “atrasada” em relação a Marília.



Figura 16 – Foto feita no início da década de 1970. Canaleta de escoamento de água captada por sistema drenagem e Estação Elevatória de Água Bruta EEAB, casa de bombas e tanque, localizados em área rural utilizada para o abastecimento público da cidade a partir do final da década de 1940. Do início da urbanização até essa época, os moradores dependiam de poços perfurados por particulares, localizados em várias partes da cidade. Em alguns casos os proprietários canalizavam a água até as casas vizinhas e cobravam o consumo por meio da medição com hidrômetros. Com a implantação do sistema público de abastecimento, essas redes foram incorporadas à malha de distribuição instalada.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 17 – Construção da linha de recalque de água complementar ao sistema inicial, da Estação Elevatória na zona rural até a Estação de Tratamento na cidade, no início da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 18 – Vista a partir do piso superior da Estação de Tratamento de Água, recém inaugurada, em meados da década de 1960. Em primeiro plano o reservatório público de água tratada, com 450 m³, construído no início da década de 1950 e localizado na parte mais elevada do município. Recebia a água diretamente da estação elevatória na zona rural e a distribuição era feita por gravidade aos imóveis servidos pela rede. No início da década de 1960 implanta-se a Estação de Tratamento de Água e um reservatório enterrado com 4500 m³. O reservatório elevado inicial perde sua função original, pois a distribuição passa a ser pressurizada. O novo sistema foi planejado para atender uma população de cerca de 80 mil habitantes.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 19 – Vista aérea, no início da década de 1970, da Estação de Tratamento de Água, inaugurada em meados da década de 1960, ao centro. Abaixo à esquerda o reservatório enterrado de 4500 m³. No alto à direita o reservatório elevado com 450 m³, construído no início da década de 1950.

(Fonte: (Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 20 – Construção da rede coletora de esgoto na rua Carlos Ferrari, no centro da cidade, no início da década de 1950. Ao fundo, no final da rua, o prédio onde funcionava o fórum e que desde o início da década de 1980 é sede da administração municipal, quando o judiciário foi transferido para outro imóvel.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 21 – Inauguração da “Fossa OMS”, primeira estação de tratamento de esgotos da cidade construída em 1955. Funcionava em área limite de “Ferrarópolis” no sentido norte onde ficava o “buracão”, uma enorme erosão que existia no local e chegava até onde foi construída a praça Pedro de Toledo na década de 1940, quando obras relacionadas a saneamento público, como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta de lixo e drenagem urbana se iniciam no município.

(Fonte: Acervo SAAE)



Figura 22 – O prefeito Rafael Paes de Barros e a esposa Sr^a Brasília, em frente à Estação de Tratamento de Água, em construção no início da década de 1960. O ângulo da fotografia salienta a importância da obra e a figura ativa do prefeito marcando o final de um conjunto de obras que ele sabia que marcariam suas duas administrações.

(Fonte: Acervo SAAE)

Os registros fotográficos das obras de saneamento básico na cidade, durante os mandatos do Prefeito Rafael Paes de Barros, foram encomendados e arquivados pelo poder público. O zelo pelo registro e arquivamento significam a importância dada às benfeitorias executadas e também serviram e servem até hoje para marcar uma diferença em relação a municípios vizinhos que não tiveram e ainda não têm a “qualidade” dos serviços de saneamento que Garça possui ¹¹⁴. Esse diferencial influenciou as administrações municipais seguintes que deram continuidade aos investimentos na área de forma incomum considerando o bordão político que diz que “obra enterrada não dá voto”.

O entrevistado Sr João Chaves era politicamente muito ativo. Foi vereador por quatro mandatos consecutivos desde as eleições de 1955. Após o final do primeiro mandato o “*Dr Rafael*” também se elegeu vereador e foi companheiro do Sr João Chaves na Câmara Municipal. Em 1960, Rafael Paes de Barros assume novamente a prefeitura. A infraestrutura da cidade, a partir dos serviços básicos implantados durante a década de 1950, direcionou o desenvolvimento nos anos seguintes. Na questão do abastecimento de água, por exemplo, mesmo com o aumento de três vezes da população urbana, o sistema atual de captação, tratamento e distribuição, praticamente, é o mesmo. Pelo nível de consumo da época, a quantidade de habitantes que poderiam ser atendidos representaria uma população ainda muito maior.

Na questão da rivalidade com cidades vizinhas, por exemplo, salienta-se muito o fato de Garça tratar todo seu esgoto produzido enquanto Marília não tem nenhuma estação. Para ampliar a importância disso enfatiza-se que parte da água que Marília usa para seu abastecimento nasce em Garça, que localiza-se na cabeceira das bacias hidrográficas dos rios do Peixe e Aguapeí, e conseqüentemente despeja seu esgoto, tratado, nos córregos que afluem para Marília.

Mas o ufanismo do Sr João Chaves, quanto à possibilidade de Garça ter desenvolvimento superior ao de Marília, por conta do empreendedorismo do prefeito da

¹¹⁴ A valorização do conjunto de obras de saneamento é um aspecto pouco comum, mas no município de Franca – SP, por exemplo, “as fossas sépticas da antiga estação de tratamento de esgotos e a estação elevatória de Água Bruta” foram tombados em 1996, de forma “atenta aos registros de alguns dos maiores indicadores de qualidade de vida urbana na era republicana” (MARINS, 2008: 162).

época, não corresponde às posições que os dois municípios assumiam. Conforme o “Censo de 1950” a população do município de Garça era de “32.221 habitantes”, sendo “12.443” na parte “urbana”, morando e trabalhando em “3180” edificações, das quais “1.494” servidas “com abastecimento de água”, com “9 ruas parcialmente pavimentadas com paralelepípedos” ¹¹⁵ (IBGE, 1957:333-334).

Em Marília, viviam “86.844” pessoas, “38.376” na parte urbana, e segundo o “Censo Geral de 1950” era o “8º Município mais populoso do Estado de São Paulo e o 53º em todo o Brasil. Havia “92” ruas pavimentadas e eram “8.750” prédios na “zona urbana”, sendo “5.980” abastecidos com água e “3.200” com esgoto coletado, mas sem tratamento (Idem:115-118).

As figuras a seguir servem como comparação entre Garça (**Figuras 23 e 24**) e Marília (**Figuras 25 e 26**). Marília já dispunha de imagens consolidadas de “grande” centro urbano, “capital regional” com destaque no “catálogo” do IBGE de 1957 e tais registros salientam a verticalização das edificações, que o senso-comum relaciona a desenvolvimento. As imagens não mostram a linha do horizonte, a cidade extrapola a foto. Os registros garcenses são feitos de cima do único “espigão” da cidade e o horizonte ocupa boa parte das fotografias.

¹¹⁵ O jornal “Correio de Garça”, nº 756, “edição especial” de “25 de dezembro de 1959”, informava, em matéria intitulada “Garça através de estatísticas”, que a cidade tinha “165 ruas” e “5000 prédios”. Considerando os dados do censo do IBGE havia pouco mais de 5% de ruas pavimentadas na cidade.



Figura 23 – Vista do centro da cidade, na direção de Marília, a oeste, a partir do alto do “Edifício do Comércio”, um prédio de escritórios, com seis andares, construído na década de 1950. Foi o único “arranha-céu” até a década de 1980. À esquerda, no alto, a linha férrea. A foto é de meados da década de 1960, no centro da foto a Praça Rui Barbosa está sendo preparada para a construção da “nova” igreja matriz, no lugar da “antiga” recém demolida. A rua Carlos Ferrari, já estava pavimentada há pouco mais de dez anos. À direita, a torre do relógio da rodoviária “velha”, inaugurada no início da década de 1940 e desativada em 1985. A atual estação rodoviária fica na “Faixa de Integração”, no local do antigo traçado da ferrovia.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



Figura 24 – Vista da cidade, em meados da década de 1960, no sentido norte, de cima do Edifício do Comércio. Cortando a diagonal da foto, a “rua Cel Joaquim Piza”, que faz a ligação com a rodovia que liga Garça a Álvaro de Carvalho, ao norte. A rodovia construída pela Cia Paulista até Getulina, na década de 1920, foi asfaltada e teve o traçado alterado em meados da década de 1970. Ao fundo, na linha do horizonte, um pouco à direita, a pista de pouso do aeroporto local, muito ativo nas décadas de 1940 e 1950.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



Figura 25 - Vista aérea de Marília na década de 1950. Os edifícios mais altos estão localizados na “Avenida Sampaio Vidal”.

(Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Página 116)



Figura 26 – “Avenida Sampaio Vidal”, em crescente verticalização da área central da cidade, na década de 1950.

(Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Página 114)

Como “capital regional pioneira”, Marília, portanto, assume destaque frente aos demais municípios da região e o “bairrismo” é muito evidente, por exemplo, nas expressões que se criavam quando se referiam às cidades. Em 1945, a inicialmente chamada “cidade menina” Marília denominava-se como “Princesa da Alta Paulista” (MONBEIG, 1998: 350). Garça, no início da década de 1970, era chamada de “Sentinela do Planalto” ¹¹⁶ e muitos na cidade brincavam que enquanto Garça ficava parada e vigiando, Marília se desenvolvia. As rivalidades entre municípios vizinhos que nascem na mesma época, mas crescem de forma diferenciada, criam representações e distinções com variações que dependem de como, quando e de onde surgem. Subjetividades e temporalidades distintas impregnam as representações em relação à qualificação dos lugares e os motivos de os mostrarem de tal ou qual forma.

¹¹⁶ Expressão construída (perífrase) para um concurso promovido pela “Sociedade Amigos de Garça – SAGA” no final de 1965. A “SAGA” foi uma entidade formada em 1962 que fazia reuniões periódicas para tratar sobre assuntos do município. Funcionou até 1973 e atuava como uma espécie de “Câmara de Vereadores” informal. O “slogan” vencedor do concurso foi “Cidade renovação”, mas “Sentinela do Planalto” teve mais receptividade. A autoria do “slogan” foi de “Dalva Magalhães Parreira” uma jornalista que participava muito da política local. No final de 1967 um vereador, “Danilo Fagá” propõe a oficialização de “Sentinela do Planalto” e após muitas discussões, pois alguns membros da “SAGA” não concordavam em oficializar uma frase que havia perdido o concurso, a “Câmara de Vereadores” aprovou em março de 1968 a utilização “oficial” do “slogan” por meio da “Lei Municipal nº 1101/68”, conforme noticiado no jornal *Correio de Garça* de 7 de março de 1968, nº1559. O “slogan” foi utilizado em uma poesia do escritor “Prof. Cesarino Avino Segá”, que morou em Garça e fundou um colégio técnico que funcionou até bem pouco tempo. O poema fecha a obra do memorialista Caroly Gonçalves Silva, e chama-se “Garça, „Sentinela do Planalto”” (SILVA, 1977: 662):

Cidade-moça que sorriso verde,
Do verde-moço que o café lhe empresta
Vergel de folhas, qual imensa rede,
Que além se estende sob um céu em festa.

Deusa dos montes, cativante e bela,
Divisa ao longe cafezal imenso;
Seu quadro vário de matiz, em tela,
Diz mais que o odor de vaporoso incenso

Um céu de estrelas mui brilhante e puro,
Vela-lhe o sono ao clarão dos astros;
Compor-lhe um hino muito em vão me apuro,

Vai-me a musa sem deixar-me rastros,
Mas, na altivez do seu primor procuro
Gravar seu nome no maior dos mastros.

Capítulo 3 - Catolicismos “acima” e “abaixo” da linha

3.1 “Um frade veio a Garça”

Depoimentos sobre a instalação de uma paróquia na parte “abaixo” da linha férrea na cidade, em meados da década de 1950, demonstram a relatividade ¹¹⁷ da memória e a diversidade narrativa na relação entre fatos e representações. Das imagens e dos sentimentos evocados, combinações entre vivências e espaços configuram representações de maneira a possibilitar a compreensão das diferentes práticas sociais e comportamentos relacionados aos lugares, e assimetrias em relação a vieses de classe e gênero.

No início da década de 1950, o município de Garça - SP contava pouco mais de duas décadas de fundação e “32 221” habitantes, sendo “12 433” na parte urbana ¹¹⁸, atualmente são aproximadamente quarenta e quatro mil habitantes, sendo trinta e seis mil na cidade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Como citado anteriormente, seu núcleo urbano, dividido ao meio pela linha férrea, era formado por dois “patrimônios” identificados como “acima” e “abaixo” da linha. Enquanto a parte “de cima”, conhecida como “Ferrarópolis”, residência da elite local nesse período, onde se localizava o “centro” da cidade, com a grande maioria das atividades administrativas, comerciais e de lazer, já apresentava boa parte de infraestrutura atendendo seus moradores, o “patrimônio de baixo”, denominado “Labienópolis”, começava a tornar-se mais populoso, atraindo principalmente parte da população rural que vinha morar na cidade.

¹¹⁷ Basicamente o “relativismo pode ser uma doutrina global sobre todo o conhecimento, ou uma doutrina local sobre uma certa área (estética, ética ou juízos sobre qualidades secundárias, por exemplo). Os aspectos inerentes aos sujeitos que supostamente determinam o que é verdade „para eles” podem incluir o contexto histórico, cultural, social, linguístico, psicológico ou ainda a própria constituição sensorial” (BLACKBURN, 1997: 342). Nesse sentido, consideraríamos que não há fatos puros, sem “adornos”: “Mesmo para descrever, temos que interpretar com a ajuda de teorias e em uma linguagem impregnada de teoria ... o „mundo real” é em grande medida, construído com base nos hábitos de linguagem do grupo” – “relativismo perceptivo”-, (...) subentendendo-se, talvez, que os que têm teorias ou linguagens profundamente diferentes, habitam „mundos diferentes” (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996: 658).

¹¹⁸ Dados a partir do “Censo de 1950” publicados na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro, IBGE: 1957.

É na periferia da parte de “baixo” que um proprietário de terras fez um loteamento no início da década de 1950, para atender a crescente demanda por terrenos residenciais populares (**Figura 1**).



Figura 1 – Mapa da cidade de Garça - SP, em meados da década de 1950, indicando o loteamento de César Correia Lopes, a “Vila Nova”, futura “Vila Araceli”.

(Elaborado a partir de informações sobre aprovação de loteamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Prefeitura de Garça)

No que seria uma praça local construiu uma pequena capela que denominou São Benedito ¹¹⁹ (**Figura 2**) com a respectiva imagem do santo instalada. Vale lembrar que a “doação” de área para instalação de praça e igreja católica era prática corriqueira e geralmente o “centro” das cidades formava-se em torno dessa praça.

¹¹⁹ Na “página 71” do “Livro Tombo” da “Igreja Matriz de São Pedro” foi anotado: “ „Aos sete de dezembro de 1947, às 9 horas foi inaugurada a Capela de São Benedito na Vila da Estação nesta cidade. A construção da Capela foi idealizada pelo senhor Cesar Correia Lopes, proprietário da Vila”” (SILVA, 1977: 620). Tal informação contradiz a versão de um dos entrevistados, que mencionaremos mais a frente, de que não havia registro oficial do local quando frei Aurélio assume a paróquia que é denominada Nossa Senhora De Lourdes.



Figura 2 – Capela de São Benedito, década de 1940, construída por Cesar Correia Lopes no loteamento que originou a Vila Araceli. Foi demolida no final da década de 1950 pelo Frei Aurélio.
(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

Na parte de “cima”, desde 1936, localizava-se a “igreja matriz” sediando a “Paróquia de São Pedro” (Figura 3). Pequenas capelas e templos de outras religiões atendiam a demanda local nos bairros e no caso da “capela de São Benedito” a distância do centro da cidade e a dificuldade da travessia da linha férrea favoreceram o crescimento da comunidade religiosa católica na chamada “Vila Nova” ou “Vila da Estação” ¹²⁰. A população pobre que ali morava participava das missas celebradas por um padre da Paróquia de São Pedro que acumulava as funções até que no início do ano de 1955 o bispado da região, sediado na vizinha cidade de Marília, decidiu criar uma segunda paróquia em Garça. Relatos sobre a instalação dessa segunda paróquia são emblemáticos quanto à vinculação entre memória e lugares.

¹²⁰ O bairro ficava nas proximidades da estação ferroviária original, na região leste da cidade.



Figura 3 – Matriz de São Pedro, igreja antiga inaugurada em 1936 e demolida em meados da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

Comemorando dez anos da chegada de um novo pároco em Garça, um articulista assim descreveu o fato iniciando o texto com o título “Um frade veio para Garça...” e completando logo em seguida:

“... quando Garça realmente necessitava de um frade!... E o frade que veio valia por dois! E, às vezes, quando preciso, valia também por dez!... Tinha sido criada a Paróquia da Vila Nova (tão cheia de buracos velhos...) e o frade veio para dirigi-la, tomando posse no dia 11 de fevereiro de 1955. Faz dez anos, lembram-se?... Como era pobre e feio aquele bairro! Quanto terreno vago, quanto mato alto, quantos cães vadios, quantas cabras e cavalos pastando pelas ruas, quanta poeira, se fazia sol, quanta lama, se chovia, quanta necessidade material e quanta necessidade espiritual a socorrer!... À noite, que solidão e que abandono, que angústia profunda se apossava da alma da gente ao roçar fustigante da ventania desnorteada!... Como única esperança de refúgio e de alvorada lá estava, pequenina e humilde, sumida e sozinha no centro deserto de um quarteirão inteiro, a Capela de São Benedito mandada construir pelo velho e bom amigo César Correia Lopes, quando do loteamento da Vila, de parceria com Ulisses Reis Matos e outros. Ali estava... Sim, senhores! Ali estava a MATRIZ da Paróquia da Vila Nova! E para lá foi o frade, Vigário da nova Paróquia...” (FERREIRA, 1982: 140-142).

A sequência do artigo, publicado no jornal “Correio de Garça” em 11 de fevereiro de 1965 ¹²¹, continua enaltecendo a figura do frade, frei Aurélio Di Falco da Conceição ¹²², enumerando suas ações, não restritas ao ofício religioso. Nas palavras do articulista, o frei trouxe ao “pobre e feio” bairro, habitado por “almas” solitárias, abandonadas e angustiadas, o conforto material e espiritual.

Logo ao chegar, frei Aurélio ergueu um “cruzeiro” ¹²³ no local que passou a ser uma praça denominada “Largo do Santuário” ¹²⁴. Em geral, a elevação de uma “cruz” era um dos primeiros atos para o início de uma cidade, nos moldes da tradição de fundação de “patrimônios”, no Brasil (MONBEIG, 1998: 235-236) e denota a intenção de marcar um novo início ao local, do recém chegado frei.

Durante a primeira década de instalação da segunda paróquia garcense, frei Aurélio construiu um novo templo ¹²⁵ (**Figura 4**) em um terreno em frente ao quarteirão onde

¹²¹ Em homenagem aos 10 anos da instalação da segunda paróquia católica em Garça, o jornal “Correio de Garça” faz uma tiragem intitulada “Edição Especial para o Decenal da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes – 1955/11 de fevereiro/1965”.

¹²² Frei Aurélio Di Falco (1917-1993), nascido em “Nápoles”, Itália, “ingressou na Ordem Franciscana em 1935 e foi ordenado sacerdote no ano de 1945”. Em 1952 veio, a seu pedido, para o Brasil onde assumiu como “Vigário Coadjutor nas cidades de Bebedouro e Jaboticabal” e logo em seguida “como pároco de Olímpia, de setembro de 1953 a fevereiro de 1955”. A “Fundação Napolitana dos Padres Franciscanos” mediante convite do “Arcebispo de Marília, Dom Hugo Bressane de Araújo” aceita a responsabilidade pela “segunda paróquia a ser criada em Garça” e indica o Frei Aurélio que é empossado em “11 de fevereiro de 1955” na agora denominada “paróquia Nossa Senhora de Lourdes” inicialmente “instalada numa capela dedicada a São Benedito, medindo apenas seis por dez metros. Embora a construção de uma igreja fosse aspiração normal da coletividade, Frei Aurélio Di Falco deliberou, preliminarmente, focar o problema social da Vila Nova, que se caracterizava pela pobreza e carência dos mínimos recursos indispensáveis dos seus moradores.” (SILVA, 1977: 614).

¹²³ “Grandes cruzeiros erguidos nos adros” - terreno em frente e/ou em volta da igreja, às vezes utilizado como cemitério -, “cemitérios, largos, praças, etc.” (FERREIRA, 1986: 505). Curiosamente, Frei Aurélio é o único sacerdote católico na cidade de Garça que foi sepultado em uma igreja.

¹²⁴ O jornal “Correio de Garça”, na edição comemorativa aos 10 anos da “Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, informa que o “Largo do Santuário”, quando frei Aurélio chegou, “era conhecido vulgarmente como Praça de São Benedito”. O uso do “vulgarmente” denota a desqualificação sobre a denominação anterior e dá o tom de toda a edição que procura valorizar as ações do frei enfatizando o “desenvolvimento” do local após sua chegada. A “nova” nomenclatura da praça foi “oficializada” em março de 1958 por meio de projeto de lei apresentado pelo vereador Augusto do Nascimento Castro (*Correio de Garça*, 11 de fevereiro de 1965, nº 1259).

¹²⁵ “Satisfeito com o andamento dado à estrutura assistencial, Frei Aurélio organizou a Irmandade do Santíssimo Sacramento visando à construção do templo definitivo, cuja primeira pedra seria abençoada em 29 de novembro de 1959.” A primeira missa na nova igreja foi realizada em 11 de fevereiro de 1961, mas somente em “18 de março de 1970, o novo santuário foi solenemente consagrado a Nossa Senhora de Lourdes” (SILVA, 1977: 615).

ficava a antiga capela, que foi demolida, construiu um prédio ao lado da nova igreja para sediar o “Patronato Juvenil Garcense” ¹²⁶. Ali implantou uma escola para crianças e jovens com a ajuda de “irmãs de caridade” que trouxe da Itália, e montou uma tipografia onde imprimiu um jornal chamado “Estrela Seráfica” ¹²⁷.



Figura 4 – Santuário N. Sr.ª de Lourdes em fase final de construção, meados da década de 1960.
(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

Frei Aurélio soube promover sua paróquia utilizando canais diversos. Os registros fotográficos de sua figura e obras são variados e evocam o carisma ¹²⁸ crescente do frei desde sua chegada (**Figuras 5, 6, 7 e 8**). As imagens foram recolhidas em arquivo público,

¹²⁶ Concomitantemente às preocupações “sociais” do Frei Aurélio, o “Juiz da Comarca”, “acompanhado por um grupo de homens que se dedicava aos mesmos ideais, fundaram em 20 de fevereiro de 1956 a obra social franciscana com o nome de Patronato Juvenil Garcense” e “segundo o Frei Aurélio, a construção foi como verdadeiro milagre da Providência, tanto que, em agosto de 1957, já funcionava, naquelas dependências, a escola noturna de alfabetização, o atual MOBREAL e, logo a seguir, o Jardim da Infância” (SILVA, 1977: 614-615).

¹²⁷ A primeira edição é de “2 de março de 1956”. Foram trinta números até “maio de 1958”. Em segunda fase o jornal é denominado “Voz do Santuário” e mais 14 números são editados até outubro de 1959, quando se encerra a impressão do jornal da paróquia (*Correio de Garça*, 11 de fevereiro de 1965, nº 1259). A escolha do nome inicial do “jornal do Frei Aurélio” alude à origem do termo “serafim” - do hebraico “*seraphim*, pl. de *seraph*, aquilo que queima, e que se purifica com o fogo”, pelo lat. *seraphim*” (FERREIRA, 1986: 1573) – que unido ao termo estrela evoca a condição sublime, elevada, do empreendimento.

¹²⁸ Significando “força divina conferida a uma pessoa, mas em vista de necessidade ou utilidade da comunidade religiosa” e “atribuição a outrem de qualidades especiais de liderança, derivadas de sanção divina, mágica, diabólica, ou apenas de individualidade excepcional” (FERREIRA, 1986: 354). A forma como as pessoas que conviveram com o frei, e o admiravam, denota a imagem “carismática” que o religioso assume entre parte dos católicos garcenses.

mas há reproduções guardadas em álbuns particulares assim como em acervo na “Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes”.



Figura 5 - Frei Aurélio e turma de 1ª Comunhão, em frente ao Patronato Juvenil Garcense, meados da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 6 – Foto em meados da década de 1960 da oficina tipográfica montada no Patronato por Frei Aurélio. No local imprimia-se o jornal da paróquia, “Estrela Seráfica”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 7 – Frei Aurélio, em destaque à esquerda, e demais padres franciscanos, meados da década de 1950.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 8 – Frei Aurélio em uma das quermesses promovidas na Paróquia, início da década de 1960. Nessas quermesses ocorria o encontro de moradores dos dois lados da cidade. A imagem é emblemática. Do lado direito estão um futuro prefeito da cidade e um casal da elite social da época, moradores em “Ferrarópolis”, mas frequentadores da igreja do frei. À esquerda “anônimos” habitantes da “Vila Nova”. No centro, o frei mediando os “dois” lados.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

O empreendedorismo do frei Aurélio é muito evidente e só foi possível pela sua capacidade de articulação com a “alta” sociedade local que apoiava e bancava suas ações. O fato de ter sido “Sócio Honorário” do “Rotary Club” ¹²⁹ da cidade é um indicativo de seu prestígio junto à elite local, considerando a grande influência que confrarias leigas, como o “Rotary”, “Lions” e “Loja Maçônica”, possuíam na época ¹³⁰. Frei Aurélio, já investido do poder religioso, de enorme peso, transitou na sociedade local de uma forma que foi vista, por muitos, como elo entre as “necessidades” dos pobres e a “caridade” dos ricos.

¹²⁹ “Frei Aurélio Di Falco, figura de grande destaque na comunidade, pela sua personalidade aberta e cheia de simpatia, mereceu do Rotary Club local o título de Sócio Honorário, o qual vem sendo, anualmente renovado.” (SILVA, 1977: 615).

¹³⁰ O “Rotary” inicia-se nos E.U.A, em Chicago, a partir de 1905. No Brasil, o primeiro “Club” é formado no Rio de Janeiro em 1922. Em Garça, o “Rotary Club” foi fundado em “28 de maio de 1941, com os objetivos comuns ao “Rotary International” de “desenvolver, estimular e fomentar a compreensão, a boa vontade e as relações de amizade entre os povos”, e localmente “proporcionar aos associados oportunidades de desenvolver seus interesses na prática e no exemplo de elevados padrões de ética nas atividades pessoais, comerciais ou profissionais” e “ainda que o Rotary considere problemas do rotariano suas crenças religiosas ou políticas, influencia-o a ser fiel à sua religião e leal à sua Pátria.” (SILVA, 1977: 405-406). Em 1965 o “Rotary” garcense tinha “25 sócios” (*Correio de Garça*, 18 de fevereiro de 1965, nº1261)

O “Lions” é uma entidade que surge também nos EUA, em 1927, tendo a primeira formação no Brasil em 1952, no Rio de Janeiro. O “Lions Clube de Garça” foi fundado em 18 de dezembro de 1960. Tem um perfil mais atuante em relação a atividades filantrópicas e recreativas, participando, por exemplo, da promoção do “Torneio de Futebol „Taça Cidade de Garça”, realizado até hoje, entre jogadores da “várzea” (alusão aos campinhos de terra batida) e da construção do “Albergue Noturno” no final da década de 1960 e da “escola da APAE” em meados da década de 1970. O ex-prefeito Rafael Paes de Barros era membro do Lions (SILVA, 1977: 397).

As origens da “maçonaria” estão ligadas às “corporações de ofício” formadas na “Idade Média” na Europa, lembrando que “maçon” significa “pedreiro” na França. No Brasil a primeira “Loja Maçônica” é fundada no Rio de Janeiro em 1822. No “Livro de Garça”, informa-se que a “Loja Maçônica” garcense, “General Moreira Guimarães IV”, teria sido fundada em 31 de julho de 1945 e nas reuniões dos maçons tratar-se-iam de “assuntos ligados ao interesse público, visando trazer benefícios à coletividade, de maneira direta ou indireta” (SILVA, 1977:393). No entanto, uma nota no jornal *Comarca de Garça*, de 5 de maio de 1972, nº 3403, em edição comemorativa ao “Dia do Município”, diz que a fundação da “Loja Maçônica General Moreira Guimarães IV” foi em “8 de abril de 1936”, na sede da “Associação Comercial”. No “livro de Garça” a “Associação Comercial” teria sido inaugurada em “4 de março de 1944” (SILVA, 1977: 577). No *Comarca de Garça*, de 12 de outubro de 1935, nº 18, consta a fundação da “Associação Commercial (sic) e Industrial de Garça” em “23 de maio de 1934”.

O “Livro de Garça” foi realizado por rotarianos e o memorialista que assume a autoria era um rotariano influente. Coincidentemente na cronologia divulgada no livro o “Rotary” seria o primeiro clube de serviços garcense, mas as notas dos jornais indicam a “maçonaria” como antecessora, assim como a “associação comercial”. Independentemente de qual entidade foi fundada primeiro, vários prefeitos, vereadores, promotores públicos e juizes de direito em Garça foram membros do Rotary, Lions, Loja Maçônica e Associação Comercial locais.

3.2 O Frei, a Igreja Matriz e os Redentoristas

Ao lembrar-se do frade franciscano, a entrevistada Sr^a Vera ¹³¹ diz: *“Frei Aurélio era envolvente, você sabe, né?”*. Para atrair a elite local para sua paróquia *“ele fazia os favores e recebia os favores em troca”*, como, por exemplo, a celebração de batizados na zona rural a pedido de algum fazendeiro:

“Tanto que ele construiu o patronato com dinheiro dessa turma. A turma era muito rica, então ele conseguia. Era fazer batizado lá na fazenda não sei da onde, o frei dizia eu vou. Era praxe dele. Ele vinha todo domingo quase almoçar na casa do „Fulano”, da „Beltrana”, do próprio „Sisrano” (fazendeiro, industrial, ex-prefeito e ex-deputado estadual muito atuante e influente na região). Ele era político, mas fez. (...) E ele tinha aqueles cursos. O frei Aurélio também tinha aquele negócio do... como é que chamava? (Clube Serra) Eu lembro da Neuza e do Douglas fazendo (irmã e cunhado). Eram cursos que determinados casais que frequentavam a igreja davam pra outros. Então era um fim de semana de meditação, de explorações de assuntos de discussão. E depois, tudo encerrado no domingo pro almoço. Era clube. Era mais ou menos tipo, por exemplo, do Lions, só que era religioso. Então eles arrebanhavam. O frei de uma certa forma, ele começou a arrebanhar a turma daqui (do patrimônio de cima) que ia pra igreja dele”.

A ligação do frei franciscano com a elite política e econômica da cidade e a consequente transferência de fiéis para sua paróquia parece ter incomodado os padres redentoristas ¹³² da igreja “matriz”. Em outra entrevista, com a Sr^a Nilma ¹³³, um caso

¹³¹ Entrevista “Vera Lúcia Aparecida Guanaes Bonini”, 62 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:01:08).

¹³² As diversas “ordens religiosas” dentro da Igreja refletem diferenças e, possivelmente, divergências sob a aparente unidade “católica”. A “Paróquia de São Pedro” era administrada por padres redentoristas e a “segunda” paróquia instalada era de responsabilidade de “frades” franciscanos.

Chamam-se “redentoristas” os religiosos membros da “Congregação do Santíssimo Redentor” fundada por “Santo Afonso de Ligório” em “Scala, reino de Nápoles, em 1732” (FERREIRA, 1986: 1467). Chegaram ao Brasil no final do século XIX iniciando “missões” no município de “Areias – SP”. Atualmente administram o “Santuário de Nossa Senhora Aparecida” em Aparecida do Norte – SP, no Vale do Paraíba. Em Garça foram responsáveis pela “Paróquia de São Pedro” a partir de “2 de agosto de 1957”, até o final da década de 1980 quando “diocesanos” passam a responder pela paróquia. Diferentemente dos “franciscanos”, como Frei Aurélio que permaneceu em Garça até seu falecimento, os “redentoristas” ficavam poucos anos na cidade.

Os “franciscanos” são de uma das ordens mais tradicionais da Igreja Católica, fundada por “São Francisco de Assis em 1209 (FERREIRA, 1986: 808). Curiosamente, os anos mais ativos de Frei Aurélio em Garça correspondem aos períodos em que os papas eram também franciscanos, João XXIII, papa entre 1958 e 1963, e Paulo VI, papa entre 1963 e 1978.

bem particular ilustra a estratégia de aproximação do frei junto à elite local e a “a rixa” do frei “com os padres daqui”:

“Quando nós íamos nos casar, o Gilberto (marido) tinha ido pra São Carlos e tinha escutado umas músicas bonitas em órgão, na catedral matriz de São Carlos. Ele foi perguntar pro padre, tomou o nome do disco e comprou o disco. E quando a gente foi casar, porque aqui quando casava o coro cantava, só tinha um coro e o Gilberto falou pro padre que não queria que o coro cantasse, que ele tinha comprado um disco, e queria por o disco. O padre falou que não podia. Aí ele falou assim: - Ah, mas se não puser o disco aqui eu não caso. E o padre falou assim então pra ele: - Não? Então pede pro bispo, se o bispo deixar, nós deixamos. Aí nós fomos falar com o bispo, que foi o primeiro bispo de Marília, Dom Hugo Bressane de Araújo. Nós fomos lá e o bispo falou: - Não, eu não me oponho, mas vou falar eu mesmo. Ele ia não sei pra onde e ia passar aqui em Garça. Ele falou: - Pode deixar que eu converso. Era o padre Vicente¹³⁴ e o padre Batistela, que hoje é bispo, né? Quando ele passou aqui, conversou com os padres e concordaram. Nós fomos saber depois que o bispo tinha falado. O padre Vicente e o padre Batistela falaram: - O bispo não se opõe, mas nós não queremos porque a música sai através de um cristal, não sei o quê... Aí o Gilberto falou: - Então eu não caso! Eu fiquei apavorada (risos). Por que se eu não caso como é que eu faço? Era na última semana do casamento, você acredita? Olha que besteirada! Eu falei pra ele: - Gilberto, eu não posso. Não vou me juntar com você, mas de jeito nenhum. Eu sou católica. E ele também era. É muito católico, né, agora que não vai na igreja. Ele falou assim pra mim: - Eu vou conversar com o frei Aurélio. Nós fomos conversar. O frei Aurélio andava de rixa com os padres daqui, sabe. O Gilberto falava assim pra ele: - Não quero assim, colocar o senhor numa situação ruim. O frei falou: - Não, não, não! Pode casar que eu topo o que vocês quiserem! O Gilberto tinha comprado até uma vitrola grande, com um som maravilhoso, pra botar o bendito do disco. Nós tínhamos contratado técnico da rádio porque era aquele discão, daquele bolachão que tinha que por certinho porque se não pegava o final de uma música ou pegava o meio da outra. Aí nós casamos lá. O técnico foi. No dia, tinha dois freis. Frei Aurélio que celebrou nosso casamento e outro frei. Porque como a igreja estava sendo construída, tinha um pano, um cortinão, sabe (dividindo a igreja e cobrindo a parte em

¹³³ Entrevista “Nilma de Carvalho Sita”, 73 anos, em 23 de outubro de 2009 (Duração 00:38:22).

¹³⁴ O “Padre Vicente de Paulo Andrade” é o vigário “redentorista” que estava à frente da “Paróquia de São Pedro” quando se decide demolir a “antiga” igreja matriz.

construção) e o outro frei vinha pra ver em que pedaço da missa estava, ia para trás e falava pro técnico: - Agora é tal música. Porque nós tínhamos escolhido. Então ele falava: - Agora é tal música, né. Então o cara punha. Quando acabava a música, ele voltava. O meu cunhado, marido dessa minha irmã mais velha, falava assim: - Nossa, mas como aquele frei tocava órgão, que coisa (risos). Eu casei lá por isso.”

O casamento da Sr^a Nilma foi em 1965, época em que a “disputa” entre as duas paróquias era muito forte. Curiosamente, enquanto frei Aurélio concluía o templo na “Vila Nova”, que já era conhecida como “Vila Araceli”¹³⁵ em razão da imagem do “Menino Jesus de Araceli” que o frei trouxera da Itália¹³⁶, na “paróquia de São Pedro” decidira-se pela demolição da igreja matriz, então com pouco menos de trinta anos de

¹³⁵ O local onde o frei construiu o Santuário e o Patronato era conhecido como „Vila da Estação” e também por “Vila Nova”. No jornal “Correio de Garça”, de 11 de fevereiro de 1965, em edição comemorativa aos dez anos de criação da paróquia do Frei Aurélio, temos a explicação da nova denominação “Vila Araceli”: “Após a chegada da imagem do „Menino Jesus de Araceli” (ver nota seguinte) o frei sugeriu a mudança de nome e o vereador Argemiro Beguini apresentou projeto em 1961, aprovado pela Câmara. Araceli significa altar do céu. Altar significa sacrifício na terra, felicidade no céu! Haverá nome mais sugestivo?” Claramente demonstra-se a imagem que o articulista teria sobre o local que até o final da década de 1970 também era chamado de “Vila das cabras” em razão da enorme quantidade de animais que perambulavam por ali e por grande parte de “Labienópolis”. Uma manchete do “Correio de Garça” de fevereiro de 1976 indica a situação: “Cabras e cabritos: Vila Araceli reclama – O vereador Mauro Mattos, que já havia feito indicação anterior sobre o problema em Labienópolis, pede providências à prefeitura”

¹³⁶ No “Livro de Garça”, um longo trecho é dedicado para descrever a encomenda e chegada da imagem, e atesta a consideração que frei Aurélio tinha entre a sociedade local, assim como a importância da comunidade católica na época. É emblemática também a substituição de “São Benedito” pelas figuras de “Nossa Senhora de Lourdes” e o “Menino Jesus de Araceli”: “Quando, depois de seis anos de permanência no Brasil do Vigário Frei Aurélio Di Falco, entre Bebedouro, Olímpia e Garça, voltou para uma viagem à Itália, a senhora dona Iracema Souza Formigoni pediu-lhe que trouxesse uma imagem do Menino Jesus de Araceli, venerada em Roma. Como não se encontrassem à venda estas imagens, foi incumbido o escultor Obletter de Ortisei, Itália, de reproduzir uma. A imagem ficou pronta em dezembro de 1958 e foi trazida ao Brasil pelo Frei Aurélio, chegando a Congonhas (aeroporto) de São Paulo no dia 6 de janeiro de 1959. Devia ter seguido logo mais para Garça com o avião da Real, mas, por motivos de atraso do avião procedente de Roma, a imagem ficou retida em São Paulo, na Igreja de São Cristóvão da Luz até o dia 31 de janeiro. No dia primeiro de fevereiro, Monsenhor Guilherme Bonomo, Vigário da Paróquia de São Cristóvão, se encarregou de trazer a imagem para Garça, pelo trem da Paulista, chegando a esta cidade às 16h30min. Estavam à espera para a recepção oficial, além da benfeitora que a encomendou, dona Iracema, S. Excia. Dom Hugo Bressane de Araújo, o Revmo. Clero local e as Exmas. Autoridades civis e militares com milhares de fiéis. A imagem foi levada num carro descoberto, desfilar pelas ruas da cidade, rumando depois para o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes. Aqui, o Padre Vigário Frei Aurélio recebeu-a oficialmente, pelas mãos de Dom Hugo e entronizou-a solenemente no Santuário. Desde então, é venerada e conhecida não apenas pelos católicos garcenses, mas de todo país, sendo que chegam cartinhas enviadas ao Menino Jesus, para pedir graças ou agradecer as graças recebidas, de todos os Estados da República Federativa do Brasil. Aliás, esta é uma das características da imagem original, venerada em Roma, onde chegam milhares de cartas de todo o mundo.” (SILVA, 1977: 621)

utilização ¹³⁷. A demolição gerou uma polêmica que persiste até hoje, pois o motivo alegado era a existência de rachaduras no prédio que condenariam a construção e inviabilizavam uma tentativa de reforma (**Figura 9**). A necessidade de recursos para a construção da “nova” igreja matriz (**Figura 10**) teria aumentado a disputa político-religiosa entre as duas paróquias e a “rixa” entre os religiosos das partes “acima” e “abaixo” da linha.



Figura 9 – Início da demolição da Matriz de São Pedro em meados da década de 1960.
(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 10 - Construção da “nova” Matriz de São Pedro. Foto do início da década de 1970.
(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

¹³⁷ Em outubro de 1963, o então vigário da “Paróquia de São Pedro”, “Padre Vicente”, comunica que o “Conselho Paroquial” decidiu construir uma “nova igreja matriz” (*Correio de Garça*, 13 de outubro de 1963, nº1130).

A construção da “nova” igreja matriz, em “Ferrarópolis”, evidencia a tentativa de restabelecer a importância da “Paróquia de São Pedro”, “diminuída” pela figura de Frei Aurélio, seu “santuário” recém inaugurado na “Vila Araceli” em “Labienópolis” e as mudanças no local ¹³⁸. A ação dos redentoristas se inicia com a construção de um “Salão Paroquial”, em 1960, em terreno a cem metros da “Praça Rui Barbosa” onde fica a igreja matriz. O começo da obra é assim noticiado no “Correio de Garça”, de 5 de junho de 1960, na mesma edição alusiva à paróquia do frei: “Inicia-se a terraplanagem do grandioso salão paroquial.”

Com o término do “salão paroquial”, os padres redentoristas, liderados pelo Padre Vicente, resolvem demolir a igreja matriz e construir um novo e maior templo. As obras da nova igreja foram iniciadas após quase dois anos da demolição da igreja anterior em 1964, sob responsabilidade de uma “comissão” composta por religiosos, inclusive Frei Aurélio, o prefeito municipal “Sr Pedro Valentim Fernandes”, e pessoas da diretoria da recém criada e economicamente muito forte “Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça – GARCAFÉ”. Havia muita pressão em função do desagrado inicial de boa parte dos moradores quanto à demolição da igreja e pela demora no início da construção. Padre Vicente explica por meio de nota à imprensa que “é preferível atrasar a construção a se arrepender depois”, justificando que aguardava o projeto definitivo e a apuração de custos para a “comissão” angariar recursos e “erguer a igreja de uma vez”.

Ou seja, a igreja antiga foi demolida antes mesmo do projeto da nova. Em 24 de junho de 1965, o jornal “Correio de Garça” tem a seguinte manchete: “Construção da Igreja Matriz poderá ser iniciada dentro em breve”. O texto informa que “em reunião no salão paroquial com a presença de Pedro Valentim Fernandes (prefeito); Alberto Baracat (pres. Comissão); e Frei Aurélio na mesa”, o Padre Vicente falou sobre o custo

¹³⁸ As ações de Frei Aurélio eram amplamente divulgadas pela imprensa local e pelo próprio frei por meio do informativo que ele imprimia na gráfica do Patronato. Em referência ao “5º ano da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes” o frei informa, por meio de matéria no jornal “Correio de Garça” de 11 de fevereiro de 1960, que foram realizados “1343 batizados” e “352 casamentos” desde a instalação da paróquia e no texto que acompanha a informação diz o jornal: “Ao influxo benfazejo desse apostolado o bairro foi recebendo vários melhoramentos; ergueram-se construções, as ruas foram cuidadas, recebendo sarrafeamento e iluminação adequada; a Prefeitura, colaborando com o Vigário, instalou ao lado do patronato um belíssimo parque infantil, tornou-se assim a primitiva capela um centro de atividades que deu vida e movimento ao bairro antes relegado ao esquecimento e ao abandono.”

estimado da obra que “teria forma de pirâmide e seria idêntica à de Brasília, subterrânea com 1600 m², sem forro”. O projeto definitivo não foi o explicado pelo padre Vicente que antes do início da construção foi embora da cidade. Dos “120 milhões de cruzeiros” previstos a comissão já havia arrecadado “13 milhões”. O presidente da “Comissão arrecadadora” era Jaime Nogueira Miranda ¹³⁹, também presidente da Garcafé. A “nova” Igreja Matriz só foi inaugurada no início de 1973, após nove anos da demolição da antiga. Pouco tempo após, um problema estrutural na cobertura de concreto armado, em forma de abóbodas, obrigou o reforço por meio de cabos de aço sobre a cobertura para evitar o desabamento da matriz.

A forma como se desenrola a empreitada dos redentoristas em relação às construções do salão paroquial, com mais de 2500 m² de área e a “nova” igreja matriz, depende não só financeiramente dos católicos da cidade. Enquanto Frei Aurélio se integra à sociedade local, com a certeza da permanência na paróquia ¹⁴⁰, a transitoriedade dos padres redentoristas, que ficavam em média três anos na cidade, dificulta a autonomia do pároco da matriz. O Padre Vicente, vigário da vez pouco antes do início da construção da nova igreja, e que havia chegado a Garça em 1959, “despede-se” da cidade no final de 1965 de forma melancólica. Uma série de boatos sobre sua vida pessoal envolvendo prováveis relacionamentos com algumas paroquianas gerou um desabafo que Padre Vicente manda publicar nos jornais garcenses em fevereiro de 1965. O texto enviado ao jornal ocupa quase ¼ da primeira página do jornal “Correio de Garça” de 18 de fevereiro de 1965, em manchete: “Invoco a Deus por Testemunha e Defensor... protestando contra calúnias e caluniadores”. Alguns trechos do longo “desabafo” de Padre Vicente:

¹³⁹ Jaime Nogueira Miranda trabalhou para Manoel Joaquim Fernandes, “Manolo”, (industrial, vereador, prefeito e deputado estadual entre os anos de 1956 a 1976) durante vinte anos. Tornou-se sócio na empresa e em propriedades agrícolas, desde 1947, com o irmão de “Manolo”, Pedro Valentim Fernandes, que também foi prefeito garcense. Em 1962 Jaime Miranda preside a fundação da “Garcafé” e em 1969 assume a presidência do IBC – Instituto Brasileiro do Café. Foi “interventor” no município, durante a ditadura militar no lugar do prefeito “cassado” Sr Júlio Marcondes de Moura. No “Livro de Garça” a “intervenção” é assim relatada: “Em 1970, foi nomeado pelo presidente Médici, do qual se tornou muito amigo, Interventor Federal de Garça, para refrear as fortes convulsões políticas manifestadas no município” (SILVA, 1977:576). No capítulo 4 mencionaremos mais detalhadamente esse período em Garça.

¹⁴⁰ Frei Aurélio ficou em Garça de 1955 até seu falecimento em 1993 e foi sepultado na igreja que construiu. Quando completou dez anos na cidade recebeu o título de “cidadão garcense” (*Correio de Garça*, 9 de setembro de 1965, nº1317).

“Há gente nesse mundo que se alimenta do prazer doentio de lançar lama na reputação e honra dos outros, sem escrúpulos e sem medir as conseqüências de suas palavras. Parecem-se com certos animais que vivem na lama e gostariam que todos lhes fizessem companhia. (...) Estes homens que não podem ver uma mulher ou essas mulheres que não podem ver um homem sem pecar pelo menos em pensamento, jamais compreenderão que alguém possa viver de maneira diversa. Para estes e para estas, é prova irrefutável de imoralidade, o fato de um Sacerdote ter amizade com uma senhora ou uma moça. Pudera, eles que vem no ser humano somente a carne, como poderiam descobrir as belezas do espírito. Em Garça há um bom número destas pessoas empestadas. Pobre do Padre que aqui vive por mais tempo, ampliando por isso mesmo seu círculo de amizades! Será logo e necessariamente alimento para os comentários da canalha. É o que já aconteceu com todos os que aqui já residiram por mais anos. É o que está acontecendo com o atual Vigário da Paróquia de São Pedro, que está cometendo o crime de aqui permanecer por muito tempo. (...) Há seis anos estou em Garça. (...) Sabem os senhores que meus Superiores estão bem ao par de minha vida em Garça. Há poucos dias, conversando com meu Senhor Provincial e falando destas calúnias, ele me disse: Si eu não tivesse confiança em você, não o teria deixado mais três anos em Garça.(...) Finalmente, quando daqui há três anos for transferido sentirei saudades das famílias honradas e amigas que aqui moram ¹⁴¹. Mas terei satisfação de partir para bem longe do lugar onde pela primeira vez em minha vida fui atingido pela calúnia” (*Correio de Garça*, 18 de fevereiro de 1965, nº1261)

Na entrevista com a Sr^a Vera o padre é mencionado e podemos ter uma noção do que o levou a publicar o “desabafo” parcialmente transcrito:

“Padre Vicente era terrível, nunca gostei daquele padre. (...) É o que eu falei outro dia quando perguntaram: - Ah Vera, por que você é católica, mas não vai na igreja? (...) Eu falei: - O senhor quer saber de uma coisa, eu parei de ir na igreja por causa de um padre. Não justifica. (...) Mas eu não podia ver aquele padre que me dava batedeira e eu tinha vontade de sair de lá. O homem só me perguntava besteira no confessional. Eu era uma menina, uma adolescente, de doze, treze, catorze anos. (...) Eu falei: - O senhor não estava lá pra escutar com que inflexão ele te perguntava aquilo, né. Eu era adolescente. Hoje eu mandaria ele caçar sapo. Teve uma mulher, uma moça, que saiu

¹⁴¹ Padre Vicente não ficou mais três anos na cidade. Em outubro de 1965 ele vai embora de Garça. Sua partida é assim anunciada na primeira página do jornal „Correio de Garça”: “Homenageado o Pe Vicente na sua despedida” - “O homenageado agradeceu todas as manifestações de carinho e simpatia a ele tributadas, disse que jamais esquecerá Garça em suas orações”. A despedida foi no salão paroquial com a presença de crianças de duas creches da cidade, um professor, uma professora e o Padre Batistela que assumia a paróquia como novo Vigário (*Correio de Garça*, 4 de outubro de 1965, nº1323). Coincidentemente, a “despedida” do Padre Vicente acontecia durante a comemoração do aniversário do município que até aquele ano era feita a partir da data de “fundação da cidade”, 4 de outubro de 1924. De 1966 em diante a data comemorativa passa a ser o de “instalação do município”, 5 de maio de 1929.

e mandou ele pro inferno dentro da igreja. Quer dizer, não era só eu. Então bastava eu chegar na missa e ver que era aquele padre que eu não conseguia ficar lá. Ele tinha a mania, na hora em que você saía do confessionário ele abria e saía pra ver quem você era.”

Em meados da década de 1960, boatos ou não sobre a conduta de um padre, pároco na igreja matriz e há pouco tempo na cidade, não permitiriam condições para a formação de laços de confiança como os que Frei Aurélio conquistou.

Estrategicamente o frei procurava formar grupos dentro de sua paróquia trazendo pessoas de diferentes ocupações na cidade com reputação profissional e social. Criou uma rede que permitiu rapidamente canalizar esforços e recursos de católicos sob sua influência para os empreendimentos em sua paróquia. Um grupo criado dentro da paróquia do frei Aurélio o “Serra Clube”, mencionado pela Sr^a Vera anteriormente, é exemplar (Figura 11). Um dos entrevistados, o Sr Dorival ¹⁴² foi o “primeiro presidente do Serra Clube” ¹⁴³ de Garça”, e assim comenta:

“O Serra Clube funcionou em Garça de 1969 até 1983. Inclusive consta no livro do Caroly ¹⁴⁴ (Livro de Garça). Na ocasião eu já não era o presidente, porque foi depois que ele fez o livro. Eu era encarregado de novos sócios. Era um clube formado para vocações sacerdotais e religiosas. Isso fundado pelo nosso grande frei Aurélio Di Falco. (...) Então a gente reunia homens. Chegamos a ser até trinta companheiros e uma vez por mês levávamos as mulheres na reunião. Então nós fazíamos uma reunião

¹⁴² Entrevista “Dorival Baraldi”, 82 anos, em 09 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:44).

¹⁴³ O Sr Dorival durante a explicação sobre a fundação do Serra Clube em Garça, em 1969, diz que o movimento era internacional, iniciado em 1934, e comenta algumas atividades da organização, inclusive um movimento que fizeram a partir de 1978 quando havia clubes em 55 cidades da região e queriam chegar a oitenta em 1980. Lamenta que não conseguiram e as atividades em Garça pararam logo depois em 1983. Lembra de participações em outras cidades e de visitas de pessoas de outros clubes a Garça. O objetivo principal era rezar para que houvesse mais padres e religiosos no mundo, vocações sacerdotais e religiosas. Nas ocasiões festivas levavam as mulheres. O nome do clube era uma homenagem a um padre que viveu no século XVIII, chamado “Junípero Serra” que naquele tempo já trabalhava para vocações. Nas reuniões costumava-se usar um pequeno sino para organizar as conversas e o senhor Dorival com um amigo fizeram uma campanha usando uma pequena lâmina de serra circular adaptada a um cabo. Diz que presentearam a turma de Marília, que era madrinha da de Garça, com um sino deste tipo e entregaram para o bispo em uma reunião.

¹⁴⁴ O “SERRA CLUBE DE GARÇA” é mencionado em uma página do “Livro de Garça”, onde consta a data de fundação, “13 de outubro de 1969”, mencionando o objetivo de “atuar sobre o desenvolvimento das vocações sacerdotais”. Citam-se os membros da diretoria da época, 1977. São doze homens, dentre eles o cunhado da entrevistada Sr^a Vera, o “Presidente” Douglas Alves Moreira e o entrevistado Sr Dorival Baraldi que era “Secretário”. (SILVA, 1977: 390)

com jantar. O jantar simples, mas com jantar que era pra lembrar da última ceia do Cristo, não é? E a gente chegou a ter trinta homens no grupo. Depois foi definhando e tal...”.



Figura 11 – Reunião do Serra Clube de Garça, na década de 1980, durante visita do bispo Dom Hugo (segundo sentado da esquerda para direita). Frei Aurélio é a quarta pessoa sentada, com o Sr Dorival Baraldi, em pé, à sua direita. A reunião, durante um jantar, com os homens em torno da mesa e o frei, ou no caso o bispo, em destaque é claramente uma alusão à “santa ceia” e a “comunhão” de interesses. O frei soube capitalizar momentos como esse agrupando lideranças locais em sua paróquia.

(Fonte: Álbum Frei Aurélio)

Ao falar sobre o grupo de Garça, lembra de uma “Convenção do Serra Clube”, quando receberam a “carta internacional de agregação”, em 1973, em Brasília. O Frei Aurélio tinha participado de uma missa, no Vaticano, com o papa João XXIII, em uma quarta-feira. Na quinta-feira santa, já estava em Brasília participando da missa às sete e meia da noite, com o bispo de Brasília e outros padres nessa reunião do Serra Clube. Na sexta-feira diz que participaram de um almoço, no qual estavam treze pessoas, e o frei tinha brincado que eram o Cristo e os doze apóstolos. Visivelmente emocionado, o Sr Dorival Baraldi conta como frei Aurélio chegou ao município:

“Quando ele veio pra Garça, frei Aurélio tinha escapado da morte, ele teve muito mal na Itália, mas ele conseguiu se ordenar. Depois que se formou, mandaram ele pro Brasil. Então veio aqui pra escolher aonde que ia ficar. E naquela ocasião tinha aqui na paróquia o padre Antônio Magliano. Então ele veio por intermédio do frei acho que Ferruccio que já tava em Marília. Acho que foi o Ferruccio sim. Trouxe ele aqui pra

apresentar pro padre Antônio. Aí o padre Antonio falou: - Muito bem. Eu tenho a paróquia, tenho uma igreja. Mas não tinha nada catalogado com o bispo. Tenho uma igreja na Vila Nova, assim, assim, assim. E falou pra ele que a divisa da igreja era na avenida Faustina (rua principal do patrimônio de baixo). Mas não foi bem assim. Ele (o frei) foi a Marília, se apresentou para Dom Hugo Bressane de Araújo (o bispo) e falou: - Eu queria assumir lá, e tal e tal. - Perfeitamente, o bispo falou. O frei falou assim pro bispo: - A igreja, essa capela de Garça tem nome?- Não, respondeu o bispo. - Então eu proponho por Nossa Senhora de Lourdes. Era dia 11 de fevereiro de 55. Bom, aí veio, foi lá e puseram ele pra dormir lá na igreja. De manhã quando ele acordou, aquilo não era cidade, não é? Ele olhou pra cima, um São Benedito lá. Aí começou a briga. Ele foi se entender com o bispo, mas não tem nada registrado aqui (na Diocese). (...) Aí começou a briga com o frei. É igreja de São Benedito, é igreja de São Benedito! O que acontece? Quando o sogro do doutor Mário Miranda, chamava-se César Correia Lopes, loteou aquilo tudo lá e reservou aquele jardim que tem lá, aquela praça, era pra justamente fazer uma igreja. E ele mesmo construiu uma igreja de tijolo lá, pequena. Pegou e pôs a imagem de São Benedito lá. Então ficou igreja de São Benedito. Mas não tinha nada registrado na diocese, não existia isso, né? Foi quando o povo começou a briga com ele.. Não senhor, a igreja é de São Benedito! Não, é Nossa Senhora de Lourdes”.

Conforme explicação dada por frei Aurélio, dedicar a “segunda paróquia” a “Nossa Senhora de Lourdes” seria uma “continuação lógica da afirmação vocacional da cidade de Garça, como cidade “Mariana” e “Franciscana”, e que os Franciscanos e o Santuário Mariano Diocesano de Nossa Senhora de Lourdes estão colocados no lado certo da cidade, onde foi o berço do seu primeiro núcleo, no dia 4 de outubro de 1924 e com o sinal da proteção da Virgem Maria, seja qual for o seu título de devoção: das Vitórias, do Patrocínio ou de Lourdes”. O argumento do frei recupera a data de fundação de Garça por Labieno da Costa Machado, 4 de outubro de 1924, coincidentemente dia de consagração pela Igreja a São Francisco de Assis e que em “1924, a Ordem Franciscana comemorava o sétimo aniversário das Chagas de São Francisco”. Alega também, que um “documento no arquivo paroquial testemunha que São Francisco de Assis preparava a chegada da sua Ordem nesta nova Paulista” e menciona uma doação de área feita por “Francisco Floriano Bueno” à Mitra Diocesana, no “Patrimônio São Francisco”, onde atualmente localiza-se o Cemitério Municipal,

para construção de uma igreja e cemitério. Justifica que a “presença e atuação dos Franciscanos” fora “providencialmente preparada”. Argumenta que a família de Labieno era devota de “Nossa Senhora das Vitórias” e construíram uma capela na década de 1920 onde atualmente está o “Lar dos Velhos” (Figura 12).

Enquanto isso, no Patrimônio Ferrarópolis, “venerava-se a virgem Maria com o título de Nossa Senhora do Patrocínio” em uma capela situada no quarteirão onde atualmente funciona a prefeitura (Figura 13), mas que com a construção da Matriz de São Pedro inaugurada em 1931, desapareceram a capela e respectiva imagem. Segundo frei Aurélio, quando os franciscanos aceitaram o convite de instalar uma segunda paróquia em Garça, não sabiam da “história religiosa de Garça”. No entanto, como o bispo “não tinha ainda escolhido o titular da nova paróquia e que não tinha preferência alguma” aceitou a sugestão de denominá-la “em louvor da Virgem Imaculada de Lourdes”. Na versão do frei, a proposta agradou muito ao Bispo Dom Hugo Bressane de Araújo que coincidentemente fora ordenado sacerdote em “11 de fevereiro de 1923, dia dedicado a Nossa Senhora de Lourdes”. Dessa maneira, segundo o frei, “voltava em Garça uma comunidade eclesial sob o amparo da Virgem Maria, já com tanta devoção invocada em Garça, desde seus primórdios, com os títulos de NS das Vitórias e NS do Patrocínio!” (SILVA, 1977: 618-619).

Esse contorcionismo argumentativo quanto a escolha da denominação da paróquia fecha-se com a escolha do local que calhou com a existência de uma capela em funcionamento desde 1947, a de “São Benedito”, no patrimônio de baixo, onde imediatamente frei Aurélio assumiu destituindo o santo.

O Sr Dorival foi vidraceiro e lembra um detalhe da “igrejinha” construída pelo loteador e porque ela teria sido construída:

“Aquela igrejinha, os vidros dela eram pintados tudo de azul. Como na ocasião eu não trabalhava com vidro de cor, ele (o loteador) mandou eu colocar, mas pegou os vidros e levou na oficina da Ford, que era ali onde é coisa de colchão hoje, e ali pintou tudo de azul os vidros.Tudo. Pintura de automóvel! Pintou tudo de azul e pôs lá. Ficou igreja, igrejinha do São Benedito. A igreja que o César Correia Lopes construiu. Por que ele fez a igreja e botou os vidros coloridos? Pra vender os lotes! Foi a coisa mais fácil que tinha, né?”



Figura 12 – Capela N. Srª das Vitórias, em “Labienópolis”, meados da década de 1920. Erguer uma capela era uma das primeiras iniciativas durante a fundação de um patrimônio. Ao fundo, no canto à esquerda, a recém inaugurada estação ferroviária.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 13 – Foto feita em meados da década de 1930, de cima de uma das primeiras agências bancárias da cidade. No centro em primeiro plano a 1ª igreja construída em Ferrarópolis, Nossa Senhora do Patrocínio, feita de madeira, em 1929, próxima ao início da atual Av Rafael Paes de Barros, divisa na época entre o loteamento do Sr Carlos Ferrari e as terras do Cel Barros. No canto à direita uma das primeiras residências feitas de alvenaria.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 606)

Continua falando sobre a briga por causa da mudança do nome:

“Foi aquele bafafá, foi aquela briga. Porque não, porque não pode. Explica e tal. No fim começaram abaixar a crista. Aí ele (o frei) começou a fazer as quermessinhas dele lá. Dali ele foi aumentando o pedaço da igreja. Já tinha um dinheirinho, conseguiu um lote, depois ele foi descobrindo de quem eram os outros lotes. Uns ele comprou, outros ele ganhou. Aí ele construiu aquela beleza que está lá, aquela obra, o Patronato. E ele tinha o jornal lá, famoso “Estrela Seráfica”. (...) Essa foi a história do frei. Ele ficou doido, porque você acordar numa capela pequeninha, escura, e ver uma imagem de São Benedito lá em cima, falou, agora achei o chapéu. Mas dizia que o prazer dele era brigar e queria lugar pobre, não queria aqui (no patrimônio de cima)”.

Completa, reforçando como o frei se identificava com o local:

“Quando o padre Antonio foi embora daqui, o bispo mandou chamar ele pra assumir aqui (a matriz do patrimônio de cima). Ele falou: - Não, eu não saio lá da minha igreja, meu lugar é lá, é com os pobres lá...”.

A versão da chegada do Frei Aurélio em Garça é muito parecida com o artigo de jornal transcrito anteriormente, no sentido de enaltecer a figura do frei, adicionando ainda o que seria uma renúncia em nome dos “pobres” da “Vila Nova” quando diz que o frei não aceitou permanecer como pároco na igreja matriz.

O “Padre Antonio”, que não era “redentorista” foi embora da cidade repentinamente ¹⁴⁵ e coube ao Frei Aurélio assumir momentaneamente as duas paróquias até outro sacerdote assumir a paróquia de “São Pedro” ¹⁴⁶. O frei amplia seu destaque na cidade e muito prestígio por grande parte da comunidade católica da qual faziam parte o Sr Dorival, a Srª Nilma e a Srª Vera, frequentadores(as) da igreja do frei.

¹⁴⁵ Assim como no caso do Padre Vicente, boatos sobre a conduta do Padre Antonio Magliano, com perfil carismático muito semelhante ao de frei Aurélio, provocaram sua partida da cidade após quase vinte anos morando em Garça à frente de realizações marcantes, como a implantação de duas das primeiras escolas. No “desabafo” do Padre Vicente, transcrito parcialmente, ele menciona que outros padres já haviam sido “caluniados”: “É o que já aconteceu com todos os que aqui já residiram por mais anos”.

¹⁴⁶ Com a transferência do padre Antonio Magliano, em “6 de julho de 1956, o Frei Aurélio toma posse como vigário encarregado da Igreja Matriz de São Pedro até 2 de agosto de 1957, quando esta matriz é entregue à Congregação do Santíssimo Redentor (Redentoristas). Acumulando nestes treze meses as duas paróquias de Garça, Frei Aurélio era auxiliado pelos Franciscanos de Bastos (SP) e de religiosos de várias Congregações.” (SILVA, 1977: 622)

Quando os “redentoristas” assumem a “paróquia de São Pedro” a sombra do frei mantém-se e as comparações são inevitáveis.

3.3 Diferentes versões: vieses de classe e gênero

Percebe-se, ao se cruzar fontes, que enquanto nas versões impressas, o artigo jornalístico e o texto do “Livro de Garça”, tensões e conflitos não estão evidentes ¹⁴⁷, nos relatos da Sr^a Vera e da Sr^a Nilma eles aparecem. A leitura do artigo de jornal, citado no início do capítulo, é posterior à conversa com o Sr Dorival, que inclusive citou o “Estrela Seráfica”, periódico impresso na tipografia do Frei Aurélio. O articulista do “Correio de Garça” também escrevia no “Estrela Seráfica” e o Sr Dorival era leitor de ambas as publicações. Mesmo estando bem à vontade durante nossa conversa, o Sr Dorival, assim como outros entrevistados do sexo masculino, procurou sempre manter uma provável coerência entre o que falava e o que já havia sido registrado sobre os fatos que comentava.

A similaridade entre o relato oral das fontes masculinas e a escrita, no caso também masculina, caracterizou uma tendência de manter uma representação dos fatos de forma linear e sem grandes contradições. Nas versões femininas, mesmo partindo de pessoas com formação escolar análoga ou superior à dos homens, houve maior desprendimento do que seria uma versão “oficial” sobre o “Frei Aurélio” e notam-se reveladores aspectos conflituosos.

Em outro depoimento, da Sr^a Aparecida ¹⁴⁸, as tensões são escancaradas. Ela morou na “Vila Nova”, quando a família mudou-se da zona rural para a cidade, e assim se lembra do lugar:

“Aí a gente veio morar aqui na Vila Araceli e tinha uma igrejainha que era na vila, bem no meio do centro do jardim. Era Vila, era Igrejainha do São Benedito. Era muito gostoso de você ir nas missa, tinha as procissão. Era tudo muito bem organizado, né?”.

¹⁴⁷ O articulista, Roque da Silva Ferreira, assim como o autor do “Livro de Garça”, Caroly Gonçalves Silva, eram bancários graduados, rotarianos e católicos muito ligados ao frei Aurélio. O “Livro de Garça” é apresentado como “Uma realização ROTARY CLUB DE GARÇA – 1977” e, portanto, é muito claro o tom de enaltecimento da imagem do também rotariano frei.

¹⁴⁸ Entrevista “Aparecida Fernandes”, 65 anos, em 06 de outubro de 2009 (Duração 00:20:28).

É importante mencionar que a “procissão” é um “evento social” que completa a rotina da “paróquia” e reforça um ideal católico de “aglutinação de pessoas, grupos e categorias sociais”, mas que evidencia a hierarquização no forma de organização por meio da separação das categorias sociais mediante sua posição no desfile mediante sua posição na estrutura de poder local (DAMATTA, 1997: 65).

Segundo a Sr^a Aparecida, em geral, a procissão se formava assim: à frente três congregados marianos carregavam estandartes e a cruz. Em seguida, duas filas de cada lado da rua com um grupo bem grande de crianças vestidas de anjo: anjos azuis, cor-de-rosa, brancos, amarelos, verdes, prateados, dourados com asas feitas de papel crepom branco ou penas de aves. Depois dos anjos vinham as crianças da cruzadinha do Menino Jesus, seguidas das filhas de Maria (todas com vestido branco de mangas longas, faixa azul claro na cintura, fita azul claro no pescoço e véu branco na cabeça). Logo após, as senhoras casadas, vestidas com cores sóbrias, véu negro na cabeça e as fitas de suas respectivas congregações no pescoço. Os congregados marianos vinham depois com as fitas azul claro no pescoço. Depois o povo em geral. Todos em fila dupla. Encerrando o cortejo vinha a banda musical Santa Cecília ¹⁴⁹, que se esmerava na execução dos hinos sacros. Entre as filas vinham os andores, muito enfeitados com flores e cetins transportando os santos, podia ser mais de um. Cada congregação carregava o seu santo.

Fala sobre a chegada do frei Aurélio, a mudança do santo e um fato ocorrido na primeira procissão sem o São Benedito (**Figura 14**):

*“(...) Naquele tempo era Vila Nova. Agora é Vila Araceli, né? (...) Antes da igreja do frei, era muito bonita aquela igrejinha. A gente enfeitava na época de São João. Tinha as procissão. Nós era Filha de Maria. Saía aquelas procissão tudo assim bem organizadinha. Aí então o frei entrou. Ele veio pra cá e já começou. Não quis mais aquela igrejinha. Fez na frente da igrejinha um puta de um barracão (**Figura 15**), ficou horrível, parecia mais uma oficina, não parecia mais uma igrejinha, muita gente ficou triste. Aí ele fez a igreja onde que é hoje. Igreja Nossa Senhora de Lourdes. (...) A antiga era ali no centro daquele jardim (virou praça). (...) Tem aquele jardim, a antiga era ali, bem no meio. E ele fez do lado de cima. Aí ele fez a igreja do lado de cima e pôs o São Benedito lá pelos fundos da sacristia. Aí como a gente tinha aquela tradição de*

¹⁴⁹ Banda musical criada na década de 1930 e mantida pela prefeitura.

fazer aquela procissão, isso não é lenda, nem é coisa inventada, a gente saiu na procissão, ele pôs a Nossa Senhora e saímos com a procissão. Era o dia de São Benedito. Quando a gente passou dois quarteirões, deu uma ventania que aquilo ficou vermelho de poeira e ninguém conseguia mais andar. Aí a turma começou: Traz o São Benedito! Traz o São Benedito! (risos). Que o dia é dele, né? Aí o frei teimando, o frei teimando. Aí não sei quem lá foi, trouxe o São Benedito e passou tudo o temporal. Você vê ó, é coisa de a gente ficar arrepiada, né?”¹⁵⁰



Figura 14 – Imagem de São Benedito, da capela inicial do local. Atualmente está em uma sala na Igreja Nossa Sr^a de Lourdes onde ficam várias outras imagens e a sepultura do frei Aurélio.

(Fonte: Foto recente feita no local pelo autor)

¹⁵⁰ O fato contado pela Sr^a Aparecida é muito semelhante a uma história coletada entre quilombolas da comunidade de Osório RS: “Em Osório, o costume era fazer a festa de São Benedito com muita bebida e muita comida, muita música e muita dança. Seu Antônio Chico era o festeiro. Mas a escola da cidade estava fazendo um baile para arrecadar dinheiro e o organizador, seu Cláudio, procurou seu Antônio Chico no armazém e disse: - Seu Antônio Chico, o que o senhor acha de não fazer a festa de São Benedito esse ano para o dinheiro ir todo para a festa da escola? A escola está precisando muito e nós estamos organizando um baile com churrasco. - Seu Cláudio, eu não sei se o senhor vai ter lucro nesse baile, porque o São Benedito pode ficar sentido com a falta da festa dele. Quando chegou em casa, seu Antônio Chico falou para a mulher: - Eles vão tirar a festa de São Benedito para fazer o baile para arrecadar dinheiro e arrumar a escola das crianças. Acho que vai acontecer uma coisa grave, pois São Benedito não vai ficar satisfeito. - Ah! Não seja bobo, não vai acontecer nada. -Então você vai ver... Os organizadores apressaram os preparativos e chegou o dia do baile. A escola estava toda enfeitada de flores de papel crepom. A churrasqueira tinha sido montada no pátio. Quando foi chegando a hora do baile, formaram-se umas nuvens no céu e começou uma ventania medonha. Caiu uma tempestade. Árvores foram arrancadas, telhas foram derrubadas. Pedras de gelo batiam com força nas janelas e nos telhados. O churrasco teve que ser distribuído pelo povo da cidade, para não desperdiçar carne. As flores de papel crepom se desmancharam. Em Osório, nunca mais deixaram de fazer a festa de São Benedito.” (MOURA, 2010: 28-30)



Figura 15 – Barracão construído pelo frei Aurélio, pouco depois de sua chegada, em frente à capela de São Benedito. Em primeiro plano o “cruzeiro” que o frei ergueu assim que assumiu a paróquia recém criada. A foto é do final da década de 1950.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

Na sequência do relato da Sr^a Aparecida, ela reclama bastante de atitudes corriqueiras do sacerdote e questiona as mudanças:

“Sempre tinha um padre lá da igreja matriz, né? Vinha fazer a missa. Tinha as pessoas que eram coordenadores ali. Tinha celebração, vinha alguma das irmãs (de um convento que existia na cidade). Aí quando veio esse padre, o frei Aurélio, muita gente ficou revoltada com o que ele fez. Porque se ele quis fazer uma igreja bonita, porque ele não pôs o São Benedito que era o padroeiro dali, né? Muita gente ficou muito triste. Muita gente antiga que via o que ele (o frei) era de ruim, se afastaram dali. Porque ele era assim. Ele tinha muita amizade com as pessoas que tinha dinheiro. As pessoas pobre ele nem recebia. Nós mesmo, uma vez, fomos levar um defunto lá pra benzer, ele não aceitou. Pediu pra levar em outra igreja que aquela ali tava fechado. Aí a gente fomos lá no salão paroquial, naquela época. E ele era assim, quando tinha missa, chegava uma mulher, a criança começava a chorar, ele começava a reclamar e fazia a mulher ir ficar lá fora. Ele falava assim: - Por que você não fica em casa com a criança e manda seu marido vim na missa? Porém, o marido chegava cansado da roça, do serviço onde tivesse. Chegava cansado, tomava banho e ia descansar. A gente não tinha televisão naquela época, vinha assistir a missa e ele não deixava. Então, até hoje

eu tenho sentimento, sabe por quê? Por que muitos padre bom morreram e enterraram eles no cemitério. Por que o frei, que era tão ruim pros pobre, tá enterrado (Figuras 16 e 17) ali na igreja Nossa Senhora de Lourdes? Ele foi assim um padre, um frei severo. Não é porque ele morreu que a gente vai santificar não. Ele foi severo e era muito amigo dos rico.(...) Eu que trabalhei numa casa, e na época aquelas pessoas que ainda tomava conta do seu talão de cheque, ele não saía da casa das pessoa. Quando ele chegava, o Seu Fulano, o Seu Sicrano que era dono de fazenda, era administrador, já tirava o cheque, já fazia um cheque e já dava pro frei. Aí os filho, quando os pais já não conseguia mais lidar com o dinheiro, os filho tomava conta, aí ele se afastava, porque ele já não ia mais visitar aquela residência porque sabia que o filho não ia soltar o dinheiro que o pai soltava. Tá me entendendo? E assim ele foi a vida toda, o frei Aurélio. Quando ele tinha um bom dinheiro, o que ele fazia? Ele ia passear na Itália. Ia passear na Itália. Trazia presente pra quem ele se interessava. Não dava satisfação pra ninguém. Então a revolta de muita gente antiga ali com esse frei é isso.”



Figuras 16 e 17 – Jazigo do frei Aurélio, cercado, em sala atrás do altar da igreja. Ali também ficam várias imagens católicas, dentre elas a de São Benedito, logo acima do túmulo.

(Fonte: Foto recente feita no local pelo autor)

A Sr^a Aparecida percebe muito bem a “troca de favores”, citada anteriormente, entre o Frei Aurelio e a elite local. Moradora em “Vila Araceli”, no patrimônio de “baixo”, e empregada doméstica, no patrimônio de “cima”, sente a diferença de tratamento que o frei dispensava aos frequentadores de sua paróquia e não tem a percepção que os “favores” da “alta” sociedade garcense beneficiavam os pobres da paróquia do frei, como transparecido nos outros relatos. Deixa bem claro a insatisfação que segundo ela não era somente sua, mas completa considerando que o frei também teve muitos dissabores, insinuando que a “desfeita” a São Benedito teve tristes consequências ¹⁵¹:

“A gente frequentava muito a igrejinha lá, né? Mas depois que ele começou com aquela metideza, com aquela reparação, fazia separação dos pobre e dos rico. Eu mesma, fui crismar minha filha e eu queria entrar junto com a madrinha e ele não deixou. A menina tinha cinco anos e ela se lembra disso até hoje. Ela falava: - Mãe, eu chorei tanto quando o padre pediu pra senhora ficar lá fora esperando. E entrou só madrinha pra crismar as menina, as criança toda. E o certo era a mãe tá junto,né? Ele fechou a porta, não deixou as mãe entrar. (...) Aí depois a gente casou, mudou de setor. A gente tinha muita mágoa, porque a gente gostava muito da igrejinha do São Benedito e ele trocou, né. Ele teve muitas perdas depois que ele tirou o nome do santo da igreja. Tudo bem, Nossa Senhora de Lourdes não tem nada a ver com isso, ela entende. Mas ele não devia de fazer, porque ele desfez dele porque era pretinho. Ele pôs outra santa e escondeu ele lá pro fundo. Aí ele começou, fez uma granja de galinha e quando pensa que não, a granja pegou fogo, queimou tudo as galinha. Queimou tudo o barraco que

¹⁵¹ A figura de São Benedito, como um santo melindroso e vingativo é citada como algo comum no Estado do Maranhão e vinculada à questão do preconceito racial:

“No Maranhão contam-se muitas estórias sobre São Benedito em que ele aparece como humilde, como astucioso e até vingativo contra os que o desprezam por ser preto. Dizem que São Benedito era cozinheiro do convento, e sempre dava comida aos pobres. Repreendido por isso uma vez pelo superior, a comida que trazia embrulhada na batina transformou-se em flores. Até meados da década de 1940, a festa de São Benedito em São Luiz era realizada no Largo do Seminário, pois a Irmandade ocupava uma capela na Igreja de Santo Antônio, ao lado do seminário. Dizem que o arcebispo achava que aquela festa, com muito movimento, perturbava a tranquilidade dos seminaristas, e sugeriu que fosse transferida para a Igreja do Rosário. Esta, que estava quase em ruínas, foi sendo reformada e melhorada aos poucos. Corre a estória de que São Benedito saiu da Igreja de Santo Antonio e ela quase acabou, pois os padres lazaristas saíram do Maranhão, o seminário fechou, os sinos da igreja racharam e o casarão do seminário foi reformado para outras funções. O informante, Seu Augusto Aranha, que é muito católico, diz não acreditar que São Benedito seja vingativo, mas acha que essas coisas acontecem. Seu Augusto disse também que antigamente as procissões eram três vezes maiores que as de hoje, e as festas do largo muito mais animadas, pois não havia televisão para manter as pessoas em casa.” (FERRETTI, 1995: 135)

ele tinha lá ¹⁵² (Figura 18). Ele teve muitas perda também. Não teve um fim muito bonito não. Ele teve leucemia, ficou fazendo hemodiálise muito tempo em Marília. (...) Então muita gente não gostava dele...”



Figura 18 – Parte incendiada, onde existia um galinheiro, ao lado do prédio da igreja, em agosto de 1963. A foto está em um álbum, onde o frei registrou “os desgostos do mês de agosto”, que contém várias más passagens na paróquia nessa época do ano.

(Fonte: Álbum Frei Aurélio)

Conclui a Sr^a Aparecida, falando sobre a outra paróquia, a da igreja “matriz”:

“Ah... a matriz, a matriz. Minha filha casou ali, foi muito bonito. Foi com o padre Belo, um casamento muito bonito. Não tem esse negócio de pobre e rico. Não tem esse negócio porque hoje você não colaborou com a oferta, amanhã o padre tá de cara feia com você. Ali é tudo igual, todo mundo.”

¹⁵² O incêndio foi assim noticiado pelo jornal “Correio de Garça” de 18 de agosto de 1963: “Fogo destruiu pequena granja na Vila Araceli – prejuízos de 500 mil cruzeiros”, “morreram 500 galinhas da paróquia Nossa Senhora de Lourdes”.

Diferentemente das outras pessoas ouvidas, a Sr^a Aparecida não frequentou escolas quando criança. Seu depoimento faz parte de um conjunto de relatos colhidos em uma turma de alfabetização de adultos. Mulher, pobre e analfabeta, ela tem experiência da cidade muito pontuada por diferenças de classe que percebe em razão da vivência em universos locais muito distintos, o emprego em casas de gente rica na parte de “cima” da cidade, a moradia na parte “pobre” e o choque da distinção que o comportamento do Frei Aurélio, na igreja que frequentava quando moça, provocou em sua vida.

Capítulo 4 - Vivendo “acima” e “abaixo” da linha

4.1 A moradia

No capítulo anterior, a partir de narrativas diversas a relatividade da memória local sobre alguns personagens e fatos envolvendo o catolicismo “acima” e “abaixo” da linha foi exposto. Marcas geracionais, de gênero e classe se evidenciam na forma como as lembranças sobre um assunto específico são evocadas. Trataremos nesse capítulo sobre lugares e trilhos que ocupam parte das memórias de antigos(as) moradores(as) a partir de lembranças da moradia e sociabilidade urbana.

Uma das entrevistadas teve trajetória singular em relação aos patrimônios “acima” e “abaixo” da linha, pois viveu em ambos. Inicialmente, a família morou em “Ferrarópolis” onde nasceram e passaram boa parte da infância quatro das seis irmãs de um total de sete filhos. Um revés na vida do pai praticamente obrigou a mudança para “Labienópolis”. Essa vivência permitiu uma leitura de realidades conflitantes que impregnaram boa parte das lembranças relatadas em conversas que tivemos, separadamente, com três das irmãs Guanaes: a Sr^a Vera, filha do meio, a Sr^a Neide, a primeira filha, e a Sr^a Nancy, uma das caçulas da família. Em razão de não haver nenhum esquema rígido, a abordagem sempre foi muito aberta com todo(as) entrevistados(as). No caso das irmãs ocorreu uma maior confluência dos assuntos, mas a relatividade das memórias operou muito em função da diferença entre pontos de demarcação na vida de cada uma delas e suas temporalidades.

A partir da conversa com a Sr^a Neide ¹⁵³, uma rede de relatos entrecruzados evidencia como as formas de contar se ligam às memórias e como as identidades se constroem. Pontos de demarcação da vida relacionados a acontecimentos e lugares comuns se distinguem considerando-se as diferentes narrativas, que no caso da Sr^a Neide inicia-se assim:

“Tenho uma família que eu adoro. Adoro todos, todos, apesar dos bates e rebates. (...) Nós estamos sempre nos abraçando. É uma família muito grande e a gente confia muito um no outro. (...) Nasci em Garça. O único período que eu fiquei fora de Garça foi de,

¹⁵³ Entrevista “Neide Guanaes Barbero”, 72 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:46).

mais ou menos, de março de 60 a abril de 63. Fui para Alvinlândia, já casada, com a Liliane recém nascida. E depois de Alvinlândia fui para Ilha Solteira e morei lá um mês e meio só. Aí o Manoel (marido) morreu no dia 14 de maio de 63. (...) Tinha a Liliane com dois anos e meio e estava grávida do Mazinho de quatro meses e meio. Daí voltei pra cá e estamos aqui até hoje (na casa onde moram atualmente)”.

Seus pais e quatro irmãs moraram no patrimônio de “cima” até meados da década de 1950. Mudaram-se para o patrimônio de “baixo”, onde nasceram mais um irmão e uma irmã. A mudança ocorre porque a família passava por dificuldades financeiras e o aluguel no “Labienópolis” era menor.

A parte “acima” da linha férrea, “Ferrarópolis”, já se consolidara como o núcleo urbano mais importante e tinha maior adensamento populacional. Prefeitura, Câmara de Vereadores, Fórum e a maior parte das atividades comerciais da cidade concentravam-se ali. No “Labienópolis”, mantinham-se praticamente as moradias e prédios do movimento inicial de ocupação do final da década de 1920 e início da década de 1930. Os preços dos lotes se inverteram e na década de 1940 as “datas” (terrenos) do “Dr Labieno” custavam menos que as do “Sr Carlos Ferrari”. Além do menor preço, no patrimônio “abaixo” da linha as áreas eram maiores e houve muita construção de barracões para funcionamento de máquinas de beneficiamento e algumas das primeiras indústrias de Garça.

A Sr^a Neide conta sobre o endereço inicial em “Ferrarópolis”, na parte de “cima” da cidade, a mudança para “Labienópolis” e o que se lembra do local:

“Nós morávamos lá, na rua Minas Gerais, até os meus dezoito anos, mais ou menos. (...) Depois nós fomos para a rua Tiradentes. O Rogério nasceu lá (irmão mais novo). (...) Quando o Rogério nasceu ele veio pra esse lado de cá, pequenininho. (...) Quando nós mudamos pra cá, isso aqui ainda não tinha luz elétrica, não tinha calçada, não tinha asfalto. Ali na esquina, que é a rua José Rosário agora, tinha uma cerquinha pequenininha assim ó, de uns oitenta centímetros mais ou menos, e pra lá da rua era um campo de jabuticabas. Desde a (rua) 07 de Setembro, mais bem pra lá, eu não sei a altura. (...) Aqui pra baixo não tinha nada, só essa cerquinha baixinha e muita jabuticaba, mas aquela jabuticaba de primeira, deliciosa, do Labieno. Mas eles diziam, o povo de Garça lá dos mil e não sei quanto, que tinha muita gente enterrada aí sabe?

Diziam que o Labieno tinha muito capanga e enterrava aí porque era propriedade dele e ninguém via. Mas isso é lenda, a gente não pode garantir que seja verdade. Então a moçada vinha aí, todo mundo, pra roubar jabuticaba. Mas o caseiro tinha ordens para atirar. Então a coitadinha da moçada fazendo uma colheita de jabuticaba e de vez em quando você ouvia um tiro e a molecada saía correndo cada um com seu saquinho de jabuticaba, mas a essa altura já tinha feito a festa. E era gozado, porque você veja, uma jabuticaba que ia cair no chão, que ia estragar, mas ele não deixava entrar, que lá era um terreno particular e continuava como particular.”

O “Dr Labieno” e família, dentre eles o enteado “Hilmar Machado” que foi delegado e prefeito na cidade, mantinham um domínio sobre a região “abaixo” da linha, como algo a parte da cidade. Muitos moradores, que compraram lotes e construíram suas casas, ficaram anos sem documentação de posse:

“Toda essa região aqui do Labienópolis era dele (Labieno), tudo, tudo. Quando eu fui passar a escritura dessa casa, isso já em 63, ele não tinha as escrituras. Ele não tinha como nos dar a escritura. Então a gente precisou fazer um movimento bem grande, incluindo todo aquele povo que tava aqui, para a gente conseguir autorização para passar as nossas escrituras. Eu não lembro como é que foi feito, já são cinquenta anos que foi feita a jogada aí. Mas precisou fazer um mutirão grande, um movimento, pra gente poder conseguir. E a escritura normal parece que saiu de um lote só de todo mundo, depois é que foi desmembrando as escrituras particulares de cada um.”

Além dessa dificuldade com a documentação, o loteamento tinha infraestrutura muito insuficiente. Enquanto na parte “acima” da linha, na década de 1950, havia boa parte das benfeitorias elementares como energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgoto e pavimentação, na parte “abaixo”, a situação não era muito diferente da abertura do local:

“Água já tinha, mas era uma torneira por casa. A nossa era até lá na frente. Era um braço só de água, então pra lavar roupa era um sufoco, pra arrumar a cozinha era um sufoco, né?”

Não havia energia elétrica e usavam “espiriteiras”, um recipiente onde punham álcool para queimar, ou:

“... os lampiões de camisinha, que você acendia. Tinham uns mais possantes e os menos. Tinha aquele que você punha querosene dentro e acendia, a lamparina. Você acendia a lamparina e no dia seguinte amanhecia com o narizinho tudo preto, porque ela vai soltando aquela fumaça e vai deixando o narizinho preto, o lábio preto, unha preta. Mas é o que te clareava. (...) Tinha também a velinha de oração, deixa ela acesa né, é a lâmpada votiva ¹⁵⁴. ”

Mesmo com as precárias condições, eram muitos os membros da família que moravam na casa:

“Meu avô, pai da minha mãe, e os irmãos da minha mãe moraram sempre com a gente. (...) Nós éramos em treze. (...) De primeiro nós éramos em onze. Sete filhos, meu pai e minha mãe, nove, meu avô, dez, e meu tio, onze, quando eu era solteira. Depois teve mais os meus dois... não... era onze depois ficou treze. Depois o pessoal começou casar e o povo saindo”.

A Sr^a Neide lembra que eram poucas as casas no local, mas:

“Mesmo sem luz, e sem calçamento, sem água, só uma torneira pra cada casa, o pessoal começou a construir por aqui”.

Na parte “acima” da linha, no “Ferrarópolis”, na década de 1950, o custo de um lote era bem maior que no “Labienópolis” e as pessoas com menos condições econômicas se mudam para a parte “abaixo”. Foi o caso da família da Sr^a Neide. Ela esclarece o motivo da mudança e salienta alguns bons aspectos mesmo diante da pobreza do lugar:

“O aluguel aqui era bem mais barato e então a gente veio pra cá. E ficamos. A gente acostumou aqui. Mas você sabe que era uma coisa muito gostosa, porque à noite, apesar de não ter luz, quem tinha lampião a gás, que era só a Dona Josefa, punha o lampião lá fora e os vizinhos se reuniam, sentados e nós íamos brincar de barrabol ¹⁵⁵,

¹⁵⁴ Uma pequena vela que ficava em uma bóia de cortiça em um recipiente com água. Geralmente servia para acompanhar orações como cumprimento de voto ou promessa religiosa.

¹⁵⁵ Brincadeira com bola em que as crianças se dividem em dois times, um de cada lado de uma linha, e jogando a bola umas nas outras eliminam aquelas que não conseguem segurá-la. Também é conhecida como “queimada”.

de passa-anel¹⁵⁶, de correr, de dar trabalho pras mães né. E elas ficavam sentadinhas em uns bancos ali fora, nos olhando. E o pessoal ali brincando. Isso era uma delícia. (...) E uma coisa que chama muito a atenção da gente, dá a impressão que este lado aqui sempre foi mais limpo, mais gostoso, mais calmo. O dia que você subia daqui até na linha, porque a linha tinha um metro para você atravessar, mas ninguém queria saber de ir lá pro meio da cidade pra atravessar. Você fazia uma ginástica danada pra subir ali, pra chegar no dormente pra atravessar pro lado de lá. Então assim ó, quando você punha o pé em cima da linha, de todo esse lado aqui até na linha, era fresco, gostoso, friozinho. Você passava pro lado de lá, ai que calor. Aquele calor que se você tivesse de blusa tinha que tirar. E a mesma coisa, se você estava na cidade, toda folgada, toda gostosa, a hora que você chegava em cima da linha se você não tivesse levado blusa de lá pra cá, você já ia sentir frio. Delícia né, acho que é pouca gente respirando, pouco caminhão passando, mas era muito, muito bom. Você sentia, era notório você sentir essa diferença de temperatura de um bairro pro outro.”

Ela faz uma leitura do bairro de forma a compensar a mudança de lugar, e a mudança de vida, procurando comparações com a parte de “cima” que qualifiquem a parte de “baixo” como um local melhor para morar, comentando que as “ruas e calçadas são mais largas” e que após a implantação da infraestrutura completa, até o final da década de 1960, o local ficou ideal. Mas na sequência, falando sobre trabalho e estudo, ficam evidentes outras distinções:

“Você morava aqui, mas tinha que trabalhar pra lá. Aqui só tinha o depósito do Toyota, que não dava emprego para ninguém (armazém da Casa Toyota que ficava no centro da cidade e transformou-se em supermercado com o passar do tempo). Aqui não tinha nada. Pra você ver, até hoje não tem farmácia pra esse lado. Tem uma ali que abre e fecha, abre e fecha. Ela não pára aberta. (...) Farmácia não tinha, padaria não tinha. (...) Tinha entrega, a coisa mais linda aquela entrega. Quatro e meia, cinco horas da manhã, você ouvia o cavalinho de lá, blim, blim, blim, blim, blim. (...) E a gente sentiu muito parar de entregar pão nas portas. Até a gente acostumar demorou viu. Todas as padarias faziam isso. Elas passavam de manhã, bem de madrugada, e depois eles passavam a tarde também. Em toda a cidade. (...) Daí a pouquinho vinha o

¹⁵⁶ Nessa brincadeira, as crianças ficam em círculo com as mãos juntas espalmadas e estendidas, enquanto uma delas passa suas mãos na mesma posição entre as delas e pode deixar ou não um anel que está escondido entre as mãos. Após fazer o movimento entre todas as crianças, escolhe-se uma delas para tentar adivinhar com quem está o anel. Se a escolhida acertar, ela passa a comandar a brincadeira.

leiteiro, plec, plec, plec. Você sabia que o leiteiro estava deixando o seu leitinho. Mais tarde, oito e meia, nove horas, lá vinha o teu verdureiro com o cavalinho dele fazendo barulhinho, pra você comprar sua verdura. Nessa época tinha bucheiro na rua também. Ele vinha trazer o bucho. Só que não era limpinho que nem hoje. Você tinha muito mais trabalho pra cuidar. Então o bucheiro vinha com aquelas carnes. Ele abria uma tampinha. Era gozado, o bucheiro, o cavalinho, o banquinho dele. Atrás era como se fosse uma gaveta fechada e quando ele ia vender pro povo, abria e aquela tampa servia de mesa. Ele cortava as coisas e vendia ali. E ó, ficava assim de gente. Parava sempre na esquina e aquela corneta, pó, pó, pó... avisando que ele estava parado. Era uma festa”.

As carroças, adaptadas para os mais diversos fins, circulavam por toda a cidade. As das padarias faziam a entrega matutina do pão tipo “filão” ou “bengala” em quantidade previamente combinada e paga mensalmente mediante as “cadernetas” de controle. Mas em muitas residências havia o costume do lanche da tarde, lá pelas duas e meia da tarde e a variedade poderia ser maior:

“O da tarde era descompromissado. Ele passava avisando com aquele sininho batendo. Então você ia lá pra comprar o seu pãozinho, a sua rosquinha. Ele fazia uma rosca doce, uma delícia. A molecada fechava em volta. Se a mãe quisesse ou não quisesse ela ia ter que comprar. E o medo da filharada ficar com lombriga? Você ia lá comprar. (...) A gente ainda não precisava ficar muito preocupada para comprar porque meu avô era padeiro e ele também, de vez em quando, fazia essas entregas. Ele sabia que nós gostávamos do pãozinho doce, então já trazia. Uns gostavam do compridinho, outros gostavam do redondinho, um com creminho em cima, outro sem creminho em cima”.

4.2 Casas comerciais

O comércio ambulante atendia boa parte das necessidades básicas, mas algumas compras eram feitas nas casas comerciais (**Figuras 1 e 2**) em sua grande maioria localizadas no centro da cidade, na parte “acima” da linha:

“Não tinha supermercado, na época não tinha. Tinha o Toyota (Casa Toyota), que era só duas portinhas e só dois balcões, na frente assim, só dois balcões. Eram duas portas e dois balcões, mas assim, tudo dependurado. Tinha o Seu Henrique, que era a mercearia Triunfo. Tinha a Casa Estrela que era do Seu Josias Ramos. Tinha a Casa

Rebello também, que era do seu Ernesto. (...) Mas as coisas melhores, se você quisesse um queijo bom, se você quisesse uma cereja boa, se você quisesse um produto diferente, um produto bom, um produto caro, aonde você ia encontrar? Só nessa loja do Seu Josias. Nas outras não tinham. Não adiantava você procurar. (...) No Toyota também era aquele mais pesadão, que ele atendia todo mundo né. No Toyota tinha uma bala de nata, hummm, que delícia, e de leite. Ela era bem grande assim, papelzinho azul marinho, listadinho. Ô bala gostosa, que delícia de bala. Você ia lá comprar, quando você acabava de fazer a compra, o moço já vinha com aquele monte te dar porque sabia que você ia querer a bala, né. (...) E o Toyota tinha um costume, mesmo depois que fechava a loja, ou de domingo, ele atendia. Ele morava ali no fundo mesmo, porque depois que foi ampliando essas primeiras duas portas, era um tipo corredor bem fundo e o terraço dele dava nesse corredor. Então se você batesse ali, ele abria a loja, você entrava e fazia sua compra normal, de sábado, de domingo, de noite, a hora que você precisasse. E tinha tudo, mas assim não coisas de primeira qualidade. Mas tinha tudo. Se você queria coisas de primeira qualidade você vinha aqui nessa loja do Seu Josias. (...) Vinho bom, era lá que tinha. Uma mortadela boa, era lá que tinha. Queijo prato só tinha lá. Presunto, só tinha lá. Porque você comprava nos outros lugares e o presunto tinha o nome de fiambre. Então eles vendiam por presunto, mas não era presunto, era fiambre. E a gente conhecia, porque o presunto, o gosto dele, é mais refinado. O fiambre não, é aquele mais salgado. Ele é mais salgado e é gordurentinho. Eu não sei se eles estão vendendo presunto por fiambre até hoje, mas na Casa Estrela você podia comprar, que lá você não saía enganado não. (...) A gente veio a conhecer essas frutas mais finas na Casa Estrela. (...) Esses queijos diferentes, também na Casa Estrela.”



Figura 1 – “Casa Toyota”, no início década de 1960.
(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 2 – Rua Carlos Ferrari, sentido bairro-centro, no final da década de 1960. À direita, a “Casa Estrela”. Na esquina em frente um dos bares mais antigos da cidade, em funcionamento desde o início da década de 1930.
(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

O acesso aos produtos mais finos da “Casa Estrela” seria uma forma de distinção. Os frequentadores desse estabelecimento poderiam ser vistos como parte da elite social da sociedade que podia comprar tais produtos. Fala um pouco mais sobre outras lojas na cidade, que seriam para atender quem não podia comprar os produtos mais refinados:

“Seu Henrique Takiuti também tinha tudo, mas sua mercearia, a Casa Triunfo já era assim aquela casa mais de, sabe, mais pro público geral, todo mundo. Fazenda era sempre no Seu Henrique. No Toyota também tinha fazenda (clientela da zona rural)”.

Sobre a “Casa Minerva” (**Figura 3**), diz que teria sido um dos primeiros estabelecimentos a se denominar e ter atendimento parecido com os atuais supermercados. Ficava próximo à antiga rodoviária, assim como a “Casa Toyota” ¹⁵⁷, que ficava em frente à praça da matriz. A “Casa Minerva” ¹⁵⁸ ocupava um terreno com frente para duas ruas, fazendo divisa com o prédio onde funcionou o cinema de Miguel Mônico, no segundo de seus três endereços desde o início das projeções na cidade, na década de 1930.

¹⁵⁷ A “Casa Toyota” quando foi aberta pelo Sr Takeo em 1938 chamava-se “Casa do Japonês” segundo o Sr José Vieira, que ficou conhecido pelo apelido de “Zé Toyota” e trabalhou para o Sr Takeo de 1943 até se aposentar (Entrevista José Vieira, 84 anos, em 18 de setembro de 2009 - Duração 01:26:12).

¹⁵⁸ Fundada em 1948 a “Casa Minerva”, instalou-se em um edifício construído em 1939, onde inicialmente funcionou a “Casa Ferreira” cujos proprietários transferiram-se para Marília. O “Super Mercado Minerva” foi inaugurado em 1971 (SILVA, 1977: 547).



Figura 3 – Vista a partir da torre do relógio da antiga rodoviária, início da década de 1970. No canto direito da foto, uma das frentes do já denominado “Super Mercado Minerva”, que contornava a esquina onde funcionou cinema na década de 1940. No canto superior direito, o “Edifício do Comércio”, o primeiro “arranha-céu” construído no final da década de 1950.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

4.3 Os cinemas

Assistir a um filme, e ou participar de uma solenidade eram ocasiões muito especiais, em qualquer dos três endereços que o cinema ocupou em Garça, do final da década de 1920 até o final da década de 1960. Durante os últimos vinte anos de funcionamento há um crescente declínio na frequência e importância. No início da década de 1990 o último filme foi projetado no “Cine São Miguel” e o espaço foi dividido e alugado para atividades comerciais diversas.

Muitas lembranças nas entrevistas com antigos(as) moradores garcenses giram de alguma forma em torno do cinema. É importante salientar a figura do Sr Miguel Mônico, um dos primeiros moradores no patrimônio “Labienópolis” ¹⁵⁹, que de

¹⁵⁹ O Sr Miguel Mônico, nascido em 1902, em “Vila Costina”, onde seus pais já trabalhavam para a família “Costa Machado”, chegou à região de Garça em “3 de outubro de 1921”, para montar uma serraria para o “Dr Labieno” que há pouco tempo tomara posse das terras onde abriu a “Fazenda Ribeirão da Garça”. O maquinário foi desmontado em “Vila Costina”, embalado e despachado para por trem, pela “Sorocabana”, até “Assis-SP”. Dali foi transportado em carros de boi até o destino final na sede da fazenda. Um dos filhos de Miguel Mônico, o Sr Antonio Mônico, conta que o pagamento para o serviço foi de “15 mil réis por dia” e compara com o valor de um alqueire de terra que custava naquela ocasião de “25 a 30 mil réis”. Após quatro trabalhando na serraria do “Dr Labieno”, o Sr Miguel Mônico montou

contratado do “Dr Labieno” se transformou em um dos pioneiros na introdução dos “cineteatros” na “Alta Paulista”.

O Sr Miguel Mônico começou as atividades em um modesto prédio de madeira, com capacidade para “300 espectadores”, inaugurado em “7 de abril de 1929, exibindo “Paixão de Cristo”, no “Ferrarópolis”, nas proximidades da linha férrea (Figura 4) (SILVA, 1977: 260). A eletricidade necessária era produzida por um gerador, movido por um motor a gasolina, segundo o relato do Sr Antônio Mônico ¹⁶⁰:

“Naquele tempo não havia iluminação pública ainda. Ele conseguiu um gerador tocado por carro, um dos primeiros veículos que chegou a Garça, que trombou com um poste de aroeira e tava todo destruído. Ele comprou e montou em cima de um cavalete o motor pra tocar o dínamo. Fora do cinema ele colocou uma lâmpada de 500 velas, que ficava acesa durante a sessão toda, iluminando a praça, a rua todinha. Em volta era tudo mato. Só havia mato pra cima da linha, ali já era mata.”

Três anos depois, a partir de 1932, o cinema já funcionava em um prédio de alvenaria, também construído pelo Sr Miguel Mônico, em uma das esquinas centrais da cidade, onde se realizava o “footing” na época (Figura 5). A primeira sessão, no novo prédio com capacidade para “600” pessoas, teve o filme “Uma mulher singular” (SILVA, 1977: 260). Em uma das esquinas vizinhas funcionava o “Bar do Osvaldo”, importante ponto de encontro dos homens nessa década. O relato do Sr Antônio Mônico é emblemático quanto à importância do cinema no início do desenvolvimento da cidade:

“No início daquilo foi uma explosão. Foi o progresso chegando, né. A diversão. Porque o povo não tinha diversão, as famílias se reuniam no cinema. O povo ia todo no cinema

uma oficina própria em um terreno próximo ao espigão divisor de área entre Labieno e Carlos Ferrari, no início do loteamento do patrimônio “Ferrarópolis”. Ganhou muito dinheiro ali como ferreiro fabricando “molas” para carabinas que eram importadas e não tinham peças de reposição facilmente achadas no Brasil. Em 1925 durante uma viagem a São Paulo conhece um cinema e resolve fazer um em Garça. É curioso saber que o “Dr Labieno” tentara em “1909” instalar um “cinematógrafo na cidade do Rio de Janeiro”, e que embora tivesse conseguido autorização municipal, apesar do prefeito “ser contra esta classe de diversões”, não o montou (MARTINI, 2000: 52). Influenciado por Labieno ou pela visita ao cinema em São Paulo, Miguel Mônico inaugura seu primeiro cinema em Garça em 1929, com projeções de filmes mudos que encomendava a uma distribuidora em “Botucatu-SP”. As sessões eram acompanhadas por músicos da cidade, quase todos de uma mesma família que tocavam juntos durante as projeções.

¹⁶⁰ Antônio Mônico, entrevista em 12/1996.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1996: Fita 36 – Terceira entrevista.

se divertir. Havia o „foting“. Na frente do cinema ficavam milhares de pessoas passeando, muita gente se conheceu, se namoraram, casaram por causa do cinema. O cinema naquela época era a coqueluche. Era o meio das pessoas se encontrarem.”

Vinte anos depois, em “6 de janeiro de 1952, o cinema é mudado para um edifício com acomodação para aproximadamente “1600” pessoas, na esquina em frente à outra praça central da cidade, chamada “Pedro de Toledo” (Figura 6 e 7) (SILVA, 1977: 260).



Figura 4 – Localização do primeiro cinema em Garça, no centro da imagem (sinalizado na foto tirada do alto da “antiga” igreja matriz no início da década de 1940). Era um barracão de madeira com trezentos lugares, construído em 1929 pelo Sr Miguel Mônico. Funcionou ali até 1932. No alto da imagem, à direita, a linha férrea e a construção em andamento da delegacia e cadeia no patrimônio Labienópolis.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 5 – Foto feita no início da década de 1940. Esquina onde funcionou durante vinte anos o “Cine Garça” em seu segundo endereço, a partir de 1932.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 6 – O “Cine São Miguel”, inaugurado em 1952, em seu terceiro endereço em frente à Praça Pedro de Toledo e ao lado da “antiga” rodoviária”, onde centralizou-se o “footing” até os anos de 1970. A imagem é do início da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 7 – Interior do “Cine São Miguel”, durante uma solenidade em meados da década de 1950. A capacidade do salão era para “1600” pessoas. Ao fundo, no alto, um mezanino que acomodava mais de duzentos espectadores e era conhecido como “poleiro”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça –SP)

A Sr^a Neide ¹⁶¹ era assídua frequentadora do cinema, no local onde funcionou nas décadas de 1930 e 1940:

“Assiste a muito filme lá. (...) Imagina, você não deixava de ir à matinê de domingo. Era assim, a matinê passava domingo duas horas da tarde. E se não podia no domingo, na terça-feira ele tinha preço popular. Então ele passava filminho como se fosse uma novelinha, eram 15 minutos por semana só. Então você ia à matinê não só para ver o filme. Você ia lá para ver o seriado que ia passar. Então eram quinze minutinhos de seriado. Era Roy Rogers, era Allan Lane ¹⁶², tinha um monte que a gente não lembra mais né. Mas era uma delícia. (...) O pai que ia levar. Imagina que as filhinhas saíam sozinha”.

O pai e a mãe da Sr^a Neide tinham o costume, assim como muitas outras famílias, de irem ao cinema juntos com os filhos(as). Era uma das poucas atividades de

¹⁶¹ Entrevista “Neide Guanaes Barbero”, 72 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:46).

¹⁶² Roy Rogers e Allan Lane foram artistas de filmes norte-americanos de faroeste, muito populares nas décadas de 1940 e 1950.

lazer que existia na cidade, além dos primeiros clubes, das missas ou cultos dominicais e festas familiares.

A Sra Mony ¹⁶³, cujo pai foi um dos primeiros “boticários” na cidade, lembra das festas que aconteciam na casa do “Dr Labieno”:

“Ele dava umas festas maravilhosas na casa dele. Vinha gente de fora e ficava. Ele enfeitava a casa, tinha baile, tinha fogueira, tinha fogos sabe. Era uma beleza as festas dele. Acho que era São João”.

Comenta que na época os bailes eram em casa, que era grande por conta dos nove filhos de seus pais. Não havia salões na época. Faziam “cotillon” ¹⁶⁴, uma reunião de casais com dança em que havia uma boneca pendurada na sala que servia para uma brincadeira para sortear os casais. Sobre uma boneca de “celulóide” punham uma roupa cobrindo até os pés da boneca que era pendurada na “lâmpada” do teto. Uma saia de papel era sobreposta e era feita com tiras de papel. Havia duas cores de fitas e todas eram numeradas. A boneca era feita por sua mãe e uma irmã mais velha. Os homens pegavam as fitas de uma cor e as mulheres de outra. Os pares eram formados pela coincidência da numeração:

“Era uma boneca bem bonita com a saia cheia de fitas sabe. Só que metade da saia era verde e a de trás era vermelha, com números. Quando tocava a música, as moças vinham assim e os rapazes assim e puxavam as fitas. Quem tivesse o número igual dançava junto à quadrilha. (...) A boneca ficava sem saia, ficava só com o vestidinho por baixo”.

Fala também sobre os churrascos, feitos nos quintais das casas, com animais que os homens caçavam nas matas (**Figura 8**) que circundavam a cidade.

¹⁶³Entrevista “Mônica Ribas Silva”, 86 anos, em 05 de agosto de 2010 (Duração 01:06:27).

¹⁶⁴ “COTILLON – s.m. - saio de mulher; espécie de dança (sic) (fam). As mulheres em geral. AIMER LE COTILLON– ser mulherengo” (BURTIN-VINHOLES, 1958 : 174)



Figura 8 – Uma caçada de animais que habitavam as matas da região oeste paulista. “Exploração do Rio Grande, 1910” – Acervo Instituto geológico do Estado de São Paulo”. O registro exemplifica os tipos de carne que abasteciam os “churrascos nos quintais” no início da urbanização da região. Na foto, da esquerda para a direita, um “jacu” (que virou palavra sinônima de “caipira”), uma “capivara”, um “macaco prego” e uma “anta”.

(Fonte: LEITE, 2007: 176)

Além dos bailes e churrascos, a Sr^a Mony, quatorze anos mais velha que a Sr^a Neide, chegou a frequentar as sessões no primeiro cinema em Garça, o de madeira:

“Nós íamos ao cinema, reuniam-se todas as famílias, vinha um na frente com uma luz assim, uma lanterna, sabe. E os outros iam atrás.”

A localização do cinema se alterou no decorrer dos anos, mas não houve mudanças significativas no hábito de frequentá-lo com toda a família. A Sr^a Neide explica como funcionava a divulgação da programação e fala um pouco sobre o espaço interno do prédio da década de 1940:

“Eles expunham os filmes da semana nesses quadros, para você ver o filme que você preferia e os seriados que iam passar. Então é o que eu estava dizendo, no domingo você ia para ver o seriado. Se não desse para ver o seriado, então você podia ir na terça-feira que era um preço mais barato (chamava-se sessão do troco). (...) Ou a gente sentava ali depois que passava o primeiro bloco de cadeiras, no segundo bloco, que o pessoal dizia que era um pulgueiro danado, e era mesmo né, ou a gente sentava na segunda ou terceira fila, todo mundo. Os „Guanaes” (sobrenome da família) iam chegando, iam chegando, fazendo uma, duas fileiras. (...) Depois a gente começou a ficar maiorzinha e queria ir pra frisa (Figura 9) . Porque a frisa (camarote quase ao

nível da platéia) era um tanto assim mais alto que o piso embaixo. Então a frisa acompanhava essas cadeiras aqui, depois tinha aquela passagem e a outra mais pra frente. E era uma delícia, porque as cadeiras eram individuais, punha onde queria, tinha gente que gostava de sentar de trás pra frente na cadeira, virava a cadeira sabe, era aquela festa”.

Embora não houvesse diferença de preço entre sentar nas cadeiras das fileiras ou nas “frisas”, a posição destas devia ser disputada:

“Você sentava onde queria. (...) Eu gostava muito de ir à frisa. Eu gostava mesmo, porque além de você sentar num patamar mais alto, ela também tinha um apoio aqui para você se encostar, se você quisesse assistir assim o filme (debruçada sobre) você assistia. (...) Estava sempre cheio, cheio, cheio, que você não encontrava lugar pra sentar no cinema. Moçada ia, velho ia”.



Figura 9 – Interior do prédio do cinema (meados da década de 1940), em seu segundo endereço, durante uma solenidade. As “frisas” estão nas laterais do salão.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça – SP)

Duas pequenas histórias indicam os pequenos conflitos nas concorridas sessões de cinema, frequentadas por pessoas de idade variada. A Sr^a Neide conta sobre um senhor que frequentava muito o cinema e ali costumava fazer seu lanche:

“Ele ia no cinema e levava um sanduíche de mortadela. E mortadela acho que lá do Toyota, lá do Seu Henrique (não era „artigo fino”), não sei de onde meu filho. Tinha uma hora no filme, que ele tirava a mortadelinha e quem tava perto não agüentava ficar. Mas ele tinha fome mesmo. Ele já era bem velho, já andava de bengala nessa época.”

A Sr^a Mony tem uma história um pouco diferente:

“Uma vez a minha irmã foi ao cinema e tinha um homem assim né (sentado com a perna esticada). Ela falou: - O senhor quer fazer o favor de tirar a perna? Ele falou: Pule! Ela falou: - Seu cachorro! Tire essa perna daí, porque senão eu vou dar queixa do senhor! Ele falou: Não posso tirar porque minha perna é de pau. Aí ela pediu desculpas pro homem. Foi duro viu (risos)”.

Os dois depoimentos demonstram como nas sessões de cinema as diferenças de gênero, geração e de estrato social, podiam implicar em pequenos conflitos quando forçosamente os(as) diferentes frequentadores(as) sentavam-se lado a lado. O cinema não era um local altamente seletivo, como os clubes que surgem após a década de 1940, mas é possível identificar como algumas distinções se evidenciavam nesse importante espaço de sociabilidade local.

Além de um pequeno balcão no cinema onde se vendiam balas e chocolates, havia um comércio em volta, de bares e lanchonetes, distribuídos no centro da cidade e que dependiam muito do movimento do cinema. O Sr João Chaves ¹⁶⁵, fala sobre o “Bar do Osvaldo”, que funcionou na esquina em frente ao segundo cinema (**Figura 10**):

“Naquele tempo não existia televisão, não existia nada disso. Só existia cinema e o rádio. E a noite, normalmente nós tínhamos os pontos de encontro, que eram os bares aqui. Teve um bar que se chamava o Bar do Osvaldo. Um bar diuturno, um bar que não fechava. Isso é um bar que não existe mais no interior. O cidadão era Osvaldo Ferreira Aires. Ele era um carioca que veio pra Garça e que entrou e montou uma coisa fenomenal em um patrimônio ainda sem calçamento, que não tinha coisa nenhuma. E ele tinha um bar que você não vai acreditar. Só as pessoas mais antigas que vão confirmar isso aqui. Era um bar onde você comia o prato que quisesse, do país que

¹⁶⁵ Entrevista “João Miguel Chaves”, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 (Duração 01:02:20).

“você quisesse. Não estou exagerando isso não. A bebida que você quisesse, do país que você quisesse. Esse bar então era o ponto. Era grande. Era o ponto que se reunia a sociedade, as pessoas, aquela coisa. Mesmo porque, era na frente do cinema. Nesse bar, por sinal, depois que o pessoal se envolveu em São Paulo (negociavam com gente da capital que visitava Garça), a turma não acreditava no que via. Eram dois cozinheiros. Um tinha sido cozinheiro de bordo (em navios), chamava-se Artur e o outro eu não me lembro mais. Cozinheiro de bordo, o cidadão conhecia tudo. Era carioca. Então eles traziam mercadoria, traziam bastante, e depois do negócio todo, vinha gente de Bauru, de Marília, comer coisa diferente aqui. Tomar chope, Bauru não tinha, Marília não tinha, Garça já tinha, não é. Então vinha essa gente, com aquela estrada ruim, mas vinha aqui pra Garça. E Garça tinha um movimento fabuloso. Impressionante o movimento que tinha em Garça.”



Figura 10 – Foto feita no início década de 1950 mostrando a esquina onde funcionou o “Bar do Osvaldo”, em frente à esquina do “Cine Garça”, na década de 1940. A pavimentação do “centro” era recente e terminava nessa esquina.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

4.4 Os bares e a rodoviária

O “Bar do Osvaldo”, muito lembrado entre os(as) moradores(as) que frequentaram a esquina onde funcionava o bar e o cinema em frente evidenciam que tais locais tinham clientela muito específica, diferentemente do cinema. Enquanto o Sr Chaves lembra-se do “Bar do Osvaldo” com as cores de um assíduo frequentador, a Sr^a Lúcia Helena ¹⁶⁶ retrata o mesmo local por impressões que demonstram a diferença entre as presenças masculinas e femininas nos locais:

“Minha mãe era cinemeira. A gente ia muito ao cinema. O que tivesse a gente tava lá. Era bem movimentado porque era a única diversão que tinha também. Meu pai ficava no Bar do Osvaldo tomando a cervejinha dele. (...) O Bar do Osvaldo eu não frequentava porque era só de homem, mas a gente ia lá pra comprar bala, pra comer no cinema. A gente ia pra telefonar pra casa, falar vem me pegar, entende. Porque mulher não ficava sozinha assim num lugar onde tinha muito homem. (...) Aqui, pegado ao Bar do Osvaldo tinha a casa da Dona Dolores. A gente ficava muito aqui conversando, minha mãe às vezes ficava. Mandava a gente no cinema, conforme a fita ela não queria assistir e ela ficava ali na Dona Dolores.”

Na área central da cidade coexistiam residências e estabelecimentos comerciais. O uso misto do local era comum. Em muitos casos o comerciante morava nos fundos ou ao lado de sua loja. Alguns construíam sobrados e moravam na parte de cima e montavam algum negócio na parte térrea ou alugavam o salão.

Além do cinema, em seu segundo endereço, e o “Bar do Osvaldo”, a Sr^a Neide continua falando de outros estabelecimentos no centro da cidade a partir de suas lembranças dos lugares:

“O bar do Mogami é muito antigo aqui (fica na mesma rua e alinhamento do segundo endereço do cinema). É o bar mais sujo da cidade, mas é o que sempre tá assim (cheio). E só tinha maçã argentina pra você comprar naquele bar. Nos outros não tinham maçã argentina viu, não adiantava você procurar que você não achava. Leite também, não era em qualquer lugar que você achava leite, você tinha que ir no Mogami, com

¹⁶⁶ Entrevista “Lúcia Helena Alves”, 76 anos, em 09 de outubro de 2009 (Duração 00:36:27).

limpeza ou sem limpeza era lá mesmo. Que naquela época, nesses anos de cinquenta e pouco, só no Mogami você achava leite, só no Mogami você achava maçã, e não tinha em outro lugar.”

Havia também o comércio na antiga rodoviária:

“Mas a rodoviária sempre pôs medo em todo mundo. Muito suja e onde entravam os ônibus era como é agora ainda, porque não mudou nada. Muito apertadinho, e só os ônibus do Vizzoto, os ônibus do Seu Dante Demarchi (chamados de jardineiras). Aquilo ali era de quinze em quinze minutos. Os ônibus do Vizzoto iam aqui pra Getulina, Álvaro (de Carvalho), (Júlio de) Mesquita, Lins, Cafelândia. O Seu Dante Demarchi já fazia outra linha. Não tinha muita empresa”.

Em pouco mais de dez anos da chegada do primeiro “Ford” à cidade, em meados da década de 1920, já havia um movimento grande de automóveis ¹⁶⁷. Em meados da década de 1930, várias “jardineiras” faziam ponto na Rua Carlos Ferrari, ao lado da praça da matriz (Figura 11).



Figura 11 – Em meados da década de 1930, as “jardineiras” que faziam o transporte local ficavam na Rua Carlos Ferrari, ao lado da praça da matriz de São Pedro. Ao fundo, no canto superior direito, o “Bar Odeon”, um dos mais antigos da cidade.

(Fonte: Álbum Lúcia Helena Alves)

¹⁶⁷ Em 1927, o Sr “Alberto Alves” iniciou a venda de automóveis “Ford, modelo A”. Pouco depois os “Irmãos Vizotto” montaram a “primeira agência Chevrolet” (SILVA, 1977: 275-276)

Dentre os proprietários das empresas de transporte que faziam as linhas na época estavam os “Irmãos Vizotto”, “José e Albano”, que já haviam montado uma das primeiras oficinas mecânicas, a agência de automóveis “Chevrolet” e o primeiro posto de gasolina. Os “Irmão Vizotto” também construíram a estação rodoviária da cidade, uma das primeiras da região. O Sr João Vizotto ¹⁶⁸, filho de um dos “irmãos”, fala da empresa de ônibus e da construção da rodoviária:

“Empresa de Transporte Coletivo Pássaro Amarelo. E tinha tanta gente que, em dia de sábado, daqui até Álvaro de Carvalho, saía oito carros. Oito carros lotadinhos para ir daqui até Álvaro de Carvalho! Porque o pessoal não morava na cidade. É o contrário do que existe hoje. Nas fazendas não tem ninguém, tá tudo na cidade. Antes não. Morava tudo na fazenda ¹⁶⁹. E nenhum fazendeiro tinha condução. Eram poucos os fazendeiros que tinham condução. Então, eles precisavam do ônibus. O transporte era o ônibus. (...) De primeiro, antes da Rodoviária, era na rua que ficavam os ônibus. Então, meu pai teve a idéia de fazer a Rodoviária. E, na época, foi a melhor rodoviária do estado de São Paulo, do Brasil. Era bonita, era coberta”.

O prédio da rodoviária foi feito em conjunto com a torre do relógio ¹⁷⁰ (Figuras 12 e 13), onde embaixo havia uma bomba de combustível, e vários compartimentos que eram alugados para comerciantes que queriam se estabelecer no local:

“Conforme foi fazendo a Rodoviária, foi fazendo a Torre, porque elas eram ligadas, né. E, naquele tempo, era muita dificuldade. Ela deve ter, mais ou menos, uns seis, sete

¹⁶⁸ João Vizotto, 66 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 34.

¹⁶⁹ Como exemplo, o “índice de urbanização” da cidade de Garça em meados da década de 1930 era de “17,33%”, Marília tinha um índice de “25,32%” e Bauru “51,50%”, conforme dados do “Boletim do Departamento Estadual de Estatística, São Paulo, n.05, Maio, 1939” (PEREIRA, 2005: 71)

¹⁷⁰ A medição do tempo em horas por relógios instalados nas cidades resulta em parte da importância que a quantificação do tempo assume “para os habitantes das cidades, já iniciados na onda da quantificação pela compra e venda” na Europa Ocidental da Idade Média. O relógio seria uma versão laica e mais precisa do campanário das igrejas que marcavam com seu badalar as ocasiões importantes do cotidiano nos burgos. A palavra para “relógio” em inglês “clock relaciona-se com a francesa *cloche* e com a alemã *glocke*, todas elas significando sino”. As horas “canônicas e imprecisas”, anunciadas pouquíssimas vezes durante um dia, tornam-se insuficientes “para dar um ritmo razoável aos horários urbanos” (CROSBY, 1999: 82-83).

A rodoviária e a torre do relógio são emblemas das mudanças nas cidades: “As transformações do espaço físico podem se captadas pela introdução das novas tecnologias e das possibilidades de acesso ao consumo. O tempo, agora dominado pelo relógio (...) impôs um novo ritmo ao cotidiano das cidades e se apropriou das relações sociais definindo outras normas e convenções” (POSSAS, 2001: 34). O relógio da torre da “antiga” rodoviária em Garça não funciona há mais de dez anos.

metros enterrados, tudo quanto é ferro, porque, na época não era tudo calculado como é hoje com estaca, bate-estaca, não. Aquilo foi feito na raça mesmo. Foi muito concreto pra equilibrar aquele ferro lá em cima. (...) Tinha, por exemplo, a tabacaria, tinha um belo bar, tinha, casa de secos e molhados. Era bem divididinho. Não tinha nada repetitivo. Nada repetitivo. Cada box era uma coisa diferente. (...)Era tudo empreitado. (...)Era um negócio de elite, mesmo. Era um negócio muito bonito. Era um negócio bonito”.

Aparentemente, foi “um negócio de elite” e “bonito” por pouco tempo. Na entrevista com a Sr^a Neide, que fala do local em meados da década de 1950, ela se lembra de um lugar sujo e que metia medo. As recordações apresentam evocações distintas, com representações quase antagônicas sobre um mesmo espaço, mas em tempos diferentes. Em várias passagens das entrevistas reunidas o termo “elite” aparece, denotando como marcas de distinção relacionadas aos lugares da cidade são importantes referências junto às lembranças de antigos(as) moradores(as).



Figura 12 – Foto feita de cima da torre da “antiga” igreja matriz focando em primeiro plano ao centro a torre do relógio da Estação Rodoviária, início da década de 1940.
(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 13 – Torre do relógio da rodoviária com as bombas de combustível embaixo, início da década de 1940.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça – SP)

Os espaços urbanos não são acessíveis a todas as pessoas da mesma maneira. Como produto social, os lugares, os espaços vivenciados por seus habitantes, são elementos dos processos de produção e apropriação da cidade. As diferentes percepções sobre o espaço da “antiga” rodoviária garcense, exemplificadas nos relatos do Sr João e da Sr^a Neide, são indícios de que espacialidades diversas são desenvolvidas por homens e mulheres que fazem parte da produção do espaço da cidade e refletem assimetrias que podem ser reveladas atreladas a categorias analíticas diversas como gênero, família, cor da pele, renda, erudição, opção religiosa, etc.

Podemos considerar que “antiga” rodoviária, o centro da cidade em geral, nas décadas de 1940 e 1950 em Garça, são percebidas de maneiras diferentes pelo Sr João e a Sr^a Neide, que se deslocam na cidade de formas distintas porque socialmente o comportamento de homens e mulheres nos espaços também seriam distintos,

referenciados por representações daquilo que culturalmente se espera do comportamento social masculino e feminino ¹⁷¹.

Vale salientar que a rodoviária “antiga”, não é a mesma construída no início da década de 1940. A torre do relógio, um marco arquitetônico muito marcante do centro da cidade, praticamente foi o único elemento da construção original que se manteve intacto após um dos fatos mais marcantes da cidade: o incêndio da rodoviária pouco tempo depois de inaugurada (**Figuras 14, 15 e 16**).

O Sr João Vizotto assim descreve a lembrança de infância:

*“Foi dia 23 de dezembro. Faltavam cinco minutos para as 15:00h. Aquele tempo, não sei se foi em 43 ou 44, eu não posso precisar. Mas, foi dia 23 e faltavam cinco minutos em ponto para as 15:00h. Um ônibus nosso ia para Júlio Mesquita. E o ônibus era gasogênio. (...) No tempo da guerra acabou a gasolina. Então, o Nelo de Stéfani ¹⁷² (mecânico da cidade) fabricava gasogênio. Eram uns tubos que punha atrás e usava-se carvão (**Figura 17**). E o carvão queimado passava por um coador. O carvão, quando queima, desprende CO₂ que é o dióxido de carbono. (...) Só que o ônibus tinha o gasogênio, mas tava com gasolina e eles encheram demais o tanque. E o tanque não era como é hoje, por exemplo, que é por fora. Os tanques desses carros (19)35, esses ônibus (19)35, (19)36, (anos de fabricação) eram assim debaixo do banco do motorista. Então tinha que erguer o banco do motorista e punha gasolina.(...) Ali era o tanque. Quer dizer que o motorista andava em cima do banco de gasolina (risos), compreendeu? Hoje é que se fala tanto em segurança, mas era ali que era o tanque de gasolina. E acho que eles encheram demais e vazou. Quando foi pegar o ônibus, parecia uma avalanche de gente e alguém com cigarro, com fósforo, acendeu e pegou fogo. Não conseguiram apagar a tempo. Aí queimou tudo. (...)Passou para o prédio da Rodoviária. E eu que fui avisar o meu pai. Eu tava aí no dia. (...) Devia ter uns dez*

¹⁷¹ “A diferenciação das características das redes de sociabilidades inscritas em cada local são elementos integrantes da (re)produção cultural diferenciada. A disseminação das normas de convivência processa-se através do grupo social, podendo ser a comunidade, se esta for estruturada sob fortes laços sociais, construídos com o tempo de vivência, e também através da família, pela educação que é dada às crianças, e com a convivência com seus pares” (ORNAT, SILVA, 2007: 186).

¹⁷² O Sr Nelo de Stefani mudou-se com a família para Garça em 1928. Pouco antes viera sozinho para trabalhar como mecânico na “Fazenda Cascata” e trouxe os familiares em seguida. Era muito comum os homens virem antes para conhecer as cidades e depois buscarem a família nos locais de origem. Durante a “2ª Grande Guerra Mundial” iniciou em sua oficina mecânica a adaptação de motores para uso de gasogênio, em razão da falta de combustíveis derivados de petróleo no Brasil. (SILVA, 1977: 279).

anos, mais ou menos. Dez ou onze anos. Eu saí correndo para avisar meu pai. Meu pai estava dentro do posto. Fui avisar meu pai que estava pegando fogo na Rodoviária. Eu que fui avisar meu pai. (...) Não existia bombeiro. E até hoje eu tenho trauma de fogo por causa disso. Quantas noites eu acordei. (...) Ah, Deus me livre! (...) Inclusive, falava-se que ia queimar o quarteirão. Nós botamos a mudança fora, na rua, porque foi tão grande o incêndio, que parecia que o mundo ia acabar. Naquele tempo, era uma proporção grande. Para a cidade era uma proporção grande. (...) Foi completamente destruída. (...) Depois, meu pai morreu em 45. Meu tio ainda construiu do modo que ela é hoje. Reconstruiu diferente a Rodoviária. Só aquela parte. Depois é que foram feitas essas outras partes. Mas, havia o seguro da Rodoviária”.



Figura 14 – Incêndio na “antiga” Rodoviária, no final de 1943. Em primeiro plano, à direita, o coreto da praça da matriz.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 15– Interior da Rodoviária após o incêndio em 1943.
(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 16 – Ônibus (jardineira) movido a gasôlino que provocou o incêndio na Rodoviária em 1943.
(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 17 – Caminhão movido a gasogênio, adaptado em oficina na cidade, detalhe atrás da cabine, início década de 1940.
(SILVA, 1977: 107)

4.5 Comerciantes japoneses

Além das já mencionadas “Casa Toyota” e “Casa Triunfo”, mercearias fundadas por imigrantes japoneses, havia outros estabelecimentos menores também de japoneses no centro da cidade. A Sr^a Neide descreve alguns dos estabelecimentos que funcionavam na rodoviária no final da década de 1950 e início de 1960:

“Tinha o bazar do Arita, que apesar de ficar dentro da rodoviária, sempre tinha coisa boa. Porcelanas Schimit, Mauá, porcelanas boas, muito bonitas. Ele vendia cristais também. (...) Era lá que você ia buscar porque você sabia, vinha escritinho embaixo. Hoje em dia você pega uma travessa da Tramontina, você sabe que é Tramontina, mas você não acha o nome da Tramontina. Pode olhar, na caixa está Tramontina. Você percebe que é um inox um pouquinho mais pesado, mas cadê o escritinho. De primeiro vinha, as marquinhos todas. Hoje em dia eu não sei. Eu tenho uma que eu ganhei há uns dois, três anos e não tem marca não. Só na caixa, uma bruta caixona. (...) E tinha ali a sorveteria, logo depois do Arita desse material mais fino, a sorveteria do Arita, mas eram separados. Tinha um creme russo ali, hummm, que sorvete. Ninguém fazia um sorvete que nem o Arita, desse creme russo. Era um sorvete bem cor-de-rosa. Um cor-de-rosa cheguei. (...) Ninguém fazia um sorvete como ele. Muito bom. E naquela

época o copo do liquidificador era de alumínio, sabe. O Seu Nélon, o Nélon das cerejeiras, também tinha um barzinho ali, logo depois do Arita. Tinha uma vitamina que o Seu Nélon fazia... ninguém fazia uma vitamina igual ele. Não fazia.”

O comércio nipônico na rodoviária garcense do Sr Arita e do Sr “Nelson”, assim como em mercearias de “secos e molhados”, como as do Sr Toyota e do Sr “Henrique” Takiuti, eram de imigrantes que, em geral, saíam da “roça” para se estabelecer na cidade. Muitos deles ficavam conhecidos por nomes em português que adotavam para facilitar a convivência com os brasileiros, mas no caso da colônia japonesa, o forte sentido de identidade criava laços que garantiam preferência de compra em casas comerciais de japoneses pelos sitiantes contrerrâneos (Figura 18).



Figura 18 - Mercaderia típica de um proprietário japonês em cidades da Alta Paulista, em meados da década de 1950. “Museu Histórico da Imigração Japonesa”.

(Fonte: FAUSTO, 2000: 58)

O Sr Koshe Ishisato ¹⁷³, o “Seu Nélon das cerejeiras” ¹⁷⁴, tem uma história muito comum da imigração japonesa:

¹⁷³ “Nélon” Koshe Ishisato, 75 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 24.

¹⁷⁴ Ficou conhecido assim porque no final da década de 1970, o “Seu Nelson” conseguiu algumas mudas de cerejeiras, uma planta muito simbólica no Japão, e conseguiu plantá-las às margens de um lago artificial que recentemente havia sido inaugurado, mas não tinha vegetação alguma. As mudas vingaram. Pouco mais de dez anos após o plantio, as flores das cerejeiras, que se abrem nos meses de junho e julho,

“Nasci no Japão, na província de Yamaguti, em 1920, abril dia 2. Lembro vagamente que era uma ilha pequena de mais ou menos 200 mil habitantes. (...) De lembrança eu tenho vagamente a escola, a igreja, onde brincava com os amigos, né. (...) Na época que o Japão tava na recessão, depois da guerra entre Japão e a Rússia, o governo incentivava mandar o súdito para fora do país, principalmente pros Estados Unidos, pra América Latina, por exemplo Bolívia, Chile, Paraguai e no Brasil também. Nessa época a nossa família resolveu vir para o Brasil em 1926. Nós aportamos em Santos, vindo com navio chamado „LaPlata Maru”, dizia „La Plata”, quer dizer, homenageando o Rio da Prata na Argentina. O navio era batizado com esse nome. (...) Eu tinha 6 anos, me lembro bem quando zarpamos do porto de Kobe. Aquela euforia de conhecer o mundo desconhecido. A criançada, eu, por exemplo, com 6 anos, entende, só imaginava que o Brasil devia ser um país fantástico. E era mesmo fantástico. (...) A maior parte deles veio já com contrato feito com a fazenda né. (...) Nós da minha família já tinha a pessoa responsável pela família. Fomos para Registro e vivemos lá 9 anos. Desbravamos aquelas terras, matas virgens né. A família numerosa 6 irmãos e os pais. (...) E começava a labutar com a lavoura. Dificuldade, enumerando, tem várias, primeiramente a diferença de idioma. Com a criança, no meu caso, o idioma não era muito. Mas meus pais sofreram muito. Não entendiam nada de português. A criança é mais fácil de adaptar ao clima, onde vai viver. De modo que a crianças não tinha problema nenhum, entende. Num instante se adaptou bem, começou ir na escola, a ter amigo brasileiro. Tudo junto, não tinha problema nenhum. Os que mais sofreram foram os pais, não entendiam português. Era difícil de entrar na cabeça o português e os velhos sofreram com aquela saudade das terras que deixaram.” (Figura 19)

ficaram famosas, principalmente entre a “colônia” japonesa. Desde 1986, anualmente, acontece a “Festa das Cerejeiras” em Garça e milhares de visitantes participam.



Figura 19 – Família no interior de São Paulo, em meados de 1920. (Museu Histórico da Imigração japonesa).

(Fonte: FAUSTO, 2000: 17)

A lembrança que o Sr Nelson tem do motivo da vinda da família para o Brasil seria a “recessão” em razão da recente guerra entre os impérios Japonês e Russo em 1904 e 1905, por territórios da Coreia e da Manchúria. O Japão vence e a Coreia é anexada ao seu território em 1910. No começo da década de 1920, o Japão é uma potência no Extremo Oriente e a imigração foi uma estratégia, em conjunto com o militarismo aliado à conquista de espaços econômicos.

A expansão japonesa incomoda as potências ocidentais e existe um “clima de tensão latente com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França. Essa tensão se traduz de diferentes formas, sendo a emigração um dos pontos da controvérsia”. Surge a ideia do “perigo japonês” contido na “possibilidade de as conquistas militares engendrarem o domínio da raça amarela sobre os brancos”. Em 1924, os Estados Unidos, que era o destino preferencial dos japoneses, proíbem a entrada. A proibição nos EUA, seguidos por Peru, México, Canadá, Oceania e países sobre o “protetorado inglês ou francês”, deixam como opções Bolívia, Paraguai, Colômbia e Brasil, que acaba sendo a alternativa mais efetiva. A primeira onda da imigração japonesa para o Brasil ocorreu entre 1908-1924, sob muita desconfiança tanto dos japoneses quanto dos fazendeiros paulistas, que escaudados pela má experiência com os imigrantes italianos que fugiam das fazendas, dessa vez faziam contratos estabelecidos antes da saída do Japão, que exigiam a vinda de famílias inteiras, mas a “conduta coletiva” dos grupos de japoneses,

como “grupo étnico”, no contato com a sociedade brasileira é vista por muitos como um problema (SAKURAI, 2000).

O “Dr Labieno da Costa Machado”, fundador de um dos patrimônios iniciais de Garça, achava que “o japonês é um agricultor nato, sendo o melhor para recuperar áreas degradadas ou atingidas por fortes geadas, apesar de que após a obtenção de uma economia razoável, ele abandonava o trabalho para dedicar-se ao seu próprio negócio” (MARTINI: 2000: 115). “Dr Labieno” recebe entre 1917 e 1922 dois grupos de japoneses, um dos grupos composto por “76” membros para a “Fazenda Costina”. Por meio de sua “Empresa de Terras e Colonização”, ele planeja a contratação de “600 famílias japonesas”, que seriam distribuídas entre várias fazendas do oeste paulista (Idem:116).

Fazendeiros como Dr Labieno, em meados da década de 1910, contratavam os imigrantes japoneses sem nenhuma ajuda do governo, pois em 1913 o governo paulista cortara “o subsídio” que concedia aos japoneses e dera preferência à mão-de-obra europeia. Mas como o fluxo europeu é cortado durante a “Primeira Guerra Mundial”, os japoneses voltam a receber subsídios em 1917. Em 1923 a ajuda do governo paulista é definitivamente cortada. Entre 1924-1941, ocorre a segunda onda imigratória japonesa, com subsídios do governo japonês. Chegam imigrantes de todas as partes do Japão, “premidos pela flutuação da economia, fruto do acelerado processo de industrialização em que se encontra o país”. Há também um forte trabalho de “propaganda das companhias de emigração” (SAKURAI, 2000).

O Sr Nelson e família, portanto, vem para São Paulo durante o segundo fluxo imigratório, sob “contrato” com “companhias” especificamente criadas para “tutelar” a viagem e a fixação no destino previamente acordado. No caso do Sr Nelson, em relativamente pouco tempo ele e a família saem da região do município de Registro e partem para a “Alta Paulista”¹⁷⁵, já por conta própria:

¹⁷⁵ O município de Registro situa-se na “10ª zona: Santos e Litoral Sul” conforme critério adotado por pesquisadores sobre o desenvolvimento demográfico e econômico de São Paulo, como Sérgio Milliet e José Francisco Camargo, nas décadas de 1940 e 1950. Segundo Camargo, embora a cidade de Santos possuísse o “principal porto de escoamento da produção do Estado”, a “10ª zona”, em geral, não tinha grande desenvolvimento econômico em sua parte litoral sul e no Vale do Ribeira. O município de “Cananea” apresentava diminuição de população “desde 1920, decrescendo ao mesmo tempo a sua produção e o valor de suas propriedades agrícolas”. A colonização japonesa “feita no distrito de Registro,

“Eu vim morar em Garça em 1945, em plena Guerra Mundial, uma dificuldade danada para locomover. Os estrangeiros japonês, italiano e alemão ¹⁷⁶ naquela época tinham uma dura fiscalização e não era fácil. (...) Vim trabalhar numa firma aqui em Garça, então eu transferei minha residência pra cá.”

O comércio na rodoviária do Sr Néelson, uma pequena “quitanda” no início, exemplifica a trajetória da vida na zona rural para a cidade, de boa parte dos imigrantes japoneses:

“Como não tinha capital suficiente, comecei bem pequenininho. Meus irmãos trabalhavam na roça, plantavam verduras. Ai pra vender pra terceiro o lucro era muito pequeno. Junto com meu irmão, abri uma quitanda na rodoviária antiga. Uma quitanda pequena. (...) Consegui montar tipo mercearia entende. Assim foi indo, até aparecer aquela máquina chamada liquidificador. Ai inventaram fazer vitaminas com frutas né. Hoje continua fazendo a vitamina”.

hoje município, e no de Prainha” restabeleceu a vida econômica de Iguape pela intensificação das culturas de arroz e banana e a criação da cultura de chá (CAMARGO, 1981: 47-48). A decadência dessa região induziu a migração de muitos colonos japoneses seduzidos pelo desenvolvimento econômico da “Alta Paulista” em grande parte devido ao café, mas já com diversidade econômica suficiente para manter estabilidade.

¹⁷⁶ Na “2ª Grande Guerra”, entre 1940 e 1945, basicamente dois grupos se formaram, o “Eixo”, constituído por Alemanha, Itália e Japão e os “Aliados”, Inglaterra, França e, mais tarde, União Soviética e Estados Unidos. O Brasil participa do conflito a partir de 1941 ao lado dos aliados.

Estrangeiros de origem alemã, italiana e japonesa foram muito discriminados no Brasil. Em relação aos nipônicos, além do traços físicos e culturais mais distintos, houve ainda, num curto período pós-guerra, sérios atritos entre membros da colônia em razão de uma organização, formada por imigrantes que não aceitavam a derrota japonesa na guerra. A organização chamava-se *Shindo Remei* e foi muito atuante na região (MORAIS, 2000).

O Sr José Vieira (84 anos, na data da entrevista em 18 de setembro de 2009) conta que houve muita perseguição aos japoneses naquela época. O pai do senhor Takeo Toyota, Seu Otoshiro, liderava parte da colônia japonesa que foi ativa na *Shindo Remei* local e lembra da ocasião em que soldados do exército, baseado em Lins, vieram de madrugada a Garça, entraram na residência que ficava nos fundos da “Casa Toyota” e levaram presos o senhor José, que dormia no local e o senhor Takeo. O Seu Otoshiro não estava. O senhor José foi liberado no dia seguinte, mas o senhor Takeo só retornou três dias depois. Estava preso em um posto policial em Álvaro de Carvalho e quando foi solto teve que pagar um transporte para voltar para Garça. Calcula que na região de Garça deveria ter cerca de seiscentos famílias de japoneses, a maioria morando na zona rural. Lembra que pelo menos uns trinta japoneses de lugares como Londrina e Presidente Prudente ficaram presos na cadeia pública de Garça, recém construída na época. Segundo o senhor José, eles eram muito disciplinados. Durante o tempo que ficaram presos praticavam *Undô* (ginástica) e chegaram a iniciar uma horta em um pequeno espaço de terra que havia no pátio da cadeia. Comenta que o pai do senhor Takeo, voltou para o Japão para conferir o resultado da guerra. Não acreditava na derrota. Ficou doente lá e, quando retornou para cá, faleceu pouco tempo depois. Conta que Seu Takeo também foi para o Japão por duas vezes e ficou impressionado com a recuperação do Japão e o desenvolvimento tecnológico a partir do trabalho até de crianças que depois das aulas montavam componentes eletrônicos ou de outros produtos em suas residências. O senhor José relata histórias de japoneses que vieram para o Brasil depois da guerra e tiveram ajuda do senhor Takeo para se estabelecer em Garça.

A população de imigrantes na região da “Alta Paulista” chegou a “24,1%” na década de 1920 caindo para “20,6%” em 1930 e “13,3%” em 1940. Enquanto em outras regiões do Estado portugueses e espanhóis eram maioria entre a população estrangeira, na “Alta Paulista”, em geral, o maior contingente era de italianos e japoneses ¹⁷⁷. Em 1940, metade da população japonesa em São Paulo vivia ali e representavam “57,2%” do total de estrangeiros na região (CAMARGO, 1981: 138-139).

Em meados da década de 1930, a população total do município de Garça era de “24.499” habitantes sendo “3.103” estrangeiros”, representando “12,66%” do total. A distribuição por nacionalidade era de “998” espanhóis, “961” japoneses, “625” italianos, “274” portugueses, “110” sírios, “38” alemães, além de “107” outras nacionalidades (PEREIRA, 2005: 72).

Voltando ao depoimento da Sr^a Neide, ela termina a descrição do comércio na rodoviária:

“Tinha depois (da Quitanda do Seu Nelson) esse senhor eu já não me lembro como se chamava, com tudo quanto era doce, esse amendoimzinho japonês, ele vendia de xicrinha de café. Sabe aquela xicrinha de café branca, bem grossinha? Ele vendia por xicrinha daquela. Mas aquele amendoim dele era diferente de todos os outros. Então você entrava na rodoviária para ir a esses lugares. Agora do lado de cá tinha onde vendia fumo, essa tranquerada de pescaria, canivete, essas outras. (...) Tinha só um bar ali, bem no meio da rodoviária, que eu não sei se tem ainda. (...) Tinha uma sapataria, do Seu Pinto. O primeiro assim que você entrava na rodoviária, vindo pela (rua) Heitor Penteado”.

¹⁷⁷ No início de desenvolvimento poli-nucleado de Marília-SP, por exemplo, uma característica marcante é a diversidade da estrutura demográfica. A imigração japonesa para a região foi muito grande no período de formação e, em geral, enquanto os nipônicos se instalavam com as famílias, os brasileiros não. Consequentemente a maioria das crianças era de origem japonesa. Um dado exemplar é a existência, em 1937, de quarenta e três escolas primárias para japoneses e somente oito para não japoneses, entre brasileiros e outros imigrantes (GUIDUGLI, 1980). Não podemos afirmar a existência de uma segregação étnica na cidade, mas os japoneses concentravam suas moradias nas proximidades da rua Prudente de Moraes, na área do antigo Patrimônio de Marília, onde ainda existe o Kai Kan, clube japonês. É curioso também o fato do comércio na R. São Luís, nessa fase pioneira, ser composto em grande parte por lojistas japoneses.

4.6 A “Corporação Musical” e a “Rádio”

A “antiga” rodoviária marcava o “centro” da cidade, assim como a “Praça Rui Barbosa”, onde fica a igreja matriz, e juntamente com o cinema orientavam os passeios da população. A Sr^a Neide fala do “coreto” da praça da matriz (**Figuras 20 e 21**):

“Aquele coreto era lindo, maravilhoso. (...) Eu tenho aí uma fotografia do Seu Sebastião Zucoli, que foi o primeiro maestro de Garça. Ele era funcionário, todos eles da banda eram funcionários da prefeitura na época né. E o Seu Sebastião Zucoli tocava clarineta. Era de cair o queixo. Tanto ele tocava como ele regia. Então todo domingo às oito horas a banda estava ali. Chamava Banda Santa Cecília¹⁷⁸ (Figura 22), mas o pessoal falava: a furiosa vem vindo, a furiosa vem vindo. Então era aquela festa. E o coreto ficava assim. (cheio). Não pensa que era esses gatinho pingado de agora. Agora é televisão, é DVD, é vídeo, é muito carro né. O pessoal não vai sair daqui pra ir ver uma bandinha ali. Não tinha cachorro-quente naquela época. Era pipoca, sorvete, amendoim. Aqueles docinhos do Seu Belmiro¹⁷⁹ né. Então era isso que você tinha pra você comer. Mas todo mundo que tava ali vendo a banda, tava comendo uma tranqueira dessa. E assim, pai e mãe com aquele monte de criança junto e a molecada brincando de roda em volta do coreto e pulando conforme eles tocavam a música.”

¹⁷⁸ A “Corporação Musical Santa Cecília” iniciou suas atividades em “1931”. O maestro “Sebastião Zucoli” comandou a banda até “meados de 1951” (SILVA, 1977:649)

¹⁷⁹ O “Seu Belmiro”, vendedor de algodão doce feito na hora, pipoca e manjares, foi uma figura emblemática na cidade. Um dos entrevistados durante o “Projeto Memória Garcense”, em 1995, refere-se a ele assim:

“Eu vou realçar aqui a figura de um cidadão que acompanhou o desenvolvimento de toda essa criançada que hoje atinge já idade bastante adulta, são avós. É a figura daquele pipoqueiro e vendedor de algodão doce, que é a pessoa do Belmiro. Então fica aqui que o Belmiro tem muito em termos de popular nesse aspecto. Eu o julgo a pessoa mais popular de Garça, pelo carinho como ele se dedicava às crianças. Eu nunca vi o Belmiro se exaltar diante de um pedido de qualquer criança com relação às suas pipocas, guloseimas ou mesmo algodão doce.” (Adib Mures Saker, 54 anos na data da entrevista em 27/09/1995. Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 29)



Figura 20 – Coreto da praça da matriz, final da década de 1950.
(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 21 – Coreto da praça matriz e rodoviária vistos do alto da torre da igreja, no final da década de 1950. No canto superior esquerdo o prédio do cinema em seu terceiro endereço inaugurado nos primeiros anos da década de 1950. No canto superior direito, na linha do horizonte, o reservatório elevado de água construído em 1953.
(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 22 – Corporação Musical Santa Cecília, banda municipal formada em 1931. A formação na foto é do final da década de 1960, feita em frente à entrada do prédio da prefeitura (antigo Fórum até o início da década de 1980).

(Fonte: SILVA, 1977: 650)

E por falar em música, a Sr^a Neide se lembra da “Rádio Clube de Garça Ltda”, inaugurada em “1947” (SILVA, 1977: 244):

“Seresteiros garcenses (Figura 23) foram os que batizaram a Rádio Clube de Garça. (...) que era ali em cima da onde é hoje aquela loja de calçados”.



Figura 23 – Um dos conjuntos que tocaram na inauguração, em 1947, da “Rádio Club de Garça”. A foto foi feita em um estúdio fotográfico da cidade.

(Fonte: Álbum Sr^a Neide Guanaes Barbero)

Havia um restaurante nas décadas de 1940 e 1950, onde grupos musicais se apresentavam. Chamava-se “Ponto Chic” (Figuras 24 e 25) e ficava ao lado da residência do Sr Carlos Ferrari, próximo à “antiga” rodoviária.



Figura 24– Apresentação infantil, acompanhada por seresteiros, em 1943. Costumavam se apresentar no “Ponto Chic”, um restaurante que funcionava próximo à “antiga” rodoviária.
(Fonte: Álbum Sr^a Neide Guanaes Barbero)



Figura 25 – „Ponto Chic”, localizado na mesma rua da “antiga” rodoviária, em foto do final da década de 1960. Durante as décadas de 1940 e 1950 foi um restaurante frequentado pela “elite” social da cidade, com apresentações de grupos musicais. O fundador de „Ferrarópolis”, Sr Carlos Ferrari, morava em residência ao lado.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

O Sr Hélio ¹⁸⁰ participou da inauguração da “Rádio Club” (Figura 26) com um conjunto musical recém formado:

“Quando mudei aqui para Garça (em 1944), logo comecei. Sabe como a mocidade vai se influenciando com negócio de música. (...) Eu fui o crooner da orquestra do Sebastião Zucoli. O Sr. Sebastião que comandava, ele era o maestro. Eu era o crooner. (...) Da Banda eu nunca tomei parte. Sempre tomei parte na orquestra. Inclusive, tive conjunto vocal também. Tudo separado.”

¹⁸⁰ Hélio de Oliveira , 68 anos na data da entrevista em 30/10/ 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 28



Figura 26 – “Radio Club ZYL 3 de Garça”, década de 1960. O acesso era por uma escada lateral ao comércio que funcionava no térreo. Foto feita a partir da “antiga” rodoviária.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

No depoimento do Sr Hélio, a questão das distinções sociais surge quando explica melhor a formação do “conjunto vocal” em que cantava:

“Existia aqui uns meninos, filhos de ricos, que formaram um conjunto. Um dos integrantes desse conjunto era meu freguês (da barbearia) e ele falou: „Ó, nós vamos começar a ensaiar esse nosso conjunto amanhã. Se você quiser ir lá assistir o ensaio, está às ordens”. O rapaz era muito bom. (...) Eu apareci lá oito horas da noite para assistir o ensaio. Quando apareci, eu percebi que o ambiente ali não era para mim, não. Percebi um zum, zum, zum, um começar a cochichar com outro: „Vocês foram chamar esse. Nós não queremos pessoas de fora aqui para assistir os ensaios, e tal...” Aí, eu percebi que eu fui barrado ali, né. Mas eu fiquei meio magoado porque eu fui convidado para assistir o ensaio. E era o primeiro ensaio. Não tinha nada de mais. Eu podia até, se eles tivessem outra inteligência, eles podiam falar: „Não! Assiste o ensaio! Quem sabe, você também serve”. Voltei e comentei isso no salão: „Eu fui barrado! (...) Vamos formar nós, então, um conjunto aqui!” E, tava numa época de política. Tinha o saudoso Serafim Martins ¹⁸¹. Ele que nos cedeu os instrumentos. (...) Ele era um

¹⁸¹ Serafim Martins foi um corretor de café em Garça, nas décadas de 1940 e 1950, ligado à família de Labieno da Costa Machado. Em 1951 foi candidato à prefeito pelo “Partido Social Democrático – PSP”, com o “slogan „O Povo é sempre quem manda!””. O primeiro “arranha-céu” da cidade, o “Edifício do Comércio”, foi projetado, construído e vendido sob a direção de Serafim Martins nesse mesmo ano (O

político. (...)Ele era dessas pessoas assim que tinha muita comunicação com os políticos de São Paulo. Então, a turma gostava dele aqui porque ele levava as coisas, trazia e tal. Então, ele era muito querido. Serafim era muito querido no meio dos garcenses. (...)Ele apoiou o conjunto e comprou violão, comprou pandeiro, comprou tudo aquelas coisas e nós começamos a ensaiar. Aí, foi quando surgiu a inauguração da Rádio Club de Garça. (...)A inauguração da Rádio Clube de Garça foi no antigo cinema (...) Nós participamos da inauguração. Foi ali que surgiu o nome do conjunto ¹⁸² sem querer, né? (...) Esse conjunto dessa rapaziada que me barrou lá no ensaio, engraçado, tocou lá uma música e saiu (risos). Então, nós entramos. Nós éramos em cinco. Acabamos de cantar o primeiro número, que até hoje eu não me esqueço (lágrimas nos olhos), foi a Malaguenha, a famosa Malaguenha (risos). Cantamos Malaguenha e eles fizeram nós voltar três ou quatro vezes no palco. Cantamos lá três ou quatro músicas. (...) A Rádio foi inaugurada no cinema e, depois, ela passou a ter os programas ali naquele sobradinho (...). Em cima tinha auditório, tinha todos aqueles programas da criançada.”

O acesso à “Rádio Clube” era feito por uma porta lateral ao lado da entrada da casa comercial que funcionava no térreo. Uma escada íngreme levava ao auditório da rádio. A Sr^a Neide descreve o local:

“Tinha programa de auditório. (...) Cem cadeiras. O palco tinha dois degraus pra você subir. Tinha um piano da Dona Esmerinha, e o regional (conjunto musical). E atrás as mesas de som. A rádio era um paraíso pequeno né. (...) A distância do palco pras cadeiras não era grande. Se fosse um metro e meio, dois metros, era muito. (...) E isso ficava assim (cheio), lotava. Deu até pena quando fechou a rádio e falou que não ia ter mais programa de auditório. Porque falava que ia ter programa de auditório e essa Garça se movimentava inteira pra ver esse programa, fosse o que fosse. Quem fosse

PALANQUE, Ano I – Publicação semanal – 17 de junho de 1951 – nº1, p. 4) A eleição foi vencida por “Rafael Paes de Barros”, filiado ao “PSP”, o mesmo do governador “Dr Lucas Nogueira Garcez”. Serafim Martins foi terceiro colocado.

¹⁸² O Sr Hélio conta sobre como surgiu o nome do conjunto:

“O apresentador perguntou para mim, que eu era o crooner da frente: „Como é o nome do seu conjunto?“E eu falei: „O conjunto não tem nome. Nós formamos faz dez, quinze dias. Não tem nome. Por enquanto é pagão. Não foi batizado ainda“. E ele falou: „Então fica Pagão mesmo“. Aí deu certo. Nós éramos em cinco no conjunto. E a palavra „Pagão“ dá cinco letras. Nós fizemos uniforme. Cada um com uma letra. „Pagão“, cinco letras. (...)Cada integrante tinha uma camisa branca com as letras azuis assim. Quando nós ficávamos no auditório assim, o auditório lia „PAGÃO“. Então ficou o conjunto PAGÃO.”

que fosse se apresentar no palco da ZYL3, a rádio ficava lotada. (...) Sempre tinha um programa de auditório. Tinha a “Hora do Guri”, domingo. A moçadinha se arrumava, tudo molecadinha de sete, oito, nove, dez aninhos, (...) que ia cantar. A Rádio ficava assim (cheia), sabe. E todo mundo que ia cantar ganhava um Pif-Paf do Odilon Izar¹⁸³. O Pif-Paf era uma garrafinha desse tamanhinho assim, uma delícia. Um refrigerante que chamava Pif-Paf. (...) Tinha também o programa caipira. Eles traziam gente de fora, mesmo que não fosse conhecida. Se ia ter um programa, ninguém deixava de ir. Depois acabou. (...) Inclusive não tem nada no rádio dizendo quem batizou a rádio. (...) Parece que não tem história a rádio. Parece que não tem história do começo. A gente não sabe. Porque o pessoal novo que vem, ninguém quer saber de coisa velha né...”

As emissoras locais de rádio assumem uma importância nas cidades. Além de funcionarem como retransmissoras de emissoras de abrangência nacional, mantinham programação específica envolvendo a comunidade local. Assim como o cinema, era um espaço de sociabilidade aberto e de muita influência. A rádio foi um fator de “integração nacional” muito explorado nos governos de Getúlio Vargas, a partir de 1930, tanto na fase ditatorial quanto na democrática. Basicamente serviu como molde no início da televisão no final da década de 1950. Mas a produção e transmissão de programas televisivos custam muito mais e, portanto, operam com a perspectiva de grandes públicos e ampla audiência, sem a característica local das rádios das pequenas e médias cidades. A sociabilidade construída em torno do cinema e rádio foi profundamente alterada com a difusão da televisão de padrão “global”.

4.7 “Footing” e distinção socioespacial.

Grande parte de moradores e moradoras das partes “abaixo” ou “acima” da linha entrevistados comentam uma prática na cidade que se estendeu com o mesmo nome do início da década de 1930 até a década de 1970: o “footing”, um passeio a pé para se distrair, em torno de locais de encontro das pessoas como cinemas, bares, sorveterias,

¹⁸³ “Pif Paf” era o nome de um refrigerante fabricado em Garça pelo Sr Odilon Izar. O fabricante patrocinava o programa de auditório da rádio, aos domingos pela manhã, a “Hora do Guri”.

praças ou mesmo ruas específicas ¹⁸⁴. Em geral, no “footing” aconteciam as paqueras, mediante trocas de olhares entre rapazes e moças que caminhavam em pequenos grupos e em sentidos contrários. Quase sempre, cabia aos rapazes tomar a iniciativa de uma conversa, embora, também quase sempre, as meninas já os tivessem escolhido.

O Sr João Chaves ¹⁸⁵ fala do “footing” em lugares e tempos diversos. Organiza suas lembranças inicialmente considerando trajetos na cidade e uma “pequena” discriminação às pessoas do patrimônio de “baixo”:

“Aqui vai se dividir em três etapas. No início, o footing era tido entre a praça da igreja até mais ou menos o banco aqui (aproximadamente duzentos metros da Rua Carlos Ferrari, no sentido leste). (...) Era curtinho, mas era footing. Mas aí não tinha aquela rivalidade. Quer dizer, olhava-se de lado. As pessoas de cima olhavam de lado, mas não havia atrito, não havia absolutamente nada. Havia aquela coisa. (...) Construído o cinema aqui em frente do Vizotto (posto de combustível), o footing mudou. Quer dizer, aumentaram duas quadras, né? Então aumentou. Posteriormente, veio o cinema novo, lá em baixo, na praça Pedro de Toledo. Aí acabou o footing aqui. (...) Já era em torno da praça em frente o cinema. E tinha um pouquinho aqui por cima, mas movimentou lá pra baixo.”

Em seguida descreve alguns locais complementares ao “footing”, na “segunda etapa”, e novamente menciona a distinção entre frequentadores das partes “acima” e “abaixo” da linha:

“Existia aqui uma sorveteria que chamava Sorveteria do Alberto (Alves). E lá, normalmente as moças, professoras, aquelas moças da sociedade, se encontravam lá. Então era o ponto das moças. O Alberto Alves, que era o dono daquela esquina (Rua Barão do Rio Branco x Rua Carlos Ferrari), morava ao lado e recebia. Recepcionava as moças. Porque o Alberto Alves era presidente do Aero Clube, que era um clube que tinha (na Rua Carlos Ferrari, a 50 metros da esquina com a Rua Barão do Rio Branco). Em cima era um clube (o prédio é um sobrado). O Aero Clube. As moças se encontravam por lá. Depois iam dá uma olhadinha no clube. Iam se encontrar no Aero

¹⁸⁴ Uma acepção adicional para a palavra “footing” dá uma dimensão mais ampla do seu sentido como “posição social; relações; relacionamento”, ligada ao sinônimo “foothold”, “lugar seguro para o pé (ao escalar uma montanha, etc.)” (YÁZIGI DICTIONARY, 1973: 192). Uma forma de “alpinismo social”.

¹⁸⁵ Entrevista “João Miguel Chaves”, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 (Duração 01:02:20).

Clube, na Carlos Ferrari. E era um ambiente social muito gostoso. Moças da cidade do patrimônio de baixo poucas iam. Se integravam, se infiltravam também. (...) Sempre olhadas de lado, né. Mas bem recebidas.”

Uma das moças do “patrimônio de baixo” no final da década de 1940 era a Sr^a Neide ¹⁸⁶, que assim se recorda do costume:

“Era o „footing” que eles falavam. Não falavam cinema, falavam „footing”. Vamos no „footing”? (...) Primeiro era em frente desse cinema velho. Era só aqui. Só aquele quarteirão. Do cinema até a esquina de cá. Então as moças iam e os rapazes iam. (...) A calçada, a rua e a outra calçada, num vai e vem. Era ali que a moçada ficava e conversava e comia a pipoquinha deles também, chupava um sorveteinho lá. (...) Mas eu nunca frequentei isso. (...) Eu não gostava de ir. Meu pai também não deixava. A gente falava: „Ah pai deixa eu ir na reza...” Ele falava: “Quer ir na reza vai na missa de manhã que é de dia, não tem que sair de noite não...” (...) Ele não deixava. Mas a gente sabia como era porque de vez em quando você dava uma fugida e passava lá.”

Assim como a Sr^a Neide, muitas moças não podiam frequentar desacompanhadas o “footing”, ou qualquer local de diversão por proibição dos pais. É claro que sempre havia um jeitinho, e algumas mães eram cúmplices dos desejos das filhas que nunca podiam ser os mesmos dos filhos. A repressão era corriqueira. Quando havia irmãos, comumente esses apoiavam o pai e dificultavam ainda mais. A família da Sr^a Neide era urbana, erudita, inicialmente entrosada com a “elite” social garcense, mas que economicamente passava por dificuldades que, inclusive, obrigaram a mudança de endereço da parte “acima” da linha para a parte “abaixo” e o consequente desprestígio que isso significava. Ou seja, o pai “repressor” não era um ignorante, mas em relação ao comportamento das filhas seguia um padrão similar a muitas famílias na época que aos poucos mudava em parte pela necessidade de que o maior número de pessoas da família trabalhasse, inclusive as moças. Tanto a Sr^a Neide quanto suas cinco irmãs estudaram desde crianças e trabalharam assim que puderam.

Na zona rural, tal situação não era muito diferente quanto ao rigor, principalmente do pai, em relação à vida das filhas, com o agravante do quase

¹⁸⁶ Entrevista “Neide Guanaes Barbero”, 72 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:46).

impossível acesso à educação formal. A Sr^a Lourdes ¹⁸⁷, de uma família de origem rural, composta pelo pai, mãe, três filhas e dois filhos, ilustra bem o caso:

“Não estudei porque meu pai era carioca, sabe, desse tipo antigo. (...) Nós falava: „Pai, nós quer estudar!” Ele falava assim: „Ah, filha mulher não precisa estudar não. Os homem é que tem que estudar. Filha mulher não precisa estudar. Vai aprender escrever carta pro namorado”. Foi uma ignorância. Então, nós ficamos pra trás e os homem foi pra frente, estudou. E nós ficamos pra trás. (...) Os dois irmão estudou. (...) Nós queria, mas o pai não deixava porque dizia que a gente vai escrever carta pra namorado. Naquele tempo, quando eu comecei a namorar, meu pai só deixou assim perto do moço conversando em casa. Era o moço lá e eu aqui. (...) As minhas irmã mais velha namorava assim, o moço na sala, conversando com ele e a gente ficava conhecendo o namorado pelo buraco (risos). (..) O pai é que namorava, não era as filha. (...) As minhas duas irmã foi assim. Agora eu já tirei aquela mania do velho, né. Fui sentando assim de longe, ele lá eu aqui, depois no fim a gente foi chegando de pertinho, pertinho, até que... Filha caçula, né (risos)”

Uma característica de famílias com muitos filhos e ou filhas é a diferença de tratamento com o decorrer dos anos. Os(as) mais novos(as) em geral tem mais regalias como no caso da Sr^a Lourdes, que além disso tinha muita convivência da mãe que também sofria muito nas mãos do marido:

“Minha mãe não podia falar. Se falava, ele dizia que minha mãe tava errada, que minha mãe tava ensinando nós tudo errado. (...) Se dependesse dela nós tinha estudado. Tinha. Mas ele não quis.”

O pai da Sr^a Lourdes era músico e, portanto, sempre muito requisitado para as festas. Quase sempre levava os(as) filhos(as) acompanhando-o. Muito comuns eram os bailes feitos nos “terreirões” de café, sob barracas de lona nos sítios e fazendas. Quando se mudaram para a cidade os “arrasta-pés” aconteciam nos fundos dos quintais em que as famílias e amigos da vizinhança se reuniam em ocasiões festivas:

“Eu gostava de dançar baile. (...) O meu pai tocava uma sanfona que era uma beleza. Ele tocava sanfona, meu irmão tocava violão e eu batia pandeiro. Então, quando tinha baile assim na colônia e se o dono da festa convidasse ele pra tocar, nós tinha

¹⁸⁷ Entrevista “Lourdes Correia Luiz de Aquino”, 68 anos, em 13 de outubro de 2009 (Duração 00:28:23)

*oportunidade de dançar, de divertir. Mas se não convidasse, ele não deixava nós ir. Sabe o que nós fazia? (risos) Nós deitava, fazia que ia dormi e a minha mãe quebrava um galhão nosso. Meu pai bebia um pouco, ficava meio embriagado e dormia. E nós pulava a janela. Pulava a janela e ia pro baile. (...) Era chegar lá e dançar, (...) Mas nós já falava pro dono da festa: „Fica olhando que se o meu pai chegar aí nós apanha aqui no meio do povo!“ Eapanhava mesmo. (...) Era divertido, sabe. (...) Uma vez, meu padrinho fez uma festa e não chamou meu pai pra ir na festa. Pra tocar, entendeu. Chamou ele pra ir na festa, mas não chamou pra tocar. Chamou outro tocador. Aí nós esperemo ele dormir, ne’. Quando ele dormiu, nós pulemo a janela. Eu e minhas irmã. As três, eu, a minha irmã Benedita e a Maria, nós pulemo a janela. E meu irmão ia. Ele ficava a vontade, porque com meus irmão meu pai não ligava. O negócio era com nós que era as mulher. Aí nós pulamo a janela e a minha mãe disse: „Pula a janela e sai quieta...“ Minha mãe quebrou nosso galho. (...) Fechou a porta do nosso quarto, enrolou a coberta pra fazer que era nós que tava ali dormindo, e nós fomo pro baile. Chegemo lá e dançamo, dançamo, dançamo. (...) E avisei: „Padrinho, o senhor fica olhando, se o velho aparecer, o senhor avisa nós pra nós se esconder, né. Dali um pouco meu pai apontou. (...) Meu padrinho correu e falou assim: “*Lourdes, Lourdes, Lourdes! Você, a Maria e a Dita esconde que o velho vem vindo ali. Nós corremo e escondemo. Ele pegou e falou: „Vocês esconde, mas pode deixar que eu vou conversar com seu pai. Ele chegou e o meu padrinho falou assim: „Ôcompadre, o senhor tá aqui! Que bom que o senhor veio na festa“. Aí ele conversou com o tocador de sanfona e controlou: „Ôcompadre, vem tocar, o senhor toca bem, vem tocar pra nós aqui, vem tocar uma valsa, uma rancheira. Foi agradando ele, né. Meu pai pegou a sanfona e começou a tocar. Aí o padrinho falou assim pro meu pai: „Oha, as meninas tá aí e o senhor não vai ficar bravo com elas não! Manda elas vim dançar“. Aí deu no que nós queria (risos).”**

Na década de 1950, a maioria da população morava na zona rural de Garça, cerca de 61% dos 32 mil habitantes do município (IBGE, 1957: 333), assim como a família da Sra Lourdes, que se lembra do percurso que faziam desde a Fazenda Iгурê (extremo leste), onde os trilhos passavam ao lado das casas da colônia, até o final da Vila Rebelo (extremo oeste), em Garça.

A Sr^a Lourdes lembra-se da localização da antiga estação e como a linha dividia a cidade. Fala que a Vila Araceli (antiga Vila Nova) ficava de um lado e a Vila Salgueiro (loteamento localizado nas terras dos Barros) ficava do outro. Como as características das duas vilas eram muito parecidas, a entrevistada não percebe nenhuma distinção entre as pessoas quanto a moradia “acima” ou “abaixo” da linha e, em sua opinião, a remoção dos trilhos foi benéfica pela diminuição de acidentes que ocorriam na ferrovia.

Menciona a “casa da onça” (**Figura 27**) (atualmente uma creche), mas não sabe a origem do nome ¹⁸⁸ desse imóvel que ficava próximo à Vila Salgueiro, no caminho que ligava a cidade às propriedades rurais no leste do município. O caminho era no meio da mata e geralmente vinham a pé da fazenda onde moravam e voltavam de táxi ou jardineira quando estavam muito cansados. As compras eram entregues no sítio por um carro de boi (**Figura 28**). Além da compra nas mercearias, o passeio ficava restrito a um lanche em algum dos poucos bares. As mulheres, quando vinham da fazenda para a cidade, ficavam descalças e só colocavam o calçado perto da “casa da onça”, depois de lavarem os pés.

¹⁸⁸ Segundo relato de familiares, Antonio Carvalho de Barros, o “Cel Barros”, antes de vir para a região de Garça, trabalhou ainda adolescente para um tio que possuía uma casa comercial em Campinas chamada “Casa da Onça” (há outra versão que diz que o comércio era em Jaú). Muitos anos depois, adquiriu “700 alqueires” de terras na região, compradas do “governo do Estado” e “1300 alqueires” comprados do “Cel Joaquim Piza”, em 1912. Um dos limites da propriedade era o “espigão desconhecido”, que só foi mapeado em 1917. Em meados da década de 1920 construiu um sobrado com uma residência na parte superior e uma “casa de comércio” no térreo. Em uma estante da venda ficava uma onça empalhada, que já “enfeitara” o comércio do tio em Campinas e, assim como lá, fez com que o lugar fosse conhecido como “Casa da Onça”. O “Cel Barros” morreu em 1933. Ele e a esposa “Dona Maria Ornellas” tiveram oito filhos(as), dentre eles(as) “Maria Leonor”, casada com “Sebastião Salgueiro”. Parte dos herdeiros residia em Garça, nas respectivas propriedades partilhadas. Maria Leonor e o marido mudaram-se para Garça em 1935 e moravam na “Casa da Onça”. Mas ela faleceu durante a primeira gravidez. O sobrado ficou para a sua mãe, “Dona Maria Ornellas” que por sua vez, pouco antes de morrer, doou o imóvel para que nele se fizesse uma creche e que pusessem o nome da filha. (Wilma Barros de Lemos, ~ 60 anos na data da entrevista em 1995. Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 33).



Figura 27 – Foto do início da década de 1970. A antiga “Casa da Onça”, construída em meados da década de 1920, transformou-se em “Casa da Criança”. Localizada no final da avenida construída sobre o divisor de águas entre as propriedades do “Cel. Barros”, que morava na parte superior do sobrado e mantinha uma mercearia no térreo. À direita, o acesso à “Vila Salgueiro” e zona rural leste.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Foto 28 – “Carro de boi” passando na “Avenida Faustina” em 1926. Essa forma de transporte ainda foi muito utilizada nas propriedades rurais do município até a década de 1950.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

Para a Sr^a Lourdes não havia diferença entre os moradores da cidade e da zona rural, era “*tudo caipira*”. Acha que só mudou depois que a cidade cresceu. De gente que mandava na cidade só lembra-se do “*prefeito Rafael Paes de Barros*”, mas para ela eram todos “*atrasados*”, e ricos e pobres se “*misturavam*”, “*não tinha diferença um do outro não*”.

A percepção de inexistência de distinções sociais evidentes na cidade no relato da Sr^a Lourdes demonstra o pouco contato com pessoas de estratos diversos ao dela durante a maior parte de sua vida. A infância e adolescência na zona rural, o fato de não ter ido para escola, o trabalho entre iguais na mocidade, o casamento precoce e a moradia no mesmo bairro de periferia desde quando a família veio para a cidade evitaram a possibilidade de se desvelarem contrastes sociais que marcassem negativamente suas lembranças.

Para compararmos adiante a situação de outras entrevistadas que em função da escolaridade tiveram outras formas de sociabilidade e diferentes perspectivas quanto à questão das distinções sociais na cidade, vale constar o tipo de trabalho que a Sr^a Lourdes fez durante sua juventude. Todo o tempo, mesmo morando na cidade, trabalhou na roça, na colheita e capinação. Trabalhou com catação de café, em máquina, na Cooperativa dos Cafeicultores de Garça, localizada nas proximidades da Vila Araceli, onde residia:

“Normalmente era mais mulher que fazia a catação. Eles colocava as mulher porque as mulher sabia. Sentava uma turma acho que desse lado e outra turma do outro lado e a lona passava no meio, né. Então a gente tirava. Ponhava mulher porque a gente escolhia. Aquele café que era ruim a gente escolhia. Tirava. Deixava o café bom passar, pegava o café ruim e botava na caixa. Quando a lona chegava, jogavam o saco de café lá na frente. Já tava tudo limpinho. (...) Os homens ficavam na bica da lona pra pegar o saco de café. Quando enchia já colocava outro.”

Em meados da década de 1950, a população urbana do município, embora muito menor que a quantidade que morava na parte rural, já dispunha de oportunidades em pequenas manufaturas que mesmo diretamente relacionadas às atividades agrícolas apresentavam diferentes condições de trabalho. Além do serviço de “catação” em

máquinas de beneficiamento de café, outra atividade correlata ligada à sericicultura empregava muitas mulheres na cidade, segundo depoimento do Sr José Vieira ¹⁸⁹:

“Nós tínhamos quatro fiações de seda. Plantavam muito amoreira e tinha a fiação de seda do Eduardo Bez, da Cooperativa Garça – Vera Cruz Limitada, da família Cotait e do Oshimura. Eram quatro fiações de seda e tinha a mulherada que começava a trabalhar ali. Saindo das catações de café que existiam, foram trabalhar na fiação de seda. Pra você ter uma idéia, onde nós temos esse primeiro prédio aqui, o Edifício do Comércio, (...) era a catação do Seu Zé Ribeiro. Era um barracão de madeira grande e ali era uma catação de café que depois venderam e mudaram pra outro lugar. Mas a mulherada tinha emprego catando café e nas fiações que fabricavam a seda pra exportação.”

Outra entrevistada, a Sr^a Aparecida ¹⁹⁰, teve trajetória similar à Sr^a Lourdes. A família se mudou da zona rural para a um bairro periférico de Garça, a “Vila Araceli”. A Sr^a Aparecida também não estudou por motivos muito parecidos:

“A gente foi estudar lá no patronato (entidade ao lado da Igreja Nossa Senhora de Lourdes, iniciada pelo frei Aurelio). Aí tinha sempre umas moça mais avançada que começava a marcar encontro com namorado, essas coisa, né. Um dia cheguei em casa e falei, olha mãe, como que eu tô bem, a professora só me deu nota boa. Aí ela pegou o caderno, rasgou e disse: „Falaram pra mim que vocês não vai na escola, vocês ficam namorando lá! Você não vai mais em lugar nenhum”. Aquilo me deu uma tristeza. Eu tinha 16 anos. Me deu aquela tristeza. Tão bem que eu tava, agora minha mãe não deixa. Me deu aquele branco. (...) Antes não pude estudar, porque meu pai faleceu. Minha mãe trabalhava e eu tinha que ficar com as minha cunhada, ajudar a levar as crianças na escola, ajudar no serviço da casa. Quando eu peguei uma idade de doze anos eu já fui trabalhar também, de doméstica.”

Além de empregada doméstica, a Sr^a Aparecida trabalhou na fábrica de bebidas do Sr Odilon Izar, que produzia o refrigerante “Pif Paf”:

“Trabalhei muito tempo ali na mina do Odilon Izar. Trabalhei bastante tempo ali. Era uma mina de água que fornecia água pra cidade toda, né. Nós enchia as embalagens de

¹⁸⁹ Entrevista “José Vieira”, 84 anos, em 18 de setembro de 2009 (Duração 01:26:12).

¹⁹⁰ Entrevista “Aparecida Fernandes”, 65 anos, em 06 de outubro de 2009 (Duração 00:20:28).

água. Era garrafão de água que nós levava. Naquele tempo não tinha carro, era uma carroça que entregava na cidade. Garrafão de vidro. Entregava em vários lugares. (...) Esse senhor que carregava água é vivo ainda. Ele chama Seu Miguel. Ele levava acho que umas cinco ou seis viagens de garrafão de água por dia nos bares, em bastante lugar. Muita gente pedia aquela água. Era muito boa, né. A caixa de água que flutuava a mina, era deste tamanho aqui (do tamanho da sala onde está). Ai, uma vez por mês, esvaziava ela. Nós limpava ela. Era tudo de azulejo, sabe. Nós lavava ela todinha e ficava a noite toda abastecendo. No dia seguinte os garrafão já tava tudo limpo. Umas ia enchendo, outras ia colocando selo, outras já ia tampando, ia colocando lá para o carroceiro levar. Muito bom aquele tempo.”

A Sr^a Aparecida pelas experiências de trabalho teve vivências que de certa forma a fizeram enxergar a sociedade de forma menos homogênea quanto a que se percebe em algumas entrevistas feitas com pessoas do grupo de alfabetização de adultos do qual também a Sr^a Lourdes fazia parte. Enquanto no depoimento da Sr^a Lourdes não há nenhum aspecto que revele noção de distinções sociais na cidade, no relato da Sr^a Aparecida em vários momentos transparece a percepção de desigualdades como quando ela fala do “footing”:

“Na praça, a parte do jardim do cinema era só dos rico, né. E a parte de cima ali em frente a matriz era dos pobre. Falava „footing“. As moça das vila, as moça mais simples, ficava ali na parte de cima, e os riquinho, os filho de papai, ficava lá no quarteirão do cinema. (...) A gente não se misturava. A gente chegava até ali no Cine Bar (na rodoviária “antiga”, esquina em frente ao cinema “novo”) e voltava pra cima. Chegava até na Pernambucana e voltava de novo até no Cine Bar. E a turma riquinha ficava ali em volta do jardim. Tinha o chafariz. Era muito bonito. (...) As moça que era filha de papai, elas ficava de mão dada, ficava abraçada, e nós não. Nós era assim (risos). Era muito dividido, né. A gente se conversava, mas ele lá e a gente aqui. E os filho de papai não. Eles sentavam, ficavam de bonde, se beijava. Era bem diferente. A gente sabia o lugar da gente.” (Figuras 29 a 32)



Figura 29 – Foto feita no final da década de 1960. “Cine São Miguel”, Rua Sargento Wilson X Rua Minas Gerais. Ao centro, em segundo plano, o “Cine Bar”, na esquina da rodoviária “antiga” e a torre do relógio ao fundo.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 30 - Vista aérea da parte central da cidade no início da década de 1970. O “footing”, desde a inauguração do cinema “novo” em 1952, acontecia na “Praça Pedro de Toledo” com a fonte luminosa, abaixo à direita, e no percurso até a “Praça Rui Barbosa”, a da igreja, acima, na “rua sargento Wilson”, à esquerda. No alinhamento dessa rua perpendicular às praças centrais, ficavam o cinema e a rodoviária onde localizava-se na esquina o “Cine Bar”.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 31 – A “fonte luminosa” que funcionava na Praça Pedro de Toledo, em frente ao cinema, em foto noturna do início da década de 1970. Rapazes e moças andavam em volta da praça, em sentidos contrários e após o flerte inicial, namoravam sentados nos bancos na parte interna da praça, em frente à fonte.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 32 – Fonte da Praça Pedro de Toledo funcionando durante o dia, em foto do início da década de 1970.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

Além da percepção das distinções entre as pessoas no “footing”, a Sr^a Aparecida lembra a questão do vestuário para entrar no cinema, que possuía um auditório térreo e um menor no mezanino do prédio:

“No cinema, na parte de baixo era só para as pessoas que usava terno e gravata. (...) Em cima era popular, falava puleiro. Era a turma (faz um sinal no sentido de raso). Tanto no matinê, quanto no cinema a noite. (...) Tinha essa separação. Em baixo tinha aquela vitrine de bala, chocolate. Em cima não. Em cima a gente podia levar pipoca, comer lanche. Era popular lá em cima. Depois acabou. Misturou tudo. Ai tanto você entrava na parte de baixo como na parte de cima de qualquer jeito. Não tinha problema.”

Em outra entrevista, sobre o cinema, o Sr Jair Delicato ¹⁹¹ lembra da obrigação de utilização de terno e gravata para assistir aos filmes:

“No cinema da Praça Pedro de Toledo, no mezanino não havia a exigência do traje, mas se fosse um casal, a mulher teria que acompanhar o homem se este não estivesse devidamente trajado para ficar na parte de baixo. Depois de muito tempo aboliu-se a necessidade da gravata. Assim como no tempo que o cinema funcionou nas décadas de 1930 e 1940, existia um bar muito frequentado ao lado. Mas ali o dono do prédio era o mesmo do edifício do cinema. O Sr Miguel Mônico construiu um sobrado ao lado do edifício do cinema. Morava com a família na parte superior e no térreo funcionava o bar e restaurante que em geral funcionou arrendado. Um corredor dividia os dois prédios, servia de acesso à residência do proprietário e também como uma das saídas laterais do cinema. Dentro do cinema havia um balcão de venda de balas e chocolates, que funcionava independentemente do bar. O bar era frequentado basicamente somente por homens, pelo funcionamento de um bilhar nos fundos, com vinte ou mais mesas de sinuca. Havia jogadores famosos, as disputas envolviam gente de fora e apostas.”

A partir da década de 1970 a frequência ao cinema perde a aura de programa social quase obrigatório. Existem mais oportunidades de lazer na cidade, além da proliferação da televisão, que ocupa grande parte do espaço que o cinema e a rádio tinham na vida das pessoas em geral.

¹⁹¹ Entrevista “Jair Delicato”, 73 anos em 14 de novembro de 2009 (Duração 00:44:24).

4.8 Os clubes

Dentre outras opções, a associação a clubes era muito comum àqueles que podiam frequentá-los. Nos clubes podemos perceber como mecanismos de distinção operavam na sociedade local.

Muito citado em várias entrevistas, um dos primeiros clubes sociais da cidade chamava-se “Aero Clube”. A denominação tem a ver com a construção da pista de pouso na cidade no final da década de 1930 e a quase imediata implantação de um curso de formação de pilotos encabeçado pelo Sr Alberto Alves que nessa época era um dos empresários mais ativos e bem sucedidos em Garça. Em “15 de outubro de 1941” houve a formatura da primeira turma (**Figura 33**). Os certificados foram entregues em mãos pelo “Ministro Salgado Filho”, durante solenidade comemorativa da “Semana da Asa” (SILVA, 1977: 295). O desenvolvimento da aviação no país era importante em um período de guerra. De certa forma, o Brasil tentava mostrar-se à altura das nações que diretamente estavam envolvidas e a aviação civil poderia contribuir com a formação de um contingente de pilotos que poderiam ser aproveitados pelas Forças Armadas nacionais. O Sr Alberto Alves havia lutado durante a “Revolução Constitucionalista” em 1932 durante a qual os primeiros aeroplanos foram usados como armas no Brasil.

A formação de pilotos teve curta existência. Em 1942, um acidente matou dois jovens pilotos recém formados. O Aero Clube manteve-se por mais alguns anos, mas perdeu o *status* inicial. O aeroporto continuou funcionando e era uma alternativa para quem podia bancar as viagens e evitar o transporte ferroviário ou as estradas sem pavimentação. Em 1949 a “Real Aerovias” fazia uma linha regular entre Garça a Tupã¹⁹² (**Figura 34**), que era naquela época um importante entroncamento rodoviário da “Alta Paulista” com muito movimento e atividade econômica.

O desenvolvimento da aviação no período da Segunda Grande Guerra, além de estratégico, significava mais um degrau no avanço da modernidade e modernização do Brasil. Mas o desenvolvimento não era para todos. O “Aero Clube” garcense, por exemplo, era uma forma de sinalização de *status* em uma sociedade local que buscava

¹⁹² O jornal “Correio de Garça”, de 4 de agosto de 1960, noticia o fim da linha depois de pouco mais de 15 anos em atividade: “Cancelados os vôos entre Garça - São Paulo – Tupã”.

consolidar espaços de diferenciação. O “avião” simbolizaria literalmente uma ascensão para os poucos que dominavam uma codificação complexa e seletiva em um lugar onde a grande maioria das pessoas só calçava um sapato com mais de doze anos e ignorava as novas tecnologias que a modernidade trazia ¹⁹³.



Figura 33 – A primeira turma de pilotos formados no Aero Clube de Garça.

(Fonte: Álbum Srª Lúcia Helena Alves)

¹⁹³ Uma pequena história registra bem as diferentes temporalidades:

“Ainda criança eu ouvia, frequentemente, histórias que falavam sobre o fim do mundo, e que este seria logo, logo! Eu morria de medo! Falava-se dos sinais mostrados na Bíblia e nas profecias de Nostradamus. As histórias corriam de boca em boca. Cada dia era uma história diferente e uma grande expectativa de que o mundo iria acabar mesmo. Os meios de comunicação naquela época (década de 1950) eram: rádio (que nem todos tinham), jornais (a que poucos tinham acesso), telefone (mais raro ainda). Os telegramas eram de mau agouro: quase sempre era notícia ruim e as cartas demoravam dias e dias para chegar ao destino. Logo após a 2ª Guerra Mundial, em 1945, começou a Guerra Fria entre EUA e Rússia, duas superpotências com armamento nuclear e o medo de uma guerra atômica era muito grande e geral. Em 1958 minha família mudou-se para Garça. Viemos de muito longe e fomos morar quase no centro da cidade, numa rua revestida de bloquetes e arborizada com jacarandás mimosos. Numa linda tarde de céu muito azul, sem nuvens e com o sol já indo para o poente a pacata cidade de Garça foi tomada pelo terror! Com grande alvoroço as pessoas corriam, gritavam e choravam desesperadas pelas ruas! Algumas entravam nas casas para esconderem-se, enquanto outras saíam para ver o que acontecia. Todos olhavam, aterrorizados, para o céu azulzinho, onde, bem lá no alto, um longuíssimo risco branco parecia cortar o espaço celeste em duas partes, sendo puxado rapidamente por algo dourado e bem brilhante na direção do sol poente produzindo um poderoso som de trovão! - Ai, o céu está se abrindo! Gritava um. - É o dia do Apocalipse! Gritavam outros. - É o fim do mundo! Socorro! Socorro! O terror se alastrou por todo canto da cidade e provocou reações espantosas. Pessoas que sempre viveram às turras se abraçavam, choravam, pediam perdão e desculpas umas às outras, muitas se ajoelhavam e rezavam pedindo misericórdia a Deus. Foi aquele Deus nos acuda mesmo! Mas logo veio a explicação. Aquele risco branco no céu azul, nada mais era do que um avião a jato, novidade da época no interior do Brasil, cruzando os ares, produzindo a fumaça branca e refletindo os raios do sol, já quase no poente. Nós, da minha família, não sentimos o pavor, pois de onde viemos já conhecíamos o fenômeno (mas só por isso mesmo), mas para quem não conhecia foi uma terrível experiência que teve seu lado positivo: proporcionou a reconciliação de muitos desafetos, pelos menos por algum tempo!”(Contada por minha mãe, Maria Helena Travassos Delicato).



Figura 34 – Inauguração da linha Garça-Tupã da Real Aerovias, em 1949.

(Fonte: SILVA, 1977: 293)

Participar do grupo do “Aeroclube Civil de Garça” era uma forma de demonstração de prestígio social por meio de uma atividade valorizada e somente acessível a quem tivesse condições de bancá-la. A sede social instalada no centro de cidade passa a ser uma referência de local frequentado pela elite garçense.

Outras associações de prestígio surgem na década de 1940, como o “Rotary Club” e a “Loja Maçônica”. Se inicialmente, nas duas primeiras décadas do surgimento do núcleo urbano da cidade a vinculação a partidos políticos e a participação em reuniões festivas nas residências dos pioneiros mais ricos eram sinais de prestígio social, nas décadas de 1940 os mecanismos de distinção se sofisticam.

Além da elementar diferença entre morar “acima” ou “abaixo” da linha férrea, fazer parte de “clubes” indicava muito do *status* das pessoas e famílias. Os chamados “clubes de serviço”, como o “Rotary” e a “Loja Maçônica”, tinham muita influência na sociedade local. Muitos de seus membros participavam diretamente da política municipal e vários prefeitos e vereadores pertenciam a alguma dessas associações que velada ou abertamente apoiavam candidaturas de seus membros.

Mas outro tipo de clube também surge e demarca graus de prestígio social. Do inicial “Aero Clube” com sede no centro da cidade (**Figura 35**), no andar superior de um

sobrado, onde reuniões sociais eram frequentadas por pilotos e admiradores, surge o “Garça Tênis Clube”¹⁹⁴ (Figura 36), “nova agremiação social sucessora do antigo „Clube dos 30” (SILVA, 1977:425). A formação e funcionamento do “Tênis” é um bom exemplo de como o trânsito na sociedade em uma pequena cidade do interior é regulamentado e graduado por critérios muito definidos quanto ao “capital” social necessário para participar de determinadas agremiações e como a mobilidade de um estrato a outro se relaciona, entre outros indicativos, ao lugar de moradia, origem familiar, cor da pele, religião confessada, erudição.



Figura 35 – Sede do “Aero Clube”, na rua Carlos Ferrari, centro, em meados de 1940.

(Fonte: Álbum Sr^a Lúcia Helena Alves)

¹⁹⁴ É muito significativa a apresentação feita por um memorialista local sobre o “Garça Tênis Clube”, que em sua perspectiva, “representa a maior expressão da sociedade garcense. Pode ser chamado „O Palácio Encantado da Cidade”. A própria aparência e o estilo da sua fachada principal denunciam uma originalidade marcante. À primeira vista, faz lembrar uma suntuosa vivenda colonial ou templo cinematográfico de cultos exóticos dos estúdios milionários de Hollywood. Mercê de uma dedicação carinhosa dos seus associados e diretores, o Tênis, como é chamado, cobre-se de glórias ao encontro dos seus fundamentais objetivos. É o órgão representativo da nossa sociedade e um cartão de visita” (SILVA, 1977: 425) A idéia fundamental é marcar um diferencial qualitativo que eleve a parcela da sociedade local sócia do “Tênis Clube” como representativa da cidade.



Figura 36 – Foto do início da década de 1950 de sede do “Garça Tênis Clube”, na “Avenida Brasil”, atual “Av. Rafael Paes de Barros”, construída em meados da década de 1940.
(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

Na parte “abaixo” da linha não há nenhum clube em funcionamento pelo menos até o final da década de 1980. Mais ou menos nessa época, na antiga residência do “Dr Labieno” passa a funcionar o “Clube da Terceira Idade”, uma entidade privada que assume o local em que na década de 1970 a prefeitura mantinha um serviço de assistência social chamado “S.O.S.” (Figura 37). O casarão fora doado para o município pela família de Labieno.



Figura 37 – Fotografia do final da década de 1970 da residência da família do “Dr Labieno”, construída em meados da década de 1920, na “Avenida Faustina”, e doada à prefeitura no final da década de 1960. Foi utilizada para serviços de assistência social até o início dos anos de 1980 quando uma entidade filantrópica privada monta ali um “Clube da 3ª Idade”, também com finalidade assistencial.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

Na parte “acima” da linha, além das sedes do Rotary, Lions e Maçonaria, temos os sociais/recreativos, fundados no mesmo período e ainda em funcionamento: “Garça Tênis Clube” de perfil elitizado, que surge a partir do “Aero Clube” e “Clube dos Trinta”, e o “Grêmio Teatral Leopoldo Fróes” (**Figura 38**) mais “popular”. Pelos menos mais dois clubes que já não existem são citados nas entrevistas, o “Garça Esporte Clube” e o “José do Patrocínio” também mais “populares”.



Figura 38 – “Grêmio Teatral Leopoldo Fróes”, em seu segundo endereço, no início da década de 1970. Clube sócio-recreativo fundado em meados da década de 1940, localizado no sentido oeste da Rua Carlos Ferrari. Em geral, seus frequentadores eram de estratos médios da sociedade que não tinham condições de se associarem ao “Garça Tênis Clube”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

4.9 Avenida “acima” e Avenida “abaixo” da linha

Podemos ilustrar as diferenças físicas e sociais entre os dois patrimônios iniciais da cidade após a primeira década desde a criação do município, comparando dois “endereços” emblemáticos: a “Avenida Faustina” no “patrimônio de baixo” e a “Avenida Brasil” no “patrimônio de cima”.

A “Avenida Brasil”, lugar onde se resolve construir o “Garça Tênis Clube”, representa bem a “elitização” de um local, no sentido de se procurar concentrar ali o que haveria de melhor na sociedade garcense. Nessa área, outrora denominada “espigão desconhecido”, erguem-se edifícios, a partir da década de 1930, que representam, por suas funções, aspectos fundamentais de uma cidade. Além do “Tênis Clube”, a prefeitura, a maior escola da cidade, uma das maiores agências bancárias, o fórum (que não fica na avenida, mas muito próximo), algumas das maiores e mais luxuosas residências, dentre elas as da família Barros (**Figuras 39 a 42**), são construídas no trecho de quase mil metros de extensão da avenida com canteiro central, implantado menos por

razão de tráfego e mais por marcar opulência do lugar em relação ao restante do sistema viário urbano ¹⁹⁵.

É importante salientar que a Avenida Brasil não foi aberta no loteamento do Sr Carlos Ferrari. O “Coronel Barros” falecera em 1933 e o “espigão” onde abria a avenida delimitou dois loteamentos feitos por dois herdeiros que emprestaram os nomes aos empreendimentos, “Vila Willians” e “Vila Salgueiro”. Existe, portanto, no final da década de 1930, uma “concorrência” entre loteadores na parte “acima da linha”, envolvendo diretamente pelo menos três proprietários de terras, o ex-colono Sr Carlos Ferrari, em uma faixa central, os herdeiros do “Cel Barros” a leste e o Sr Ernesto Dias de Castro a oeste.

¹⁹⁵ No periódico semanal, chamado “O Palanque”, de “1 de julho de 1951”, em sua terceira edição desde o início das publicações, uma construção na “Avenida Brasil” causou o seguinte comentário, na página 3(de 4) : “Em matéria de urbanismo Garça tem de confessar estar bastante atrasada (sic). Quando não é um „barracão” construído em pleno centro da cidade, é um pequeno prédio que passa por reforma que em nada modifica o seu aspecto antigo. E agora surge na Avenida Brasil, a única avenida que acreditávamos vir a ser a mais bela de Garça, repleta de belíssimas residências, um „Quartinho” destinado a não sei o que.” Ao lado dessa coluna, outro artigo, “Coisas que se vêm por aí...”, esclarece que o tal “quartinho” será um açougue e o articulista critica a localização, pois a seu ver a região deveria ser somente utilizada para fins residenciais: “Parece-nos que a estética urbanística deve ser zelada pelos poderes públicos, mormente quando não redunde em prejuízo de terceiros, como é o caso em apreço. Poderia aquela „gaiola” ser localisada (sic) numa travessa qualquer da Avenida, prestando o mesmíssimo serviço aos moradores das Vilas Willians e Salgueiro, mas sem perturbar a linha que vem sendo observada até agora quanto aos edifícios aí construídos, todos eles oferecendo perspectivas magníficas aos garcenses e visitantes.” O teor dos comentários evidencia que a região da avenida era vista por parte da sociedade local como um lugar especial da cidade, em razão da concentração de edifícios fisicamente marcantes e socialmente importantes. A notícia na primeira edição do jornal, em “17 de junho de 1951”, na página 2 (de 4), sobre a perfuração de um “poço artesiano” para abastecer as piscinas que seriam construídas “Garça Tênis Clube”, enaltece iniciativa considerando que o lugar era um “orgulho da elite garcense”.



Figura 39 – O edifício do fórum (atualmente a sede da prefeitura) recém construído, no início da década de 1950, a menos de cem metros do início da Avenida Brasil (atualmente Avenida Rafael Paes de Barros).

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 40 – Agência do “Banco Commercial do E. de São Paulo”, no início da década de 1950. É a primeira construção, do início da década de 1930, no alinhamento esquerdo da avenida no sentido centro-bairro.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



Figura 41 – Grupo escolar “João Crisóstomo”, meados da década de 1940, na “Avenida Brasil”, em fase final de construção.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça)



Figura 42 – Vista da “Avenida Brasil” (atual Av. Rafael Paes de Barros), no final da década de 1960. À esquerda o prédio da agência dos Correios e logo em seguida, na outra esquina, o prédio da prefeitura, construído em 1929.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

Na parte “abaixo da linha” o “Dr Labieno” é o único loteador. Enquanto na parte de “cima” a principal avenida tem um nome neutro, “Brasil”, em “Labienópolis” a avenida é nomeada em homenagem à esposa do pioneiro, chamada “Faustina”. Ela tem o dobro de extensão em relação à avenida da parte de “cima” e possivelmente “Dr Labieno” pensava em um eixo, no sentido leste-oeste, que conectaria a cidade à estrada marginal construída pela Cia Paulista que ligava Piratininga a Marília, desde o início da década de 1920. O início da avenida coincidia com a localização da estação ferroviária construída posteriormente, o que também denota o planejamento feito (Figura 43).

Além da casa e hotel de Labieno, a Avenida Faustina será ocupada nas décadas seguintes ao início do patrimônio por pequenos comerciantes, algumas “máquinas” de benefício e cerealistas, além de modestas residências de trabalhadores. Não há loteamentos concorrentes, nem divisão entre a família. O Dr Labieno falece em 1963 e nesse momento a distinção entre as partes “acima” e “abaixo” da linha já determinara a assimetria de “Labienópolis” e adjacências em relação a “Ferrarópolis” e loteamentos contíguos.

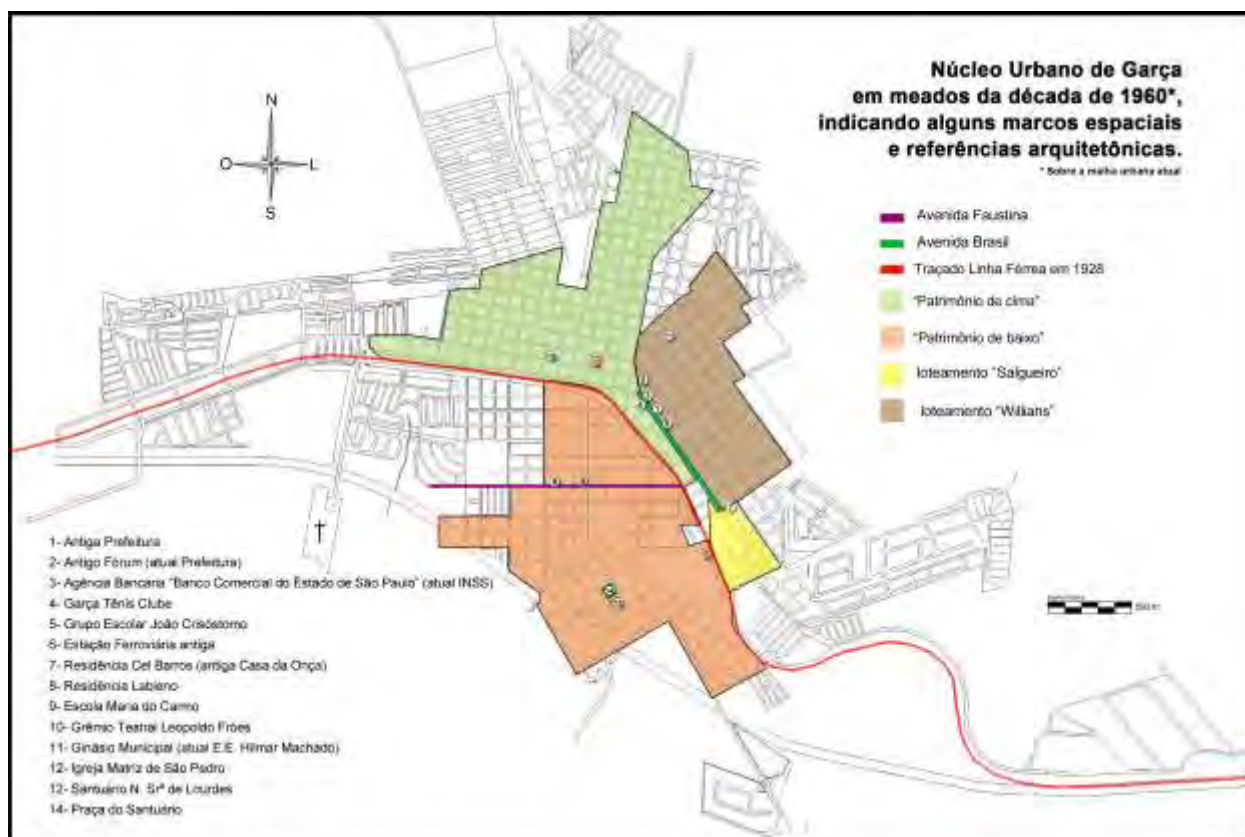


Figura 43 – Núcleo urbano de Garça - SP em meados da década de 1960 indicando alguns marcos espaciais e referências arquitetônicas.

(Elaborado a partir de informações sobre aprovação de loteamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Prefeitura de Garça)

4.10 Preconceitos e mobilidade social

A partir das lembranças podemos inferir como as distinções sociais eram vinculadas aos lugares de moradia, ensino e lazer e como um fator como a cor da pele, por exemplo, interferia no acesso aos clubes.

No depoimento do Sr Dorival Baraldi ¹⁹⁶ ele recorda as opções de lazer que teve na mocidade em Garça e fala sobre os clubes e a questão do preconceito racial:

“No meu tempo aqui, (faz algumas contas sobre idade) antes tinha o Aero Clube de Garça. O Aero Clube de Garça era formado por aqueles que faziam o curso de brevê, né. (...) O Aero Clube de Garça formou muita gente. Mas antes era o Clube dos Trinta. Juntava trinta que jogavam baralho lá e era Clube dos Trinta. Depois passou a ser o Aero Clube. Ali a gente dançou muito. (...) Juntava tudo. Depois veio, mais adiante, o Tênis Clube. (...) No Aero Clube, era a rapaziada toda. Não precisava ser sócio. Não tinha despesa quase, porque era só a luz, né. E eles tinham até uma pequena biblioteca lá. Nós, jovens assim, não precisavam ser sócios. Era de sábado, quinta-feira às vezes, íamos lá, botavam um disco lá e a gente ficava ali. Depois tinha pro outro lado, o carnaval. No carnaval tinha panela de pressão aí no Concórdia (um barracão no centro da cidade). Tinha outras panela de pressão por aí, que era chamado panela de pressão. Já no Aero Clube frequentava pessoas mais da sociedade. Os outros não. Os outros só frequentavam carnaval.”

A distinção é clara em relação aos lugares e formas de diversão. A elite frequentadora semanalmente do “Aero Clube” e o “populacho” que festejava o carnaval em barracões da cidade. No relato do Sr Dorival, frequentador tanto do “Aero Clube” quanto do “Concórdia”, a organização de dois clubes antagônicos, o “Tênis” e o “José do Patrocínio”, literalmente mostram as cores da sociedade local:

“Os sócios do Tênis fizeram um belo prédio, souberam aproveitar. Tipo mais aconchegante. Porque lá era a elite mesmo. (...) Elite que não permitia a entrada de preto, né. Mas aí veio pra Garça um funcionário do Banco do Brasil, ele não era preto, ele era um mulato, claro até. Então era funcionário do Banco do Brasil. Pronto, aí já não tem mais nada. Abriram as portas.”

¹⁹⁶ Entrevista, “Dorival Baraldi”, 82 anos, em 09 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:44).

O caso lembrado é do início da década de 1970 e ilustra como o *status* social do indivíduo negro, “mas” funcionário do “Banco do Brasil” altera a classificação da cor da pele que passa do “preto” para “mulato claro” ¹⁹⁷. No entanto, há uma distância de mais de vinte anos até essa “abertura” ao acesso de negros ao “Garça Tênis Clube”. O Sr Dorival emenda falando sobre o “Clube dos Pretos”:

“Nós tínhamos o clube José do Patrocínio” ¹⁹⁸. Ali aonde antigamente chamava-se Concórdia. Mas funcionou pouco tempo também. Porque criaram tudo e quando chegou na hora do vamos ver, quando você fala assim ó: „Vamos ter que pagar cincão por mês... “. (...) Era o clube dos pretos. Meu pai apoiou muito porque nós viemos de uma cidade onde tinha o Clube dos Pretos (Jaú). Respeitado. E o Clube dos Pretos de Campinas, mais respeitado ainda. São orgulhosos os pretos que tem dinheiro. Então eles fundaram o Clube de Jaú, um grande clube. Mas os brancos, meu pai e outros, iam ver o baile deles. Então diz que faziam até uma musiquinha: „Baile de branco, preto não vai, baile de preto, branco vem cheirar (risos). Tinha a rixa. Isso na cidade de Jaú. (...) Aqui não. Aqui é diferente. Já era outra mentalidade, né.”

Na entrevista com a Sr^a Neide Guanaes ¹⁹⁹ as impressões sobre o preconceito racial no “Tênis Clube” também são muito fortes. Inicialmente ela fala sobre a criação do clube e o perfil de parte de seus sócios:

“Ali era uma elite. Era só rico. E não tinha jeito, você não entrava mesmo. Era aquela seleção que o povo fazia. Era aquela seleção. Passava pelo conselho deliberativo. Você punha seu nome lá e ficava um mês, dois, para ser aprovado. Eles iam investigar sua

¹⁹⁷ A associação entre “cor” da pele e “posição social” segundo um “paradigma” dos “estudos de relações raciais” é vista como principal característica da “sociedade brasileira” em que “não apenas a „raça” é definida por traços fenotípicos (a „cor”, em sentido lato), como também participariam da sua definição critérios sociais, como riqueza, e, principalmente, educação” (GUIMARÃES, 1999: 101). Tal perspectiva baseia-se fundamentalmente em pensamentos construídos por Marvin Harris, entre outros estudiosos norte-americanos que estudam questões raciais no Brasil, e redundou na idéia comum “de que o brasileiro pode mudar de raça, ou melhor, de identificação racial, no decorrer de sua vida. Essa interpretação se aproxima dos ditados populares „o dinheiro branqueia” e „o preto rico é branco” ou „branco pobre é preto”. Segundo Oracy Nogueira, tais ditados são irônicos e o sentido mais próximo do que querem dizer seria “„o dinheiro compra tudo, até o *status* para o negro””, e estariam “muito longe de uma negação do preconceito ou da discriminação” (MUNANGA, 1999: 88-89).

¹⁹⁸ O jornal *Correio de Garça*, de 9 de junho de 1960, edição nº 800, informa em manchete: “Será fundado em Garça: O Clube „José do Patrocínio”. O texto da notícia diz que o “Sr Marcílio Adão, presidente da Legião Negra de Garça, fez uma reunião visando a formação do Clube José do Patrocínio que congregará em seu seio elementos de cor de Garça”.

¹⁹⁹ Entrevista, “Neide Guanaes Barbero”, 72 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:46).

vida inteirinha pra ver se você podia se sustentar dentro do Tênis. (...) Tinha uma jogatina doida também. Eu não sei se isso era documentado ou não era, se era autorizado ou não era, mas que tinha, tinha. Diz que tinha gente que passava lá dois, três dias sem almoçar, sem jantar, sem dormir. Jogando lá dentro do Tênis. (...) Os ricos de Garça quase todos iam jogar lá. (...) Os filhos tavam aqui no baile, tavam aqui no bar, tavam ali jogando uma partida de tênis ou de basquete. Mas eles não sabiam que os pais estavam ali na mesa de jogos. (...) E preto não entrava mesmo. Era uma seleção muito grande. Coitadinho do preto, era muito discriminado. Não adiantava ele botar a fichinha dele lá por que ele nunca era aprovado. Primeiro que a mensalidade era muito cara. Mensalidade do Tênis era cara. Eles selecionavam muito as pessoas, mas era uma ordem muito grande. (...) As pessoas que ficavam na diretoria, era gente assim que você percebia que além de ter um status familiar, tinha um status financeiro também. Pessoas muito educadas, pessoas muito cultas. (...) Então era uma porção de gente assim que você achava que tinha esse status.”

Os bailes do “Garça Tênis Clube” eram ocasiões muito importantes para quem, de certa forma, queria prestígio e possibilidade de ascensão social. A Sr^a Neide lembra da dificuldade de integração por aqueles que não pertenciam à “elite” sócia do clube. Embora não fosse sócia, seu pai era funcionário administrativo do clube e a diretoria permitia que suas filhas fossem aos bailes:

“A gente sabia que os paqueras da gente estavam sempre lá, você sempre queria ir. Mas as poucas vezes que fui, eu tremia tanto dentro daquele baile. Olhava pra esse pessoal, pra essa nata aí, e falava: „Mas não é aqui que é pra eu estar“. Você ficava o tempo inteiro paradinha lá, ouvindo. Se você via algum conhecido, que vinha chamar você pra dançar, você dançava, se não, você ficava que nem besta lá.”

As lembranças sobre o “Tênis Clube” de duas irmãs, em torno de dez anos mais novas, da Sr^a Neide, também denotam marcas por conta do choque de diferenças entre realidades locais fisicamente próximas, mas socialmente muito distintas. No depoimento da Sr^a Vera Guanaes²⁰⁰, algumas impressões sobre o “Tênis” a partir da possibilidade de frequentar o clube por causa do pai:

²⁰⁰ Entrevista “Vera Lúcia Aparecida Guanaes Bonini”, 62 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:01:08).

“Meu pai começou a trabalhar no Tênis depois de ficar muito pouco tempo como entregador de pão. Eu lembro que estava na segunda série, 1957, ele já estava trabalhando no Tênis. (...) Pegou o lugar que era de um primo dele que ia pra São Paulo e arrumou o emprego pra ele. Ficou ali a vida inteira dele. Apesar de não gostar do ambiente, ele ficou. (...) Meu pai não gostava de gandaia (risos). E ali dentro tinha. Você sabe que o Tênis era famoso por jogos. Quando a turma jogava ali, ele falou que o negócio era de perder tudo mesmo. (...) Era a nata da sociedade. Eles te olhavam enviesado. Acho que é por isso que eu tenho até hoje esse complexo. Olhou feio pra mim, eu já falo iihhh. Eu saía da escola 5h00, 5h15. Ele falava: „Passa aqui que o papai sai as cinco e meia e nós vamos embora juntos. “ Então passava, mas você já entrava e todo mundo te olhando de soslaio, sabe. (...) Era muito seletivo, né. Muito, muito, muito. (...) Pra ser sócio na época, você tinha que ter cacife, mas como eles exigiam que meu pai fosse sócio, ele se tornou praticamente pela posição que ele ocupava. Primeiro ele era só cobrador, depois o meu pai se tornou gerente administrativo. (...) Ele era responsável por tudo no Tênis. Mas assim, ele não é sócio fundador, não chega a ser sócio fundador.”

As irmãs Guanaes também frequentavam o outro clube, o “Grêmio”. A Sr^a Vera resume a diferença que seria principal e fala sobre o preconceito racial, assim como a irmã mais velha já falara sobre o “Tênis Clube”:

“Apesar dos dois clubes serem do lado de cima, a clientela do Grêmio era o que a gente chamaria de periferia, né. Era o Zé Povão. (...) Mas o Grêmio também não era mole. Não era todo mundo que entrava lá não. (...) Eles não aceitavam elementos negros nem mulatos no quadro social. (...) Não aceitavam mesmo. Você podia ser rico. Podia até fazer o pedido pra ser sócio. Mas eles boicotavam. Eles não deixavam entrar. Tanto que a Ana Serzedelo²⁰¹ diz que a primeira negra a entrar num clube foi ela lá no Grêmio. Mas ela diz que comeu o pão que o diabo amassou (risos).”

²⁰¹ Entrevista “Ana Maria Serzedelo Oliveira”, 61 anos, em 27 de março de 2010 (Duração 00:59:32). Ela comenta sobre a discriminação racial, em especial nos clubes da cidade. Até o final do capítulo detalharemos seu relato.

Conhecer os dois clubes e a assimetria entre seus sócios dá o tom sobre a sensação de discriminação em razão das condições econômicas da família nas lembranças da Sr^a Nancy ²⁰²:

“Quando a situação melhorou, meu pai ficou sócio do Grêmio. Porque o Grêmio apesar de estar do lado de cima da linha era um clube mais popular. Depois, como ele trabalhava no Tênis, ele conseguiu ficar sócio, mas nós detestávamos ir pro Tênis. A gente detestava porque o baile bom mesmo era no Grêmio. O Tênis era um clube de elite mesmo e uma vez eu me lembro de ter ouvido uma coisa assim muito ruim. Foi meu primeiro carnaval e meu pai trabalhava lá e daí um virou e falou assim: „Nossa Washington, você tem umas filhas tão lindas. Tão lindas, que mereciam outro destino!” Eu fiquei tentando entender o que era esse „merecer outro destino”, mas na época não entendi. (...) A gente tava no carnaval do Tênis. Minha mãe junto. Nós não éramos nem sócias na época. Meu pai botou lá pra ele poder controlar, mas a gente detestava ir ao Tênis. Estávamos todas, só não tinha a Neide e a Neuza que já eram casadas. Então estavam Marilena, Vera, eu e a minha mãe: „Nossa Washington, você tem filhas tão lindas que mereciam outro destino!” (...) Eu guardei isso. Depois eu consegui entender o que era, né. Era o ser pobre mesmo. Tão bonitinha, mas é pobrezinha, coitadinha, vai ser o quê na vida. Vai ser o que as minhas amiguinhas todas foram, empregadas domésticas. Essa diferença toda, eu senti que lidei com ela depois que eu fui pro (Curso) Normal. (...) A gente tinha vergonha de se aproximar. Tinha vergonha. Eu acho que não gostava tanto de ir lá, ao Tênis, porque eu tinha vergonha. Por exemplo, depois que o meu pai ficou sócio, tinham aqueles bailes de debutantes que eram a coisa mais linda desse mundo. A gente queria ir, porque era bonito, porque vinha artista da televisão pra conduzir as moças, aquela coisa toda e a gente não tinha dinheiro pra fazer a roupa. Precisava de um traje super e os ricos iam pra Capristor (loja famosa em São Paulo na época). Os pseudo-ricos faziam papagaio no banco pra manter aquilo, porque ficava extremamente caro. (...) Um mundinho completamente à parte. Tinha essa divisão clara. Tinha mesmo.”

É quase um lugar-comum atualmente a valorização da educação formal entre as pessoas. A perspectiva de que a educação dá *status*, além de promover socialização e formação, é corrente nas décadas de 1950 e 60 no Brasil, e vista como um “instrumento

²⁰² Entrevista “Nancy Guanaes Bonini”, 59 anos, em 06 de março de 2010 (Duração 00:25:24).

de mobilidade social” em um contexto de desenvolvimento tecnológico e urbanização em grande escala no país.

Em uma sociedade hierarquicamente enrijecida, quase “estamental”, a educação surge às pessoas como possibilidade de ascensão e à sociedade como forma de abertura do “sistema de estratificação social” em um período em que o princípio da “competitividade” contido nos ideais democráticos, mais “populistas” que “liberais” no Brasil da década de 1950, procura diminuir o poder das “oligarquias”, reforçar a “burguesia nascente” e promover “certa participação eleitoral” à população em geral (SOBRAL, 2000).

No depoimento da Sr^a Nancy, a mais nova dentre as quatro irmãs entrevistadas, a noção da importância da escolaridade e da possibilidade de mobilidade social em função da abertura de relações com gente de estratos sociais mais altos é bem clara:

“Eu tinha noção de que pelo estudo eu melhoraria. Porque as pessoas que tinham estudado, que eu escutava falar, estavam bem. Por exemplo, um tio meu, que tinha morado conosco, mas tinha ido pra São Paulo, estudou e tava bem. O outro que estudou tava bem, o filho do vizinho, que tinha estudado, estava bem. Então a gente escutava que estudar te melhorava e foi mesmo.”

Compara com a situação das irmãs mais velhas:

“Elas se casaram cedo, sem estudar ou voltaram a estudar depois. A Neuza, por exemplo, se casou cedo. Ela fez só até a oitava série e foi do lar a vida toda, não é. Então o estudo mesmo é que acho que mudou a condição social. Mudou a condição social. Eu estudava e trabalhava para ajudar na família, né.”

A vida escolar da Sr^a Nancy é muito marcante em suas lembranças e entrelaça-se com a situação econômica e o lugar de moradia da família:

“Eu tinha dez para onze anos quando entrei na Escola Estadual Hilmar Machado de Oliveira, que era no patrimônio de cima. A minha irmã Vera ia de manhã, eu ia a tarde e nós nos encontrávamos na linha, a gente esperava ali porque o uniforme era um só e ali na linha nós trocávamos. (...)Tinha um buracão do trilho, então a gente trocava. Tinha que usar sapato, então era um sapato para as duas e eu me lembro que a gente enchia de jornal e papel, daquele papel que embrulhava carne, embrulhava pão,

porque furava. A gente trocava ali, na linha. (...) Outro detalhe, o primeiro ano de grupo eu fiz no „Jão Crisóstomo”, mas daí abriu o „Maria do Carmo” (no patrimônio de baixo). Então o pessoal que morava pra baixo da linha tinha que obrigatoriamente estudar no „Maria do Carmo”. Então eu fui estudar no „Maria do Carmo”; mas ali, quem a escola abrigava era o pessoal que vinha dos sítios, das chácaras que tinham aqui perto do cemitério e pessoal de classe econômica mais baixa mesmo. (...) E era gozado, porque na minha casa sempre teve livro. Apesar da gente ter essa condição economicamente desprivilegiada, culturalmente a coisa era diferente. Então lá eu era tida como rica. (...) Eu era tida como rica porque eu já tinha lido livro, eu contava as histórias, eu sabia poesia. (...) No Hilmar Machado era diferente. Eram poucas as pessoas pobres que faziam o oitavo, a quarta-série, né. Paravam antes. Foi uma clientela totalmente diferente. E eu me lembro que tinha o exame de admissão e meu pai foi conversar com as freiras (no Colégio Santo Antônio, particular) se eu podia estudar pra prestar esse exame de admissão. Mas era assim, só nas férias, sabe. E eu me lembro que foi assim como se fosse um ato de bondade das freiras e a minha roupa era completamente diferente das meninas que estudavam ali. (...) Só tinham internas. Gente rica, filha de administradores de fazenda, de fazendeiros. Algumas filhas de fazendeiros iam para o „Santa Inês”, „Sion” em São Paulo. Era comum ouvir falar isso, mas ali estudavam as meninas ricas de Garça. Não foi fácil a coisa. Eu me lembro que tinha uma freira que eu ficava atrás dela. Porque era difícil de aguentar, eu era menina pobre.”

A passagem para o ginásio, na escola da parte “acima” da linha, marcou também a possibilidade de mudança de vida, diferentemente de muitas das “amiguinhas” de infância, vizinhas em “Labienópolis”, que sem estudar viraram “empregadas domésticas”. A Sr^a Nancy ainda cita uma professora que fez diferença em sua vida:

“O que ajudou muito na escola foi a Lúcia Helena ²⁰³ (professora de inglês) com o teatro. (...) Era aquele grupo grande. E no grupo quem eram as do lado de baixo? Eu e a Vera (irmã). Olha que coisa, eu e a Vera, que éramos ótimas alunas, bonitinhas (risos). A moçada vinha que vinha, né. Isso fez a diferença. (...) Não era o nosso grupo. Eram todos do lado de cima da linha. Mas a gente, eu acho, alargou o limite indo pra escola, em função do „Hilmar Machado” (escola onde funcionava o antigo Ensino

²⁰³ Trata-se da Sr^a Lúcia Helena Alves, uma das entrevistadas.

Colegial) (Figura 44). E lá nós encontramos a Lúcia. A Lúcia fez toda a diferença, porque ela vinculou a escola e a sociedade. A gente se apresentava em público, passou a ser conhecida.”



Figura 44 – Prédio do inicialmente “Ginásio Municipal”, construído na parte “acima” da linha, pela prefeitura municipal em 1936. A foto é do início da década de 1940, quando o local foi fechado pelo “Ministério da Educação, pela precariedade das instalações”. Entre 1943 e 1948 funcionou como escola particular, sob responsabilidade do “padre Antonio Magliano”, arrendado pela prefeitura. No final do ano de 1949, recebeu a denominação “Colégio e Escola Normal Dr Hilmar Machado de Oliveira”, em homenagem ao prefeito falecido recentemente durante seu segundo mandato, e foi a primeira escola da cidade a ter “Curso Colegial”, em 1950.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

Outra entrevistada, a Sr^a Ana Serzedelo ²⁰⁴ diferentemente das irmãs Guanaes não morou “abaixo” da linha e nasceu em uma família que não viveu dificuldades econômicas. Seu relato remete a outra forma de distinção, relacionada ao preconceito racial. Sua família veio para Garça em 1954. A mãe veio primeiro, passou em um concurso do Sesi em São Paulo e teve que escolher um cidade que não tivesse escola da entidade. Como a família toda era de Pederneiras, e o pai era ferroviário, quis ficar em uma cidade que fizesse parte da linha da Cia Paulista. A melhor opção foi Garça. O pai, que ficou trabalhando em Pederneiras, podia vir para Garça todo final de semana. A

²⁰⁴ Entrevista “Ana Maria Serzedelo Oliveira”, 61 anos, em 27 de março de 2010 (Duração 00:59:32).

escolha da residência, na parte “acima da linha” foi em função da maior proximidade do prédio escolhido para ser o SESI, no centro da cidade, que por sua vez era próximo ao local onde havia o ponto das jardineiras que levavam as crianças para a escola. A Sr^a Ana comenta que não havia muitas residências disponíveis e a infraestrutura era mínima. No local onde foram morar não havia água encanada, por exemplo, e a região era periférica, rodeada por plantações de café.

A boa situação socioeconômica permitiu que a Sr^a Ana estudasse no “Colégio Santo Antônio” (Figura 45), o semi-internato que funcionava no “Labienópolis”, mas tinha clientela de “Ferrarópolis”, formada por filhas de gente rica da cidade. No entanto, os motivos de estudar ali e a trajetória escolar da entrevistada revelam um perfil que a partir das lembranças evocadas ajuda a compreender a questão da discriminação racial e o rompimento de barreiras que a situação diferenciada da família e da formação da Sr^a Ana permitiu:

“Eu estudei no Coleginho (Colégio Santo Antonio). (...) Era a elite né. O Colégio era pago e era caro. Era considerado elite. (...) Para ir pra lá tinha que atravessar a linha. Você passava por cima da linha. (...) Fiz a 1^a, que seria hoje a 6^a série. (...) Minha mãe achou que seria bom porque era colégio de freira. Uh! Foi a pior viagem. Pinteí os canecos naquela escola. (...) Vixe, era um tal de jogar bola, quebrar vidro e não sei o quê. Jogava, corria, fazia o que criança normalmente faz. Mas meu pai era chamado lá direto. (...) Eu fui convidada a sair, pedir transferência (risos). Aí eu repeti o que seria a sexta série. Foi onde minha irmã me alcançou. No fim meu pai falou: „Eu não aguento mais isso! Você vai lá pro Hilmar, porque lá ou você endireita ou a molecada acaba com a sua raça!“. Nem uma coisa, nem outra. Lá nós ficamos na crista da onda, porque aí eu já andava de estilingue no pescoço direto (risos). (...) Então nós viemos, as duas juntas pra fazer a sexta série aqui no Hilmar. (...) Aqui as classes eram mistas. No Colégio não estudava homem de jeito nenhum. Entrava homem lá se fosse o padre, o lixo (risos). Às vezes quando precisava assim de alguma coisa, um pedreiro, essas coisas. De resto não entrava homem no Colégio de jeito nenhum. Nós viemos pro Hilmar e juntamos com a molecada. As classes eram mistas. (...) A gente estudava bastante, mas fazia uma farra também. Nossa, era direto. Geralmente eu estava no quadro de honra e no quadro de suspensão. (...) Eu achava as meninas assim muito paradas.”



Figura 45 - “Ginásio e Escola Normal Particular Santo Antônio”, fundado em 1949 pelo padre Antônio Magliano e madre Sofia Boscher. O padre Antônio já havia arrendado o prédio da futura escola “Hilmar Machado”, em “Ferrarópolis” entre 1943 a 1948. A partir de 1957, o “Colégio santo Antônio” funcionou no “Labienópolis”, em prédio próprio (SILVA, 1977: 315).
(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

A percepção em relação à importância dos estudos é muito similar à da Sra Nancy, as duas têm quase a mesma idade e fizeram o ginásio e colegial na mesma escola. A visão da Sr^a Ana sobre o assunto é a seguinte:

“O ensino, tanto o feminino quanto o masculino passou a ser mais valorizado. Os pais começaram a ter mais ideias, ter a cabeça mais aberta e ver que sem estudo ninguém ia pra frente. Porque antes o pessoal era assim, mais era trabalho braçal. Você vai ser isso, o outro vai ser aquilo e acabou. Era uma coisa só. (...) Você via que fulano é engenheiro, mas ele estudou fora, a família é rica e não sei o quê. Aí começou o vestibular e você via que não era só rico que podia frequentar uma escola. E abriu mais escolas. As escolas do governo começaram a ser as melhores. As faculdades. (...) O ensino do Coleginho então não era assim. Porque lá, se família de fulano pagou, o fulano passa, tem que passar. (...) A qualidade era melhor na escola estadual. Então até a quarta série, seria a oitava série de hoje, a gente falava assim: „No Colégio é mais fácil, ninguém repete lá, ninguém reprova. Então vamos pagar pra estudar”. Tá bom, mas quando chegava no vestibular o pessoal do Hilmar passava, mesmo da escola técnica ou de outras escolas que eles consideravam inferiores. Lá era a elite que estudava e aqui era o povão. Então o povão começou a ter mais acesso às faculdades do que o pessoal das escolas particulares. Começou a ter mudanças.”

Mas as mudanças não foram tão rápidas, nem extensivas. Se da escola a Sr^a Ana não tem lembranças relacionadas à discriminação nem mesmo quanto ao “convite” para sair do “Colégio Santo Antônio”, a percepção quanto à cidade em geral e especificamente em relação aos “clubes” é diferente:

“A cultura da cidade era em torno do café. (...) O Tênis era o máximo não é, até na região. Fulano estava saindo do Tênis, fulano estava entrando no Tênis. Já era importante só porque te viram entrando no Tênis. (...) O Tênis funcionava dia e noite. O pessoal, a elite da cidade, alguns almoçavam assim em restaurante, mas da elite mesmo almoçava e jantava no Tênis. (...) Depois caiu o café, caiu tudo isso. (...) Mas tinha então o que se chama de discriminação. (...) Imagina que negro ia entrar no Tênis.”

Independentemente da condição econômica da família, foi impossível associar-se a algum dos clubes da cidade durante a adolescência da Sr^a Ana e seus irmãos. Foi sócia do “Clube José do Patrocínio” com catorze ou quinze anos, em meados da década de 1960. Quando ela foi pela primeira vez o local era um barracão alugado, na Rua Minas Gerais, próximo à Praça Pedro de Toledo. Em seguida mudou-se para outro barracão na mesma rua próximo ao cinema. Além do “José do Patrocínio”, os negros podiam frequentar a “panela de pressão” que ficava em Vila Cavalcante (bairro de periferia pra baixo da linha) e funcionava como baile popular de carnaval. Segundo a Sr^a Ana “não era familiar”.

Além da discriminação nos clubes, a Sr^a Ana se lembra da rejeição por alguns membros do grupo de teatro que tentou frequentar, o mesmo em que a Sr^a Nancy e a Sr^a Vera participavam. Enquanto para as irmãs Guanaes, “pobres” e moradoras da parte “abaixo” da linha, o grupo de teatro foi uma oportunidade de ampliar relações sociais, para a Sr^a Ana a experiência foi talvez a situação em que sentiu diretamente o preconceito por causa da cor de sua pele:

“A resistência maior que teve foi no grupo de teatro, no GETA (Grupo Estudantil de Teatro Amador). (...) Era mais por três, quatro elementos que não concordavam com a nossa frequência. Então eles pegavam no pé. Tudo esse grupo achava de discriminar. (...) Isso é que fazia a diferença. Mas engraçado, umas coisas que a gente quase não percebia assim na escola, com os amigos, a maior parte dos amigos mas quando você chegava um que te rejeitava a coisa era brava. O Fulano era um dos cabeças dessa

história. Acontece que ele era artista e sempre era escolhido para fazer os papéis e tal. Aí eu queria participar da peça e então ele falava assim: „Se ela ficar eu não fico!””

Ela e um dos meninos do grupo de teatro começaram um namoro de adolescente. Segundo a Sr^a Ana “era ruivo, loiro de ficar vermelho no sol” e parte dos(as) colegas dele não aceitavam a amizade e quando a família do rapaz soube do relacionamento deram um jeito de afastá-los:

“Nossa! O que nós aguentamos por causa daquilo. (...) A ponto de que o Seu Beltrano (pai do rapaz) mandou ele pro seminário. Mas lá do seminário ele escrevia pra mim. (...) Você sabe que pegaram uma carta no correio (risos) e levaram pro padre ver o que o Ciclano estava escrevendo pra mim? (...) E o padre comunicou pro seminário. (...) Eu fui fazer o cursinho e ele ficou no seminário. Eu falei: „Mas o Ciclano não vai ficar no seminário”. (...) Ficou dois anos e depois saiu.”

Ela fez o cursinho e entrou na Faculdade de Odontologia da USP em Bauru. Coincidentemente, o colega preconceituoso do grupo de teatro estudou no mesmo local e a Sr^a Ana teve problemas na parte profissional por causa das diferenças com o colega em um período que trabalharam juntos no posto de saúde municipal. Ela não teve colegas negros(as) nas mesmas condições socioeconômicas que sua família. Mesmo na faculdade só conheceu um negro de uma turma anterior à sua, na mesma turma do colega que não gostava dela. Comentou brincando que estudar na mesma faculdade aumentou a revolta dele. Durante os quatro anos em que estudou na USP de Bauru, de 1970 a 1974, foi a única aluna negra na faculdade. Diz que havia vários negros na faculdade, como funcionários. Também teve uma professora negra.

Um aspecto importante nas lembranças de sua trajetória de vida, especificamente na questão da formação escolar é a figura de seu pai, recordando qual era a expectativa paterna:

“Ele queria que eu fizesse o normal e casasse. Eu inventei de arranjar um namorado. Porque todo mundo na minha época tinha namorado. Com catorze, quinze anos, tinha namorado. E eu dei um jeito de arranjar namorado e ele me viu conversando com o rapaz na esquina. Ele falou: „O Ana, como é que é o nome do rapaz?” Eu falei. „E o sobrenome?”. Ah, não sei. „E como é que você está namorando aquele rapaz?” Ah, não sei pai. Ele falou assim: „Então amanhã você fala pra ele vir aqui que nós vamos

combinar esse casamento. "(...) Que era para eu casar, ter filhos, não sei o quê. Fiquei pensando, mas não é isso que eu quero não. Terminei o tal do namoro num instante (risos). Aí ele falou: „Mas você não ia chamar o rapaz pra vir aqui em casa?“ Falei assim: „Acabou o namoro“. Ei, mas escutei um sermão. Sentou e falou, falou, falou, falou. Meu pai não era de bater. Minha mãe batia. Meu pai falava e você ficava três horas escutando.”

Ela diz que para o seu pai toda moça tinha que fazer o curso normal e se casar. Ele não admitia que a filha quisesse fazer o curso científico, pois o filho não tinha conseguido concluir e, portanto, ela também não conseguiria. Ele dizia que se para um homem era difícil, para uma mulher era muito mais. A Sr^a Ana comenta que nem havia muitas mulheres fazendo. Diz que de uma turma de quarenta alunos havia cinco moças. Já na turma do curso normal a sala era dividida meio a meio. Havia seis alunos fazendo o normal e o científico ao mesmo tempo, sendo quatro moças. Fez o curso escondido do pai até o dia que ganhou uma bolsa de estudos para fazer cursinho (COC) em Ribeirão Preto e teve que contar. A mãe já sabia. O pai já estava aposentado por causa de um derrame que o incapacitou parcialmente.

Conta que o pai disse que ela não iria para Ribeirão. Ele costumava viajar para São Paulo e sempre levava os filhos para passear e conhecer locais como o zoológico, jardim botânico, praças. Naquele final de ano ele a levou e a matriculou no que era um dos melhores cursinhos da capital, o Objetivo. Sua turma de cursinho tinha 350 alunos e as aulas eram em um anfiteatro. Fez um exame para bolsa de estudos, conseguiu um bom desconto, mas conversou com o dono do cursinho, o Sr Di Gênio, e ficou com bolsa integral condicionada às boas notas. Ficou morando na casa de parentes. Tinha dúvida entre o vestibular para medicina ou odontologia, mas após conhecer dois hospitais em um final de semana, o cursinho oferecia visitas como forma de orientação profissional, decidiu que não queria medicina.

Diz que havia poucos negros na turma, mas não sofreu nenhum tipo de discriminação e fez amizade com um grupo de alunos de diversas origens, judeus, japoneses e duas moças árabes que sentavam todos nas primeiras fileiras da sala e isso ajudou muito a não sentir nenhum preconceito. Todos estudavam muito e o ritmo era puxado. Entrou em 16º lugar no vestibular de odontologia na USP de Bauru. O pai

faleceu em 1972 e o irmão que trabalhava na Caixa Econômica Federal e a irmã que era secretária bilíngue de um produtor rural em Garça a ajudaram no custeio dos estudos.

Mas a passagem mais marcante durante a entrevista com a Sr^a Ana é a volta à cidade e a iniciativa de ser sócia dos clubes, a partir da rejeição a seu irmão que tentara anteriormente:

“Eu fui a primeira negra a ser sócia do Grêmio. (...) O meu irmão, que fazia Direito em Bauru, apresentou proposta para ser sócio do Grêmio. Não aceitaram. (...) Ele foi apresentado pelos colegas dele, que já eram sócios, mas não aceitaram. (...) Ele era amigo da turma, mas no clube... (...) Porque não sei o quê, não sei onde puseram a proposta, não teve reunião, esqueceram de por na pauta, agora fica pra próxima reunião, na outra reunião. (...) Sempre aquela desculpa amarela e ele então ficava esperando. (...) Eu estava estudando em Bauru. Já estava na faculdade e eu ficava mais lá que aqui né. Mas quando eu vim para Garça, eu falei: „Pôis eu vou entrar aí .“ (...) Vou entrar de sócia nesse clube. Mas escuta, o Clode (o irmão Clodoaldo) já fez tanta coisa. (...) Tem que ter um meio. Eu fui lá e conversei com o Fulano (advogado). Ele frequentava minha casa direto. Falei assim: „Oha, aconteceu o seguinte, meu irmão entrou de sócio assim e assim tantas vezes e eu não quero perder papel. Como é que eu faço? O que tem que ser feito?“ Ele falou: „O Ana, é o seguinte, você tem que entrar com sua proposta, mas vamos fazer cópia. Você manda a pessoa que receber assinar que recebeu e marcar nessa cópia o dia da reunião. Eles tem agendado. Aí você traz isso.“ Tá bom. Eu fui lá e falei, era o Seu Beltrano que estava na porta: „Seu Beltrano, vim trazer isso daqui.“ Eu ia lá direto em baile de formatura, aniversário. Isso quando eles permitiam a entrada de não sócios. Mas quando era baile para associado você não podia entrar. (...) O Seu Beltrano (secretário do clube) ligou pro Ciclano (presidente), que estava trabalhando lá em Marília, e falou: „A Ana irmã do Clodoaldo está aqui com um papel e quer que eu assino pra dizer que recebeu.“ (...) O Ciclano me chamou no telefone e falou assim: „O Ana, você já está querendo entrar com predisposição contra o clube.“ Respondi: „Ah! Eu pedi pro rapaz assinar aqui e é predisposição? Se eu quero entrar no clube, eu não estou querendo brigar com o clube. Eu quero, eu vou ser sócia aqui. “ Ele falou: „Se depender de mim você não vai. “ Falei: „Bom, então vamos fechar o clube.“ Ele respondeu: „Quando a gente fizer reunião a gente vai discutir pra ver se você pode ser aceita.“ Eu falei: „Aí você vai explicar porque que eu não posso ser aceita? Então ele mandou o Seu Beltrano assinar e fazer do jeito que o

advogado tinha orientado. Mas ele veio de Marília, naquele final do dia, umas seis e meia da tarde, eu lembro como se fosse hoje. Ele parou lá no meio de rua com o carro dele, eu morava lá com a minha mãe, parou no meio da rua gritando de lá: „O sua aquilo, sua filha da...! Vai lá retirar aquele negócio do clube. “Falei assim: „É melhor você ir embora daqui se não eu vou chamar a polícia, isso sim. Você não disse que vai ter a reunião? Vamos esperar essa reunião. (...) Não vou retirar nada. Eu vou entrar no clube de sócia. E eu entrei. No dia da reunião eu estava sentada lá na porta do clube esperando acabar a reunião pra saber a resposta (risos). Ele ficou doido: „É a sua proposta foi aprovada.” Então estou dentro do clube, no muque. (...) Quem bateu de frente mesmo foi ele. Mas atrás dele tem um Conselho. Era tudo colega dele, tudo peixinho dele, que ele tinha escolhido para por lá. Mas acontece que ele sabia que de um jeito ou de outro ele estava enrolando. Ele ia ter que admitir. Aí eu comecei a chamar todos os outros. Vai lá de sócio. Traz a proposta aqui que eu assino (risos). E aí foi todo mundo pra dentro. (...) Aí o Tênis me convidou pra ser sócia. Em 76 o Tênis me convidou pra ser sócia na hora que eles souberam do episódio.”

A conversa com a Sr^a Ana termina com a questão do preconceito racial, especialmente em relação à frequência nos clubes sociais da cidade. Mesmo com todos os demais indicadores de *status* como ser de família de classe média alta, ter estudado nas melhores escolas até a faculdade e morar na parte “acima” da linha, a cor da pele foi um importante elemento de distinção social na cidade pelo exemplo do que ocorria nos clubes até há pouco mais de trinta anos.

O relato seguinte completa o assunto sobre o preconceito racial nos clubes e acrescenta algumas informações sobre mobilidade social e sobrenome de família. A Sr^a Rosane ²⁰⁵, é a mais jovem do grupo de entrevistados(as) e seu depoimento denota a diferença de gerações. Embora moradora da parte “abaixo” da linha desde a infância, lembra-se do lugar já com todas as benfeitorias como água, esgoto, iluminação pública e pavimentação. Descreve o local, a vizinhança e a situação de sua família:

²⁰⁵ Entrevista Rosane Fagotti Voss, 49 anos, em 15 de janeiro de 2010 (Duração 00:40:34).

“A rua era aqueles paralelepípedos e o que nós mais lembramos é que na época a indústria de óleo ²⁰⁶ aqui do Manolo era imensa. Formavam filas de caminhões desde lá onde tinha aquele lugar pros cavalos beberem água ²⁰⁷ (Figura 46). Paravam filas de caminhões com amendoim. E o que a gente mais se divertia era roubar os amendoins da sacaria. Era a arte que a molecada fazia, pegar aqueles amendoins que ficavam pra fora da sacaria, puxando aqueles amendoins. Depois, quando passou o asfalto, o que eu me lembro bastante era que nós brincávamos de carrinho de rolimã ²⁰⁸. Foi o auge, asfaltar a rua. E como é descida era uma delícia. A vizinhança sempre foi muito forte e sem muitas mudanças. Essa minha vizinha aqui, que faleceu a pouco tempo, foi vizinha da minha vó durante sessenta anos. Nossa família toda se concentrou aqui. A minha bisavó, virando a esquina, na terceira casa, tinha o quintal ligado com a casa dos meus avós por um portãozinho. Em frente morava a minha tia, que mora até hoje. Depois dessa casa, onde era digamos a casa maior, veio um irmão da minha avó morar ali com cinco filhos. Nós todos fomos criados nesse quintal da casa da minha bisavó. A Dona Tereza, é minha vizinha há quarenta anos. Aqui, a da frente há quarenta e um. A única que tem assim maior rotatividade é a segunda casa acima. A vizinhança era muito estável. As casas sofreram só algumas alterações, mas a parte estética é quase que a mesma.”

²⁰⁶ Em meados da década de 1950 plantava-se muito amendoim na região, principalmente em pequenas propriedades que não tinham extensão suficiente para manter plantações de café. Surgem algumas indústrias de óleo vegetal dentre elas a que a Sr^a Rosane menciona, cujos donos eram da família do ex-prefeito e ex-deputado Manoel Joaquim Fernandes. Vale lembrar que a indústria alimentícia em Marília-SP foi impulsionada inicialmente por indústrias de óleo. Em Garça, a cafeicultura foi hegemônica e não houve diversidade econômica suficiente para manter muitas atividades em níveis relevantes. A fábrica de óleo local fechou há quase quarenta anos.

²⁰⁷ O bebedouro citado era muito comum na cidade. Como o movimento de carroças e charretes era grande a prefeitura construía-os para facilitar o trato dos animais. O mencionado pela Sr^a Rosane fica em uma esquina do lugar e é o último existente. Foi transformado em uma floreira. Mas a presença de carroças e charretes na cidade ainda é muito comum.

No município de Franca – SP, “dois bebedouros para animais” foram tombados “em 2002”. Embora “bens radicalmente não-convencionais”, como patrimônio histórico, o tombamento justifica-se por serem elementos que “estão intimamente ligados ao dia-a-dia dos cidadãos” (MARINS, 2008: 162).

²⁰⁸ Além do “estilingue”, o “carrinho de rolimã” era um dos brinquedos feitos em casa mais comuns entre as crianças, principalmente os meninos. Bastava uma pequena tábua sob a qual se colocava um eixo de madeira fixo atrás, com dois rolamentos de aço que a meninada conseguia em oficinas mecânicas, e um móvel na frente com um rolamento. Sentava-se na tábua e com os pés movia-se o eixo da frente conduzindo o carrinho ladeira abaixo.



Figura 46 - Bebedouro para cavalos, no “Patrimônio Labienópolis”, em meados da década de 1960, a cem metros do pontilhão que ligava a parte “abaixo” da linha com o “Patrimônio Ferrarópolis”, pela Rua Barão do Rio Branco.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça –SP)

A Sr^a Rosane é da terceira geração da família residindo no local. Um dos avôs trabalhou como motorista do “Dr Labieno” e comprou terrenos ali logo no início do loteamento “Labienópolis” no local inicialmente mais populoso e mais próximo de onde se construiu a passagem de nível que ligou a parte “de baixo” com a parte “de cima” da cidade em meados da década de 1930. A partir do relato podemos concluir que as relações de vizinhança estabelecidas eram muito fortes. A ligação dos quintais por meio de portões era algo corriqueiro. Em geral, os grandes lotes com até quarenta metros de fundo eram divididos por cercas feitas de balaústres de madeira, ripas com um metro e pouco de altura com as pontas cortadas em ângulo para evitar a penetração de água, presas em duas linhas de caibros fixados em pilares a cada dois metros também de caibros. As crianças principalmente costumavam soltar algumas dessas ripas para circularem entre os quintais plantados com jabuticabeiras, goiabeiras, abacateiros e mangueiras.

Embora a vizinhança fosse muito parecida, a Sr^a Rosane conta que sua família tinha pelo menos dois “luxos” além do comum:

“Eu lembro que a minha casa foi a primeira que teve televisão ²⁰⁹. Não era a cores, mas meu avô comprou aquela tela monocromática e a gente via aquela televisão com faixas coloridas (risos). Quando tinha novelas, as vizinhas iam assistir televisão na minha casa. Teve o telefone ²¹⁰ também. Minha casa foi, aqui da rua, a primeira casa que teve. Era via telefonista. Minha vizinha era telefonista, a Geny. Às vezes as pessoas precisavam deixar recados e era da minha casa que ligavam pra dar alguma notícia²¹¹.”

A partir dessa pequena diferença entre sua família e vizinhança, a Sr^a Rosane comenta sobre a distinção entre morar de um lado ou outro da linha férrea e como era a ligação física entre as duas partes da cidade:

“Eu lembro quando eu era criança, a gente ia dar o endereço e perguntavam assim: Onde você mora? Eu moro pra baixo da linha. Ou dizia assim: Eu moro pra cima da linha. Tinha assim não um preconceito, mas certa diferença do bairro pra baixo da linha e pra cima da linha. Lembro muito bem da passagem do trem e que minha avó e meu avô não usavam relógio. O trem era tão pontual que eles falavam assim: O trem das três, então o trem passava. E tinha aquela cancela. Lembro que a minha mãe costurava e eu buscava aviamento no bazar Nakata. Tinha que passar a linha do trem porque o bazar Nakata fica na Rua Carlos Ferrari, e eu lembro que a minha mãe falava: Cuidado! Você vai só depois que o trem passar. Porque teve, não sei se é folclore, uma velhinha que foi atropelada na linha, aqui na altura de onde é a maçonaria. É um fato que ficou muito tempo povoando a minha imaginação de criança. Dizem que ela foi passar, tropeçou, enroscou o pé e morreu atropelada pelo trem. Eu tinha pesadelos, e se eu enroscar o pé e não conseguir sair da linha do trem? Então minha mãe falava: Você vai depois que o trem passar. Meus avós tinham a noção de

²⁰⁹ Na edição nº 1000 do *Correio de Garça*, de 21 de junho de 1962 informa-se: “Televisão: Realidade em Garça”. “Assiste-se por meio da TV Bauru Canal 2 ao vídeo – tape do jogo Brasil e Checoslováquia”.

²¹⁰ A rede telefônica na cidade foi inaugurada em dezembro de 1937 (Comarca de Garça, 5 de maio de 1972, nº 3403). Em 5 de novembro de 1964, o *Correio de Garça* edição nº 1234, noticia a possibilidade da instalação dos “telefones automáticos”, sem necessidade de ligação por atendentes da central telefônica. Havia “800 aparelhos na cidade” e seriam necessários “1200 assinantes” para instalação da “rede automática”. Quase dez anos depois, em 1973, o número de “telefones instalados” ainda era insuficiente. Eram “812” assinantes, segundo informação no *Correio de Garça*, de 7 de junho de 1973, edição nº 2070.

²¹¹ A partir de meados da década de 1960 a televisão e as telecomunicações ganham um impulso muito grande. O governo ditatorial que assume o país após o golpe militar em 1964 investe muito no setor das telecomunicações altamente controlado e a serviço da “propaganda” oficial (CALDEIRA, 1997: 329).

tempo através do trem. E a noite? O trem passava e, como tinha o cruzamento, ele apitava. Porque tinha aquela passagem, do pontilhão. Pra mim a sensação maior era quando trem passava e eu ficava próxima. Tinha uma ruazinha, não devia ter mais que um metro pra passar e era muito emocionante aquele pontilhão imenso com aquelas pedras enormes e a gente passava por baixo e o trem passava por cima. Aqui mais próximo de casa era só uma estradinha, como se fosse uma rampinha. Em nível. O pessoal usava mais essa do que aquela. Agora eu achava emocionante aquela porque tinha um negócio de ferro que conforme o carro passava fazia aquele barulho (era uma grade reforçada sobre a tubulação de água pluvial que servia o local). Era imenso e quando os carros passavam fazia aquele barulho e a gente passava por aquela calçadinha assim muito estreita. Era uma sensação passar naquela calçadinha estreita, embaixo do pontilhão e com uma subida bem assim forte pra chegar do outro lado. Lembro que nós brincávamos muito também de andar nos trilhos. Pegava a turma e quando nós íamos para a AABB tomar sol (Clube do Banco do Brasil que fica afastado do núcleo urbano) nós íamos pela linha de trem, porque era mais seguro também.”

A linha férrea e a passagem de um lado para outro da cidade povoam as recordações da Sr^a Rosane principalmente pelos sons do trem e a impressão grandiosa do pontilhão aos olhos de uma criança que começa a sair de casa. Surge outro aspecto que demarca a distinção entre viver no “patrimônio de cima” ou no “patrimônio de baixo” aos olhos da Sr^a Rosane, as escolas:

“Quando nós começamos a escola, eu estudei no Grupinho, que ficava no Labienópolis. E tinha o Grupão, que ficava acima da linha. As crianças do Grupinho eram tidas como as crianças mais carentes. Quem estudava no Grupão já era um poder aquisitivo maior. Tinha a diferença com as próprias crianças em fase escolar. Por que Grupinho e Grupão? Porque o Grupinho era pequeno, mas não só no tamanho físico dele, era também devido ao fator socioeconômico das pessoas, porque era pra baixo da linha.”

Já na parte de lazer, segundo a Sr^a Rosane, não havia opção:

“Pra gente se divertir nós íamos ao cinema. Nas matinês dos tarzans. Batendo os pés com a emoção da Jane e do Tarzan. Tinha o Tênis Clube, na minha adolescência. A Cinelândia que era aquela uma ao lado do cinema, que era o point. O Saci, que era onde a gente comia brigadeiro. Tinha o barzinho do Seu Luciano, onde nós íamos comer pizza. No começo da década de setenta era tudo pro lado de cima. Não tinha

nenhum lazer aqui pra baixo da linha. Todo lazer era pra cima da linha. Mesmo com a mudança da linha, acho que continua ainda, porque pra cima da linha desenvolveu muito mais do que aqui, a parte pra baixo da linha. Acho que saiu um pouco esse estigma, pra baixo e pra cima, mas foi em longo prazo essa mudança. Mas na época era bem delimitada essa divisão.”

A entrada da Sr^a Rosane no “Tênis Clube”, em sua “adolescência”, mostra um fator muito importante na inserção social das pessoas em uma cidade como Garça no período enfocado, o nome de família:

“A cidade sempre foi muito ligada a essa questão dos nomes. Eu lembro que na escola não falavam você é a Rosane Fagotti. Perguntavam assim: Você é filha de quem? Acho que Garça, eu vivenciei isso, foi uma cidade muito burguesa. Você era respeitado pelo nome, digamos pedigree. Desculpa usar esse termo assim, mas é pra especificar bem. Lembro que mesmo depois, na época do ginásio havia uma diferença. Eu tinha um pouco de sorte porque tinha o sobrenome Fagotti. Da minha tia que foi miss São Paulo²¹² (Figura 47 e 48). Então todo mundo queria saber da vida da minha tia (risos). Ah, você é sobrinha da Madalena? Onde que a Madalena está e não sei o quê? Eu tinha essa sorte. Mas eu não tinha o poder econômico. Isso de alguma forma, hoje eu percebo, que me aproximou da elite da cidade. Mas eu sempre fui uma pessoa muito dada, sempre gostei muito de amizades e sempre tive minhas amigas. Mas tinham três aqui desse bairro e as outras eram do bairro de cima. Tive muita proximidade com essas outras amigas do Ferrarópolis (parte de cima). E quando eu fui ao Tênis eu já tinha amizades. Uma dessas famílias, a do Seu Fulano (ex-prefeito) que me apresentou pro Tênis. Então eu não tive dificuldade porque eu tinha muita amizade. Mas era muito assim preconceituoso. Uma elite muito forte. Hoje eu não percebo muito essa diferença, mas na época era muita. Nossa, pra você entrar no Tênis você tinha que ser apresentado. No Grêmio (outro clube) não entravam negros. Foi uma fase bem difícil. Eu era sócia dos dois. Eu pude frequentar os dois clubes. Mas houve muito preconceito.”

²¹² A Sr^a Rosane conta que a tia nasceu em Garça, na “Fazenda do Rio do Peixe” em 5 de março de 1939 e com dezesseis anos mudou-se para Campinas. Em 1958 foi eleita “Miss Campinas” e participou do concurso estadual promovido pelos “Diários Associados”.



Figura 47 – A Miss São Paulo em 1958, Madalena Fagotti, em homenagem muito comum a personalidades importantes, dando o pontapé inicial em partida de futebol realizada no Estádio Municipal de Garça-SP. A visita da “miss” a Garça teve muitos registros fotográficos.
(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



Figura 48 – Madalena Fagotti, Miss São Paulo 1958, posando em meio a um cafezal para promover a cidade de Garça-SP, na época uma das maiores produtoras do Brasil. Os concursos de beleza eram muito importantes na época e as vencedoras tinham muito prestígio.
(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

Além da questão do sobrenome famoso que abriu algumas portas na “sociedade” garcense em sua adolescência e juventude, a Sr^a Rosane considera que a escola foi um importante meio que permitiu mobilidade social:

“O que facilitou foram as amizades, porque na escola pública estudava rico e pobre, não havia uma separação tão grande entre as pessoas como há hoje. Porque hoje quem tem poder aquisitivo vai pra escola particular e aquele que não tem condição vai pra escola pública. Na minha época não. A escola pública era uma escola excelente. Tanto que nós terminávamos o colegial, fazíamos seis meses de cursinho e já entrávamos pra faculdade. Os professores eram de muito renome. Eu fui da primeira turma que começou o cursinho, quando surgiu o cursinho no colégio Anglo. Ganhei uma bolsa. Facilitou esse meu contato por eu estudar na escola pública junto com todas as classes sociais. E eu sempre, sempre, fui muito estudiosa também. Isso me ajudou nesse sentido de integração, dessa interação com as outras classes sociais.”

4.11 Mudança da linha

No depoimento da Sr^a Rosane, que vive sua juventude no final da década de 1960 e início da década de 1970, percebe-se que o fato de transitar entre as duas realidades locais fisicamente marcadas pela divisão entre as partes “acima” e “abaixo” da linha férrea lhe dá uma percepção acerca das mudanças sociais na cidade que por sua vez estão imersas nas mudanças sociais que ocorrem no mundo no final da década de 1960 decorrentes de diversas lutas e manifestações a favor principalmente da igualdade de condições entre todos. Embora contraditoriamente o país vivesse uma época de retrocesso em relação a direitos políticos ²¹³, alguns hábitos e costumes tornam-se acessíveis a maiores parcelas da população.

²¹³ Desde a crise política que se instala no país a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, a conturbada posse do vice João Goulart, o “Jango”, e o golpe que o derruba em março de 1964, uma série de situações redonda no regime militar que governa na base dos “Atos Institucionais” que abrem uma fase de perseguição aos considerados “inimigos do regime”. A polarização da realidade mundial no chamado período da “Guerra Fria”, entre “capitalistas” e “comunistas”, reflete-se no Brasil. O regime militar representa a opção pelo “capitalismo liberal”, mas a oposição reage até que em 1968 a tensão atinge um ponto crucial. Os militares instituem o “AI -5” em 13 de dezembro de 1968 que, resumidamente, proíbe qualquer manifestação legal de protesto, e assumem plenos poderes, vários de atribuição do Legislativo e Judiciário, como legislar em esferas nacional, estadual e municipal, podendo o Executivo Federal intervir em estados e municípios sem precisar atender a qualquer limitação constitucional. Ganham força as “Frentes Anticomunistas”, organizadas entre a parte conservadora da sociedade, e a “luta armada” passa a ser uma proposta de grupos de esquerda no Brasil. (SKIDMORE, 1988) (CALDEIRA, 1997).

Com os militares no governo a partir do golpe de março de 1964, o Brasil tem um desenvolvimento econômico sem precedentes, principalmente entre 1970 e 1973, que encobre as atitudes arbitrárias e cerceadoras de liberdades elementares da população. O chamado “milagre brasileiro” ²¹⁴, nesse período do início da década de 1970, é marcado por grandes ações macroeconômicas que aumentam a produção e exportações brasileiras e geram um clima otimista que anima e amplia a classe média seduzida por novidades como supermercados, “shopping centers”, eletrodomésticos e automóveis a preços acessíveis.

As “alterações de dinâmica populacional” decorrentes da crescente urbanização do país, que passa a ter a maioria da população morando nas cidades em um dos maiores processos de deslocamentos populacionais da história mundial (DUPAS, 2000:216), não se iniciam sob o regime militar, mas há uma potencialização na transformação do Brasil “rural” em “urbano” ²¹⁵, “privilegiar o Brasil urbano foi o grande projeto da década de 60” (CALDEIRA, 1997: 308). Embora o incremento seja maior nas áreas metropolitanas, pequenas e médias cidades do país refletem as alterações. O município de Garça, que no início da década de 1940 tinha índice de urbanização de 17%, chega em 1970 com 60% da população morando na cidade ²¹⁶.

Em Garça a transferência de habitantes da zona rural para a cidade cresce exponencialmente a partir de meados da década de 1960. Os governadores eleitos pelo

²¹⁴ Durante os cinco primeiros anos do regime militar há um acúmulo de recursos e o governo passa a fazer altos investimentos públicos nos setores de energia, siderurgia e telecomunicações. A taxa de crescimento do país cresce 8,3% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972 e 14% em 1973. Esse crescimento vira instrumento de propaganda e passa a ser divulgado como “milagre brasileiro”, o melhor fruto da revolução” (CALDEIRA, 1997: 329).

²¹⁵ A ideia de “progresso” embutida na justificativa do golpe militar de 1964 baseava-se em uma divisão simbólica do Brasil, acentuada desde o governo Juscelino Kubitschek: “havia um velho Brasil rural, que deveria ser substituído pelo Brasil novo e urbano. Essa idéia era aceita tanto pelos militares e seus aliados civis quanto pelos derrotados. A esperança era deixar para trás o processo de formação do país, que vinha dos tempos coloniais. Envergonhado de seu „exotismo“, o Brasil ansiava ser reconhecido como legítimo membro da civilização ocidental” (CALDEIRA, 1997: 308).

²¹⁶ População de Garça, dados censitários:

1939 – 24499 total (4247 urbana / 20252 rural) (PEREIRA, 2005: 70)

1954 – 38086 total (11174 urbana / 25896 rural) (IBGE, 1957: 333)

1970 – 37251 total (22527 urbana / 14724 rural) (Correio de Garça, 18 de outubro de 1970, nº 1815)

A diminuição da população total entre 1954 e 1970 decorre da emancipação de um distrito que era vinculado ao município de Garça.

Conforme o último censo do IBGE:

2000 – 43162 total (36386 urbana / 6776 rural). Índice de urbanização: 84%.

voto “indireto” seguem uma cartilha desenvolvimentista elaborada pelo governo federal que inclui a exigência de “planos diretores” e “projetos urbanísticos” que visariam à diminuição das desigualdades e injustiças decorrentes de uma estrutura social que a partir da oposição campo-cidade não permitia a “mobilidade social” e “integração” dos maiores e mais pobres estratos da população.

Especificamente, no entanto, o exemplo da entrada de negros nos clubes sociais de Garça, tardiamente em meados da década de 1970, mostra como a discriminação de pessoas e grupos se manteve mesmo com medidas que sinalizavam a preocupação de integração de estratos sociais diversos ²¹⁷. A mudança da linha férrea que dividia a cidade em duas partes física e socialmente distintas teve como um de seus objetivos declarados a integração entre os lados “acima” e “abaixo” da área urbana, dentro desse espírito de planejamento urbanístico que impregnava a política nacional.

Nosso entrevistado mais idoso, o Sr Pedro Valentim Fernandes ²¹⁸, o “Pedrinho”, ex-prefeito municipal por dois mandatos no final da década de 1960 e meados da década de 1970, expressa bem tal prática e a afinidade com o regime militar: *“Tudo o que eu fiz foi planejado, nada foi feito de cabeça, foi tudo planejado, compreendeu? Tudo planejado, dentro do regime ditatorial que nós vivíamos tinha que*

²¹⁷ Em meados da década de 1970, o “clube dos pretos” garcense ainda era opção à discriminação para entrar nos clubes sociais frequentados pelos “brancos”, conforme nota publicada no *Correio de Garça*, de 10 de fevereiro de 1977, nº 2428: “Clube José do Patrocínio com nova diretoria”, “Sob a presidência de Antonio Fernandes de Souza, espera-se voltar aos bons tempos do Clube que congrega as pessoas de cor e que sempre foi muito animado”.

²¹⁸ Entrevista Pedro Valentim Fernandes, 92 anos, em 12 de janeiro de 2009 (Duração 00:36:37). O Sr Pedro sucede na política garcense seu irmão mais velho, Manoel Joaquim Fernandes, “Manolo”, vereador, prefeito e deputado estadual entre meados da década de 1950 e início da década de 1960. Manolo, o irmão Pedro e Jaime Nogueira Miranda (ver nota 139, página 148), representam um grupo que dominou a economia e a política garcense durante o período do regime militar. Os irmãos Fernandes fazem parte dos nove prefeitos eleitos, dentre os vinte e três que assumiram o Executivo Municipal, desde a instalação do município de 1929 até 1970 (SILVA, 1977:170). De 1930 a 1947 são catorze prefeitos, sendo apenas um eleito por votação direta no mandato iniciado em 1936, um ano antes do golpe que inicia a ditadura do “Estado Novo”, de Getúlio Vargas. O Sr Pedro Valentim exerce dois mandatos (1964-1968 e 1973-1977), intercalados pela eleição do Sr Júlio Marcondes de Moura, cassado em 1970, a partir de prerrogativas do “Ato Institucional nº5” que dava poderes ao regime militar de intervir nos Municípios e Estados. É nomeado “interventor” o Sr Jaime Nogueira Miranda, que era presidente do IBC – Instituto Brasileiro do Café, poderosa entidade federal. O jornal *Correio de Garça*, de 19 de julho de 1970, nº 1790, assim noticiava: “Garça sob intervenção Federal”, “O prefeito Julinho é afastado e o Sr Jaime Nogueira Miranda é nomeado. O afastamento foi em decorrência da acusação de atos de corrupção apurados desde o início do ano relativos ao exercício em 1969”.

*planejar tudo*²¹⁹ e fazer a coisa, entendeu? Quer dizer, para alguns a ditadura foi ruim, mas foi necessária porque estava muito bagunçado, compreendeu? Nada melhor que a democracia, porque eu sou democrata social (era filiado ao PSD quando se elegeu prefeito pela primeira vez). Eu acho que ainda não chegamos na democracia verdadeira. Mas a democracia verdadeira é democracia socialista, não é a comunista não. Eu fui da frente anticomunista²²⁰. Eu recebi comenda da frente anticomunista.”

²¹⁹ Uma imposição durante a ditadura militar foi a elaboração de “planos diretores” nos municípios. O ex-prefeito Pedro Valentim Fernandes inicia o plano garçense já no final de seu primeiro mandato, conforme notícia do *Correio de Garça*, de 27 de julho de 1969, nº 1694: “Cadastramento é a primeira fase do Plano Diretor”, “Atendendo legislação, artigo 79 da Lei Orgânica dos Municípios, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município terá que ser concluído até novembro de 1970.”

²²⁰ A crise no governo “Jango”, que se confronta com alas conservadoras da sociedade civil e militares, se amplia principalmente a partir do momento em que recorre a “grandes mobilizações de massa” como demonstração de força e gera movimentações contrárias. As “bandeiras de esquerda” que se abriam nos grandes comícios são exploradas pela oposição que vincula a figura de João Goulart com o “comunismo” e o “totalitarismo” (CALDEIRA, 1997).

O jornal *Correio de Garça*, de 17 de outubro de 1963, nº 1131, em duas notas, dá uma imagem local do ambiente político no país: em “A face oculta das eleições” um dos articulistas fala sobre a eleição municipal e o simbolismo das candidaturas a prefeito, de “Júlio Marcondes de Moura”, o “Julinho” e “Pedro Valentim Fernandes”, o “Pedrinho”. A candidatura de “Julinho” seria “sintomática do descontentamento” de parte da população e a de “Pedrinho” um retrato do “conservadorismo” local (mais adiante falaremos sobre desdobramentos dessa “dualidade” política local). A segunda nota divulga uma “Conferência Anticomunista”, pelo “Dr Sílvio Marques Jr, ex-Promotor de Justiça em Garça”, que aconteceria no “GTLF – Grêmio Teatral Leopoldo Fróes”, um clube social presidido então pelo Sr Pedro Valentim Fernandes.

A eleição municipal é vencida pelo “anticomunista” “Pedrinho” e uma chamada no *Correio de Garça*, de 22 de março de 1964, nº1172, mostra como a ala conservadora local se manifestou contrariamente ao governo “Jango”: “Também Garça demonstrou seu repúdio ao Regime Totalitário”, falando sobre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. A “Marcha” foi um movimento organizado pela ala conservadora da Igreja Católica que em São Paulo teve a participação de “500 mil pessoas” em 19 de março de 1964. Marcou a reação ao “Comício da Central” feito por João Goulart no Rio de Janeiro pouco antes e serviu como incentivo ao desfecho do golpe militar oficializado no dia 31.

Outra demonstração de apoio ao regime militar foi o apoio de muitos(as) garçenses à campanha “Ouro para o bem do Brasil” que os “Diários Associados” organiza em São Paulo para angariar recursos para o governo federal. A campanha é similar à ocorrida no ano anterior à “Revolução Constitucionalista de 1932”, por uma organização cívica paulista “MMDC” (em homenagem a Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, rapazes que foram mortos durante manifestação na praça da República em 24 de maio de 1931) que “passou a arregimentar a população e angariar fundos para a compra de armas” conhecida por “Ouro para o bem de São Paulo” (CUNHA, 2000: 693). O *Correio de Garça*, de 24 de maio de 1964, nº 1188, põe em manchete: “Campanha do Ouro: vereador aplaude”.

Há oposição local ao regime que se instala, inclusive entre os vereadores, mas quem o fazia era imediatamente taxado de “comunista”, um fardo muito pesado em uma cidade em que, por exemplo, a igreja católica apoiou o golpe. O Sr João Chaves, um de nossos entrevistados, era vereador na época e fez campanha para o candidato “Julinho”, derrotado na eleição municipal do final de 1963. Ele conta que o vigário da igreja matriz, “Padre Vicente” fazia pronunciamentos na rádio e em um deles o acusou de “comunista” no ar. Imediatamente o Sr João Chaves foi à rádio e discutiu com o padre. Conflitos desse tipo foram inúmeros na cidade e era impossível o meio-termo.

Os anos seguintes acirraram a polaridade até o início dos anos de 1970 quando o emblemático lema “Brasil: ame-o ou deixe-o” simboliza os chamados “anos de chumbo” da ditadura sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici (CUNHA, 2000: 738).

A linha férrea e a mudança de seu traçado na cidade surgem em várias lembranças evocadas durante a pesquisa. O ex-prefeito esteve envolvido diretamente no processo de alteração do traçado da área urbana e menciona o assunto assim:

“Eu me lembro que a cidade era cortada pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro, era uma faixa abandonada, sempre cheia de mato e que, graças ao meu esforço como prefeito, por ser amigo de Laudo Natel ²²¹, que era o governador, eu consegui remover a estrada fora da cidade. E com essa remoção, aquela cidade que era conhecida como „dolado de cá” ou „dolado de lá” desapareceu e se tornou um jardim. É uma cidade só. É uma maravilha. (...) Todo mundo achou que era excelente. Todo mundo acompanhava, todo mundo apoiava. Quem é que não queria? uma porcaria cortando o meio da cidade, cheio de mato e os fios todos cortados (Figura 49). Houve alguns desastres. O trem passava e o sujeito, sabe, tava meio embriagado, coisa que até hoje acontece.”

²²¹ Laudo Natel, nascido em São Manuel - SP em 1920. Foi diretor do Bradesco. Era amigo de Amador Aguiar, fundador do banco. Membro da ARENA, Aliança Renovadora Nacional, um dos dois partidos autorizados pela ditadura militar, foi governador de São Paulo entre 1966 e 1967, substituindo Ademar de Barros, cassado pelo regime militar, e de 1971 a 1975, por “eleição indireta”. Definia-se como o “governador caipira”. Durante o segundo mandato é criada a FEPASA, que encampa a malha ferroviária do estado, como parte do “Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento” – PROINDE. O Secretário Estadual de Transportes era Paulo Maluf, que acabaria sendo eleito governador na sequência, desbancando Laudo Natel (ABREU, 2001: 4038-4041).

No primeiro ano do mandato do prefeito “Pedrinho”, Laudo Natel, então “vice-governador” de São Paulo, recebe o título de “cidadão garcense”, em “8 de dezembro de 1964” durante visita à cidade (*Correio de Garça*, 10 de dezembro de 1964, nº 1244).



Figura 49 – Imagem do início da década de 1960 mostra a cerca margeando os trilhos que cortavam o centro da cidade de Garça. A perspectiva é a partir da rua sem pavimentação, paralela à ferrovia, no patrimônio “Labienópolis”, focalizando “Ferrarópolis”, o patrimônio “acima” da linha, durante o início da manhã. Da esquerda para a direita, na linha do horizonte, a torre da matriz “antiga”, o reservatório elevado de água e o “Edifício do Comércio”.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça – SP)

Considerando uma de suas conquistas mais importantes durante seus dois mandatos como prefeito, o Sr Pedro dá mais detalhes sobre a mudança da linha:

“Foi um serviço importante, que eu reputo o mais importante, consegui tirar a estrada de ferro do meio da cidade, porque ela cortava a cidade no meio, tinha uma cerca de cada lado, os transeuntes cortavam os fios. Para poder roçar a faixa da Cia Paulista eu telefonava constantemente para o Dr. Nogueira (Diretor Regional da Cia Paulista), que era meu amigo em Bauru, pedindo licença para poder roçar, que era um transtorno. Assim é que eu fui fazendo amizade com o pessoal da Cia Paulista, com o objetivo de tirar a estrada de ferro. Fiz amizade com o Chefe de Patrimônio da Cia Paulista. O chefe dos advogados coincidentemente chamava Pedro também. Fiz amizade com eles e fui assim. Fui pleiteando de dois governos. No governo do Laudo Natel, que foi meu amigo, eu consegui tirar a estrada de ferro. Somente eu consegui, apesar do Pedro Sola em Marília (prefeito) pleitear e Pompéia pleitear também, com aval de todos os prefeitos da alta paulista, todos assinaram a favor. Nós fundamos a União dos Prefeitos da Alta Paulista com o objetivo de tirar a estrada de ferro desses três lugares e só eu que consegui.”

O jornal *Correio de Garça*, de 24 de julho de 1969, nº 1693, fala sobre a mudança da linha no mesmo sentido do ex-prefeito:

“Para uma cidade que ficou prejudicada com seu traçado inicial, trancando seu desenvolvimento, abre-se agora a maior oportunidade da nossa história para uma mudança – e que mudança! – coisa que praticamente ninguém mais esperava (...). Enquanto alguns municípios choram o novo mapa ferroviário, Garça sente-se orgulhosa e agradecida do mesmo.”

A rivalidade com Marília é exposta tanto no relato do ex-prefeito quanto na nota do jornal. A impressão é que a diferença entre o desenvolvimento das duas cidades foi o “traçado prejudicial” da ferrovia em Garça, mas, conforme já mencionado, a formação urbana de Marília ocorre de forma similar à garçense, com “patrimônios” desunidos fisicamente e politicamente em torno da linha férrea. Em todo caso, a transferência dos trilhos serve para alimentar o bairrismo em relação ao município vizinho.

Segundo o ex-prefeito a linha férrea *“depreciava enormemente a cidade porque era o do lado de lá e o do lado de cá”*, mas não considera que havia preconceito entre os moradores e expõe sua perspectiva:

“O que havia era o seguinte, o do lado de cá era mais valorizado e o do lado de lá era desvalorizado, era mais barato. Na periferia hoje também você compra casa mais barata, compra terreno mais barato. Tudo é igual, o negócio não mudou muito não. Porque quanto mais central é o terreno, mais caro é. Quanto mais longe do centro, fora do comércio, varia o preço. Então, isso sempre, sempre houve. Isso é normal na vida. Aqui, em São Paulo e em qualquer parte do mundo é desse jeito. Desse jeito, compreendeu? Como em qualquer parte do mundo.”

A mudança da linha férrea é uma ideia que surge aos poucos a partir de constantes reclamações referentes à manutenção do trecho no meio da cidade. Mesmo com a construção de passagens elevadas e subterrâneas em quatro pontos de ligação entre as partes “acima” e “abaixo” da linha, desde a instalação da ferrovia em 1928, as pessoas, em geral, cortavam constantemente a cerca ao lado dos trilhos nos locais onde o mato alto ainda não dominava as laterais. Atropelamentos aconteciam e precipitavam inúmeras solicitações à prefeitura que por sua vez repassava-as à Cia Paulista. A urbanização crescente do município na década de 1960 significou um aumento populacional e de trânsito entre os dois lados da cidade. Boa parte dos “novos”

moradores(as) vindos da zona rural fixavam-se em “Labienópolis” por conta dos imóveis mais baratos, mas necessariamente tinham que transitar em “Ferrarópolis” para trabalhar, estudar, fazer compras, se divertir. A travessia da linha era considerada perigosa em razão da possibilidade de atropelamentos, que povoam as lembranças em muitas das entrevistas, mas também pela situação das margens dos trilhos quase sempre muito sujas e pouco iluminadas.

Em 1963, durante a segunda gestão do prefeito Rafael Paes de Barros, uma nova passagem de nível é inaugurada ²²² com a intenção de proporcionar mais uma ligação entre “Labienópolis” e “Ferrarópolis”, além de criar um eixo viário que interligaria a cidade à rodovia de acesso a Bauru e Marília. Durante o primeiro ano de governo do prefeito “Pedrinho” é proposto juntamente com a Câmara de Vereadores o plantio de uma “cerca-viva” nas margens da ferrovia dentro da cidade ²²³. Contrariamente à ideia do prefeito anterior inicia-se a pavimentação de um ramal de acesso à rodovia ²²⁴ no lado oeste do município sem a construção de dispositivo de travessia da ferrovia similar ao executado no lado leste.

O aumento de passagens de um lado para o outro da cidade para travessia da linha e a insatisfação em relação aos cuidados com as margens da ferrovia são dois aspectos que reforçam a ideia de mudança dos trilhos. Uma campanha é iniciada pela SAGA – Sociedade Amigos de Garça, muito atuante e influente na década de 1960, pela transferência. A movimentação política em 1966 em torno do assunto é grande e coincide com os planos da Cia Paulista de modernização do trecho da ferrovia entre Bauru e Garça ²²⁵. Logo no final de janeiro de 1967, a Cia Paulista se compromete em remover os trilhos para a periferia da cidade.

²²² *Correio de Garça*, 25 de julho de 1963, nº 1109: “Passagem superior será inaugurada hoje” pela “rua Melchiades Nery” em “Vila Rebelo”, região leste da cidade.

²²³ *Correio de Garça*, 9 de agosto de 1964, nº 1209: “Cerca-viva junto ao leito da linha férrea”, “Prefeitura e Câmara Municipal solicitam autorização à Cia Paulista para plantio de cerca-viva ao longo do leito ferroviário no perímetro urbano”.

²²⁴ *Correio de Garça*, 4 de abril de 1965, nº 1274: “Iniciados os trabalhos do ramal de acesso”, asfalto na Presidente Vargas até o trevo Garça-Bauru. Nessa via, na parte “abaixo” da linha, localizavam-se a indústria e barracões da “Mercantil e Industrial Fernandes S.A.”.

²²⁵ A “SAGA” faz um “memorial reivindicatório” no final de 1966 e entrega-o à Direção da Cia Paulista, solicitando a “remoção dos trilhos da parte urbana, considerando o plano da Cia em alterar o ramal Garça-Bauru”, noticia o *Correio de Garça*, de 01 de janeiro de 1967, nº 1442.

O início das obras em Garça ocorre no final de 1968 ²²⁶, quando a empreiteira responsável aluga um barracão em “Labienópolis” para montar escritório e depósito de equipamentos ²²⁷. A expectativa era muito grande. Um articulista do jornal “Correio de Garça” enfatiza as perspectivas futuras:

“com a mudança dos trilhos teremos cortando a cidade uma vasta área que bem poderá servir à realização de uma obra que mudaria por completo o aspecto urbanístico de Garça: uma avenida central. Certamente essa será uma realização das mais avantajadas para o município, mas que dará à cidade um aspecto de cidade moderna com a avenida central em duas mãos de direção, ajardinamento e „playgrounds” para as crianças” (*Correio de Garça*, 20 de outubro de 1968, nº 1621).

O governador Abreu Sodré visita a cidade em fevereiro de 1969 e dá início “oficialmente” à retificação da ferrovia ²²⁸. Aparentemente as obras da Cia Paulista, em grande parte financiadas com empréstimos públicos ²²⁹, faziam parte de medidas

Segundo o Presidente da Cia Paulista na época, “João Soares de Amaral Neto”, a mudança nos traçados de alguns trechos da ferrovia tinha o objetivo de diminuir a distância e aumentar a velocidade das locomotivas. Os trilhos da Paulista passariam de 1233 Km para 833 Km. Ele salienta que dentre os trechos o de Garça a Bauru era um dos mais antiquados com “curvas de 200m” e “rampas de 2,5%” (o ideal seria aumentar o raio das curvas e diminuir a declividade dos trilhos). Também informa que a distância Garça-Bauru passaria de 90 Km para 68 Km e as obras teriam início imediatamente (*Correio de Garça*, 24 de março de 1967, nº 1464). Uma sequência de notícias é publicada durante o ano de 1967 esclarecendo a obra, dentre elas: “Cia Paulista de Estradas de Ferro pretende retificar o trecho Garça-Bauru em três anos”, “Em mais uma visita a Garça, diretores e engenheiros da paulista se reuniram juntamente com o Prefeito e demais autoridades para estudo sobre a retificação da linha” (*Correio de Garça*, 18 de junho de 1967, nº 1488); “Trem fará 160 Km/h entre Bauru e Garça”, “A nova linha terá rampa com no máximo 1% e raios de curva mínimos de 1145 m”. A linha “antiga” tinha rampas de 1,78% a 2,41% e raios de curva com 200m (*Correio de Garça*, 6 de agosto de 1967, nº 1501).

²²⁶ O Governador do Estado era Abreu Sodré (1917-1999). Paulistano, advogado e empresário, participou da fundação da UDN em 1945. Foi governador de São Paulo entre janeiro de 1967 e março de 1971 sucedendo e antecedendo os mandatos de Laudo Natel. Sodré e Natel eram lideranças na ARENA (ABREU, 2001).

²²⁷ “Retificação da Paulista: Viatécnica instala-se em Garça” (*Correio de Garça*, 25 de dezembro de 1968, nº 1638).

²²⁸ “Em visita de 40 minutos, Sodré passou por Garça e deu início à retificação da paulista” (*Correio de Garça*, 13 de fevereiro de 1969, nº 1651).

²²⁹ A política de “empréstimos subsidiados” promovida durante o regime militar significou muito dinheiro para empreiteiras que estivessem alinhadas com os planos governamentais, “havia recursos públicos para todos os gostos: empresas no Nordeste ou na Amazônia, projetos de reflorestamento, exportação, abertura de fazendas, a Zona Franca de Manaus, investimentos em ações”. Tais “subsídios eram cessão direta de dinheiro público para financiar as prioridades governamentais” (CALDEIRA, 1997:328).

governamentais com o objetivo de equilibrar o sistema de transportes de cargas no país que já era majoritariamente realizado em rodovias ²³⁰.

O começo das obras coincide com o início do mandato do candidato eleito para a prefeitura de Garça no final de 1968, Júlio Marcondes de Moura, o “Julinho”, membro do “MDB – Movimento Democrático Brasileiro”, partido que fazia o contraponto à “ARENA – Aliança Renovadora Nacional” à qual era filiado o ex-prefeito “Pedrinho”²³¹. O mandato de “Julinho” é cassado em julho de 1970, por alegados “atos de corrupção apurados durante o exercício de 1969” e o governo militar nomeia o Sr Jaime Nogueira Miranda, como interventor ²³².

Com a nomeação do “interventor”, o respaldo dos governos estadual e federal é retomado e uma série de obras públicas, além da sequencia da remoção da linha, ocorre em ritmo acelerado. Em 1971 o governador de São Paulo é novamente Laudo Natel. O Secretário de Transportes é Paulo Maluf ²³³, que promete que até “março de 1972” os trens já transitariam pelo novo traçado ²³⁴. O “Plano Diretor de Desenvolvimento

²³⁰ O jornal *Correio de Garça*, de 12 de janeiro de 1969, nº 1642, noticia: “Rodovias transportam 70 por cento das cargas”, “A política de transportes governamental tem procurado corrigir a distorção da demanda desses serviços. O setor ferroviário e marítimo tem recebido estímulos no sentido de apresentar maior rentabilidade para proporcionar um maior equilíbrio entre os sistemas de transporte de cargas no país”.

²³¹ O bipartidarismo foi a fórmula pela qual o regime militar reformou o sistema político por meio do “Ato Institucional nº 2, editado em outubro de 1965”. O principal objetivo foi evitar qualquer pretensão dos políticos de oposição quanto a volta da democracia irrestrita e uma possível retomada de poder. A “ARENA – Aliança Renovadora Nacional”, era o partido de apoio ao governo e foi formada rapidamente logo após o AI-2. Cerca de “dois terços dos parlamentares (250 deputados e quarenta senadores) optaram por ficar na ARENA, o partido que prometia todas as benesses aos obedientes”. Grande parte desses parlamentares era da “antiga UDN, que havia apoiado o golpe e fora pouco atingida por cassações e perseguições”, juntamente com “a maior parte do PSD” (o ex-prefeito Pedro Valentim Fernandes fora eleito pelo PSD). O “MDB – Movimento Democrático Brasileiro” foi praticamente o único espaço para a “oposição” legal ao governo militar. Reúne inicialmente “120 deputados e vinte senadores” em grande parte “sobreviventes do antigo PTB” e uma minoria vinda da ala do PSD que preferiram a oposição. Estar no MDB “era um convite para a perseguição oficial, enfrentar a ameaça permanente de cassação de mandato e direitos políticos, exercer a prudência nas críticas” (CALDEIRA, 1997: 315).

²³² Ver nota 139, página 148.

²³³ Paulo Maluf (1931) ex-governador de São Paulo, foi prefeito de São Paulo entre 1969 e 1971 e secretário de transportes no segundo mandato de Laudo Natel entre 1971 – 1975 (ABREU, 2001).

²³⁴ A notícia é dada em destaque no *Correio de Garça*, de 28 de outubro de 1971, nº 1918: “Trens: novo traçado funciona em 72”. Quando as obras foram iniciadas, a previsão era que o novo trecho já estaria funcionando no final de 1970, assim noticiada pelo *Correio de Garça*, de 29 de junho de 1969: “Cia Paulista: Futuro em tempo presente”, “O diretor presidente, Cel Walfrido de Carvalho, diz que a obra estará concluída até setembro de 1970”.

Integrado” do município é retomado pelo “interventor” Jaime Miranda ²³⁵. Enquanto isso é realizado o levantamento topográfico da área relativa ao leito da ferrovia na cidade com a finalidade de estipular valor e preparar a desapropriação junto à Cia Paulista ²³⁶. Antes do final de 1971, a malha ferroviária paulista é encampada por meio da criação da “FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.” ²³⁷. A partir da unificação das ferrovias, as obras de “retificação” do trecho Bauru – Garça, incluindo a mudança da linha na cidade, têm ritmo diminuído. A última previsão de conclusão, até o final de 1972, prometida pelo então Secretário Estadual de Transportes Paulo Maluf, não acontece. A eleição municipal em sequência ao período da “intervenção” no município é vencida por “Pedrinho” que retorna ao poder sendo cobrado quanto à remoção dos trilhos ²³⁸. O “interventor” Jaime Miranda deixara um projeto de aproveitamento da área

²³⁵ O *Correio de Garça*, de 10 de janeiro de 1971, nº 1837, informa: “Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”, O interventor Jaime Miranda fala sobre a tomada de preços junto a empresas indicadas pelo “SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo”, que funcionou de 1964 a 1974 com e teve entre outras funções o objetivo de auxiliar os município na elaboração de seus planos diretores. O interventor municipal diz que o “prefeito afastado” havia contratado empresa por “230 milhões” enquanto “Marília pagou 35 milhões” e “Prudente 50 milhões” e, portanto, cancelou o contrato e faria outro. O “Plano” teria que ser entregue até setembro de 1971.

²³⁶ O jornal *Correio de Garça*, de 14 de novembro de 1971, nº 1923, tem a seguinte manchete: “Pronto o levantamento topográfico”, “O topógrafo Nelson Kagueiama fez o levantamento para o interventor Jaime Miranda apresentar ao governador Laudo Natel. A desapropriação da área da Cia Paulista é necessária para a urbanização. O pagamento será feito em 40 anos”. A empresa contratada para elaborar o “Plano Diretor” do município fizera uma “demonstração” na “Câmara municipal” em agosto e a questão da destinação da área após a remoção dos trilhos foi debatida (*Correio de Garça*, 1 de agosto de 1971, nº1893). No final de 1971 o “Decreto 1736/71” considerava a faixa do leito ferroviário como de “utilidade pública” e dava o amparo legal para o processo de desapropriação.

²³⁷ A partir da unificação de cinco das seis ferrovias existentes no Estado de São Paulo: “Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, Estrada de Ferro Araraquarense, Estrada de Ferro São Paulo - Minas e Estrada de Ferro Sorocabana. A sexta ferrovia, Estrada de Ferro Campos de Jordão, pelas suas peculiaridades exclusivamente turísticas, foi posta sob a administração da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo” (SILVA, 1977: 266). O *Correio de Garça*, de 21 de novembro de 1971, nº 1925, informa: “O que tem as cinco ferrovias”, sobre encampação da malha ferroviária pela FEPASA.

²³⁸ A série de notícias sobre o assunto, no jornal *Correio de Garça*, permite uma noção sobre a situação em 1974;

“E os trilhos da FEPASA, quando saem?”, 13 de janeiro, nº 2128.

“Associação protesta contra o atraso da FEPASA”, 24 de janeiro, nº 2131 (A Associação Comercial de Marília envia ofício à presidência da FEPASA cobrando a conclusão da retificação do trecho Bauru-Garça).

“A 5 de maio leito da FEPASA deixará o centro”, 17 de fevereiro, nº 2138 (O Secretário de Transportes Paulo Maluf recebe o prefeito Pedrinho e promete interceder junto à FEPASA para a utilização do novo trecho e nova estação, deixando livre dos trens o centro da cidade).

“FEPASA: Trecho Bauru/Garça será concluído neste ano”, 21 de março, nº 2146.

“FEPASA: Estação só na conclusão do trecho”, 24 de março, nº 2147 (“Não haverá inauguração da estação no dia do aniversário do município em 5 de maio”).

“FEPASA diz que trecho Garça/Bauru é para 75”. 18 de abril, nº 2153 (“O presidente da FEPASA Jaul Pires de Castro informa que problemas de manutenção e dificuldades de recursos atrasam a finalização da obra”).

prevendo a utilização da parte central, entre as duas das principais passagens de nível localizadas a leste e oeste, para a construção de prédios públicos federais, estaduais e municipais, além de outras benfeitorias ²³⁹. A expectativa era grande e o atraso nas obras de retirada da linha frustrou parcialmente as pretensões do “interventor”.

É, portanto, relativamente lenta a efetiva “mudança da linha” e a “integração” física entre as partes “acima” e “abaixo” da cidade. No início da década de 1970 além da questão da ferrovia, a assimetria entre os dois “patrimônios” é acentuada pelo aumento populacional em “Labienópolis” sem a infraestrutura que “Ferrarópolis” já possui (**Figura 50**). Passa-se uma década entre a ideia da retificação do trecho ferroviário Bauru-Garça ²⁴⁰ pela “Cia Paulista” e a remoção dos trilhos do centro de Garça, pela

“Dia 4 FEPASA deixa o centro da cidade”, 28 de abril, nº 2156 (Mesmo com a obra de retificação ainda por concluir, a nova estação e o novo trecho urbano em Garça seriam inaugurados no aniversário do município, com a presença do governador Laudo Natel).

“Prefeito Pedrinho está feliz com a mudança da FEPASA”, 5 de maio, nº 2157 (“Acontecendo em seu mandato, terá o mesmo a oportunidade de elaborar projeto de urbanização de grande faixa de terreno que divide Garça”). Nessa mesma edição, comemorativa do aniversário do município, uma propaganda do “Banco Itaú” simboliza a questão da divisão entre os lados “acima” e “abaixo” da linha desde o início da ocupação urbana: “De Labienópolis e Ferrarópolis se fez a Sentinela do Planalto, Garça. Hoje, aos 45 anos, a unificação será maior com a mudança dos trilhos da FEPASA”.

“Maluf inaugurou em Garça obras da FEPASA”, 9 de maio, nº 2158 (O governador não veio, mas o secretário de transportes o representou).

“FEPASA: Prefeito vai desapropriar faixa central”, 12 de maio, nº 2159.

“Trilhos da FEPASA deverão ser removidos brevemente”, 27 de junho, nº 2172 (“Engenheiros da FEPASA estiveram na cidade durante a semana para avaliarem a faixa antiga da ferrovia para venda ao município. O prefeito Pedrinho pediu as pedras do leito”).

“Negócio da China: PM vai comprar área central da FEPASA por Cr\$2,70 o m²!”, 7 de julho, nº 2175 (“183204 m²” sendo “82504” na área urbana. O pagamento seria feito em “60 meses”).

“Com a saída dos trilhos, PM pode executar Plano Diretor”, 16 de julho, nº 2176 (Previra-se a construção de “Centro Cívico”, incluindo prefeitura, fórum e câmara municipal, e estação rodoviária). O sucessor do prefeito Pedrinho, Sr Francisco de Assis Bosque, foi o responsável pelo destino da antiga faixa da ferrovia. Do plano original, só foi executada a rodoviária, no final da década de 1980. O restante da faixa foi utilizado para a implantação de uma praça, em contiguidade com a estação rodoviária no trecho paralelo ao centro comercial, parte foi negociada para construção das agências bancárias do “Bradesco” e “Caixa Econômica Estadual”. A leste foi loteada e vendida em parte residencial/comercial e industrial. A oeste o loteamento foi residencial e comercial. Parte dos recursos foi investido na pavimentação da estrada que liga Garça a Álvaro de Carvalho, durante a gestão do prefeito “Assis Bosquê”.

“Paralisação”, 1 de setembro, nº 2191 (“O trecho em obras Bauru/Garça é paralisado”).

“FEPASA aceita condições da PM: Cr\$511349,80 pela faixa central”, 15 de setembro, nº 2194 (“A FEPASA promete liberação da área até o final do ano”).

²³⁹ O *Correio de Garça*, de 19 de março de 1972, nº 1955, informa: “Município já tem plano para área da Paulista”, “Na faixa compreendida entre a passagem de nível da Rua Cel Joaquim Piza e o Trevo Alfredo Cotait poderão ser construídas a médio e longo prazo prédios para a Prefeitura, Câmara, INPS, Biblioteca Pública, Comissão Central de Esportes, Coletorias Federal e Estadual, Caixas Econômicas Federal e Estadual, Teatro Municipal, além de Jardins e Parques Infantis”.

²⁴⁰ A obra da retificação da ferrovia entre Bauru e Garça é oficialmente concluída no final de 1975, conforme noticiado pelo *Correio de Garça*, de 8 de janeiro de 1976, nº 2320: “FEPASA completa trabalho de retificação do trecho Bauru-Garça”, “A linha foi encurtada em 30 Km, em obra iniciada em

“FEPASA” (Figuras 51 e 52), e mais uma década para a área do antigo leito, denominado “Faixa de Integração” por sugestão do prefeito Pedrinho em meados de 1975 ²⁴¹, assumir o aspecto atual. Durante esse período grande parte das benfeitorias, como coleta de esgoto e pavimentação, são realizadas no antigo “patrimônio de baixo”, que passa a se aproximar nesse aspecto à condição que o “patrimônio de cima” já sustentava.

1968. O diretor de produção, Oliver Salles de Lima, informa que o transporte de passageiros é de 75 mil por ano, entre Bauru e Marília”. Mas o volume de passageiros declinou vertiginosamente perdendo campo para o transporte rodoviário. Em Garça, por exemplo, até a localização da nova estação ferroviária, serve como motivo para a opção pelo ônibus. Uma nota no *Correio de Garça*, de 26 de junho de 1975, nº 2267, diz que o “público tem preferido o ônibus até por causa da localização da estação que onde está desserve a cidade”.

²⁴¹ Algumas notícias publicadas no *Correio de Garça*, durante o final do segundo mandato do prefeito “Pedrinho” ilustram o final de uma década para a remoção dos trilhos:

“Trilhos da FEPASA podem sair em 30 dias”, 9 de março de 1975. nº 2238 (O prefeito confirma a remoção do leito ferroviário e a limpeza da área).

“Trilhos deixam o centro da cidade”, 11 de maio de 1975, nº 2254: “No decorrer desta semana os garcenses viram a concretização de um antigo sonho: a unificação da cidade através da retirada dos trilhos da FEPASA. (...) Agora a municipalidade deverá, seguindo o projeto do Plano Diretor de Desenvolvimento da cidade, abrir mais quatro passagens a nível entre Labienópolis e Ferrarópolis, para depois executar as obras de urbanização. No Plano constam as construções de Paço Municipal, Mercado, Estação Rodoviária e outros melhoramentos”.

“Urbanização”, 19 de junho de 1975, nº 2265 (“Encontra-se na cidade o urbanista Max Ezagui, responsável pelos projetos do Bosque Municipal e Praça Rui Barbosa, para realizar estudos no sentido de urbanizar a faixa da FEPASA”).

“Terreno da FEPASA”, 10 de junho de 1975, nº 2271 (“Arquiteto Max Ezagui, contratado pela Prefeitura Municipal para projetar a urbanização do antigo terreno da FEPASA, solicitou ao chefe do executivo uma denominação oficial para o local. Por sugestão do próprio Pedrinho, todo aquele trecho será denominado „Faixa de Integração“, por representar efetivamente a integração de dois setores da cidade, anteriormente divididos pela ferrovia”).

“Faixa de Integração da FEPASA”, 24 de agosto de 1975, nº 2284 (Expõe o problema da “poeira” nas “passagens abertas” no “antigo leito da ferrovia junto às ruas Sargento Wilson e Prefeito Salviano”, duas vias centrais da cidade).

“Urbanização da „Faixa de Integração“ já tem projeto”, 31 de agosto de 1975, nº 2286 (“O arquiteto Max Ezagui, da Empresa Trevo Arquitetura, do Rio de Janeiro, entregou ao Prefeito Municipal o preprojeto de urbanização da „Faixa de Integração“, antigo terreno da FEPASA”. Pela proposta encaminhada, ficariam duas avenidas longitudinais: a Avenida Labieno da Costa Machado, com 14 metros de largura, para atender tráfego mais pesado e a Rua Paulista (atual Rua Manoel Joaquim Fernandes) e Rua Mato Grosso (atual Rua Dr Jurandir Ubirajara Guimarães) com 9 metros de largura. A faixa foi dividida em áreas: Cívica, Cultural, “necessidades públicas”, esportiva e recreativa. Na “área cívica” ficariam a “Câmara Municipal, Prefeitura e Fórum” no “início da Faixa (a leste) nas proximidades do Ginásio Industrial (atual “Centro de Cultura”, onde ficam a Biblioteca, o Teatro e a EMCA - Escola Municipal de Cultura Artística)”. Na “área cultural” ficariam a “Biblioteca/Museu e Palácio de Exposições, nas proximidades da Delegacia de Polícia (no local foram construídas as agências do Bradesco e Caixa Econômica Estadual e o Ginásio de Esportes do Garça Tênis Clube). Na “área de serviços, ou necessidades públicas”, a oeste do centro da cidade, seriam erguidos “Hotel, Posto do INPS, Antenas de TV, Rodoviária e Supermercado a partir do início da Rua Prefeito Salviano” além de “Torre de Água (reservatório elevado)” na parte ao lado de “Vila Rebelo” (foram construídos a rodoviária; as torres das antenas sobre a antiga passagem sobre os trilhos; e entre a Rua Prefeito Salviano e a Rodoviária “nova” fez-se uma praça denominada “Tancredo Neves”). Na “área esportiva”, no extremo oeste da “Faixa de Integração” seria construída a “praça de esportes” do Grêmio teatral Leopoldo Fróes no limite com a área que foi destinada ao “Distrito Industrial” na periferia do núcleo urbano próxima à saída rodoviária para Marília.

“Faixa de Integração”, 4 de setembro de 1975, nº 2287 (Em nota, o jornal publica comentário do vereador Jathir Mafud criticando o projeto proposto: “a entrega do projeto a um engenheiro de fora é um desprestígio ao próprio engenheiro responsável pelo Dpto de Obras da Prefeitura”. O vereador sugere que “o executivo, em reunião com os vereadores, explique as razões disso”).



Figura 50 – Vista aérea da cidade de Garça-SP, início da década de 1970. O registro, a partir de “Labienópolis”, mostra a linha férrea no centro da foto, prestes a ser removida, e serve para ilustrar diferenças entre as partes “acima” e “abaixo” da linha, considerando a localização de alguns “lugares”, marcos referenciais locais e índices de modos de uso e ocupação da cidade. Além da menor quantidade de marcos arquitetônicos e urbanísticos referenciais em relação à “Ferrarópolis”, somente durante o período da transferência da ferrovia que obras de infraestrutura são iniciadas em “Labienópolis”, dentre elas as redes de coleta de esgoto e calçamento das ruas. Na parte inferior da foto vê-se o quarteirão onde se instalara depósito de materiais/equipamentos e usina de asfalto para os serviços de pavimentação.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça – SP)

1. Estádio Municipal “Frederico Platezeck”; 2. Estação de Tratamento de Água – SAAE; 3. Reservatório Elevado de Água Tratada – SAAE; 4. Hospital São Lucas; 5. Bosque Municipal “Belírio Guimarães”; 6. Banco do Estado de São Paulo (atual agência do INSS); 7. Fórum (atual sede da Prefeitura); 8. Edifício do Comércio; 9. EE Hilmar Machado de Oliveira; 10. Banco do Brasil; 11. Torre do relógio da “antiga” rodoviária; 12. Cine São Miguel (atualmente dividido entre várias lojas); 13. “Nova” Igreja Matriz – Praça Rui Barbosa; 14. Praça Pedro de Toledo – Fonte luminosa; 15. Salão Paroquial da Matriz de São Pedro; 16. Mercado Municipal (atual Secretaria Municipal de Educação); 17. Lar da Criança (mantida pela Associação Espírita de Garça); 18. Igreja Adventista do Sétimo Dia; 19. Colégio Santo Antonio; 20. Igreja Assembleia de Deus; 21. Hospital Samaritano (chamado inicialmente “Hospital dos Pobres”. Atualmente utilizado pela PMG como Secretaria de Saúde e outros departamentos); 22. Telesp (atual “Telefônica”); 23. Pontilhão no início da Rua Barão do Rio Branco (foi a principal passagem entre “Labienópolis” e “Ferrarópolis”); 24. Centro Espírita “Caminho de Damasco”; 25. Delegacia e Cadeia Pública (atualmente funciona ali um “distrito da polícia civil”, a “CIRETRAN” e a “delegacia da mulher”. A “cadeia” foi transferida no final da década de 1970 para um prédio construído no final da Avenida Faustina, na época periferia da cidade, nas proximidades da estigmatizada “nova” estação ferroviária).



Figura 51 – Remoção dos trilhos em 1975. A retirada é feita no sentido leste da cidade e a foto registra os trabalhos nas proximidades do pontilhão no início da Rua Barão do Rio Branco, principal passagem entre “Labienópolis”, à direita da foto, e “Ferrarópolis”, à esquerda.
(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça – SP)



Figura 52 – Remoção dos trilhos em 1975, no sentido leste. A foto foi tirada sobre a passagem sobre a linha, localizada em “Vila Rebelo”. Pouco à frente, No local foi construída a “nova” Estação Rodoviária, após terraplanagem que nivelou os dois lados da faixa. A estrutura do viaduto, que foi parcialmente aterrado, serviu de base para a instalação de torres de retransmissão, atualmente utilizadas tanto para televisão quanto para telefonia celular.
(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça – SP)

As três décadas passadas entre a ideia da mudança da linha e a urbanização da “Faixa de Integração”, aparentemente, diluíram o impacto da retirada dos trilhos nas lembranças de nossos(as) entrevistados(as). De maneira análoga, a diluição dos limites sociais evidenciados em vários relatos, dentre eles o que marcava a distinção entre moradores(as) “acima” e “abaixo” da linha, também é evidente nos depoimentos. Além disso, é perceptível que enquanto as linhas físicas e sociais aparentam uma diluição, marcas de “status” se sofisticam a ponto de a questão da moradia “acima” ou “abaixo” da linha não ter um índice de relevância tão acentuado quanto nas primeiras décadas de ocupação urbana em que o menor gradiente de distinções aparentes possíveis, que nivelava os(as) primeiros(as) habitantes da cidade, importava uma significação muito grande quanto à posição no espaço físico da cidade vinculando-o ao espaço social denotado ao indivíduo.

Considerações finais

Quando imaginamos o que são fronteiras, imediatamente a ideia de ultrapassá-las, ou não, está interligada, considerando que toda fronteira denota algum tipo de separação. Durante a formação e ocupação da cidade de Garça, no “novo oeste” paulista, surgem fronteiras: linhas físicas e sociais, visíveis e invisíveis, foram construídas, desconstruídas, ultrapassadas, alteradas e diluídas no tempo, que também não é único, meramente cronológico, mas socialmente configurado.

Percebe-se que a cidade apresenta-se segmentada e seus habitantes, em geral, pouco se dão conta de um “sentido global do entorno urbano” ²⁴². Nesse sentido a interpretação sobre o “fenômeno urbano” corresponde a múltiplas variáveis em que limites relacionados a estratégias de distinção podem ser identificados, mesmo sem a definição precisa de fronteiras. Aos “lugares” ligaram-se demarcações físicas e imaginárias referentes a conjuntos de práticas com diferentes representações.

A diferenciação física e imaginária que denotava moradores(as) dos “patrimônios acima” e “abaixo” da linha férrea na cidade é uma demarcação que faz parte de minhas lembranças e da maioria das pessoas entrevistadas. Considerando essa particular evocação inicial foi possível durante a pesquisa: identificar relações de sociabilidade, percepções espaciais e modos de apropriação do espaço urbano; desvelar identidades e sentimentos sobre os lugares da cidade; e compreender como práticas e representações sociais estiveram vinculadas ao uso e ocupação do município no período abordado.

A opção metodológica pela “história oral” ofereceu a possibilidade de expressão e registro de pontos de vista e situações não conhecidos, em geral menosprezados, e pôde mostrar dimensões desconhecidas de um passado relativamente recente. Vivências se transformaram em lembranças permeadas de aspectos objetivos do contexto mais amplo. As exposições de relações de sociabilidade, durante a formação da cidade, foram mediadas pela subjetividade de cada um e a articulação das memórias revelou

²⁴² Ao perceber a cidade como uma série fragmentada de lugares, seus habitantes possuem relações diferenciadas com os espaços urbanos, “alguns intimamente conhecidos, outros apenas de passagem, muitos não conhecidos de todo” (SANTOS, 2000).

sentimentos variados de pertencimento. Os conceitos de “identidade” e “alteridade” foram fundamentais direta e indiretamente nessa proposta de leitura de cidade heterogênea, representada de formas múltiplas, com cenografias urbanas diversas, impregnada de preconceitos do cotidiano.

Parâmetros de análise envolvendo geração, gênero, classe, cor da pele, religiosidade, erudição costuraram os assuntos abordados ²⁴³, sempre a partir dos relatos, e auxiliaram na análise de relações de sociabilidade no espaço urbano. A cidade, fisicamente delineada, pôde ser melhor compreendida mediante a leitura e interpretação de “códigos” de diferenciação que socialmente configuraram a interação entre os habitantes locais, considerando-se o espaço urbano como suporte material de relações entre as pessoas.

O conjunto dos relatos utilizados formou uma “etnografia do familiar” que permitiu o “estranhamento” de um passado recente por meio das memórias individuais evocadas. Um resultado imediato foi a identificação de padrões de sociabilidade e distinção a partir das formas de apropriação dos lugares no decorrer do tempo, considerando *status*, mobilidade e distância social ²⁴⁴.

Também ficaram evidentes as alterações espaço/sociais e a sofisticação das marcas de prestígio que substituíram e ou complementaram as distinções inicialmente marcadas no uso e ocupação da cidade. Se, grosso modo, a distinção elementar entre

²⁴³ Dentre os assuntos mais comuns: o início da ocupação da chamada “Alta Paulista”; a similaridade no desenho urbano dos primeiros núcleos na região; o início da formação do futuro município de Garça; características dos “patrimônios” iniciais quanto ao uso e ocupação durante o tempo em que a linha férrea dividia a cidade; o imaginário sobre fundadores do núcleo urbano e outros personagens; a comparação e rivalidade com o município vizinho de Marília; aspectos a dualidade rural/urbano; a religiosidade e sua relação com a urbanização local; marcos referenciais urbanos como cinemas, igrejas, praças, clubes, casas comerciais, escolas, etc., ressaltando-se marcas de *status* vinculadas aos lugares; arranjos familiares e moradia; costumes; situações políticas; enfim, práticas e imagens recorrentes descritivas de espaços e sociabilidades da cidade durante praticamente meio século entre a implantação e mudança da linha férrea na cidade.

²⁴⁴ Grosso modo, a noção de *status* como lugar ou posição que ocupamos na sociedade conforme “julgamento coletivo ou consenso de opinião do grupo”, ou seja, a “posição em função dos valores sociais correntes no meio social ao qual pertencemos” (LAKATOS, 1991:91). A “ascensão e descenso de indivíduos e grupos dentro da hierarquia de posições de estratos ou camadas existentes nas sociedades”, resumidamente, definem o conceito de “mobilidade social”. A “posição de um indivíduo, grupo ou fenômeno social é passível de localização no espaço social, através das relações” mantidas com o “outro” “selecionado como ,ponto de referência”. Mas “os pontos de referência no espaço social dificilmente podem ser tão universais quanto os são no espaço geográfico” (Idem: 266).

morar “acima” ou “abaixo” da linha, embora não exclusiva, era um índice muito importante de *status* até a mudança da ferrovia, após a transferência outros indicativos diluem a questão do local de moradia, como, por exemplo, ter um veículo automotivo.

Entre 1970 e 2000 a população urbana cresce cerca de 60%, enquanto a total aumenta em aproximadamente 15%. Por sua vez, o número de veículos licenciados passa de “1564” em 1970 para “17574” em 2000 ²⁴⁵. Os números indicam duas situações que corroboram a diluição da questão do lugar de moradia como indicação de “prestígio”: a introdução maciça do automóvel entre a população como meio de transporte, mas também como indicador de posição social a partir do tipo e ano do veículo, e a ampliação no número e raio de deslocamentos na cidade e fora dela aumentando a possibilidade de passeios, substituindo o antigo “footing” a pé, das primeiras décadas de formação da cidade, para um desfile de carros e motocicletas em frente a lugares de concentração abertos e ou fechados. O aumento de possíveis escolhas, dentre outras consequências, diminui boa parte da importância que os clubes sociais tinham até a década de 1970.

A maior possibilidade de locomoção, representada pelos veículos de duas ou mais rodas, é evidente pela proporção de veículos que aumenta de 0,24/domicílio em 1950, para 0,31/ domicílio em 1970, chegando em 2000 com a média de 1,17/domicílio. O automóvel como indicativo de prestígio é imediato desde seu surgimento na cidade no início da década de 1920, mas era um adicional ao *status* já adquirido de outras maneiras, podemos dizer que seria um diferencial entre os mais ricos. Uma das

²⁴⁵ Observar o crescimento populacional correlacionando-se as diferenças entre os números da parte rural e urbana do município entre as décadas de 1940 a 2000, juntamente com o número de domicílios, a média de habitantes por domicílio e a quantidade de veículos na cidade nesse mesmo período, dá uma noção das mudanças no uso e ocupação urbanos e as prováveis alterações de percepção e qualificação de pessoas e lugares. De 1940 a 1950, a população urbana passa de 4247 hab. para 11174 hab., um aumento de ~165%, enquanto a população total sobe de 24499 hab. para 38086 hab., aumentando ~55%. De 1950 a 1970, a população urbana aumenta em pouco mais de 100%, passando para 22527 hab. enquanto a população total diminui ~3% ficando em 37251 hab. Nesse período, o número de veículos licenciados na cidade é de 738 (298 automóveis e 440 caminhões) em 1950, enquanto em 1970 são 1564 veículos. O número de domicílios em 1950 é algo em torno de 3000 passando para cerca de 5000 em 1970 com um aumento de ~66%. Entre 1970 e 2000, a população urbana cresce mais ~61%, passando para 36386 hab., enquanto a população total aumenta para 43162, um acréscimo de ~15%. Em 2000 são 17574 veículos trafegando pela cidade correspondendo a um aumento de ~1000% em relação a 1970. O número de domicílios aumenta em ~200% em relação a 1970 com um total aproximado de 15000 unidades residenciais, correspondendo ao aumento territorial da parte urbana do município e uma diminuição do número de habitantes por domicílio que passa de uma média de 4,5 hab/unidade em 1970 para 2,4 hab/unidade em 2000. A cidade expande a área física a leste, oeste e norte, ficando limitada ao sul pelo “novo” traçado da ferrovia e a rodovia paralela.

entrevistadas, filha de um dos prósperos comerciantes que enriquecem rapidamente nos anos de 1930 na cidade, conta que saíam de casa de automóvel para irem à igreja ou ao cinema que ficavam a pouco mais de quatrocentos metros de casa. Principalmente a partir da década de 1970, a popularização dos veículos, e a diversificação de modelos e preços, criam uma gradação de opções que atenua discrepâncias e aparentemente diminui a distância entre ricos e pobres.

No penúltimo depoimento, de nossa entrevistada mais jovem, citado no final do último capítulo, há várias marcas de mudanças sociais e indicadores de *status* na cidade. Menciona-se o “telefone” e a “televisão” como diferenciais em relação à vizinhança da depoente moradora na parte “abaixo” da linha em meados da década de 1960. Assim como no caso dos veículos, ter um telefone, que em Garça no início da década de 1970 era um privilégio em aproximadamente 16% dos domicílios urbanos, ou uma televisão em casa torna-se corriqueiro no decorrer das décadas seguintes.

Atualmente, por exemplo, costumo passar por certo constrangimento quando falo que não tenho telefone em casa, nem aparelho celular, considerando que o número de linhas no país é superior ao número de habitantes. Mesmo com o acesso possível a todos, a distinção opera não mais em relação a ter ou não uma linha telefônica, mas quanto ao modelo do aparelho, sua sofisticação e preço. Em relação à televisão a situação é parecida. Ter o segundo e terceiro televisores é algo comum em qualquer residência, mas enquanto na década de 1960 a diferença entre os aparelhos de “TV em preto e branco” poderia ser uma “tela monocromática” cobrindo a frente do “tubo” do televisor, em que “se via tudo por faixas coloridas”, como explicou nossa entrevistada, atualmente o diferencial entre as TV’s de “tela plana” é o tamanho, recursos adicionais e tipo de material da tela, “plasma”, “LCD”, “LED” e assim por diante, sempre alterados pelo último lançamento nas “Casas Bahia”.

A diversidade de estabelecimentos de ensino e locais de moradia tem uma dinâmica parecida. Se, grosso modo, até a década de 1960 estudar não era para todos(as) e a escola pública, principalmente o que chamamos atualmente “Ensino Médio” era para uma “elite” local ²⁴⁶, a partir da década de 1970 a escola pública amplia

²⁴⁶ “Elite” no sentido de deter capital econômico, social, cultural e simbólico, de maneira variável, mas suficientemente dosados de forma a permitir a integração entre estratos sociais locais mais elevados. O

seu atendimento. Só não estuda quem não quer. O número de vagas aumenta e o número de escolas também, construídas em vários bairros da cidade. Desaparece a distinção, percebida em alguns depoimentos, entre a primeira escola pública do patrimônio “abaixo” da linha, o “Grupinho”, que serviu para atender alunos de “Labienópolis” e zona rural que não eram matriculados na escola pública do patrimônio acima da linha, o “Grupão”. Em relação à moradia, a transferência da população rural para a cidade, em grande medida a partir de meados dos anos de 1960, implicou na formação de “novos” bairros, principalmente na periferia do antigo patrimônio “acima” da linha. A dualidade “acima” e “abaixo” denotando “lugares físicos e sociais” foi diluída, mas a qualificação é transferida aos loteamentos e conjuntos habitacionais que surgem durante as décadas de 1970 em diante ²⁴⁷.

A distinção entre “Ferrarópolis” e “Labienópolis”, dá lugar a um mosaico de “territórios diferenciados” ²⁴⁸. Um dado ilustrativo em relação à fragmentação urbana é a existência de doze igrejas católicas e mais de cinquenta templos evangélicos ²⁴⁹

espaço social pode ser hierarquizado pela distribuição de capitais, o que permite enfatizar a dimensão relacional das posições sociais. Diferentes formas de capital permitem estruturar o espaço social. Bourdieu distingue quatro tipos de capital: o econômico, constituído pelos diferentes fatores de produção; o social, que se define essencialmente como o conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo; o cultural, que corresponde ao conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família; e o simbólico, que corresponde ao conjunto dos rituais, como as “boas maneiras” ou o protocolo, ligados à honra e ao reconhecimento.

²⁴⁷ De 1970 a meados de 2000 surgem 50 loteamentos e ou conjuntos habitacionais em Garça com dimensões variando entre 20 a 600 unidades, conforme informações da “Secretaria Municipal de Planejamento Urbano”. Em uma atividade tratando sobre a percepção sobre o local onde moravam, com duas turmas de alunos(as) do Ensino Médio, no início de 2011, em duas escolas públicas da cidade, houve a qualificação de bairros “bons” e “ruins” na cidade. Em geral, os “bairros ruins” estavam vinculados à existência de “bocas de fumo”, “rixas entre traficantes” e poucas opções de lazer próximo de casa. Nas entrevistas com os(as) antigos(as) moradores não houve nenhuma referência a questão próxima ao problema do tráfico de drogas na cidade, mas em um dos depoimentos a entrevistada fala que quando a filha começou a sair de casa no final da década de 1960 tinham oferecido “droga” em uma lanchonete perto do cinema. Entre os jovens atuais que participaram da atividade, não houve reclamações quanto a infraestrutura, como pavimentação, água, esgoto, coleta de lixo, escolas, postos de saúde, comum entre os “antigos(as)” moradores(as), mas a questão das relações de vizinhança é problemática principalmente nos bairros em que não há “igrejas”, por exemplo, que muitos(as) dos alunos(as) vêem como aspecto positivo nos “melhores” bairros. A qualificação positiva dos lugares conforme a proximidade ao “centro” da cidade foi repetida entre vários(as) estudantes, principalmente por aqueles que moravam em bairros com pouco “comércio”, outro elemento que assim como as igrejas foi pulverizado pela cidade.

²⁴⁸ A cidade lembra um quebra-cabeça “feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” com as “fronteiras imaginárias” definindo os “lugares” de cada um (ROLNIK, 1995: 40-41).

²⁴⁹ Segundo estimativas do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, que possui cadastro das ligações por atividade.

espalhados pela cidade que na década de 1960, como visto no capítulo três, dispunha de duas paróquias católicas, uma “acima” e uma “abaixo” da linha “disputando” fiéis dos dois lados e algumas poucas opções de outras religiões. O fracionamento entre os bairros, chamados de “comunidades” pelos católicos que se organizam em grupos, e nas várias opções de igrejas chamadas “evangélicas” e outros cultos e organizações religiosas, denota a segmentação física e social em partes cada vez menores dentro de um considerado pequeno município do interior paulista.

Embora não propriamente possamos considerar a segmentação crescente da cidade, desde 1970, como “segregação urbana”, podemos identificar marcas de distinção entre os bairros que se formaram. Em geral os loteamentos e conjuntos habitacionais foram “projetados” considerando determinados perfis de prováveis moradores acarretando a concentração em uma mesma área residencial de pessoas com características semelhantes entre si, principalmente em relação à renda familiar.

O acesso a bens de consumo diversos, como veículos, telefones e televisores, assim com a diversidade entre escolas e locais de moradia na cidade ²⁵⁰, aumenta na mesma proporção em que a população urbana cresce no município. A praticamente manutenção do número total de habitantes durante décadas é uma característica local que permite uma leitura em relação às mudanças de padrões de distinção que não precisa ser contemporizada a um aumento populacional do município. Ou seja, casos como o de Garça e outras cidades com crescimento vegetativo similares seriam

²⁵⁰ A questão da criação e ampliação de bens do consumo, relacionada à indicação de *status*, pode ser analisada sobre o conceito de “consumo conspícuo”, tratado, entre outros, por Thorstein Veblen (1857-1929), autor de *A teoria da classe ociosa*, economista e pensador norte-americano, que criticava a ortodoxia dos economistas que negligenciavam questões sociais e culturais mais amplas em suas pesquisas. Introduz os conceitos de “consumo conspícuo” e “desperdício ostensivo”, relacionados com a prática de comprar e ostentar posses materiais com vistas a indicar ou realçar o próprio prestígio aos olhos dos outros. Podem ocorrer em formas ostensivas e sutis, com o extremo da exibição exagerada pela qual os muito ricos, que Veblen chamava de *classe ociosa*, indicam sua posição superior demonstrando que possuem tanto que podem dar-se ao luxo de desperdiçar em enorme escala (como no ritual do “Potlatch” entre algumas tribos da América do Norte). Em escala mais comum, o “consumo conspícuo”, no sentido de denotar *status*, pode ser identificado desde o uso de roupas de etiquetas famosas, possuir determinada marca de carro, frequentar determinados lugares, morar em bairros caros e exclusivos. O que Veblen considera é que em todas as sociedades que incluem sistemas de escalas de prestígio, os bens e serviços que pessoas consomem desempenham um dado papel. (JOHNSON, 1997: 51-52) (VEBLEN, 1983)

A moradia como artigo de consumo, comprada e vendida como qualquer outra mercadoria, adquire funções além do óbvio morar, assim como uma roupa serve para muito além do vestir e um automóvel do transportar. A casa, a roupa e o carro servem como sinalizadores de *status*, que bem utilizados podem demonstrar o “capital” econômico de quem os usa ou, mais do que isso, indicar uma aparência de nível sócio-econômico superior ao que verdadeiramente se tem.

importantes campos de estudo sobre alterações em padrões de relações de sociabilidade no decorrer do tempo sem a interferência direta do crescimento populacional local ²⁵¹.

Nesse sentido, as questões da relação entre os espaços físicos da cidade e as sociabilidades urbanas ganham a possibilidade de análises diacrônicas com a variável do número populacional mais estável, considerando que o aumento da população urbana no caso garcense correlaciona-se à migração da população rural do próprio município.

Regras sociais, códigos de domínio, estratégias de distinção e hierarquias se relacionam com práticas cotidianas na cidade materializando-se e se acumulando, com a sociedade sempre se adequando aos espaços, alterando-o fisicamente e socialmente mediante novas condições e sofisticação de novas atividades. A leitura investigativa das inúmeras maneiras de uso dos espaços, através das várias temporalidades possíveis, pode, dentre outras possibilidades, indicar caminhos para a intervenção nas cidades de forma mais articulada considerando a história e a vivência cotidiana.

²⁵¹ Vale lembrar, conforme já mencionado, na nota 16 no início do texto, que aproximadamente 90% dos municípios brasileiros tem menos de 50 mil habitantes e que somando-se os municípios até 100 mil habitantes, considerados como “pequenos” pelo IBGE representam cerca de 96% do total de municípios no país, onde vive metade da população brasileira.

Referências

ABREU, Alzira Alves de (coord.) [et al.]. *Dicionário Histórico Biográfico - Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

ACIOLY, Cláudio. *Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Record, 2007.

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a História e a Memória*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 1997.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, Papirus, 1994.

BALESTRIERO, Geraldo Élvio. *Capital da Alta Paulista: uma história do município de Marília*. Tese. Campinas: UNICAMP, 1982.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. A cidade dos velhos. In: VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999, p. 43-57.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Trad. John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 2ª ed..Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1983

BENJAMIN, Walter. *O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Obras escolhidas. Vol. 1 Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 20ª ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. 2ª ed.. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis,RJ: Vozes, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1979.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURTIN – VINHOLES, S. *Dicionário Francês-Português/Português-Francês*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958.

CALDEIRA, Jorge e outros. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE – IPE/USP, 1981.

CAMARGO, Maria Daniela B. de. São Paulo moderno: açúcar e café, escravos e imigrantes. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: história, arte e costumes*. Volume 1: A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra. São Paulo, CENPEC/Imprensa Oficial, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed 34, 2001.

CARLOS, Ana Fani. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994.

CARONE, Edgard. *A República Velha (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1974.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed.. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial S/A, 2002.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. 5ª ed.. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do Rio do Peixe*. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4ª ed.. São Paulo: Editora Ática, 2003.

COULON, Alain. *A Escola de Chicago*. Trad. Tomás R. Bueno. Campinas, SP: Papirus, 1995.

CUNHA, Eliel Silveira (Editor). *Brasil 500 Anos*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

CROSBY, Alfred W. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Intervenções da memória na Historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos e poderes*. In: Projeto História. Revista do Programa de Pós Graduação em História PUC/SP, n. 17, nov./98, p. 269 -280.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1991.

_____. *Carnavais, Malandros e Heróis: uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOSSE, François. *História e Ciências Sociais*. Bauru, EDUSC, 2004.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. 2ª ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 17-37.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1988.

EUFRASIO, Mário A. *Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo/ Ed 34, 1999.

FAURY, Mára Lúcia, AVOLIO, Jelssa Ciardi. *MICHAELIS: dicionário escolar francês*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2002.

FELDMAN, Sarah. *Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo*. 1989 (Dissertação de mestrado – Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP).

FERRAZ, Brenno. *Cidades Vivas*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia Editores, 1924.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Os Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

FERREIRA, Roque da Silva. *Janela do meu tempo: um punhado de crônicas em São Simão, Garça, Duartina e São Paulo*. São Paulo: Editora do Autor, 1982.

FERRETTI, Sérgio Ferreira. *Repensando o Sincretismo*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, fevereiro de 1997.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.

FREIRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. In: SANTIAGO, Salviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. p. 729-1461.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora da UNESP, 1991.

GIL, Izabel Castanha. *Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos*. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. Tese. Presidente Prudente: UNESP, 2007.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Campos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1995.

GOMES, Laurentino. *1822*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GUIDUGLI, Odeibler S. *A geografia da população urbana: aspectos teóricos e o caso de Marília – SP*. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, UNICAMP, n. 5, 1995, p. 7-41.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

IANNI, Octavio. *Uma cidade antiga*. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/ UNICAMP, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

INSTITUTO DE IDIOMAS YÁZIGI S/C. *Dicionário Yázigi para 1º e 2º graus*. Londres: Oxford University Press, 1973.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memória*. Espana/Argentina, Ed. Siglo XXI, 2001.

JOHNSON, Allan. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2ª ed.. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. 6ª ed.. São Paulo: Atlas, 1990.

LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. 5ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1993.

LAPASSADE, Georges. *As microsociologias*. Trad. Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

_____. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEITE, Marcelo (organizador). *Nos caminhos da biodiversidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Tradução de Jorge Constante Pereira. Lisboa: Edições 70, 1986.

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1957.

LOSNAK, Célio. Obras Impressas: um recorte do pensamento das elites paulistas das primeiras décadas do século XX. In: COELHO, Jonas Gonçalves, VICENTE, Maximiliano Martin (organizadores). *Pensamento e linguagem: subjetividade, comunicação e arte*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História – Trabalhos da Memória*. Revista do Programa de Pós Graduação em História da PUC/SP, São Paulo, EDUC, nº 17, nov. 1998, p. 63 –201.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Erminia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 131-214.

_____. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 137-168.

MARTINI, Marcos De. *A Empresa de Terras e Colonização Labieno da Costa Machado: do Velho para o Novo Oeste Paulista*. Franca, 2000.
Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Franca. Orientadora: Profª Drª Marisa Saenz Leme.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *Estudos Históricos*, Marília, nº 10, PP. 33-41, 1971.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 4ª Ed. Campinas: Pontes, 1990.

MEAD, Margaret. *Macho e Fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação*. Trad. Margarida Maria Moura. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1971.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª Ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

MENDONÇA, Sueli G. de Lima. (Org.). *Olhar Marília: um convite interessante*. Marília, 1999. (Trabalho do Núcleo de Ensino FFC/UNESP, Marília).

MEYER, Eugenia. O fim da memória. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p.31-44.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1982

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC/POLIS, 1984.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ciência, História e Memória: Questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina H., PARENTE, Temis G. (Org.). *História e Sensibilidade*. Brasília, Paralelo 15, 2006, 95-116.

MORAIS, Fernando. *Corações sujos*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MORENO, Júlio. *O futuro das cidades*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

MOURA, Gloria (organizadora, MOTA, Juliane, DIAS Paulo (pesquisadores). *Estórias Quilombolas*. Coleção Caminho das Pedras, Volume III. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEN, Ruben George. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

ORNAT, Márcio, SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e Gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa-PR. *Revista de História Regional*, 12 (1): 175-195, Verão, 2007.

OUTHWAITE, Willian, BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo, Cortez, 2003.

PEREIRA, Valdeir Agostinelli. *Terra e poder: formação histórica de Marília*. Marília: FFC - UNESP - Comissão Permanente de Publicação, 2005.

PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos históricos / Memória, v.3, 1989, p. 3-15.

POSSAS, Lídia M. Vianna. *Mulheres, Trens e Trilhos: Modernidade no Sertão Paulista*. Bauru, EDUSC, 2001.

_____. As Fronteiras do Oeste Paulista. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: Trajetórias Contemporâneas*. São Paulo, CENPEC/Imprensa Oficial, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do „indizível“ ao „dizível“. In: *Experimentos com histórias de vida: Itália – Brasil*. Org.: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. São Paulo, Vértice – Editora Revista dos Tribunais, 1988.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 185-202.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Ed Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Nelson. *A menina sem estrela: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: Um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (Org). 2ª ed.. *Fazer a América: A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. Páginas 201- 238.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 5ª ed.. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

SALLUM JÚNIOR, B. *Capitalismo e cafeicultura: Oeste Paulista – 1888/1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução: sobre semelhanças e diferenças. In: NOVAIS, Fernando A., SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.), *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.7-11.
- SETÚBAL, Maria Alice (coord.). *Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. Coleção Terra Paulista: história, arte, costumes. São Paulo, CENPEC/Imprensa Oficial, 2004.
- SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977.
- SILVA, Ricardo Siloto. *Urdiduras e Tessituras Urbanas na História das Cidades: a estruturação territorial de Assis*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 1996.
- SILVA, Rubens. *Nas curvas do espigão Peixe-Aguapeí: do sino da capela ao relógio da matriz, 1930-1970*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 1996.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Educação para a competitividade ou para a cidadania social. *São Paulo em perspectiva*. V. 14. Nº 1. São Paulo, Jan/Mar 2000.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- TIDEI de Lima, J. *Ocupação da terra e destruição dos índios na região de Bauru*. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo.
- TOLEDO, Vera Vilhena de. GANCHO, Cândida Vilares. *Sua Majestade o Café*. 5ª Edição. São Paulo: Moderna, 1992.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
- VEBLER, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. Tradução de Olivia Kraenbuhl. Apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- VELHO, Gilberto, KUSCHINIR, Karina (orgs.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.
- VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço infra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Jornais

Comarca de Garça, 12 de outubro de 1935, nº 18.

_____, 5 de maio de 1972, nº 3403.

Correio de Garça, 26 de maio de 1955, nº305.

_____, 11 de fevereiro de 1960, nº768.

_____, 5 de junho de 1960, nº799.

_____, 9 de junho de 1960, nº 800.

_____, 4 de agosto de 1960, nº 815.

_____, 21 de junho de 1962, nº 1000.

_____, 25 de julho de 1963, nº 1109.

_____, de 17 de outubro de 1963, nº 1131.

_____, de 24 de maio de 1964, nº1188.

_____, 9 de agosto de 1964, nº 1209.

_____, 5 de novembro de 1964, nº 1234.

_____, 10 de dezembro de 1964, nº 1244.

_____, 11 de fevereiro de 1965, nº1259.

_____, 18 de fevereiro de 1965, nº1261

_____, 24 de junho de 1965, nº1295.

_____, 9 de setembro de 1965, nº1317.

_____, 4 de outubro de 1965, nº1323.

_____, 1 de janeiro de 1967, nº 1442.

_____, 24 de março de 1967, nº 1464.

- _____, 18 de junho de 1967, nº 1488.
- _____, 6 de agosto de 1967, nº 1501.
- _____, 7 de março de 1968, nº 1559.
- _____, 20 de outubro de 1968, nº 1621.
- _____, 25 de dezembro de 1968, nº 1638.
- _____, de 12 de janeiro de 1969, nº 1642.
- _____, 13 de fevereiro de 1969, nº 1651.
- _____, 29 de junho de 1969, nº 1685.
- _____, de 24 de julho de 1969, nº 1693.
- _____, de 27 de julho de 1969, nº 1694.
- _____, de 19 de julho de 1970, nº 1790.
- _____, 18 de outubro de 1970, nº 1815.
- _____, 15 de novembro de 1970, nº 1823.
- _____, de 10 de janeiro de 1971, nº 1837.
- _____, 1 de agosto de 1971, nº 1893.
- _____, 19 de setembro de 1971, nº 1907.
- _____, 14 de novembro de 1971, nº 1923.
- _____, 21 de novembro de 1971, nº 1925.
- _____, 19 de março de 1972, nº 1955.
- _____, 7 de junho de 1973, nº 2070.
- _____, 13 de janeiro de 1974, nº 2128.
- _____, 24 de janeiro de 1974, nº 2131.
- _____, 17 de fevereiro de 1974, nº 2138.
- _____, 21 de março de 1974, nº 2146.
- _____, 24 de março de 1974, nº 2147.

_____, 18 de abril de 1974, nº 2153.

_____, 28 de abril de 1974, nº 2156.

_____, 5 de maio de 1974, nº 2157.

_____, 9 de maio de 1974, nº 2158.

_____, 12 de maio de 1974, nº 2159.

_____, 27 de junho de 1974, nº 2172.

_____, 7 de julho de 1974, nº 2175.

_____, 16 de julho de 1974, nº 2176.

_____, 1 de setembro de 1974, nº 2191.

_____, 15 de setembro de 1974, nº 2194.

_____, 9 de março de 1975, nº 2238.

_____, 11 de maio de 1975, nº 2254.

_____, 10 de junho de 1975, nº 2271.

_____, 26 de junho de 1975, nº 2267.

_____, 24 de agosto de 1975, nº 2284.

_____, 31 de agosto de 1975, nº 2286.

_____, 4 de setembro de 1975, nº 2287.

_____, 8 de janeiro de 1976, nº 2320.

_____, 12 de fevereiro de 1976, nº 2330.

_____, 10 de fevereiro de 1977, nº 2428.

Gazeta de Bauru, 14 de junho de 1914, nº 14, p.1

O Commercio de Bauru, 23/05/1915, nº 15, p.4

O Palanque. Garça - SP, 17 de junho de 1951, nº 1.

_____, 1º de julho de 1951, nº 3.

Relação de entrevistas

Capítulo 1 - Oeste Paulista adentro.

Ângelo Manchini, 82 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 31.

Carlos Ferrari Neto, 65 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça - SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 35, Terceira entrevista.

Elza Marra, 81 anos, em 19 de novembro de 2009 (Duração 00:59:53).

Gilberto Mônico, 78 anos, em 09 de novembro de 2009 (Duração 00:37:40).

Jaci Fernandes, 84 anos na data da entrevista em 19/09/1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 17.

Jair Delicato, 73 anos em 14 de novembro de 2009 (Duração 00:44:24).

João Miguel Chaves, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 (Duração 01:02:20).

José Vieira, 84 anos, em 18 de setembro de 2009 (Duração 01:26:12).

Mônica Ribas Silva, 86 anos, em 05 de agosto de 2010 (Duração 01:06:27).

Capítulo 2 – Vizinhanças.

Adib Mures Saker ,54 anos na data da entrevista em 27/09/1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 29.

Clóvis Fernandes, 80 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 26.

Edith Nogueira Santos, 82 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 27.

Elza Marra, 81 anos, em 19 de novembro de 2009 (Duração 00:59:53).

Hélio de Oliveira, 68 anos na data da entrevista em 30/10/ 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 28.

Jaci Fernandes, 84 anos na data da entrevista em 19/09/1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 17.

João Miguel Chaves, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 (Duração 01:02:20).

Capítulo 3 – Catolicismos “acima” e “abaixo” da linha.

Aparecida Fernandes, 65 anos, em 06 de outubro de 2009 (Duração 00:20:28).

Dorival Baraldi, 82 anos, em 09 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:44).

Nilma de Carvalho Sita, 73 anos, em 23 de outubro de 2009 (Duração 00:38:22).

Vera Lúcia Aparecida Guanaes Bonini, 62 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:01:08).

Capítulo 4 - Vivendo “acima” e “abaixo” da linha.

Adib Mures Saker ,54 anos na data da entrevista em 27/09/1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 29.

Ana Maria Serzedelo Oliveira, 61 anos, em 27 de março de 2010 (Duração 00:59:32).

Antônio Mônico, entrevista em 12/1996.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1996: Fita 36 – Terceira entrevista.

Aparecida Fernandes, 65 anos, em 06 de outubro de 2009 (Duração 00:20:28).

Dorival Baraldi, 82 anos, em 09 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:44).

Hélio de Oliveira , 68 anos na data da entrevista em 30/10/ 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 28

Jair Delicato, 73 anos em 14 de novembro de 2009 (Duração 00:44:24).

João Miguel Chaves, 86 anos, em 11 de setembro de 2009 (Duração 01:02:20).

João Vizotto, 66 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 34.

José Vieira, 84 anos, em 18 de setembro de 2009 (Duração 01:26:12).

Lourdes Correia Luiz de Aquino, 68 anos, em 13 de outubro de 2009 (Duração 00:28:23)

Lúcia Helena Alves, 76 anos, em 09 de outubro de 2009 (Duração 00:36:13).

Mônica Ribas Silva, 86 anos, em 05 de agosto de 2010 (Duração 01:06:27).

Nancy Guanaes Bonini, 59 anos, em 06 de março de 2010 (Duração 00:25:24).

Neide Guanaes Barbero, 72 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:08:46).

Nélson Koshe Ishisato, 75 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 24.

Pedro Valentim Fernandes, 92 anos, em 12 de janeiro de 2009 (Duração 00:36:37).

Rosane Fagotti Voss, 49 anos, em 15 de janeiro de 2010 (Duração 00:40:34).

Vera Lúcia Aparecida Guanaes Bonini, 62 anos, em 13 de janeiro de 2010 (Duração 01:01:08).

Wilma Barros de Lemos, ~ 60 anos na data da entrevista em 1995.

Prefeitura Municipal de Garça-SP – Museu Histórico Pedagógico de Garça / Centro de Cultura / Projeto Memória Garcense, 1995: Fita 33

Relação de figuras

Capítulo 1 – Oeste Paulista adentro

1.1 “Frentes pioneiras” no oeste novo



p.23

Figura 1 - Expansão do café em SP de 1836 a 1935 e principais linhas das companhias ferroviárias em meados do Século XX.

(Fontes: LEITE, Marcelo (organizador). *Nos caminhos da biodiversidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Página 193. CAMARGO, Maria Daniela B. de. São Paulo moderno: açúcar e café, escravos e imigrantes. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: história, arte e costumes*. Volume 1: A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra. São Paulo, CENPEC/Imprensa Oficial, 2004. Página 142).



p.24

Figura 2 – “Imigrantes suíços na „Fazenda Suíça“, no atual município de Guaimbê, na região de Lins SP, década de 1920. „Acervo Memorial do Imigrante“”.

(Fonte: LEITE, Marcelo (organizador). *Nos caminhos da biodiversidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Página 192)



p.27

Figura 3 – Oeste do Estado de São Paulo indicando Garça, na “Alta Paulista”, e alguns municípios das regiões vizinhas, “Sorocabana” e “Noroeste”.

(Elaborado a partir de informações em: CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FIPE – IPE/USP, 1981)

1.2 A formação da cidade de Garça



p.33

Figura 4 – Mapa da cidade de Garça indicando os patrimônios de Labienópolis e Ferrarópolis, no final da década de 1920.

(Elaborado a partir de informações sobre aprovação de loteamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Prefeitura de Garça)



p.37

Figura 5 – Primeiro grupo escolar, construído em 1929, em terreno doado pelo “Coronel Barros”. No início da década de 1940 o prédio passa a ser utilizado como sede do “Tiro de Guerra” recém implantado no município. Atualmente funciona no local o “Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP”. A homenagem a “Júlio Prestes”, que seria candidato paulista à presidência nas eleições de 1930, denota a provável vinculação partidária de um dos grandes proprietários de terras no município, o Coronel Barros, ao grupo de situação em SP, ligado ao PRP – Partido Republicano Paulista. O Dr Labieno, outro grande proprietário, dono das terras do outro lado da “linha” tinha ligações com o recém criado PD – Partido Democrático Paulista, em tese, ligado à oposição e vinculado à burguesia industrial de SP e aos produtores rurais com visão “modernizante”.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

1.3 Labieno da Costa Machado – “Dr Colonizador”



p.45

Figura 6 – Serraria na Fazenda Ribeirão da Garça, em foto de meados da década de 1920. O primeiro a esquerda é o Sr Miguel Mônico.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.48

Figura 7 - Rotas das expedições da CGG entre 1886 e 1923

(Fonte: LEITE, Marcelo (organizador). *Nos caminhos da biodiversidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Página 20)



p.49

Figura 8 – Turma Expedição do Rio do Peixe, meados da década de 1900.

(Fonte: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do Rio do Peixe*. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913)



p.51

Figura 9 – “Japonês e brasileiro peneirando café no interior do Estado de São Paulo, década de 1930. „Acervo Memorial do Imigrante”

(Fonte: LEITE, Marcelo (organizador). *Nos caminhos da biodiversidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Página 146)



p.52

Figura 10 – A convivência entre os imigrantes criou muitos laços entre os colonos. Família de italianos batizando afilhado nipo-brasileiro, na década de 1950.

(Fonte: Álbum Jair Delicato)



p.58

Figura 11 – Índios Coroados, “civilizados”, retratados durante a Expedição do Rio do Peixe.

(Fonte: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio do Peixe. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913)



p.58

Figura 12 – Índio Chavante, fotografado durante expedição de Exploração do Rio do Peixe, em 1906.

(Fonte: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio do Peixe. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913)



p.60

Figura 13 – Folheto de promoção da colonizadora de Labieno da Costa Machado.

(Fonte: MARTINI, Marcos De. A Empresa de Terras e Colonização Labieno da Costa Machado: do Velho para o Novo Oeste Paulista. Franca, 2000. Página 102)



p.62

Figura 14 – Casa construída pelo Dr Labieno para acomodar a família, meados da década de 1920. O automóvel, recém chegado à região, é um ícone da “modernidade”, indicativo das transformações nos hábitos e costumes ainda impregnados por instrumentos arcaicos como o transporte em “lombo de burro”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.62

Figura 15 – A partir da esquerda, Dr Labieno e esposa D. Mimi (Faustina) ao lado de parte da família, em 1927. O automóvel ao fundo é sinônimo de *status*, como indicativo de poder econômico, entre uma maioria populacional que em geral andava descalça durante boa parte de suas vidas.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.64

Figura 16 – Início do cemitério local, em meados da década de 1920, marca uma prática condizente com a preocupação das condições sanitárias das cidades, conforme preceitos modernos de urbanização.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.65

Figura 17 – Escolta armada Expedição Rio do Peixe. Um exemplo de organização de grupos armados com finalidade de “proteção” às ações de reconhecimento e posse das novas fronteiras agrícolas no Estado de São Paulo.

(Fonte: COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do Rio do Peixe. 2ª Edição. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913)



p.66

Figura 18 – Primeiras construções, de madeira, no patrimônio Labienópolis, início década de 1920.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

1.4 Dona Bertha

1.5 Carlos Ferrari – “Sr Colono”

1.6 “Labienópolis” & “Ferrarópolis”



p.82

Figura 19 – “Avenida Faustina”, patrimônio Labienópolis, no final da década de 1920, em segundo plano a Estação Ferroviária.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.83

Figura 20 – Hotel montado pelo Dr Labieno, para receber convidados, em foto feita em meados da década de 1920.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.90

Figura 21 – “Hospital dos Pobres”, foto de 1942, ano da inauguração do primeiro hospital público da cidade, instalado no Patrimônio Labienópolis, construído pelo “Centro Espírita Caminho de Damasco” de Garça.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 386)



p.90

Figura 22 – “Hospital São Lucas”, foto do início da década de 1970, inaugurado em meados da década de 1960, mantido pela “Santa Casa de Misericórdia de Garça”, sob iniciativa de parte dos católicos da cidade.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça)



p.93

Figura 23 – Mapa da cidade de Garça, no início da década de 1970, mostrando os traçados inicial e alterado da linha férrea no núcleo urbano de ~4,9 Km² (Atualmente a área urbana é de ~10,4 Km²)

(Elaborado a partir de informações sobre aprovação de loteamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Prefeitura de Garça)

Capítulo 2 – Vizinhanças

2.1 Deslocando rivalidades



p.100

Figura 1 – Folheto promocional de venda de lotes em Garça, pelo Dr Labieno da Costa Machado, em 1928.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.102

Figura 2 – Foto de 1927, em frente a uma das primeiras oficinas mecânicas em Garça, mostrando os primeiros automóveis e duas “jardineiras”, à esquerda, que faziam a linha Garça- Marília como alternativa ao transporte ferroviário.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 273)



p.103

Figura 3 – Foto de 1928, um grupo de amigos na praça central onde seria construída a igreja matriz. O automóvel é uma novidade que além de alternativa ao transporte ferroviário é sinal de *status* de seus proprietários.

(SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 274)



p.104

Figura 4 – Inauguração da estação ferroviária da Cia Paulista em Garça, no dia 1º de janeiro de 1928. No centro da foto, de terno branco e chapéu, o “Dr Labieno” assiste ao corte da fita inaugural. A expectativa era a de que a cidade seria um entroncamento ferroviário, alavancando o desenvolvimento do município recém criado.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

2.2 Marília



p.105

Figura 5 – Croqui demonstrando esquematicamente a divisão dos “patrimônios” iniciais de Marília-SP, em meados da década de 1930.

(Elaborado com poucas alterações a partir da “Fig.39. Patrimônios que formaram Marília” em: MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1998, página 345)

2.3 Bordéis



p.110

Figura 6 – Foto do final da década de 1960. À direita, no alto a localização da delegacia construída na década de 1940, nas proximidades da passagem de ligação, sob a ferrovia, entre “Labienópolis” e “Ferrarópolis”. A localização é estratégica no sentido de sinalizar uma forma de controle da animosidade entre os dois lados da cidade. Em cada lado da passagem funcionam atualmente duas grandes agências bancárias que ganharam os terrenos da prefeitura alguns anos após a remoção dos trilhos e urbanização do trecho que foi denominado “Faixa de Integração”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

2.4 Garça & Marília



p.113

Figura 7 - Foto aérea de Garça em 1940, mostrando o arruamento em xadrez e a divisão da cidade, em ângulo privilegiado da parte “acima” da linha. No centro da foto, no alto, a praça e a igreja matriz em “Ferrarópolis”. À esquerda, no canto superior, a linha férrea, fronteira entre os dois patrimônios, parte do arruamento de “Labienópolis” e uma grande mata que permanecia intacta na propriedade do “Dr Labieno”.

(Fonte: Álbum Lúcia Helena Alves)



p.115

Figura 8 – Rua São Luís, em Marília, na década de 1950. A imagem escolhida para publicação do IBGE enfatiza a importância regional do comércio mariliense.

(Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Página 115)



p.116

Figura 9 – Parte da Rua São Luís, em Marília, na década de 1950. Nessa perspectiva o registro evidencia a ocupação por edifícios de dois ou três pavimentos na pavimentada e movimentada rua do centro comercial. A “Enciclopédia” do IBGE, onde a foto foi publicada, poderia funcionar como um catálogo dos municípios que poderiam ser hierarquizados pelas informações ali contidas. As fotografias são elementos importantes para a construção de um discurso promocional da “capital regional” por meio do IBGE.

(Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Página 110)



p.119

Figura 10 – “Praça Rui Barbosa”, centro de Garça, em 1931. No local seria construída a igreja matriz de São Pedro. À esquerda um palanque utilizado em cerimônias públicas. Ao fundo, a floresta que ainda cercava grande parte da cidade.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 103)



p.119

Figura 11 – “Rua Carlos Ferrari”, no início da década de 1930. Ao fundo a mata que cederia espaço ao desenvolvimento da parte urbana em loteamentos da família do “Cel Barros”, anexos ao “Ferrarópolis”.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 103)



p.120

Figura 12 – “Rua Carlos Ferrari”, em meados da década de 1930, já com a construção de calçadas para pedestres. Em segundo plano, à direita, um reservatório elevado, construído pelo comerciante “Alberto Alves”, abastecia a vizinhança da parte central da cidade e o início da construção da igreja matriz na praça Rui Barbosa. O registro é feito de uma sacada de um edifício onde funcionou uma das primeiras agências bancárias da cidade. É um dos poucos prédios com dois pavimentos edificadas até então.

(Fonte: Álbum Lúcia Helena Alves)



p.120

Figura 13 – “Praça Rui Barbosa”, em meados da década de 1930. A igreja matriz estava em fase final de construção. No centro da foto o pedestal onde o busto de Rui Barbosa seria “oficialmente” inaugurado em “12 de outubro de 1938”. Essa fotografia foi muito utilizada com “cartão postal”, enfatizando o dinamismo da cidade em construção. O fotógrafo estava na sacada do edifício onde inicialmente funcionou o escritório da companhia de força e luz da época.

(Fonte: Álbum Lúcia Helena Alves)



p.121

Figura 14 – “Avenida Faustina”, no “Patrimônio Labienópolis”, na década de 1930. No final desse trecho, no alto à esquerda localizava-se o pontilhão (Figura 15). O sobrado, na linha do horizonte era do “Cel Antônio Carvalho de Barros”, proprietário vizinho do loteamento do “Sr Carlos Ferrari” na “parte de cima” da cidade.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.122

Figura 15 – Em primeiro plano, uma locomotiva da Cia Paulista passando sobre um dos pontilhões sobre as passagens entre as partes de “baixo” e de “cima” da cidade. A foto é de “12 de junho de 1935”, e ao fundo ficava uma beneficiadora de café, no “Patrimônio Labienópolis”, no final da “Av Faustina”, onde já se localizavam a maior parte das incipientes indústrias da cidade e atacadistas de cereais.

(Fonte: Álbum Odete Oliveira Santos)



p.125

Figura 16 – Foto feita no início da década de 1970. Canaleta de escoamento de água captada por sistema drenagem e Estação Elevatória de Água Bruta EEAB, casa de bombas e tanque, localizados em área rural utilizada para o abastecimento público da cidade a partir do final da década de 1940. Do início da urbanização até essa época, os moradores dependiam de poços perfurados por particulares, localizados em várias partes da cidade. Em alguns casos os proprietários canalizavam a água até as casas vizinhas e cobravam o consumo por meio da medição com hidrômetros. Com a implantação do sistema público de abastecimento, essas redes foram incorporadas à malha de distribuição instalada.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.126

Figura 17 – Construção da linha de recalque de água complementar ao sistema inicial, da Estação Elevatória na zona rural até a Estação de Tratamento na cidade, no início da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.126

Figura 18 – Vista a partir do piso superior da Estação de Tratamento de Água, recém inaugurada, em meados da década de 1960. Em primeiro plano o reservatório público de água tratada, com 450 m3, construído no início da década de 1950 e localizado na parte mais elevada do município. Recebia a água diretamente da estação elevatória na zona rural e a distribuição era feita por gravidade aos imóveis servidos pela rede. No início da década de 1960 implanta-se a Estação de Tratamento de Água e um reservatório enterrado com 4500 m3. O reservatório elevado inicial perde sua função original, pois a distribuição passa a ser pressurizada. O novo sistema foi planejado para atender uma população de cerca de 80 mil habitantes.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.127

Figura 19 – Vista aérea, no início da década de 1970, da Estação de Tratamento de Água, inaugurada em meados da década de 1960, ao centro. Abaixo à esquerda o reservatório enterrado de 4500 m3. No alto à direita o reservatório elevado com 450 m3, construído no início da década de 1950.

(Fonte: (Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.127

Figura 20 – Construção da rede coletora de esgoto na rua Carlos Ferrari, no centro da cidade, no início da década de 1950. Ao fundo, no final da rua, o prédio onde funcionava o fórum e que desde o início da década de 1980 é sede da administração municipal, quando o judiciário foi transferido para outro imóvel.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.128

Figura 21 – Inauguração da “Fossa OMS”, primeira estação de tratamento de esgotos da cidade construída em 1955. Funcionava em área limite de “Ferrarópolis” no sentido norte onde ficava o “buracão”, uma enorme erosão que existia no local e chegava até onde foi construída a praça Pedro de Toledo na década de 1940, quando obras relacionadas a saneamento público, como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta de lixo e drenagem urbana se iniciam no município.

(Fonte: Acervo SAAE)



p.128

Figura 22 – O prefeito Rafael Paes de Barros e a esposa Srª Brasília, em frente à Estação de Tratamento de Água, em construção no início da década de 1960. O ângulo da fotografia salienta a importância da obra e a figura ativa do prefeito marcando o final de um conjunto de obras que ele sabia que marcariam suas duas administrações.

(Fonte: Acervo SAAE)



p.131

Figura 23 – Vista do centro da cidade, na direção de Marília, a oeste, a partir do alto do “Edifício do Comércio”, um prédio de escritórios, com seis andares, construído na década de 1950. Foi o único “arranha-céu” até a década de 1980. À esquerda, no alto, a linha férrea. A foto é de meados da década de 1960, no centro da foto a Praça Rui Barbosa está sendo preparada para a construção da “nova” igreja matriz, no lugar da “antiga” recém demolida. A rua Carlos Ferrari, já estava pavimentada há pouco mais de dez anos. À direita, a torre do relógio da rodoviária “velha”, inaugurada no início da década de 1940 e desativada em 1985. A atual estação rodoviária fica na “Faixa de Integração”, no local do antigo traçado da ferrovia.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.131

Figura 24 – Vista da cidade, em meados da década de 1960, no sentido norte, de cima do Edifício do Comércio. Cortando a diagonal da foto, a “rua Cel Joaquim Piza”, que faz a ligação com a rodovia que liga Garça a Álvaro de Carvalho, ao norte. A rodovia construída pela Cia Paulista até Getulina, na década de 1920, foi asfaltada e teve o traçado alterado em meados da década de 1970. Ao fundo, na linha do horizonte, um pouco à direita, a pista de pouso do aeroporto local, muito ativo nas décadas de 1940 e 1950.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)



p.132

Figura 25 - Vista aérea de Marília na década de 1950. Os edifícios mais altos estão localizados na “Avenida Sampaio Vidal”.

(Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Página 116)



p.132

Figura 26 – “Avenida Sampaio Vidal”, em crescente verticalização da área central da cidade, na década de 1950.

(Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XXVIII Volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Página 114)

Capítulo 3 - Catolicismos “acima” e “abaixo” da linha

3.1 “Um frade veio a Garça”



p.135

Figura 1 – Mapa da cidade de Garça - SP, em meados da década de 1950, indicando o loteamento de César Correia Lopes, a “Vila Nova”, futura “Vila Araceli”.

(Elaborado a partir de informações sobre aprovação de loteamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Prefeitura de Garça)



p.136

Figura 2 – Capela de São Benedito, década de 1940, construída por Cesar Correia Lopes no loteamento que originou a Vila Araceli. Foi demolida no final da década de 1950 pelo Frei Aurélio.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.137

Figura 3 – Matriz de São Pedro, igreja antiga inaugurada em 1936 e demolida em meados da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.139

Figura 4 – Santuário N. Srª de Lourdes em fase final de construção, meados da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.140

Figura 5 - Frei Aurélio e turma de 1ª Comunhão, em frente ao Patronato Juvenil Garcense, meados da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.140

Figura 6 – Foto em meados da década de 1960 da oficina tipográfica montada no Patronato por Frei Aurélio. No local imprimia-se o jornal da paróquia, “Estrela Seráfica”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.141

Figura 7 – Frei Aurélio, em destaque à esquerda, e demais padres franciscanos, meados da década de 1950.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.141

Figura 8 – Frei Aurélio em uma das quermesses promovidas na Paróquia, início da década de 1960. Nessas quermesses ocorria o encontro de moradores dos dois lados da cidade. A imagem é emblemática. Do lado direito estão um futuro prefeito da cidade e um casal da elite social da época, moradores em “Ferrarópolis”, mas frequentadores da igreja do frei. À esquerda “anônimos” habitantes da “Vila Nova”. No centro, o frei mediando os “dois” lados.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

3.2 O Frei, a Igreja Matriz e os Redentoristas



p.146

Figura 9 – Início da demolição da Matriz de São Pedro em meados da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.146

Figura 10 - Construção da “nova” Matriz de São Pedro. Foto do início da década de 1970.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.151

Figura 11 – Reunião do Serra Clube de Garça, na década de 1980, durante visita do bispo Dom Hugo (segundo sentado da esquerda para direita). Frei Aurélio é a quarta pessoa sentada, com o Sr Dorival Baraldi, em pé, à sua direita. A reunião, durante um jantar, com os homens em torno da mesa e o frei, ou no caso o bispo, em destaque é claramente uma alusão à “santa ceia” e a “comunhão” de interesses. O frei soube capitalizar momentos como esse agrupando lideranças locais em sua paróquia.

(Fonte: Álbum Frei Aurélio)



p.154

Figura 12 – Capela N. Srª das Vitórias, em “Labienópolis”, meados da década de 1920. Erguer uma capela era uma das primeiras iniciativas durante a fundação de um patrimônio. Ao fundo, no canto à esquerda, a recém inaugurada estação ferroviária.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.154

Figura 13 – Foto feita em meados da década de 1930, de cima de uma das primeiras agências bancárias da cidade. No centro em primeiro plano a 1ª igreja construída em Ferrarópolis, Nossa Senhora do Patrocínio, feita de madeira, em 1929, próxima ao início da atual Av Rafael Paes de Barros, divisa na época entre o loteamento do Sr Carlos Ferrari e as terras do Cel Barros. No canto à direita uma das primeiras residências feitas de alvenaria.

(Fonte: SILVA, Caroly Gonçalves. *Livro de Garça*. São Paulo: Gráfica São João, 1977. Página 606)

3.3 Diferentes versões: vieses de classe e gênero



p.158

Figura 14 – Imagem de São Benedito, da capela inicial do local. Atualmente está em uma sala na Igreja Nossa Srª de Lourdes onde ficam várias outras imagens e a sepultura do frei Aurélio.

(Fonte: Foto recente feita no local pelo autor)



p.159

Figura 15 – Barracão construído pelo frei Aurélio, pouco depois de sua chegada, em frente à capela de São Benedito. Em primeiro plano o “cruzeiro” que o frei ergueu assim que assumiu a paróquia recém criada. A foto é do final da década de 1950.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.160

Figuras 16 e 17 – Jazigo do frei Aurélio, cercado, em sala atrás do altar da igreja. Ali também ficam várias imagens católicas, dentre elas a de São Benedito, logo acima do túmulo.

(Fonte: Foto recente feita no local pelo autor)



p.162

Figura 18 – Parte incendiada, onde existia um galinheiro, ao lado do prédio da igreja, em agosto de 1963. A foto está em um álbum, onde o frei registrou “os desgostos do mês de agosto”, que contém várias más passagens na paróquia nessa época do ano.

(Fonte: Álbum Frei Aurélio)

Capítulo 4 - Vivendo “acima” e “abaixo” da linha

4.1 A moradia

4.2 Casas comerciais



p.171

Figura 1 – “Casa Toyota”, no início década de 1960.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.171

Figura 2 – Rua Carlos Ferrari, sentido bairro-centro, no final da década de 1960. À direita, a “Casa Estrela”. Na esquina em frente um dos bares mais antigos da cidade, em funcionamento desde o início da década de 1930.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.173

Figura 3 – Vista a partir da torre do relógio da antiga rodoviária, início da década de 1970. No canto direito da foto, uma das frentes do já denominado “Super Mercado Minerva”, que contornava a esquina onde funcionou cinema na década de 1940. No canto superior direito, o “Edifício do Comércio”, o primeiro “arranha-céu” construído no final da década de 1950.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

4.3 Os cinemas



p.175

Figura 4 – Localização do primeiro cinema em Garça, no centro da imagem (sinalizado na foto tirada do alto da “antiga” igreja matriz no início da década de 1940). Era um barracão de madeira com trezentos lugares, construído em 1929 pelo Sr Miguel Mônico. Funcionou ali até 1932. No alto da imagem, à direita, a linha férrea e a construção em andamento da delegacia e cadeia no patrimônio Labienópolis.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.176

Figura 5 – Foto feita no início da década de 1940. Esquina onde funcionou durante vinte anos o “Cine Garça” em seu segundo endereço, a partir de 1932.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.176

Figura 6 – O “Cine São Miguel”, inaugurado em 1952, em seu terceiro endereço em frente à Praça Pedro de Toledo e ao lado da “antiga” rodoviária”, onde centralizou-se o “footing” até os anos de 1970. A imagem é do início da década de 1960.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.177

Figura 7 – Interior do “Cine São Miguel”, durante uma solenidade em meados da década de 1950. A capacidade do salão era para “1600” pessoas. Ao fundo, no alto, um mezanino que acomodava mais de duzentos espectadores e era conhecido como “poleiro”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça –SP)



p.179

Figura 8 – Uma caçada de animais que habitavam as matas da região oeste paulista. “Exploração do Rio Grande, 1910”– Acervo Instituto geológico do Estado de São Paulo”. O registro exemplifica os tipos de carne que abasteciam os “churrascos nos quintais” no início da urbanização da região. Na foto, da esquerda para a direita, um “jacu” (que virou palavra sinônima de “caipira”), uma “capivara”, um “macaco prego” e uma “anta”.

(Fonte: LEITE, 2007: 176)



p.180

Figura 9 – Interior do prédio do cinema (meados da década de 1940), em seu segundo endereço, durante uma solenidade. As “frisas” estão nas laterais do salão.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça – SP)



p.182

Figura 10 – Foto feita no início década de 1950 mostrando a esquina onde funcionou o “Bar do Osvaldo”, em frente à esquina do “Cine Garça”, na década de 1940. A pavimentação do “centro” era recente e terminava nessa esquina.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

4.4 Os bares e a rodoviária



p.184

Figura 11 – Em meados da década de 1930, as “jardineiras” que faziam o transporte local ficavam na Rua Carlos Ferrari, ao lado da praça da matriz de São Pedro. Ao fundo, no canto superior direito, o “Bar Odeon”, um dos mais antigos da cidade.

(Fonte: Álbum Lúcia Helena Alves)



p.186

Figura 12 – Foto feita de cima da torre da “antiga” igreja matriz focando em primeiro plano ao centro a torre do relógio da Estação Rodoviária, início da década de 1940.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.187

Figura 13 – Torre do relógio da rodoviária com as bombas de combustível embaixo, início da década de 1940.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça – SP)



p.189

Figura 14 – Incêndio na “antiga” Rodoviária, no final de 1943. Em primeiro plano, à direita, o coreto da praça da matriz.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.190

Figura 15– Interior da Rodoviária após o incêndio em 1943.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.190

Figura 16 – Ônibus (jardineira) movido a gasogênio que provocou o incêndio na Rodoviária em 1943.

(Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.191

Figura 17 – Caminhão movido a gasogênio, adaptado em oficina na cidade, detalhe atrás da cabine, início década de 1940.

(SILVA,1977: 107)

4.5 Comerciantes japoneses



p.192

Figura 18 - Merceria típica de um proprietário japonês em cidades da Alta Paulista, em meados da década de 1950. “Museu Histórico da Imigração Japonesa”.

(Fonte: FAUSTO, 2000: 58)



p.194

Figura 19 – Família no interior de São Paulo, em meados de 1920. (Museu Histórico da Imigração japonesa).

(Fonte: FAUSTO, 2000: 17)

4.6 A “Corporação Musical” e a “Rádio”



p.199

Figura 20 – Coreto da praça da matriz, final da década de 1950.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.199

Figura 21 – Coreto da praça matriz e rodoviária vistos do alto da torre da igreja, no final da década de 1950. No canto superior esquerdo o prédio do cinema em seu terceiro endereço inaugurado nos primeiros anos da década de 1950. No canto superior direito, na linha do horizonte, o reservatório elevado de água construído em 1953.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.200

Figura 22 – Corporação Musical Santa Cecília, banda municipal formada em 1931. A formação na foto é do final da década de 1960, feita em frente à entrada do prédio da prefeitura (antigo Fórum até o início da década de 1980).

(Fonte: SILVA, 1977: 650)



p.200

Figura 23 – Um dos conjuntos que tocaram na inauguração, em 1947, da “Rádio Club de Garça”. A foto foi feita em um estúdio fotográfico da cidade.

(Fonte: Álbum Srª Neide Guanaes Barbero)



p.201

Figura 24– Apresentação infantil, acompanhada por seresteiros, em 1943. Costumavam se apresentar no “Ponto Chic”, um restaurante que funcionava próximo à “antiga” rodoviária.

(Fonte: Álbum Srª Neide Guanaes Barbero)



p.202

Figura 25 – „Ponto Chic”, localizado na mesma rua da “antiga” rodoviária, em foto do final da década de 1960. Durante as décadas de 1940 e 1950 foi um restaurante frequentado pela “elite” social da cidade, com apresentações de grupos musicais. O fundador de „Ferrarópolis”, Sr Carlos Ferrari, morava em residência ao lado.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.203

Figura 26 – “Radio Club ZYL 3 de Garça”, década de 1960. O acesso era por uma escada lateral ao comércio que funcionava no térreo. Foto feita a partir da “antiga” rodoviária.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)

4.7 “Footing” e distinção socioespacial



p.211

Figura 27 – Foto do início da década de 1970. A antiga “Casa da Onça”, construída em meados da década de 1920, transformou-se em “Casa da Criança”. Localizada no final da avenida construída sobre o divisor de águas entre as propriedades do “Cel. Barros”, que morava na parte superior do sobrado e mantinha uma mercearia no térreo. À direita, o acesso à “Vila Salgueiro” e zona rural leste.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.211

Foto 28 – “Carro de boi” passando na “Avenida Faustina” em 1926. Essa forma de transporte ainda foi muito utilizada nas propriedades rurais do município até a década de 1950.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.215

Figura 29 – Foto feita no final da década de 1960. “Cine São Miguel”, Rua Sargento Wilson X Rua Minas Gerais. Ao centro, em segundo plano, o “Cine Bar”, na esquina da rodoviária “antiga” e a torre do relógio ao fundo.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.215

Figura 30 – Vista aérea da parte central da cidade no início da década de 1970. O “footing”, desde a inauguração do cinema “novo” em 1952, acontecia na “Praça Pedro de Toledo” com a fonte luminosa, abaixo à direita, e no percurso até a “Praça Rui Barbosa”, a da igreja, acima, na “rua sargento Wilson”, à esquerda. No alinhamento dessa rua perpendicular às praças centrais, ficavam o cinema e a rodoviária onde localizava-se na esquina o “Cine Bar”.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.216

Figura 31 – A “fonte luminosa” que funcionava na Praça Pedro de Toledo, em frente ao cinema, em foto noturna do início da década de 1970. Rapazes e moças andavam em volta da praça, em sentidos contrários e após o flerte inicial, namoravam sentados nos bancos na parte interna da praça, em frente à fonte.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.216

Figura 32 – Fonte da Praça Pedro de Toledo funcionando durante o dia, em foto do início da década de 1970.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

4.8 Os Clubes



p.219

Figura 33 – A primeira turma de pilotos formados no Aero Clube de Garça.

(Fonte: Álbum Srª Lúcia Helena Alves)



p.220

Figura 34 – Inauguração da linha Garça-Tupã da Real Aerovias, em 1949.

(Fonte: SILVA, 1977: 293)



p.221

Figura 35 – Sede do “Aero Clube”, na rua Carlos Ferrari, centro, em meados de 1940.

(Fonte: Álbum Sr^a Lúcia Helena Alves)



p.222

Figura 36 – Foto do início da década de 1950 de sede do “Garça Tênis Clube”, na “Avenida Brasil”, atual “Av. Rafael Paes de Barros”, construída em meados da década de 1940.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.223

Figura 37 – Fotografia do final da década de 1970 da residência da família do “Dr Labieno”, construída em meados da década de 1920, na “Avenida Faustina”, e doada à prefeitura no final da década de 1960. Foi utilizada para serviços de assistência social até o início dos anos de 1980 quando uma entidade filantrópica privada monta ali um “Clube da 3ª Idade”, também com finalidade assistencial.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.224

Figura 38 – “Grêmio Teatral Leopoldo Fróes”, em seu segundo endereço, no início da década de 1970. Clube sócio-recreativo fundado em meados da década de 1940, localizado no sentido oeste da Rua Carlos Ferrari. Em geral, seus frequentadores eram de estratos médios da sociedade que não tinham condições de se associarem ao “Garça Tênis Clube”.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça - SP)

4.9 Avenida “acima” e Avenida “abaixo” da linha



p.226

Figura 39 – O edifício do fórum (atualmente a sede da prefeitura) recém construído, no início da década de 1950, a menos de cem metros do início da Avenida Brasil (atualmente Avenida Rafael Paes de Barros).

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.226

Figura 40 – Agência do “Banco Commercial do E. de São Paulo”, no início da década de 1950. É a primeira construção, do início da década de 1930, no alinhamento esquerdo da avenida no sentido centro-bairro.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.227

Figura 41 – Grupo escolar “João Crisóstomo”, meados da década de 1940, na “Avenida Brasil”, em fase final de construção.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça)



p.227

Figura 42 – Vista da “Avenida Brasil” (atual Av. Rafael Paes de Barros), no final da década de 1960. À esquerda o prédio da agência dos Correios e logo em seguida, na outra esquina, o prédio da prefeitura, construído em 1929.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.228

Figura 43 – Núcleo urbano de Garça - SP em meados da década de 1960 indicando alguns marcos espaciais e referências arquitetônicas.

(Elaborado a partir de informações sobre aprovação de loteamentos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – Prefeitura de Garça)

4.10 Preconceitos e mobilidade social



p.236

Figura 44 – Prédio do inicialmente “Ginásio Municipal”, construído na parte “acima” da linha, pela prefeitura municipal em 1936. A foto é do início da década de 1940, quando o local foi fechado pelo “Ministério da Educação, pela precariedade das instalações”. Entre 1943 e 1948 funcionou como escola particular, sob responsabilidade do “padre Antonio Magliano”, arrendado pela prefeitura. No final do ano de 1949, recebeu a denominação “Colégio e Escola Normal Dr Hilmar

Machado de Oliveira”, em homenagem ao prefeito falecido recentemente durante seu segundo mandato, e foi a primeira escola da cidade a ter “Curso Colegial”, em 1950.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.238

Figura 45 - “Ginásio e Escola Normal Particular Santo Antônio”, fundado em 1949 pelo padre Antônio Magliano e madre Sofia Boscher. O padre Antônio já havia arrendado o prédio da futura escola “Hilmar Machado”, em “Ferrarópolis” entre 1943 a 1948. A partir de 1957, o “Colégio santo Antônio” funcionou no “Labienópolis”, em prédio próprio (SILVA, 1977: 315).

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)



p.245

Figura 46 - Bebedouro para cavalos, no “Patrimônio Labienópolis”, em meados da década de 1960, a cem metros do pontilhão que ligava a parte “abaixo” da linha com o “Patrimônio Ferrarópolis”, pela Rua Barão do Rio Branco.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça –SP)



p.249

Figura 47 – A Miss São Paulo em 1958, Madalena Fagotti, em homenagem muito comum a personalidades importantes, dando o pontapé inicial em partida de futebol realizada no Estádio Municipal de Garça-SP. A visita da “miss” a Garça teve muitos registros fotográficos.

(Fonte: Museu Histórico Pedagógico de Garça-SP)



p.249

Figura 48 – Madalena Fagotti, Miss São Paulo 1958, posando em meio a um cafezal para promover a cidade de Garça-SP, na época uma das maiores produtoras do Brasil. Os concursos de beleza eram muito importantes na época e as vencedoras tinham muito prestígio.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça-SP)

4.11 Mudança da linha



p.255

Figura 49 – Imagem do início da década de 1960 mostra a cerca margeando os trilhos que cortavam o centro da cidade de Garça. A perspectiva é a partir da rua sem pavimentação, paralela à ferrovia,

no patrimônio “Labienópolis”, focalizando “Ferrarópolis”, o patrimônio “acima” da linha, durante o início da manhã. Da esquerda para a direita, na linha do horizonte, a torre da matriz “antiga”, o reservatório elevado de água e o “Edifício do Comércio”.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça – SP)



p.263

Figura 50 – Vista aérea da cidade de Garça-SP, início da década de 1970. O registro, a partir de “Labienópolis”, mostra a linha férrea no centro da foto, prestes a ser removida, e serve para ilustrar diferenças entre as partes “acima” e “abaixo” da linha, considerando a localização de alguns “lugares”, marcos referenciais locais e índices de modos de uso e ocupação da cidade. Além da menor quantidade de marcos arquitetônicos e urbanísticos referenciais em relação à “Ferrarópolis”, somente durante o período da transferência da ferrovia que obras de infraestrutura são iniciadas em “Labienópolis”, dentre elas as redes de coleta de esgoto e calçamento das ruas. Na parte inferior da foto vê-se o quarteirão onde se instalara depósito de materiais/equipamentos e usina de asfalto para os serviços de pavimentação.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça – SP)



p.264

Figura 51 – Remoção dos trilhos em 1975. A retirada é feita no sentido leste da cidade e a foto registra os trabalhos nas proximidades do pontilhão no início da Rua Barão do Rio Branco, principal passagem entre “Labienópolis”, à direita da foto, e “Ferrarópolis”, à esquerda.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça – SP)



p.264

Figura 52 – Remoção dos trilhos em 1975, no sentido leste. A foto foi tirada sobre a passagem sobre a linha, localizada em “Vila Rebelo”. Pouco à frente, No local foi construída a “nova” Estação Rodoviária, após terraplanagem que nivelou os dois lados da faixa. A estrutura do viaduto, que foi parcialmente aterrado, serviu de base para a instalação de torres de retransmissão, atualmente utilizadas tanto para televisão quanto para telefonia celular.

(Fonte: Museu Histórico e Pedagógico de Garça – SP)